FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL
COMARCA DE BARUERI – SP

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA"), sociedade constituída e existente sob as leis norte americanas, com sede em 29 Rockaway Road, Lebanon, Nova Jersey, 08833, Estados Unidos da América, neste ato representada na forma do seu estatuto social, e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), português, casado, administrador de empresas, natural da freguesia da Madalena, distrito da Horta, Açores, portador do Passaporte Português CB522863, válido até 28.05.2025, inscrito com o número de identificação fiscal NIF 188303413 (Portugal), residente em 141 Mountain Top Road Bernardsville, New Jersey, 07924, Estados Unidos da América, por seus advogados signatários (*Cfr.* Docs. 1)[1], vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 186, 389, 422, 927 e seguintes do Código Civil, bem como nos artigos 300, 319 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS
COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (o "JOSÉ LOURENÇO"), português, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG/NE nº V930715-0 e inscrito no CPF sob o nº 703.430.511-09 e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), brasileira, casada, com Passaporte nº GA683906, emitido pela República Federativa do Brasil, com validade até 29.10.2029, ambos residentes e domiciliados na Alameda Madeira nº 292, Ap. 406, Alphaville, CEP 06454-010, Barueri – SP, segundo os fatos e fundamentos que a seguir passa a expor.

[1]Doc. 1. Procuração de César
Docs. 1.1. Atos Societários e procuração

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

I – DO FORO DE COMPETÊNCIA

1. Inicialmente, impende destacar que presente ação está sendo proposta perante a Comarca de Barueri, tendo em vista a presença de cláusula de eleição no Instrumento Particular de Acordo (o "ACORDO" - *cfr*. Doc. 2)[2], firmado entre as partes em 30 de agosto de 2021.

2. Com efeito, estabelece a referida Cláusula:

> 10.8 Fica eleito o foro da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias deste Acordo, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3. Logo, considerando a validade do sobredito dispositivo, à evidência do disposto no instrumento (Cláusula 10.7)[3] e do art. 63, do Código de Processo Civil ("CPC"), é legítima a competência desse MM. Juízo para o processamento e o julgamento dessa demanda.

II – SÍNTESE DOS FATOS

4. A SUMMIT EUA é sociedade empresária mundialmente conhecida e atuante do mercado de produção de suplementos nutricionais destinados ao auxílio de pessoas com osteoporose e outras moléstias capazes de causar problemas articulares.

5. Em 3 de junho de 2019, CESAR organizou e constituiu a SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EIRELI ("SUMMIT BRASIL"), inscrita no CNPJ sob o nº 33.904.001/0001-10, para que, formalizando contrato de agência e representação comercial com a SUMMIT EUA, seus produtos fossem comercializados no Brasil (*cfr*. Doc. 3)[4]. A administração da SUMMIT BRASIL restou a cargo de JOSÉ LOURENÇO.

---

[2] Doc. 2 - Instrumento Particular de Acordo.

[3] 10.7 O presente Acordo é regido pelas leis brasileiras.

[4] Doc. 3 - Cartão CNPJ comprovando a baixa da empresa.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

6. Buscando angariar pedidos de compra dos produtos da SUMMIT EUA, JOSÉ LOURENÇO valeu-se, de fato, dos serviços de sua esposa, ÉRIKA, que passou, assim, a também atuar no sentido de realização do objeto social da SUMMIT BRASIL.

7. Contudo, o relacionamento comercial entre SUMMIT BRASIL e SUMMIT EUA e, por isso aquele igualmente mantido entre CÉSAR, JOSÉ LOURENÇA e ÉRIKA, encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021 e por iniciativa de JOSÉ LOURENÇO, após o que as partes iniciaram tratativas no sentido de dissolver a SUMMIT BRASIL e encerrar todas as relações comerciais que as ligavam.

8. Essas tratativas iniciais, entretanto, foram infrutíferas, tendo o relacionamento das partes se deteriorado, após o que JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, utilizando-se de redes sociais, especialmente do *Facebook*, passaram a desferir ofensas, ataques e vis acusações contra a pessoa de CÉSAR. Além de dirigirem-lhe ameaças, chantagens e a praticarem atos visando afetar a sua honra e imagem perante terceiros.

9. Por força disso, AUTORES e RÉUS firmaram, em 30 de agosto de 2021, INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO (o "ACORDO") com intuito de se preservarem o bom nome e a imagem de CÉSAR, de sua família e da SUMMIT EUA (*cfr.* Doc. 3).

10. Assim é que as partes pactuaram que JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA deixariam de proferir ataques aos ora AUTORES, por quaisquer meios e formas e pelo período de 30 (trinta) anos, sob pena de multas e, em contrapartida, receberiam, como indenização pelos serviços prestados e como garantia de encerramento da SUMMIT BRASIL, o valor de EUR 27.000,00 (vinte e sete mil euros), e que lhes foi regular e prontamente pago (*cfr.* Doc. 4)[5].

11. Essa foi a forma encontrada por CÉSAR e pela SUMMIT EUA para preservarem seu bom nome, imagem e, especialmente, alcançarem tranquilidade para continuarem suas atividades, deixando de direcionar energia à resposta e controle

[5] Doc. 4 – Comprovante de pagamento da indenização pactuada.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

da companha difamatória e persecutória de que lançavam mão JOSÉ LOURENÇO e ERIKA nas redes sociais, o que se percebe pela análise das obrigações expressa e contratualmente assumidas por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA e contraentes da Cláusula 1, item (ii), do ACORDO firmado:

> (ii) Os Segundos Contratantes obrigam-se (a) a abster-se de emitir quaisquer comentários em redes sociais ou qualquer espécie de mídia escrita ou digital dos Primeiros Contratantes, sociedades em que participem directa ou indirectamente, seus sócios, titulares, representantes, empregados, contratados, incluindo os respetivos parentes e afins e terceiros de seu relacionamento (as "Obrigações em Redes Sociais"), assim como (b) praticar quaisquer ameaças ou atos que importem no desrespeito à imagem, à honra, à reputação, à incolumidade física dos Primeiros Contratantes, sociedades em que participem directa ou indirectamente seus sócios, titulares, representantes, empregados, contratados, incluindo os respetivos parentes e afins e terceiros de seu relacionamento, conforme melhor descrito na cláusula 4 abaixo ("Obrigações na Esfera Penal"), (c) a retirar as Queixas-Crime dos Primeiros Contratantes, observado do disposto na cláusula 3 abaixo ("Obrigações de Retratação dos Segundos Contratantes") e, ainda, (d) a abster de pleitear quaisquer valores adicionais dos Primeiros Contratantes e da Summit Brasil, bem como de qualquer pessoa com estas relacionada em qualquer qualidade, a qualquer título, conforme descrito na cláusula 5 abaixo ("Obrigações Pecuniárias"), sendo em conjunto as Obrigações em Redes Sociais, as Obrigações na Esfera Penal, as Obrigações de Retratação dos Segundos Contratantes e as Obrigações Pecuniárias designadas "Obrigações dos Segundos Contratantes".

12. E a cessação dos ataques era de tal forma importante que se fixou multa, no valor de EUR 20.000,00 (vinte mil euros), a ser aplicada por cada ato difamatório e/ou violador das obrigações assumidas e que fossem, a partir de então, praticados pelos RÉUS (*cfr.* Doc. 2 - Cláusula 8.1)[6].

[6] 8.1 O descumprimento de qualquer obrigação ou a inveracidade de qualquer declaração, prevista neste Acordo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa no valor de EUR 20.000,00 (vinte mil euros), por obrigação inadimplida e/ou declaração inverídica, sem prejuízo das medidas ilegais cabíveis e a reparação dos danos excedentes, diretos ou indiretos, eventualmente incorridos pela parte inocente ou a quem esteja sujeita a indenizar.

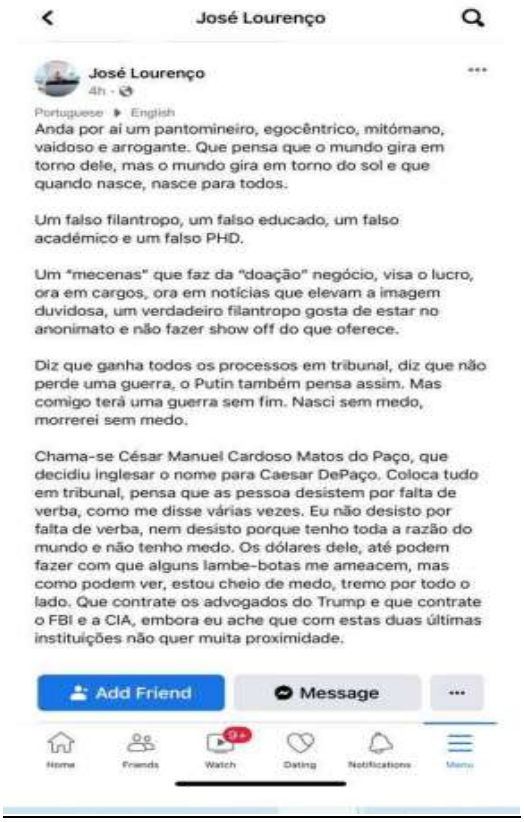
+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

13. Apesar disso, já em setembro de 2022, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA retomaram suas práticas lesivas e em grave violação ao quanto pactuado (*cfr.* Doc. 5)[7]:



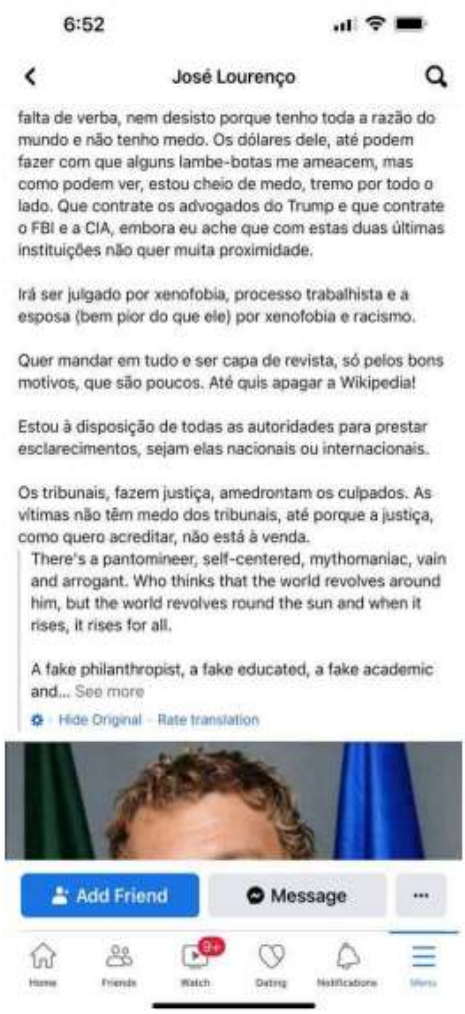


[7] Doc. 5 - Relação das postagens inseridas no *Facebook.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS



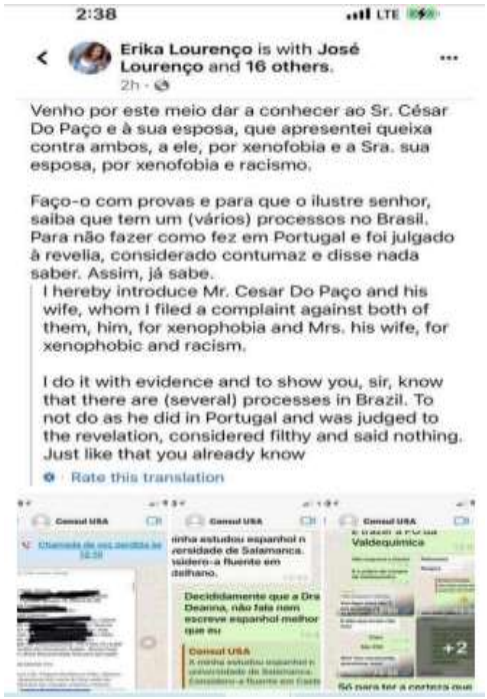




+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS



14. E, não obstante os caluniosos comentários publicados no *Facebook* que, por si, caracterizam o referido inadimplemento do ACORDO firmado, a reclamar que contra os RÉUS sejam aplicadas <u>as penalidades insculpidas na Cláusula 8.1</u>, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA também passaram a encaminhar *e-mails* (*Cfr.* Doc. 6)[8] <u>com ameaças, coações e intimidações</u>, expondo CÉSAR aos mais variados tipos de constrangimentos.

[8] Doc. 6 - Lista de *e-mails* endereçados a César contendo ameaças e intimidações.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

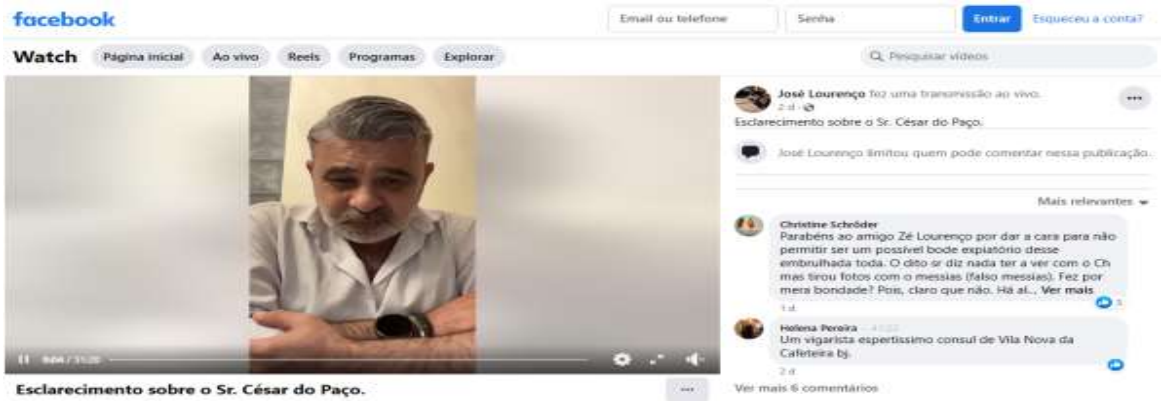
---------- Forwarded message ---------
From: **José Lourenço** <jose.lourenco2911@gmail.com>
Date: Mon, Sep 5, 2022 at 10:19 AM
Subject: Brasil III
To: Caesar DePaço <cd@summitnutritionals.com>
Cc: Ana Cristina Santos <ana@summitnutritionals.com>

Meu caro, não lhe vou dar descanso, irei atrás de si até aos mármores quentes do inferno ou até que o inferno se apague.

Vc não cumpre nada, não tem palavra, assuma-se como homem. Fodeu-me a vida, mas eu acabo com a sua imagem, castelo e reinado também. Nunca brinque com um homem que não tem nada a perder.

Está habituado a brincar com tudo e com todos, mas comigo o filme é diferente. Quero que se fodam os contratos leoninos que mandou fazer, tudo ao seu belo prazer e gosto. Eu cumpri a minha parte, não cumpriu a sua. Incompetência pura e desleixo total, Como dono da empresa, tinha e tem o imperativo de estar informado da minha saida, não o fez. Resolva isto. Quero ver o todo poderoso e que resolve sempre tud[illegible], o homem de honra e de palavra que sempre disse ser. Onde está? Escondido debaixo das saias da mulher? Seja homem e mostre o que sabe, usa armas aproveite para marcar um encontro comigo, só os dois. Um de nós ficará lá. Só marcar que eu já estou a caminho.

15. Como se tudo isso já não bastasse, recentemente, em 14 de maio de 2023, JOSÉ LOURENÇO publicou vídeo no *Facebook*[9] atribuindo a CÉSAR a prática de posturas desonrosas, aviltantes e depreciativas:



16. Como se vê, a postura levada a cabo por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA não apenas viola os termos do ACORDO, como também a própria Lei, configurando-se, cada um de seus atos, **e foram 8 (oito) os registrados e que são objeto da presente demanda**, em ilícito a reclamar reparação.

17. A exemplo do Brasil, JOSÉ LOURENÇO também publicou vídeo de natureza ofensiva em Portugal, como confirma a postagem destacada a seguir, cujo *link* ora

[9] https://www.facebook.com/100043817985557/videos/613207367411296/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

se disponibiliza para ciência (https://cheganos.com/ex-lider-do-chega-porto-afirma-que-cesar-do-paco-financiou-o-partido-de-andre-ventura-e-era-o-militante-no-918-video/)

Posted by Chegano on 14 de Maio, 2023 0 Comments



18. Assim como ocorre neste caso, foi necessário a intervenção do Judiciário daquele país para repelir as agressões desferidas injustamente a CÉSAR, conforme se verifica da reportagem em referência (*Cfr.* Doc. 7)[10].

19. Destarte, sendo patente o inadimplemento por parte de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, à evidência dos atos realizados à margem da Lei e do ACORDO (postagens de comentários e vídeos depreciativos, *e-mails* etc.), promove-se a presente ação recorrendo ao Judiciário para fazer (i) cessar imediatamente as ofensas cotidianas e ilegais promovidas por JOSÉ LOURENÇO, como também para cobrar as indenizações decorrentes do contrato e da lei.

[10]Doc. 7. Arquivo da matéria em questão (https://onovo.pt/politica/cesar-do-paco-todos-aqueles-que-atentaram-contra-o-meu-bom-nome-irao-ser-responsabilizados-GF15238718)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

III - DAS RAZÕES JURÍDICAS PARA A PROCEDÊNCIA DA DEMANDA

III.1 - DO MANIFESTO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

20. O inadimplemento deve ser encarado como a (i) falta da prestação devida, ou, como ocorre aqui, a (ii) não observância de alguma obrigação assumida pela parte, ainda que de natureza negativa, perfazendo-se o inadimplemento pela prática da conduta vedada.

21. As consequências do inadimplemento, por sua vez, são o surgimento do dever de indenizar os danos causados à parte inocente (CC, art. 389 e 390) e, não obstante, a aplicação ao "devedor" das penalidades previstas em contrato (ACORDO), desde que, culposamente, deixe de cumprir com as obrigações ali estabelecidas.

22. E há que se lembrar que às partes contratantes se impõe o dever de agir sempre de boa-fé e no sentido de evitar a violação às obrigações livremente pactuadas e assumidas, como estatui o art. 422, do Código Civil:

> Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

23. Por outro lado, ao agir de forma a deixar de cumprir as obrigações assumidas, ou seja, pelo inadimplemento, a parte faltosa atrai para si o dever de pagar as multas, penas e reparações a que contratualmente se obrigou, como também estatuído pelos arts. 408 e 409 do Código Civil:

> Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
>
> Art. 409. A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora.

24. Ora, mas como se viu, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA comprometeram-se a não praticar condutas estabelecidas na Cláusula 1, item (ii), do Acordo, sob pena de incidência da penalidade prevista na Cláusula 8.1, mas a partir de setembro de 2022

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

retomaram a realização de ameaças, difamações e ataques, culminando na edição e publicação de vídeo.

25. Por força disso, devem os Réus serem condenados ao pagamento de multa no valor de EUR 20.000,00 (vinte mil euros), **por ato praticado**, a serem convertidos em moeda nacional na data da prática lesiva, conforme a planilha de cálculos anexa (*cfr.* Doc. 8)[11].

26. Além disso, também recai sobre o "inadimplente" o dever de indenizar a parte inocente nos prejuízos que sofreu, conforme estabelece o artigo 389[12] do Código Civil.

27. Vale registrar que os valores decorrentes da aplicação das multas e da indenização fixada a título de danos morais serão revertidos para uma instituição de caridade, preferencialmente voltada para o auxílio e tratamento de crianças com doenças graves, que será escolhida por CÉSAR quando do desfecho do feito.

28. Tendo JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA descumprido com a obrigação assumida no ACORDO, mediante o desrespeito a Cláusula 1ª, mister que sejam compelidos ao pagamento das multas acordadas, declarando-se por sentença o inadimplemento por culpa exclusiva dos Requeridos, bem como a repararem os danos morais devidos a CÉSAR.

III.2 - DA NECESSIDADE DE REMOÇÃO DOS CONTEÚDOS OFENSIVOS

29. Objetiva-se, com a presente demanda, compelir JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA ao pagamento da multa correspondente a R$ 855.728,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais), em razão da prática de 8 (oito) atos em violação ao quanto disposto em ACORDO, afinal voltaram à prática das condutas ilustradas

[11] Doc. 8 - Planilha de conversão da multa para moeda nacional.

[12] Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

acima, bem como ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos por CÉSAR.

30. Repisa-se que as postagens, os comentários e o vídeo veiculados na internet (*Facebook)* por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, em referência à CÉSAR, para além de violarem os termos do ACORDO, configuram verdadeiro ato ilícito, na medida em que o expõem à situação vexatória publicamente na rede mundial de computadores.

31. Não há dúvidas que os conteúdos publicados são desprovidos de qualquer veracidade e maculam a honra e a boa imagem de CÉSAR, pelo que são passíveis de imediata remoção por ordem desse MM. Juízo e consoante o disposto no § 4º, art. 19, da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

32. Da mesma forma se diz em relação aos reiterados *e-mails* encaminhados por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA à CÉSAR, verdadeiro *stalking*, cujos teores são carregados de ameaças e coações. Tais *e-mails* não apenas causam receios e transtornos a pessoa de CÉSAR*,* como também a seus familiares, expondo-lhe a uma situação extremamente constrangedora.

33. Ora, sendo patente o inadimplemento do ACORDO e, sobretudo, a ilicitude das condutas praticadas, bem assim pelo caráter lesivo dos conteúdos veiculados por meio do *Facebook* e dos *e-mails* enviados, não há razões para que se esteja a tolerar a manutenção dessas manifestações para que sejam livremente acessados na *internet* e por meio de redes sociais.

34. Faz-se necessário que os conteúdos publicados no *Facebook* envolvendo o nome de CÉSAR sejam prontamente removidos, determinando-se, complementarmente, que os Réus se abstenham de realizarem novas postagens de cunho ofensivo e, ademais, deixem de enviar e-*mails* com ameaças e coações, sob pena de incidência de multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil Reais).

35. Nesse sentido é o entendimento do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO ("TJSP"), ao se manifestar favoravelmente sobre a possibilidade de exclusão de conteúdos difamatórios de plataformas digitais, quando as postagens impuserem

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

danos a terceiros, inclusive com a responsabilização do provedor, quando do não atendimento da ordem judicial.

> APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE FAZER. RETIRADA DE POSTAGENS DISPONIBILIZADAS NA INTERNET. **Autor pretende que os réus sejam compelidos a retirar postagens ofensivas veiculadas na rede social Facebook, bem como indenização pelos danos morais que alega ter sofrido**. Sentença de procedência. Apelos de ambas as partes. Facebook que foi notificado extrajudicialmente para remoção das páginas com evidente utilização não autorizada do nome e imagem do autor com conteúdo nitidamente ofensivo e se manteve inerte. Responsabilidade solidária pelos danos morais causados ao autor. Marco Civil da Internet que deve ser interpretado de forma a equilibrar os direitos fundamentais e os princípios da priorização da solução amigável dos conflitos e da economia processual. Corréu Facebook que tinha elementos suficientes para atender a notificação extrajudicial e optou por agir de forma a contribuir para a ocorrência e a extensão do dano. Precedentes deste E. TJSP. Insurgência da autora em relação ao valor arbitrado em sentença. Danos morais fixados em R$ 8.000,00. Atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Alegação de que não houve nexo de causalidade ou defeito no serviço, que tenha dado causa aos fatos objeto da ação Descabimento. Autores que tentaram se valer dos meios de denúncia disponibilizados pela própria ré, sem qualquer resposta desta Inércia que concorreu para a manutenção dos fatos. Sentença mantida. Recursos não providos.
>
> (TJSP; Apelação Cível 1004353-72.2021.8.26.0344; Relator (a): Lia Porto; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Marília - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/05/2023; Data de Registro: 04/05/2023) (grifo nosso)

> "APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C.C. OBRIGAÇÃO DE FAZER. **Pleito fundado em publicação de imagem acompanhada de texto em página da rede social 'Facebook', cujo conteúdo, além de inverídico, teria ofendido a honra objetiva da entidade autora**. Sentença de parcial procedência dos pedidos para condenar o réu a remover da rede social a publicação realizada. Irresignação da autora. Pretensão de indenização por danos morais em razão da ofensa à sua honra objetiva. Possibilidade, em tese, de que a pessoa jurídica seja alvo de dano moral (Súmula nº 227 do STJ). Precedentes do STJ. Caso dos autos, contudo, que a parte autora não logrou demonstrar que, em razão da publicação do réu, teve seu bom

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

nome, reputação ou credibilidade afetados, diminuição na procura pelos atendimentos de saúde prestados ou prejuízos relacionados a eventual redução de subsídios públicos (artigo 373, inciso I, do CPC). Postagem que, tendo por base a prova produzida pela autora, sequer gerou repercussão na rede social em que publicada. Sentença confirmada. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO". (V.41464).

(TJSP; Apelação Cível 1005949-81.2021.8.26.0606; Relator (a): Viviani Nicolau; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Privado; Foro de Suzano - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/05/2023; Data de Registro: 02/05/2023)

Agravo de instrumento – **Tutela provisória requerida em caráter antecedente – Determinação de (i) remoção imediata da publicação realizada pela corré em grupo constante do réu Facebook** e (ii) fornecimento, em cinco (5) dias, dos dados como IP, nome, sobrenome, CPF e RG utilizados pelos usuários, seus e-mails, data em que o cadastro foi realizado e demais informações que permitam a identificação dos responsáveis pelos comentários e compartilhamento da postagem – Decisão bem específica quanto à postagem que deve ser excluída, bem como em relação aos usuários que devem ser identificados – URL's informadas pelos agravados – Caracterização do dever de identificação dos usuários e de disponibilização dos endereços de IP e registros de acesso – Descabimento do fornecimento dos demais dados determinados na origem, de caráter pessoal – Provimento da insurgência somente neste aspecto – Publicação que contém relato de situação análoga à escravidão e demais informações que ultrapassam o direito de liberdade de expressão – Manutenção da remoção determinada – Recurso provido, em parte.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2285158-39.2022.8.26.0000; Relator (a): César Peixoto; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Foro de Sorocaba - 7ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 21/03/2023; Data de Registro: 21/03/2023) (grifo nosso)

OBRIGAÇÃO DE FAZER. **Exclusão de perfil criado na rede social "Facebook", que publicou mensagens ofensivas à honra e à imagem do autor, bem como exclusão das respectivas publicações**. Ação julgada parcialmente procedente. Recurso interposto somente pelo autor, circunscrito a pedir a condenação da ré ao pagamento de honorários e fixação de astreintes em razão do cumprimento tardio da ordem judicial. Ônus sucumbenciais não podem ser imputados à ré, diante da inexistência de situação de manifesta ilegalidade das postagens em rede social, a impedir a retirada na via administrativa. Eventuais astreintes devem ser executadas na fase de cumprimento de sentença, não cabendo, no momento, tratar do descumprimento da ordem judicial. Recurso improvido.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

(TJSP; Apelação Cível 1020636-29.2021.8.26.0100; Relator (a): Francisco Loureiro; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 43ª Vara CÍvel; Data do Julgamento: 10/03/2023; Data de Registro: 10/03/2023) (grifo nosso)

36. Finalmente, uma vez demonstradas as razões que autorizam a pretensão ora almejada, aliado aos fartos precedentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, imperioso que se determine, em sede de tutela provisória de urgência (§ 4º, art. 19, da Lei 12.965/2014) a imediata remoção das postagens, dos comentários e dos vídeos em referência a CÉSAR, publicados indevidamente por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA no *Facebook*, determinando-se, ainda, que os RÉUS se abstenham de encaminhar novos *e-mails* com ameaças e coações, sob pena de multa diária a ser arbitrada por este MM. Juízo.

IV- DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

37. Paralelamente às circunstâncias expostas acima, válido consignar que a manutenção das postagens, dos comentários e dos vídeos em referência a CÉSAR é situação que continua a acarretar danos.

38. CESAR é um empresário bem estabelecido, com negócios em vários países, de renome e depende sempre de sua imagem para a realização de suas atividades, mormente porque atua no ramo de produção de suplementos alimentares endereçados àqueles acometidos por moléstias.

39. A eventual manutenção das postagens no *Facebook* resulta em severos constrangimentos perante terceiros, os quais, alheios à realidade dos fatos, podem associar o nome de CÉSAR a um inadimplente contumaz.

40. Não bastassem os impactos negativos que sofre ele publicamente, ainda é transtornado em sua vida privada pelos comentários e indagações que as publicações de cunho depreciativos geram, sem dizer das ameaças diretas que por *e-mail* continua a sofrer juntamente com seus familiares.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

41. Assim é que, identificada à existência do direito de CÉSAR, como também dos prejuízos a que ele se encontra exposto, justifica-se a concessão da tutela provisória de urgência, para fins de imediata remoção dos conteúdos ofensivos ora apontados.

42. Com efeito, estabelece o § 4º, art. 19, da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que:

> Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.
> (...)
>
> § 4º O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º , poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

43. Dessa maneira, estando preenchidos os requisitos exigidos em Lei, autorizada está a concessão da tutela de urgência, como também ratifica o art. 300, do Código de Processo Civil, *in verbis;*

> Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

44. No presente caso, a probabilidade do direito de CÉSAR, ou, o "*fumus boni iuris"*, consiste na demonstração da ilegalidade dos atos praticados por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, margeados nas publicações indevidas, em nítido desrespeito à Lei e ao ACORDO.

45. Já o perigo de dano ou, ainda, o *"periculum in mora",* repousa nos embaraços enfrentados diariamente por CÉSAR em razão da exposição negativa de seu nome perante a sociedade, consequência das publicações e vídeos mantidos por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA em redes sociais.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

46. Ademais, cumpre consignar a total reversibilidade das medidas pleiteadas, além da prestação da garantia aludida no art. 83, do Código de Processo Civil, mediante depósito judicial a ser realizado após a distribuição do presente feito.

47. É imprescindível, portanto, que, para além da imediata remoção dos conteúdos publicados no *Facebook*, seja determinado aos Requeridos que se abstenham de realizarem novas postagens e, ainda, de encaminharem novos *e-mails* contendo ameaças e coações, sobre pena de multa a se arbitrada por este MM. Juízo.

48. Esse, aliás, é o atual posicionamento do E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO quando do enfretamento de casos análogos, sobretudo envolvendo a ocorrência de danos à imagem das pessoas, por intermédio da *internet*:

> TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. Obrigação de fazer c.c. pedido de tutela provisória de urgência e pedido de indenização por danos morais. Contas de rede social utilizadas para ataques à honra dos autores. Probabilidade do direito e risco ao resultado útil do processo. Reconhecimento. Presença dos requisitos autorizadores do provimento antecipatório. Inteligência do artigo 300 do CPC. Determinação de suspensão da disponibilidade das contas indicadas na petição inicial. Necessidade para assegurar a cessação do dano à imagem dos autores. Reversibilidade da medida. Preservação que se impõe, ante o caráter provisório do provimento. Exclusão integral e definitiva das contas. Descabimento. Fornecimento de informação referente às portas lógicas utilizadas para realização das postagens ofensivas. Dado que integra o conjunto de informações componente do registro de acesso a aplicações de internet. Inteligência do artigo 5º, inciso VIII, da Lei nº 12.965/2014. Precedentes. Multa cominatória. Admissibilidade, na forma dos artigos 536 e 537, ambos do CPC. Redução. Descabimento. Adequação e proporcionalidade na fixação do "quantum". Decisão parcialmente reformada. RECURSO DOS AUTORES PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO DA RÉ NÃO PROVIDO.
>
> (TJSP; Agravo de Instrumento 2215736-74.2022.8.26.0000; Relator (a): Fernando Sastre Redondo; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 38ª Vara Cível; Data do Julgamento: 19/12/2022; Data de Registro: 19/12/2022)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

49. Por todo o contexto fático, acrescido das razões de direito e dos recentes precedentes que norteiam a aplicação do Direito à situação ora descrita, mister seja determinado, em sede de tutela provisória de urgência; a (i) imediata remoção das postagens, dos comentários e dos vídeos em referência a CÉSAR, publicados indevidamente por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA à CÉSAR na plataforma *Facebook* e, ademais, (ii) a proibição do encaminhamento de novos *e-mails* com ameaças e coações e a realização de novas postagens e/ou publicações, sob pena de multa diária a ser arbitrada por este MM. Juízo no valor sugerido de R$10.000,00 (dez mil reais) por ato violador da ordem judicial proferida.

V – DA REPARAÇÃO DOS DANOS

50. É incontroverso que CÉSAR sofreu danos de natureza moral, diante das publicações ofensivas realizadas em seu nome através do *Facebook*, reflexos da postura ilícita de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA.

51. Tendo em vista que as publicações se deram em desrespeito ao ACORDO firmado entre as partes e, naturalmente, lançados na contramão da Lei, patente se verifica o agir ilícito por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA.

52. A partir da comprovação do ilícito, com a consequente violação da imagem de CÉSAR, de modo a causar abalo à honra e a sua boa imagem, evidente o dano moral.

53. Tais transtornos não podem, e não devem ficar alocados ao plano do mero dissabor, face à situação vexatória e desabonadora que representam perante a sociedade.

54. Quanto ao ato ilícito, válida a reprodução do conceito fornecido pelo Código Civil:

> Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

55. É também no Código de Civil, em seu art. 927, que encontramos a previsão relativa à obrigação de reparação dos danos causados a terceiros em razão da prática de ato ilícito:

> Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

56. Com relação à obrigação imposta ao causador do dano, como instrumento necessário à sua reparação, SÉRGIO CAVALIERI FILHO acrescenta:

> O Código Civil, no título que figura em cima do seu art. 927 (Parte Especial, Livro I, Título IX), categoriza o dever de indenizar como uma obrigação. Vale dizer, ente as modalidades de obrigações existentes (dar, fazer e não fazer), o Código incluiu mais um - a obrigação de indenizar.
>
> Sempre se disse que o ato ilícito é uma das fontes de obrigação, mas nunca a lei indicou qual seria essa obrigação. Agora, o Código diz – aquele que comete ato ilícito fica obrigado a indenizar. A responsabilidade civil opera a partir do ato ilícito, como o nascimento da obrigação de indenizar, que tem por finalidade tornar indemne o lesado, colocar a vítima na situação em que estaria sem a ocorrência do fato danoso.[13]

57. Destarte, a postagem de conteúdo ofensivo em plataforma digital gera direito à indenização por dano moral, conforme a jurisprudência pacífica do E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO:

> "APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C.C. OBRIGAÇÃO DE FAZER. Pleito fundado em publicação de imagem acompanhada de texto em página da rede social 'Facebook', cujo conteúdo, além de inverídico, teria ofendido a honra objetiva da entidade autora. Sentença de parcial procedência dos pedidos para condenar o réu a remover da rede social a publicação realizada. Irresignação da autora. Pretensão de indenização por danos morais em razão da ofensa à sua honra objetiva. Possibilidade, em tese, de que a pessoa jurídica seja alvo de dano moral (Súmula nº 227 do STJ). Precedentes do STJ. Caso dos autos, contudo, que a parte autora não logrou demonstrar que, em razão da publicação do réu, teve seu bom nome, reputação ou

[13] FILHO, Sergio Cavalieri. Programa de Responsabilidade Civil, 10ª Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2012.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

> credibilidade afetados, diminuição na procura pelos atendimentos de saúde prestados ou prejuízos relacionados a eventual redução de subsídios públicos (artigo 373, inciso I, do CPC). Postagem que, tendo por base a prova produzida pela autora, sequer gerou repercussão na rede social em que publicada. Sentença confirmada. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO". (V.41464).
>
> (TJSP; Apelação Cível 1005949-81.2021.8.26.0606; Relator (a): Viviani Nicolau; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Privado; Foro de Suzano - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/05/2023; Data de Registro: 02/05/2023).

58. No presente caso estão presentes todos os elementos indispensáveis à configuração do dano, quais sejam, (i) fato lesivo voluntário; (ii) ocorrência de um dano; e (iii) nexo de causalidade entre o prejuízo e comportamento do agente, sendo indiscutível a responsabilidade dos Requeridos.

59. Quanto ao valor da indenização, quando se trata de dano extrapatrimonial, razoável arbitrar o *quantum* que se preste à recomposição do prejuízo, levando em conta a extensão dos danos ocasionados a CÉSAR, o perfil econômico do agente danoso e os efeitos pedagógicos da decisão jurisdicional, que visem reprimir a reincidência de novas práticas lesivas.

60. Diante do exposto, requer seja a indenização decorrente do dano extrapatrimonial arbitrada em R$ 10.000,00 (dez mil reais), de forma a recompor o prejuízo causado, considerando as peculiaridades do caso e os precedentes jurisprudenciais que versam sobre o assunto.

VI – <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>

61. A situação, do ponto de vista fático, parece muito clara, não havendo o que controverter quanto à conduta ilegal e abusiva praticada por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, na medida em que foi praticada em desacordo com a Lei e com o ACORDO firmado entre as partes.

62. Diante disso, necessária a atuação do Judiciário para evitar a perpetuação sistemática de danos a que CESAR e SUMMIT EUA vêm sofrendo, bem como para viabilizar a indenização reparação dos citados danos.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

VII – PEDIDOS E REQUERIMENTOS

63. Face ao exposto e analisado, pugnam CÉSAR e SUMMIT EUA pela concessão de tutela provisória de urgência, a fim de que:

(i) seja determinado, com base no poder geral de cautela e, em sede de tutela provisória de urgência, em ofício a ser dirigido ao *Facebook*, a imediata remoção das aludidas postagens com comentários e dos vídeos em referência a CÉSAR, publicados indevidamente por José Lourenço e ÉRIKA na plataforma, pelo que se disponibiliza, desde logo, e para efeito de individualização dos conteúdos ofensivos, os respectivos *links* das postagens *(Cfr.* Anexo I)[14], os quais deverão integrar o ofício endereçado ao provedor para o efetivo cumprimento do comando judicial;

(ii) a proibição de publicação de novos conteúdos nesse sentido (em alusão a CÉSAR), bem como do envio de novos *e-mails* com ameaças e coações, sobre pena de multa diária a ser arbitrada por este MM. Juízo em R$10.00,00 (dez mil reais) por ato violador praticado a partir de então.

64. ALÉM DISSO, requer a V. Exa. e quando da prolação de decisão de mérito:

a) com a confirmação da tutela outorgada, a procedência da presente ação para condenar JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA ao pagamento da multa estabelecido na Cláusula 8.1 do ACORDO, correspondente a R$ 855.728,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais), declarando-se seu inadimplemento por culpa exclusiva do Requeridos;

b) a condenação de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo em vista as peculiaridades do caso;

c) a citação de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de revelia;

[14] **Anexo I**: Relação das postagens, acompanhadas dos respectivos links para a remoção.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

d) seja, ao final, julgada totalmente procedente a demanda, condenando JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA em custas processuais e honorários advocatícios;

e) sejam provados os fatos alegados por todos os meios de prova em direito admitidos, para comprovação de seu direito e de suas alegações, sem exceção de quaisquer, que serão requeridas no momento processual oportuno.

Requer, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor R$ 865.728,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais)

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 23 de maio de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I

1) Das postagens realizadas por JOSÉ LOURENÇO



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02e6UyA58s8rSFiaDpEz64QfXsuHgpBTVpSc2HFPzxDXMw1qF6hkgd1oAJwHfXDxmGl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0HegS8j88L8PevGLgPBvM2zftwvpSBHwSQLmjmbGrpQhY2EdGmBwp5N8vL965QjZKl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/613207367411296/

2) Da postagem realizada por ERIKA;



HTTPS://M.FACEBOOK.COM/STORY.PHP?STORY_FBID=PFBID037XTPRY7DD9D4WPVDADCS5OKX5JA1617TQQGTWCWUKW7UCYDSNNTVIORBKTRDHC4ZL&ID=100039174106847&MIBEXTID=NIF5OZ

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G6owEBs0.

STATE OF NEW JERSEY
DEPARTMENT OF THE TREASURY
DIVISION OF REVENUE AND ENTERPRISE SERVICES
SHORT FORM STANDING

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC.
0100842076

I, the Treasurer of the State of New Jersey, do hereby certify that the above-named New Jersey Domestic For-Profit Corporation was registered by this office on February 09, 2001.

As of the date of this certificate, said business continues as an active business in good standing in the State of New Jersey, and its Annual Reports are current.

I further certify that the registered agent and office are:

CAESAR DEPACO
29 ROCKAWAY ROAD
LEBANON, NJ 08833

IN TESTIMONY WHEREOF, I have hereunto set my hand and affixed my Official Seal at Trenton, this 19th day of May, 2023

Elizabeth Maher Muoio
State Treasurer

Certificate Number : 6143282804

Verify this certificate online at

https://www1.state.nj.us/TYTR_StandingCert/JSP/Verify_Cert.jsp

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código KFMLcXRW.

APOSTILLE

(CONVENTION DE LA HAYE DU 5 OCTOBRE 1961)

1. COUNTRY: UNITED STATES OF AMERICA

2. THIS PUBLIC DOCUMENT HAS BEEN SIGNED BY:
SAMANTHA CALDERON

3. ACTING IN THE CAPACITY OF:
NOTARY PUBLIC OF NEW JERSEY

4. BEARS THE SEAL/STAMP OF:
SAMANTHA CALDERON, NOTARY

CERTIFIED

5. AT TRENTON, NEW JERSEY

6. THE 22ND DAY OF MAY 2023

7. BY: Elizabeth Maher Muoio
State Treasurer

8. NO: A853187

9. SEAL/STAMP:

10. SIGNATURE

Elizabeth Maher Muoio
State Treasurer

Certificate Number: 144988196
Verify this certificate at
https://www.njportal.com/DOR/businessrecords/Validate.aspx

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código KFMLcXRW.

SAMANTHA CALDERON
Notary Public, State of New Jersey
Comm. # 50081382
My Commission Expires 5/8/2028

PROCURAÇÃO

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC., sociedade constituída e existente sob as leis norte americanas, com sede em 29 Rockaway Road, Lebanon, Nova Jersey, 08833, Estados Unidos da América, e com filial em Portugal na Rua Armando Villar, lote 42, 1º Dto., Edifício Atlântico, 2750-777, Cobre, Cascais, neste ato representado por **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO,** português, casado, administrador de empresas, natural da freguesia da Madalena, distrito da Horta, Açores, portador do Passaporte Português CB522863, válido até 28.05.2025, inscrito com o número de identificação fiscal NIF 188303413 (Portugal), residente em 141 Mountain Top Road Bernardsville, New Jersey, 07924, Estados Unidos da América, pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 240.457, **TAARIK DE FREITAS CASTILHO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 257.528, **JOÃO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI**, inscrito na OAB/SP sob o nº 276.690, e **CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA**, inscrita na OAB/SP sob nº 297.095, todos membros do escritório **PAULO FRANCO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.902.086/0001-90, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de São Paulo sob nº 13.276, em sessão de 20 de junho 2011, com endereço profissional na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo – SP, a quem outorga poderes para tratativas extrajudiciais, bem como para o foro em geral e aqueles contidos na cláusula "ad judicia" (art. 105 do Código de Processo Civil), conferindo-lhes, ainda, poderes para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, retirar guias e/ou alvarás de levantamento, podendo substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, tudo o que for necessário para a defesa de seus interesses e o cumprimento deste mandato.

New Jersey, 12 de maio de 2023.

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC.,
CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO

The Somerset County Chamber of Commerce, a recognized Chamber of Commerce under the laws of the State of New jersey, has examined the manufacturer's invoice and shipper's affidavit concerning the origin of the merchandise, and according to the best of its knowledge and belief, finds that the products named originated in the United States of North America, relying on the exporter's representation.

Somerset County
Chamber of Commerce
360 Grove Street
Bridgewater, NJ 08807

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código KFMLcXRW.

APOSTILLE

(CONVENTION DE LA HAYE DU 5 OCTOBRE 1961)

1. COUNTRY: UNITED STATES OF AMERICA

2. THIS PUBLIC DOCUMENT HAS BEEN SIGNED BY:
SAMANTHA CALDERON

3. ACTING IN THE CAPACITY OF:
NOTARY PUBLIC OF NEW JERSEY

4. BEARS THE SEAL/STAMP OF:
SAMANTHA CALDERON, NOTARY

CERTIFIED

5. AT TRENTON, NEW JERSEY

6. THE 22ND DAY OF MAY 2023

7. BY: Elizabeth Maher Muoio
State Treasurer

8. NO: A853188

9. SEAL/STAMP:

10. SIGNATURE

Elizabeth Maher Muoio
State Treasurer

Certificate Number: 144988202
Verify this certificate at
https://www.njportal.com/DOR/businessrecords/Validate.aspx

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código cLNarROM.

PROCURAÇÃO

CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, português, casado, administrador de empresas, natural da freguesia da Madalena, distrito da Horta, Açores, portador do Passaporte Português CB522863, válido até 28.05.2025, inscrito com o número de identificação fiscal NIF 188303413 (Portugal), residente em 141 Mountain Top Road Bernardsville, New Jersey, 07924, Estados Unidos da América, pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 240.457, **TAARIK DE FREITAS CASTILHO**, inscrito na OAB/SP sob o nº 257.528, **JOÃO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI**, inscrito na OAB/SP sob o nº 276.690, e **CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA**, inscrita na OAB/SP sob nº 297.095, todos membros do escritório **PAULO FRANCO – SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.902.086/0001-90, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de São Paulo sob nº 13.276, em sessão de 20 de junho 2011, com endereço profissional na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo – SP, a quem outorga poderes para tratativas extrajudiciais, bem como para o foro em geral e aqueles contidos na cláusula "ad judicia" (art. 105 do Código de Processo Civil), conferindo-lhes, ainda, poderes para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, retirar guias e/ou alvarás de levantamento, podendo substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, tudo o que for necessário para a defesa de seus interesses e o cumprimento deste mandato.

New Jersey, 12 de maio de 2023.

CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO

The Somerset County Chamber of Commerce, a recognized Chamber of Commerce under the laws of the State of New jersey, has examined the manufacturer's invoice and shipper's affidavit concerning the origin of the merchandise, and according to the best of its knowledge and belief, finds that the products named originated in the United States of North America, relying on the exporter's representation.

Somerset County
Chamber of Commerce
360 Grove Street
Bridgewater, NJ 08807

SAMANTHA CALDERON
Notary Public, State of New Jersey
Comm. # 50081382
My Commission Expires 5/8/2028

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código cLNarROM.

Tipo de Documento

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO Acordo Privado

Pelo presente instrumento, as partes a seguir identificadas:

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC., sociedade constituída e existente sob as leis norte-americanas, com sede em 29 Rockaway Road, Lebanon, New Jersey 08833, Estados Unidos da América, e com filial em Portugal na Rua Armando Villar, lote 42, 1º Dto., Edifício Atlântico, 2750-777 Cobre, Cascais, neste ato representada por Dr. César Manuel Cardoso Matos DePaço ("Summit Nutritionals");

CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, português, casado, administrador de empresas, natural da freguesia da Madalena, distrito da Horta, Açores, portador do Passaporte Português n. CB522863, válido até 28.05.2025, inscrito com o número de identificação fiscal (NIF -Portugal) 188303413, não possuidor de documentos no Brasil, residente em 141 Mountain Top Road Bernardsville, New Jersey 07924, Estados Unidos da América ("César"), sendo Summit Nutritionals e César em conjunto designados "Primeiros Contratantes";

JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO, casado, português, natural do Conselho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, Portugal, nascido em 29/11/1970, empresário, titular do passaporte nº CA546847, emitido pelo SEF - Serviço de Estrangeiro e Fronteiras da República Portuguesa em 01/04/2019 e válido até 01/04/2024, no Brasil portador da Cédula de Identidade RG/RNE V930715-0 CGPI/DIREX/DPF expedido em 16/07/2015 e do CPF° 703.430.511-09, residente na cidade de Baranquilla, Colômbia ("José")

ERIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO, brasileira, casada, com Passaporte nº GA683906, emitido pela República Federativa do Brasil, com validade até 29.10.2029, residente na cidade de Baranquilla, Colômbia ("Erika"), sendo José e Erika em conjunto designados "Segundos Contratantes"

E, ainda, na condição de parte interveniente e anuente,

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EIRELI, com sede em Alameda Madeira nº 328, Sala 1117, 11º andar, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphaville Barueri – SP, CEP 06454 010, cujo ato constitutivo encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 3560283842-7, em sessão de 12/06/2019, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 33 904 001/0001-10, neste ato representada na forma de seu contrato social por José ("Summit Brasil");

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 as 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código XVKxBsaQ.

CONSIDERANDO QUE:

(i) Os Primeiros Contratantes e os Segundos Contratantes mantiveram relacionamento comercial com base no qual os Segundos Contratantes atuaram no interesse dos Primeiros Contratantes no Brasil;

(ii) Em 28 de fevereiro de 2021, por iniciativa de José, foi encerrado o contrato de agência firmado em 4 de janeiro de 2019 entre os Primeiros Contratantes e José;

(iii) José e Erika são casados e residem atualmente na Colômbia;

(iv) Não houve contrato escrito entre os Primeiros Contratantes e Erika, mas o relacionamento comercial entre Erika e os Primeiros Contratantes encerrou-se também em 28 de fevereiro de 2021 por iniciativa de Erika;

(v) Os Segundos Contratantes pleitearam o recebimento de valores dos Primeiros Contratantes com fundamento nos vínculos comerciais havidos entre eles e ainda sob alegações de más condutas dos Primeiros Contratantes no curso do relacionamento entre eles mantido;

(vi) Os Segundos Contratantes praticaram ameaças e atos que afetaram a imagem, a honra e a reputação dos Primeiros Contratantes, seus representantes e familiares;

(vii) Os Primeiros Contratantes adotaram medidas para a proteção de seus direitos por meio de Queixas-Crime (Processo TJSP nº 1010596-80.2020.8.26.0016) que tramita perante a 1ª Vara Criminal de Barueri/SP Paulo e, Processo nº 3.328/21.2T9VNG, que tramita pela 1ª Secção do DIAP de Vila Nova de Gaia);

(viii) Os Segundos Contratantes também adotaram medidas [descrever] (as "Queixas-Crime dos Segundos Contratantes")

(ix) Os Primeiros Contratantes e os Segundos Contratantes cientes da existência do estado de calamidade em decorrência da pandemia do COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pela Lei nº 13.979/20, negociaram, em boa-fé, os termos e condições do presente instrumento para a cessação definitiva dos desentendimentos entre eles;

NOTARIA CUARTA
DEL CIRCUITO DE BARRANQUILLA
ANDRÉS [illegible] SALTARÍN CERA
NOTARIO ENCARGADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

RESOLVEM firmar o presente **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO** (o "Acordo") que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

1. **OBJETO**

1.1. O presente Acordo tem por objeto a formalização das condições segundo as quais os Primeiros Contratantes e os Segundos Contratantes, de boa-fé e por sua livre manifestação, em caráter irrevogável e irretratável, se consideram adequadamente compensados e em equilíbrio, quais sejam:

(i) Os Primeiros Contratantes obrigam-se (a) ao pagamento do valor de EUR 27.000,00 (vinte e sete mil euros) (o "Valor") em favor dos Segundos Contratantes, por meio de transferência bancária à conta de titularidade de Erika, conforme descrito na cláusula 2 abaixo ("Obrigações de Pagamento") e, ainda, (b) a retirar as Queixas-Crime dos Primeiros Contratantes, observado o disposto na cláusula 3 abaixo ("Obrigações de Retratação dos Primeiros Contratantes"), sendo em conjunto as Obrigações de Pagamento e as Obrigações de Retratação dos Primeiros Contratantes designadas "Obrigações dos Primeiros Contratantes"; e

(ii) Os Segundos Contratantes obrigam-se (a) a abster-se de emitir quaisquer comentários em redes sociais ou qualquer espécie de mídia escrita ou digital dos Primeiros Contratantes, sociedades em que participem directa ou indirectamente, seus sócios, titulares, representantes, empregados, contratados, incluindo os respetivos parentes e afins e terceiros de seu relacionamento (as "Obrigações em Redes Sociais"), assim como (b) praticar quaisquer ameaças ou atos que importem no desrespeito à imagem, à honra, à reputação, à incolumidade física dos Primeiros Contratantes, sociedades em que participem directa ou indirectamente seus sócios, titulares, representantes, empregados, contratados, incluindo os respetivos parentes e afins e terceiros de seu relacionamento, conforme melhor descrito na cláusula 4 abaixo ("Obrigações na Esfera Penal"), (c) a retirar as Queixas-Crime dos Primeiros Contratantes, observado do disposto na cláusula 3 abaixo ("Obrigações de Retratação dos Segundos Contratantes") e, ainda, (d) a abster de pleitear quaisquer valores adicionais dos Primeiros Contratantes e da Summit Brasil, bem como de qualquer pessoa com estas relacionada em qualquer qualidade, a qualquer título, conforme descrito na cláusula 5 abaixo ("Obrigações Pecuniárias"), sendo em conjunto as Obrigações em

NOTARIA CUARTA
DEL CIRCUITO DE BUCARAMANGA
ANDRÉS MAURICIO SALTARÍN GALVIS
NOTARIO ENCARGADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

Redes Sociais, as Obrigações na Esfera Penal, as Obrigações de Retratação dos Segundos Contratantes e as Obrigações Pecuniárias designadas "Obrigações dos Segundos Contratantes".

1.2. Todos os direitos e obrigações dos Primeiros Contratantes sob este Acordo são assumidos em caráter solidário entre eles.

1.3. Todos os direitos e obrigações dos Segundos Contratantes sob este Acordo são assumidos em caráter solidário entre eles.

1.4. As Obrigações dos Primeiros Contratantes, de cumprimento instantâneo, são assumidas em contrapartida ao cumprimento das Obrigações dos Segundos Contratantes que são de execução continuada, na forma deste Acordo.

2. PAGAMENTO

2.1. Nos termos previstos no item 1.1(i) acima, em cumprimento integral às Obrigações de Pagamento, os Primeiros Contratantes transferem aos Segundos Contratantes, **nesta data,** por meio de transferência bancária o Valor de acordo com as instruções a seguir fornecidas pelos Segundos Contratantes:

Beneficiário: Erika Tamires Costa
IBAN: LT33 3250 0903 0710 9085
BIC: REVOLT21

2.2. O comprovante da transferência bancária valerá para todos os fins como prova de pagamento e quitação da obrigação supra. Sem prejuízo disso, os Segundos Contratantes, neste ato, outorgam aos Primeiros Contratantes a mais plena, geral e irrevogável quitação quanto ao pagamento do Valor e às Obrigações de Pagamento, para nada mais terem a reclamar a qualquer título.

2.3. Os Segundos Contratantes arcarão com todos os eventuais tributos e encargos incidentes sobre o pagamento do Valor ora realizado ou dele decorrentes.

3. OBRIGAÇÕES DE RETRATAÇÃO DE QUEIXAS-CRIME

3.1. Nos termos previstos no item 1.1(i) acima, em cumprimento integral às Obrigações de Retratação dos Primeiros Contratantes, Cesar, **nesta data,** apresentou petição perante a Delegacia de Polícia da Comarca de Barueri requerendo a retratação da Queixa-Crime dos Primeiros Contratantes

NOTARIA CUARTA
DEL CIRCULO DE BARRANQUILLA
ANDRÉS H. DE SALTARÍN GRACIA
NOTARIO ENCARGADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

anteriormente realizada e, ainda desistindo da queixa crime apresentada em Portugal referida neste acordo.

3.2. O protocolo das citadas petições valerá para todos os fins como prova de cumprimento das Obrigações de Retratação dos Primeiros Contratantes. Sem prejuízo disso, os Segundos Contratantes neste ato outorgam aos Primeiros Contratantes a mais plena, geral e irrevogável quitação quanto às Obrigações de Retratação dos Primeiros Contratantes, para nada mais terem a reclamar a qualquer título.

3.3. Nos termos previstos no item 1.2(ii) acima, em cumprimento integral às Obrigações de Retratação dos Segundos Contratantes, os Segundos Contratantes, **nesta data,** apresentaram petição perante a [•] requerendo a retratação das Queixas-Crime dos Segundos Contratantes anteriormente realizada.

3.4. O protocolo das citadas petições valerá para todos os fins como prova de cumprimento das Obrigações de Retratação dos Segundos Contratantes. Sem prejuízo disso, os Primeiros Contratantes neste ato outorgam aos Segundos Contratantes a mais plena, geral e irrevogável quitação quanto às Obrigações de Retratação dos Segundos Contratantes, para nada mais terem a reclamar a qualquer título.

3.5. Em caso de descumprimento do presente Acordo a qualquer tempo pelos Segundos Contratantes, ficam os Primeiros Contratantes autorizados a retomar as Queixas-Crime dos Primeiros Contratantes.

3.6. Em caso de descumprimento do presente Acordo a qualquer tempo pelos Primeiros Contratantes, ficam os Segundos Contratantes autorizados a retomar as Queixas-Crime dos Segundos Contratantes.

4. OBRIGAÇÕES NA ESFERA PENAL

4.1. No âmbito das Obrigações na Esfera Penal, os Segundos Contratantes obrigam-se em caráter irrevogável e irretratável a:

(i) não promover ameaças por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico capaz de causar mal injusto e grave aos Primeiros Contratantes, à Summit Brasil, sociedades em que participem directa ou indirectamente, e aos sócios, titulares, representantes, empregados, contratados dos Primeiros Contratantes ou da Summit Brasil, incluindo os respetivos parentes, afins e terceiros de seu relacionamento (todos eles em conjunto, pessoas físicas e jurídicas, designados as "Pessoas");

NOTARIA CUARTA
ANDRÉS MANUEL SALTARÉN GARCÍA
NOTARIO ENCARGADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código XVKxBsaQ.

(ii) não promover atos de violência direta ou indireta contra as Pessoas;

(iii) não patrocinar perseguição reiteradamente e por qualquer meio invadir ou perturbar esfera de liberdade ou privacidade das Pessoas;

(iv) não imputar falsamente fato definido como crime às Pessoas;

(v) não imputar fato ofensivo à honra, a moral e ao bom nome das Pessoas;

(vi) não injuriar as Pessoas, ofendendo-lhes a dignidade ou o decoro;

(vii) respeitar as Leis Penais de todos os países nos quais se deram suas relações pessoais e comerciais no que se refere à proteção da honra e decoro, evitando com suas atitudes vilipendiar o bom nome e presença social das Pessoas;

(viii) não revelar, sem justa causa, segredo, de que teve ciência em razão de função e cuja revelação possa produzir dano(s) às Pessoas;

(ix) não divulgar, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que foram destinatários ou detentores, em razão de sua função, e cuja divulgação possa produzir dano(s) às Pessoas.

4.2. A violação pelos Segundos Contratantes de qualquer das Obrigações na Esfera Penal a qualquer tempo autoriza a adoção pelos Primeiros Contratantes de todas as medidas legais para a execução do quanto disposto neste Acordo, bem como a prática de todos os atos necessários à salvaguarda de direitos dos Primeiros Contratantes e das Pessoas, sem prejuízo do direito à indenização e aplicação das penalidades aqui previstas.

5. OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS

5.1. Tendo já recebido o Valor, nos termos previstos nas cláusulas 1 e 2 acima, os Segundos Contratantes declaram-se adequadamente compensados e obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável a não reclamar dos Primeiros Contratantes, da Summit Brasil sociedades em que participem directa ou indirectamente seus sócios, titulares, representantes, empregados, contratados, incluindo os respetivos parentes e afins e terceiros de seu relacionamento ou de qualquer empresa do Grupo Summit, qualquer valor adicional a qualquer título, por quaisquer meios e em quaisquer jurisdições,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

renunciando os Segundos Contratantes expressamente a quaisquer direitos de natureza pecuniária em relação aos Primeiros Contratantes, à Summit Brasil sociedades em que participem directa ou indirectamente seus sócios, titulares, representantes, empregados, contratados, incluindo os respetivos parentes e afins e terceiros de seu relacionamento ou qualquer empresa do Grupo Summit, incluindo, sem limitação, pleitos de indenização, reparação, reclamações trabalhistas e execuções de obrigações pecuniárias.

5.2. Neste ato, Erika declara, de livre e espontânea vontade, que prestou serviços autônomos de consultoria de vendas à Summit Brasil, no período de 04/10/2019 a 26/02/2021, sem estarem presentes os requisitos do artigo 3º, da Consolidação das Leis Trabalhistas brasileiras, e artigo 3º, § 4º, XI, da Lei Complementar nº 123/2006, não configurando, portanto, eventual vínculo empregatício.

5.3. Em contrapartida ao cumprimento das Obrigações de Pagamento pelos Primeiros Contratantes, com o pagamento do Valor, conforme previsto na cláusula 2 acima, Erika e José dão à Summit Brasil a mais ampla e geral quitação, para mais nada reclamar em qualquer tempo ou juízo, em especial no que se refere à relação jurídica havida entre eles e Summit Brasil, renunciando ao exercício de ações de qualquer natureza jurisdicional ou administrativa envolvendo todas e quaisquer relações jurídicas existente entre eles.

5.4. Adicionalmente, os Segundos Contratantes outorgam aos Primeiros Contratantes e a todas as empresas do Grupo Summit sociedades em que participem directa ou indirectamente seus sócios, titulares, representantes, empregados, contratados, incluindo os respetivos parentes e afins e terceiros de seu relacionamento plena, geral e irrevogável quitação quanto a toda e qualquer obrigação de natureza pecuniária que possa decorrer de qualquer relação jurídica havida entre eles, para nada mais ter a reclamar a qualquer título.

5.5. A violação pelos Segundos Contratantes de qualquer das Obrigações Pecuniárias a qualquer tempo autoriza a adoção pelos Primeiros Contratantes de todas as medidas legais para a execução do quanto disposto neste Acordo, bem como a prática de todos os atos necessários à salvaguarda de direitos dos Primeiros Contratantes e das Pessoas, sem prejuízo do direito à indenização e aplicação das penalidades aqui previstas.

6. OUTRAS DISPOSIÇÕES

NOTARIA CUARTA
CIRCULO DE BARRANQUILLA
ANDRES MANUEL SALTARIN CHAMS
NOTARIO ENCARGADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

6.1. José apresenta, **nesta data**, por meio de correspondências em vias originais firmadas por ele, aos Primeiros Outorgantes e à Summit Brasil (i) carta de renúncia ao cargo de administrador da Summit Brasil e (ii) instrumento de renúncia à função de procurador de Cesar no Brasil.

6.2. Para os fins da cláusula 6.1. acima, José, **nesta data**, entrega as vias originais das correspondências em mãos a advogado dos Primeiros Contratantes na Colômbia.

7. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. Os Primeiros Contratantes e os Segundos Contratantes, cada qual, individual e isoladamente, presta as declarações e garantias descritas abaixo, que cada qual declara e garante serem verdadeiras, corretas, completas e precisas na presente data.

7.1.1. Cada qual é solvente e possui plena capacidade, poder e autoridade para celebrar este Acordo, para cumprir todas as suas obrigações nele assumidas.

7.1.2. A assinatura, formalização e cumprimento deste Acordo não exigem qualquer consentimento, aprovação ou autorização de qualquer terceiro.

7.1.3. A assinatura, formalização e cumprimento do Acordo, bem como a consumação da transação prevista neste Acordo (i) não violam ou conflitam com quaisquer leis aplicáveis, ou ordens emitidas por qualquer autoridade competente oponíveis a eles ou aos seus respectivos ativos, bens ou direitos, (ii) não violam, conflitam ou resultam em qualquer violação, ou constituem um inadimplemento, ou dão origem a direito de resolução, cancelamento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação ou perda de qualquer benefício, (iii) não exigem o pagamento de multa ou resultam na imposição de qualquer ônus sobre eles, nos termos de qualquer contrato, compromisso, obrigação, entendimento, acordo, restrição, decisão judicial ou decisão arbitral de que eles sejam parte ou ao qual estejam sujeitos ou pelo qual seus respectivos ativos, bens ou direitos estejam vinculados.

7.1.4. Não existe qualquer demanda administrativa, judicial ou arbitral, presente ou iminente, que, de qualquer maneira, busque especificamente questionar, impedir, alterar, postergar ou prejudicar este Acordo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

7.1.5. As obrigações sob este Acordo constituem obrigações válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis em conformidade com os seus termos.

7.1.6. Declaram e garantem ainda que: (i) leram e examinaram, previamente às suas assinaturas, a minuta deste Acordo, devidamente assessoradas por profissionais de sua confiança; (ii) as disposições constantes deste instrumento são de sua inteira e integral compreensão e alcance; (iii) aceitam este instrumento, tal como está redigido; (iv) celebraram o presente negócio jurídico cientes da existência do estado de calamidade em decorrência da pandemia do COVID-19, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pela Lei nº 13.979/20, renunciando a qualquer direito a rever os termos deste negócio jurídico com base nos efeitos diretos e/ou indiretos do COVID-19 com a alegação de caso fortuito/força maior, na teoria da imprevisão ou com base em qualquer legislação vigente ou a viger que permita a revisão dos termos livremente negociados e dispostos neste instrumento; (vi) não se encontram em situação de premente necessidade, ou situação similar, nem que as obrigações previstas neste instrumento são manifestamente desproporcionais; e que, desta forma, renunciam a toda e qualquer direito ou expectativa de direito, atual ou futuros, baseados em lei, vigente ou que possa viger, e que possa decorrer na redução de tais obrigações.

8. PENALIDADES

8.1 O descumprimento de qualquer obrigação ou a inveracidade de qualquer declaração, previstas neste Acordo, sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa no valor de EUR 20.000,00 (vinte mil euros), por obrigação inadimplida e/ou declaração inverídica, sem prejuízo das medidas legais cabíveis e a reparação dos danos excedentes, diretos ou indiretos, eventualmente incorridos pela parte inocente ou a quem esteja sujeita a indenizar.

9. VIGÊNCIA

9.1 Tendo em vista a natureza das obrigações de execução continuada assumidas neste Acordo, sua vigência deverá ser a partir da presente data por no mínimo 30 (trinta) anos ou enquanto viverem os Segundos Contratantes, o que ocorrer por último.

NOTARIA CUARTA
DEL CIRCULO DE BARRANQUILLA
ANDRES MANUEL SALTARIN GRACIA
NOTARIO ENCARGADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente Acordo é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando não só as partes mas a seus sucessores a qualquer título.

10.2 O presente Acordo apenas poderá ser aditado por escrito e mediante a assinatura de todas as partes e intervenientes.

10.3 Os termos e condições estipulados no presente Acordo constituem o inteiro teor do Acordo e prevalecem sobre qualquer acordo ou prática adotados pelas partes relativamente a seu objeto.

10.4 Caso uma das cláusulas do presente Acordo seja considerada nula, as demais obrigações assumidas pelas partes deverão permanecer válidas e exigíveis entre as partes.

10.5 A eventual tolerância por quaisquer das partes quanto ao descumprimento de qualquer cláusula ou disposição deste Acordo será considerada mera liberalidade, não implicando em novação ou renúncia ao direito de exigir o cumprimento de tais cláusulas ou disposições nos exatos termos em que estão previstos.

10.6 As partes reconhecem que se encontram em países diferentes e que assinam o presente Acordo em vias separadas para um só efeito, que pretendem gerar no Brasil, em Portugal, nos Estados Unidos, na Colômbia e em quaisquer jurisdições onde se verifiquem repercussões do quanto aqui acordado.

10.7 O presente Acordo é regido pelas leis brasileiras.

10.8 Fica eleito o foro da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, para dirimir qualsquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Acordo, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratados, as partes firmam o presente em 5 (cinco) vias de igual teor e efeito, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código XVKxBsaQ.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Acordo de [data]

[data, local]

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC.

CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO

Testemunha:

Nome:
Documento de Identidade:
Órgão Expedidor:

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 as 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Acordo de [data]

[data, local] Pedro segue Mouro local

Ver Reconhecimento Firma (data posterior)

Titular

JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO

Erika Tamires Costa Titular

ERIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EIRELI

Testemunha:

_____

Nome:
Documento de Identidade:
Órgão Expedidor:

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLocalizarConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

DILIGENCIA DE RECONOCIMIENTO DE FIRMA Y CONTENIDO DE DOCUMENTO PRIVADO
Artículo 68 Decreto Ley 960 de 1970 y Decreto 1069 de 2015

Fecha de Documento y de Firma

426163

En la ciudad de Barranquilla, Departamento de Atlántico, República de Colombia, el treinta (30) de agosto de dos mil veintiuno (2021), en la Notaría Cuarta (4) del Círculo de Barranquilla, compareció: ERIKA TAMIRES COSTA, identificado con el Pasaporte GA683906 y declaró que la firma que aparece en el presente documento es suya y el contenido es cierto.

Erika Tamires Costa

n4m6nk456zw0
30/08/2021 - 15:25:30



----- Firma autógrafa -----

El compareciente no fue identificado mediante biometría en línea debido a: Extranjero (Pasaporte - Cédula de extranjería).
JOSE HORACIO MOREIRA GONCALVES LOURENCO, identificado con Cédula Extranjeria 861922 y declaró que la firma que aparece en el presente documento es suya y el contenido es cierto.

n4m6nk456zw0
30/08/2021 - 15:26:54



----- Firma autógrafa -----

El compareciente no fue identificado mediante biometría en línea debido a: Extranjero (Pasaporte - Cédula de extranjería).
Acorde a la autorización del usuario, se dio tratamiento legal relacionado con la protección de sus datos personales y las políticas de seguridad de la información establecidas por la Registraduría Nacional del Estado Civil.
Este folio se vincula al documento de INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO signado por el compareciente.

NOTARIA CUARTA
DEL CIRCULO DE BARRANQUILLA
ANDRÉS MANUEL SALTARÍN GRACIA
NOTARIO ENCARGADO

ANDRES MANUEL SALTARIN GRACIA

Notario Cuarto (4) del Círculo de Barranquilla, Departamento de Atlántico - Encargado

Consulte este documento en www.notariasegura.com.co
Número Única de Transacción: n4m6nk456zw0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xVKxBsaQ.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
33.904.001/0001-10 **MATRIZ**		**12/06/2019**

NOME EMPRESARIAL
SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTACAO COMERCIAL EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
********	********	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
********	********	********	********

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LEGAL@GRUPOAUDICONT.COM.BR	**(11) 2078-3520**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
BAIXADA	**23/09/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
Extinção Por Encerramento Liquidação Voluntária

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/05/2023** às **12:04:39** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código dQ0K4JGM.

NOVO BANCO

NBnetwork

De acordo com as suas instruções recebidas, efetuámos nesta data a seguinte operação:

Transferências Nacionais\SEPA

Número do Pedido	376082869
Data do Pedido	30-08-2021
Estado do Pedido	Tratado
Conta Origem	PT50 0007 0000 0074 2876 0532 3
Nome de Beneficiário	Erika Tamires Lourenço
Conta Destino	LT33 3250 0903 0710 9085
Referência	pagamento Erika
Descrição	Pagamento Acordo desvinculativo
Montante	27.000,00EUR
Comissão	0,00EUR
Imposto	0,00EUR

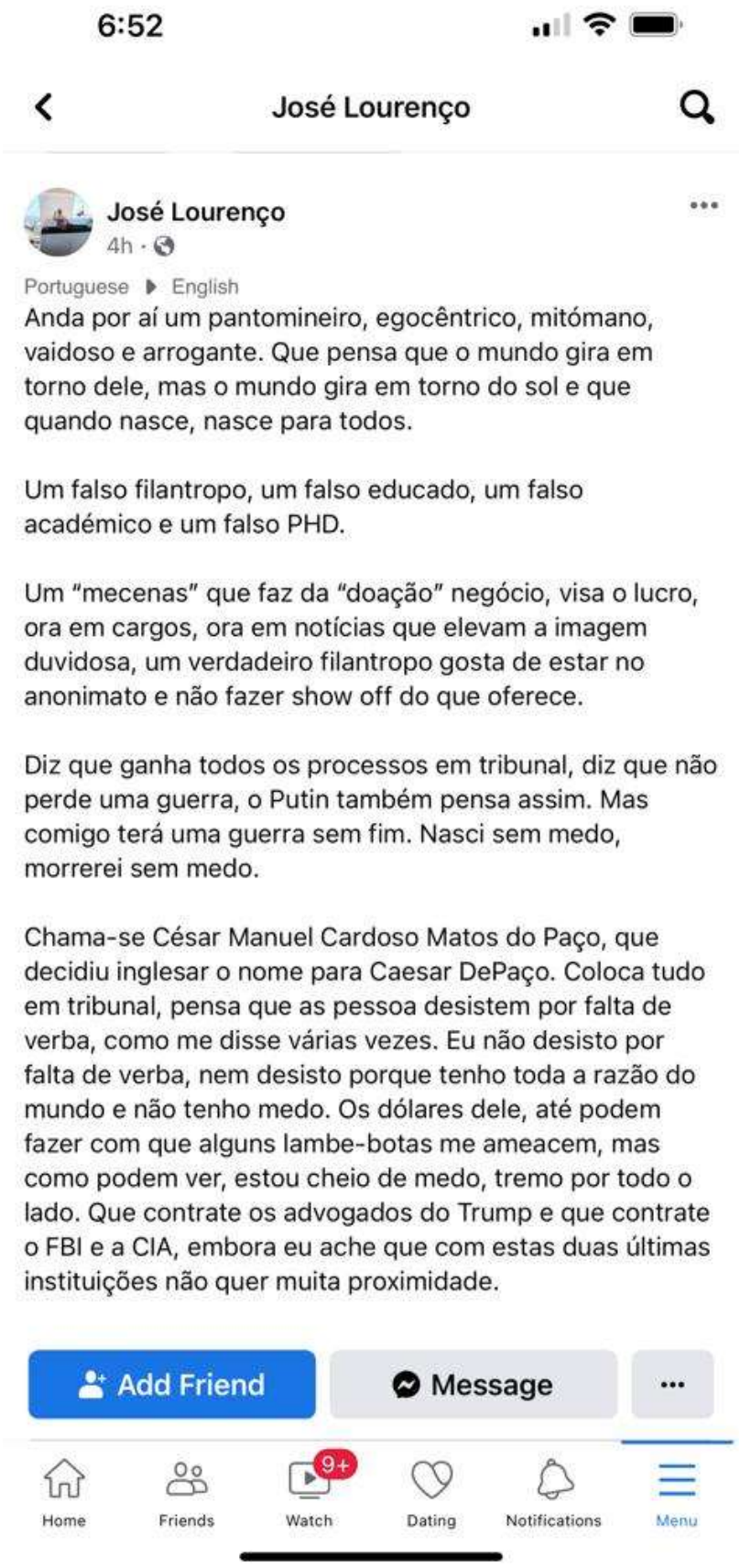
Data/Hora da transação (PT)	30-08-2021 23:27:57
Utilizador	DR CESAR MANUEL CARDOSO MATOS PACO
Empresa	SUMMIT NUTRITIONALS INTERNAT INC SUCURSAL PORTUGAL

Processado por computador Id. de impressão:: 20210830232944587010

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código hDH1dHlx.

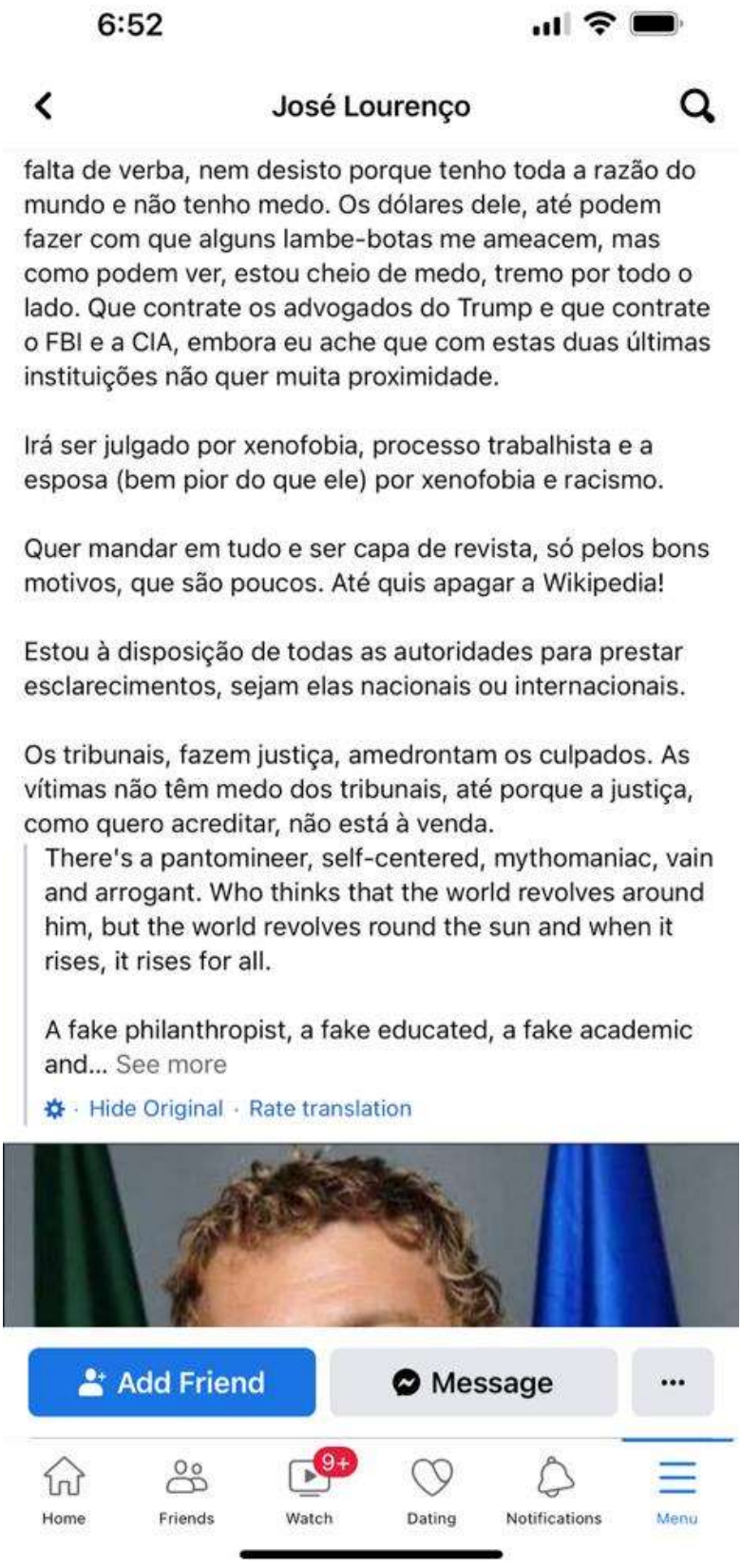


Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.

6:52

José Lourenço

vítimas não têm medo dos tribunais, até porque a justiça, como quero acreditar, não está à venda.

> There's a pantomineer, self-centered, mythomaniac, vain and arrogant. Who thinks that the world revolves around him, but the world revolves round the sun and when it rises, it rises for all.
>
> A fake philanthropist, a fake educated, a fake academic and... See more

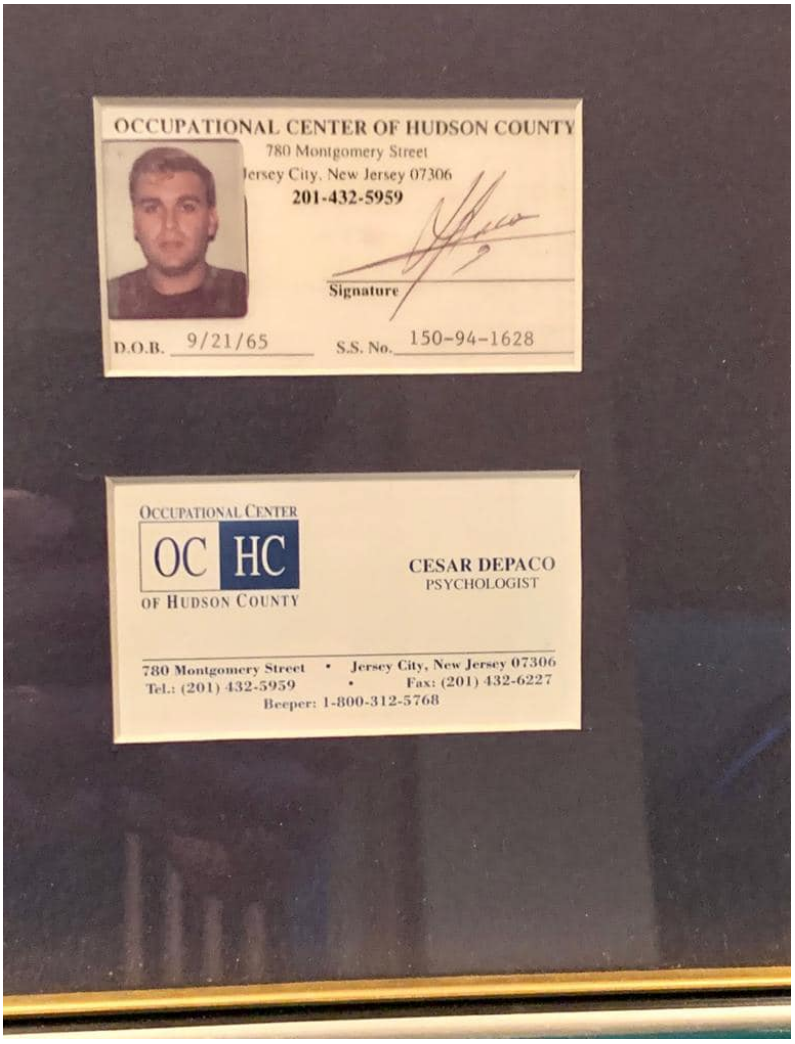
· Hide Original · Rate translation



14 5 comments

Add Friend Message ...

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.



José Lourenço
13 h ·

Quando um pantomineiro, vigarista e corrupto, que troca de nome, se junta com ressabiados que precisam de uns dólares para sobreviver, dá mentira, como a vida do ilustre. Resumindo, podem escrever o que quiserem de mim, ao abrigo de um perfil falso, mas podem correr e saltar, que nunca fui condenado em nenhum tribunal do mundo e muito menos fui considerado contumaz. Nunca roubei relógios, nunca tentei comprar cargos para mim ou para a minha mulher. Somos de castas diferentes, somos diferentes, ainda bem. Mais uma foto e mais uma mentira. Mas há mais e para todos os gostos! E se voltarem a tocar no nome da minha filha, também conheço filhas. Ataquem-me a mim, deixem a minha filha em paz! **Ver menos**

22 37 1

Gosto Partilhar

Mais relevantes

Nuno Pais
Deixa esse triste Zé....
Abraco

Gosto 13 h

João Pinto Soares
Esse covarde continua?

Gosto 13 h

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.

2:38 LTE

Erika Lourenço is with **José Lourenço** and **16 others**.

2h ·

Venho por este meio dar a conhecer ao Sr. César Do Paço e à sua esposa, que apresentei queixa contra ambos, a ele, por xenofobia e a Sra. sua esposa, por xenofobia e racismo.

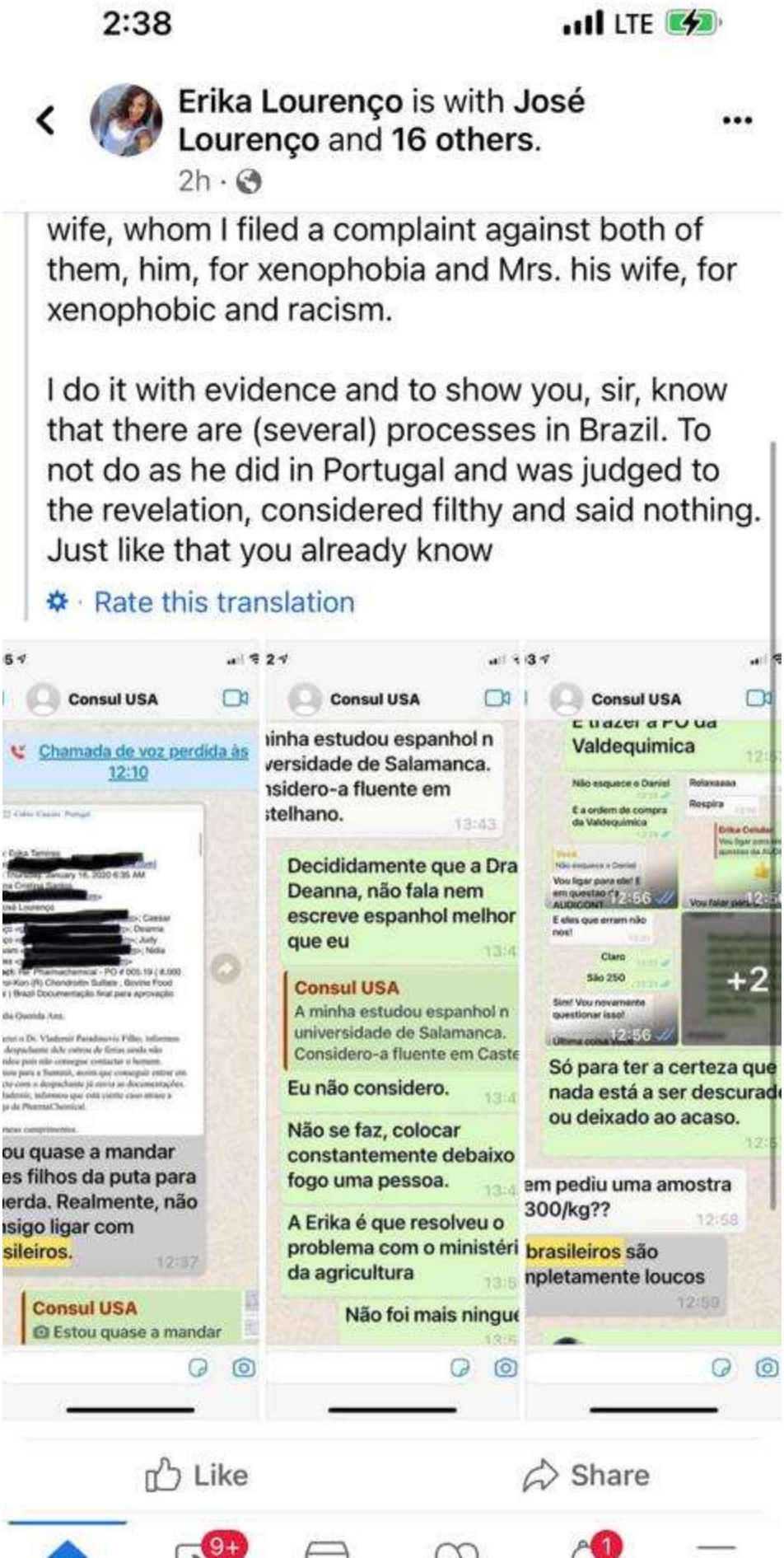
Faço-o com provas e para que o ilustre senhor, saiba que tem um (vários) processos no Brasil. Para não fazer como fez em Portugal e foi julgado à revelia, considerado contumaz e disse nada saber. Assim, já sabe.

> I hereby introduce Mr. Cesar Do Paço and his wife, whom I filed a complaint against both of them, him, for xenophobia and Mrs. his wife, for xenophobic and racism.
>
> I do it with evidence and to show you, sir, know that there are (several) processes in Brazil. To not do as he did in Portugal and was judged to the revelation, considered filthy and said nothing. Just like that you already know

· Rate this translation



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código m2yK2lwH.

Ana Cristina Santos

Subject: email 5 Setembro 2022 FYI

---------- Forwarded message ---------
From: **José Lourenço** <jose.lourenco2911@gmail.com>
Date: Mon, Sep 5, 2022 at 10:19 AM
Subject: Brasil III
To: Caesar DePaço <cd@summitnutritionals.com>
Cc: Ana Cristina Santos <ana@summitnutritionals.com>

Meu caro, não lhe vou dar descanso, irei atrás de si até aos mármores quentes do inferno ou até que o inferno se apague.

Vc não cumpre nada, não tem palavra, assuma-se como homem. Fodeu-me a vida, mas eu acabo com a sua imagem, castelo e reinado também. Nunca brinque com um homem que não tem nada a perder.

Está habituado a brincar com tudo e com todos, mas comigo o filme é diferente. Quero que se fodam os contratos leoninos que mandou fazer, tudo ao seu belo prazer e gosto. Eu cumpri a minha parte, não cumpriu a sua. Incompetência pura e desleixo total, Como dono da empresa, tinha e tem o imperativo de estar informado da minha saída, não o fez. Resolva isto. Quero ver o todo poderoso e que resolve sempre tudo, o homem de honra e de palavra que sempre disse ser. Onde está? Escondido debaixo das saias da mulher? Seja homem e mostre o que sabe, usa armas aproveite para marcar um encontro comigo, só os dois. Um de nós ficará lá. Só marcar que eu já estou a caminho.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código MnqbMuX9.

Ana Cristina Santos

Subject: email recebido JL 5 Setembro 2022

---------- Forwarded message ---------
From: **José Lourenço** <jose.lourenco2911@gmail.com>
Date: Mon, Sep 5, 2022 at 9:14 AM
Subject: Brasil II
To: Caesar DePaço <cd@summitnutritionals.com>
Cc: Ana Cristina Santos <ana@summitnutritionals.com>

Meu caro, não estou com ideias de ficar à espera da sua boa vontade. Ou resolve esta merda rápido e com urgência ou vou à sua procura. Quero que se fodam os seus seguranças todos, chego até si muito mais facilmente do que o que pensa. Não lhe admito que me foda a vida nem mais um minuto. Trate disto e já, é uma ordem. Não me faça perder a cabeça.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código MnqbMuK9.

Ana Cristina Santos

Subject: email recebido JL 5 Setembro 2022

---------- Forwarded message ---------
From: **José Lourenço** <jose.lourenco2911@gmail.com>
Date: Mon, Sep 5, 2022 at 7:23 AM
Subject: Brasil
To: Caesar DePaço <cd@summitnutritionals.com>
Cc: Ana Cristina Santos <ana@summitnutritionals.com>

Caro Sr. César do Paço,

Venho por este meio comunicar que houve uma quebra contratual de Vossa Exa. Conforme o acordo feito, eu não saí de administrador da Summit Brasil, ainda continuo como administrador. Como sabe a Summit Brasil, foi julgada e condenada perante a Nutrifarma, sendo que a responsabilidade é minha, visto que sou o administrador da empresa. Qualquer acto praticado pela Summit Brasil sou o responsável. Visto que não me retirou da empresa como previsto no acordo. Por isso, continuo a ter direito a todos os salários até à data que continue administrador, assim, como os 20.000 € estimulados no mesmo contrato. Parece que o circo irá continuar porque não vejo forma de sair. Tal como o acordo previa, devíamos sair da vida um do outro e das respectivas famílias. Acredite que não quero qualquer tipo de relação é muito menos ser bruto pu mal educado, mas a realidade é que está a falhar de forma constante e a prejudicar a minha vida. Hoje mesmo, irei reunir-me com advogados, mas já sei de antemão os direitos que tenho, tal como obrigações. Os contratos não são só para os outros, a lei também se aplica a si.

Cumprimentos,

JL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 1009648742023826006 8.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código MnqbMuK9.

NOVO Semanário

www.onovo.pt
Sábado 20.5.2023
N.º 110 / Preço: 4€

Director: Leonardo Ralha
Director-adjunto: Ricardo Santos Ferreira
Director de arte: Mário Malhão

PRISÕES **PP. 32-34**

Balbúrdia e caos deixam serviços prisionais mais perigosos e ineficazes

ORDENS **PP. 18-19**

Governo já enviou oito propostas para alterar estatutos de ordens profissionais

SANTA MARIA PODE FICAR SEM BLOCO DE PARTOS POR UM ANO

Obras no maior hospital português vão levar grávidas e metade da equipa médica para o São Francisco Xavier, também em Lisboa. Santa Maria fica só com cesarianas programadas e gravidezes de risco. Mudança pode ser já em Julho. **P. 3**



CRISTINA BERNARDO

Galamba fragilizado depois de envolver primeiro-ministro

António Costa está a ser pressionado para explicar intervenção do SIS por o ministro ter mencionado telefonema à uma da manhã **PP. 10-13**

"Um governo à direita tem de ter o Chega"

Ex-ministro do PSD Rui Gomes da Silva defende que o seu partido está condenado a entender-se com André Ventura

PP. 6-9



Editores da Wikipédia "irão responder na justiça"

Acórdão força retirada de "informação maliciosa" sobre César do Paço

PP. 20-21



Mais Habitação aprovado mas ignorando oposição

PS só aceitou uma medida da oposição, que critica "rolo compressor" da maioria

NOVO Economia



PAN entre continuidade e alteração de liderança

Nelson Silva vai a votos contra Inês de Sousa Real para travar "irrelevância"

PP. 16-17

Publicidade



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

CARTOON por A Matilha



EDITORIAL

Saudades do animal feroz e do menino-guerreiro?



Leonardo Ralha

Deixando de parte o velho chavão "não foi para isto que fizemos o 25 de Abril", também é duvidoso que o dia seguinte ao da revolução tenha sido feito de propósito para, 49 anos depois, permitir as ocorrências que tiveram lugar no Ministério das Infra-Estruturas, no coração de Lisboa, bem perto do Campo Pequeno, que ciclicamente acolhe manifestações contra o tipo de touradas que envolvem animais irracionais.

Por entre o radical desencontro de versões quanto ao sucedido no edifício lisboeta, com os papéis de agressor e de agredido a oscilarem consoante quem tem o microfone à frente, é consensual que na noite de 26 de Abril de 2023 houve desmedida discórdia quanto à posse de um computador portátil. Terá havido empurrões recíprocos, tentativas de retirar à força o equipamento dos braços de um adjunto que acabara de ser exonerado por telefone e até o refúgio de uma chefe de gabinete e várias adjuntas e assessoras na casa de banho que, por uns dias, será a mais famosa de Portugal. Embora contraditórias, as versões do ex-adjunto e da chefe de gabinete, chamados pelos deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP, coincidiram em serem escabrosas, desoladoras e tristes.

Todos nós que assistimos àquelas audições, por vezes de queixo caído e outras de dentes cerrados, poderíamos sentir vergonha alheia caso nada tivéssemos a ver com aquilo. Mas temos. Graças ao processo de nacionalização, a TAP voltou a ser de nós todos, tal como o Governo é de nós todos, tenhamos ou não contribuído para a maioria absoluta que Marcelo Rebelo de Sousa rotulava de "cansada e requentada" ainda antes de anunciar aos compatriotas que perdeu confiança no que António Costa e os seus ministros andam a fazer.

Mais do que num pântano, caminhamos num pavimento que faz lembrar o pedaço de calçada com pedras deixadas fora do lugar que, nesta sexta-feira, o chefe do Estado tentou calcar com os sapatos, num detalhe simbólico que pareceu uma coincidência bem planeada. Ter a convicção de que é possível obter muito melhores resultados sem alterar regras do jogo começa a ser algo reservado aos mais crédulos dos crentes.

Chegados a este ponto, é legítimo perguntar se alguns regressos que aparentavam ser impossíveis poderão ser realidades. Tal como não há dia em que Santana Lopes não fique mais reabilitado junto de quem viu o seu governo implodido a partir de Belém por motivos que parecem triviais perante os actuais "casos e casinhos", começa a ser plausível que José Sócrates seja opção legítima para eleitores agastados com o PS. Assim defende Rui Gomes da Silva na entrevista publicada nesta edição do NOVO.

Apesar do passado, e das bigornas legais que pendem sobre Sócrates, o "animal feroz" e o "menino-guerreiro" ganham luz na penumbra dos nossos dias. Disso não têm culpa e podem tirar proveito.

Director

BOA MOEDA



Volodimir Zelenski
A nota dominante do périplo do Presidente da Ucrânia junto dos seus principais aliados é a confiança de que a vitória sobre uma das maiores potências militares do mundo é menos quimérica do que aparentava. Agora, a cimeira do G7 será a oportunidade dourada para estreitar relações com potências do sul.



Bernardo Silva
O extremo português do Manchester City foi o demiurgo da goleada por 4-0 que impediu que o Real Madrid somasse mais uma presença na final da Liga dos Campeões. Aos 28 anos, o jogador sem oportunidades no Benfica poderá ter a sua maior conquista a 10 de Junho, frente ao Inter de Milão.

MÁ MOEDA

por Leonardo Ralha



Mariana Mortágua
Estrela das comissões de inquérito noutras legislaturas, afastou-se daquela que procura decifrar o principal desastre aéreo de Portugal – "apenas" em destruição de dinheiro público, felizmente – no momento em que figuras graúdas do PS são chamadas a dizer o que sabem. A decisão é incompreensível.



João Galamba
Sendo certo que não perdeu a calma e fez o possível por defender a situação insustentável em que António Costa decidiu deixá-lo, o ministro das Infra-Estruturas saiu da comissão parlamentar de inquérito, ao fim de oito horas de audição, com a noção de que nada pode fazer para fugir ao seu destino.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

Obras podem fechar bloco de partos do Santa Maria a partir de Julho

Bloco de partos do Hospital de Santa Maria vai encerrar para "extensas obras", que podem decorrer entre oito meses e, no limite, um ano. Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte não desmente este calendário, adiantando que os trabalhos preparatórios para as obras estão a ser feitos "em estreita articulação com as equipas envolvidas" e que a seu tempo será conhecido. Só ainda não foi oficializado, sabe o NOVO, devido ao desagrado entre profissionais

Melissa Lopes
mlopes@medianove.com

O plano ainda não está totalmente fechado, mas as equipas já foram informadas sobre as implicações da requalificação do bloco de partos do Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Uma das consequências será o encerramento do bloco durante um período que pode levar até um ano, ainda que o prazo mínimo seja de oito meses, soube o NOVO. Durante esse tempo, o hospital fará apenas cesarianas programadas e dará resposta a situações de emergência e gravidezes de risco. Assim sendo, pelo menos metade da equipa de profissionais do bloco será transferida para o hospital São Francisco Xavier, também em Lisboa, unidade com menos profissionais no bloco de partos.

Ao que o NOVO apurou, estas alterações podem ter efeito a partir de Julho, ainda que as obras de requalificação devam arrancar, apenas, em Setembro, mas o plano não está fechado a 100% devido a uma razão muito concreta: quando as equipas – formadas por médicos, enfermeiros e assistentes operacionais – foram informadas dos planos do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte (CHULN) mostraram insatisfação, pois com essa divisão há uma grande possibilidade de alguns dos profissionais de saúde serem deslocados para outros serviços do Hospital de Santa Maria, o que pode levar à saída voluntária de alguns deles.

Confrontado pelo NOVO sobre estas datas e implicações, o CHULN não desmentiu a informação, adiantando apenas que os trabalhos preparatórios para a requalificação do bloco de partos do Santa Maria decorrem "em estreita articulação com as equipas envolvidas" e que, "pela sua sensibilidade e importância, o respectivo plano de execução será divulgado em devido tempo".

> Durante os trabalhos de requalificação do bloco de partos, o Hospital de Santa Maria fará apenas cesarianas programadas e atenderá situações de emergência

A direcção executiva do Serviço Nacional Saúde (SNS) também foi questionada pelo NOVO e, tal como o CHULN, não se comprometeu com um calendário para o arranque e para a duração das obras no Santa Maria, nem adiantou quais serão as implicações do encerramento deste bloco de partos que será alvo de "extensas obras".

As obras no serviço de ginecologia/obstetrícia do Santa Maria decorrem do programa de apoio à requalificação de 33 blocos de partos dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS). No âmbito desta iniciativa do Ministério da Saúde, está previsto um investimento total de 27 milhões de euros, tendo o Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte (onde se incluem o Hospital de Santa Maria e, também, o Pulido Valente) recebido uma das maiores fatias de investimento, num valor superior a três milhões de euros, representando mais de 11% do total, recorda o gabinete de Fernando Araújo, CEO do SNS que, tal como o CHULN, não desmente as informações recolhidas pelo NOVO.

"Esta é uma aposta séria na qualificação das infra-estruturas e dos respectivos equipamentos dos blocos de partos, num programa inovador no SNS", frisa a direcção executiva do SNS, que oportunamente, garante, "dará mais informações".

Se o plano para o Hospital de Santa Maria avançar já em Julho, isso terá também naturais implicações no funcionamento do Hospital São Francisco Xavier, unidade hospitalar que alterna a abertura de bloco de partos, aos fins-de-semana, com o Hospital Beatriz Ângelo, em Loures.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

Sinédrio

Por favor, incomodar



Carlos
Guimarães Pinto

Independentemente da versão em que acreditemos da história do *laptop* do adjunto, há algo que deveria preocupar-nos enquanto democratas: a forma como foi tratada pelo Governo uma pessoa incómoda.
Sabemos que foram accionados os serviços secretos, que essa pessoa foi ameaçada por eles, que foram espiadas as suas chamadas do telemóvel do ministério, que não lhe foi retirado, sabemos que foi enxovalhada publicamente por dirigentes políticos com mais poder mediático do que ela. Segundo relatos do próprio, foi mesmo passada informação pessoal, como a piscina onde as filhas faziam natação. Tudo isto é aterrador, muito para além deste caso. A questão que fica é se é assim que o Governo trata todas as pessoas incómodas. Será que cada um de nós está sujeito, ultrapassando determinada linha de incómodo, a este tipo de tratamento? Esta preocupação vai muito para além deste caso. É uma ameaça à própria democracia.

Sendo eu deputado da oposição com a obrigação (e, no meu caso, o prazer) de levantar questões incómodas, esta pode parecer uma preocupação egoísta. Mas não é (só) uma preocupação egoísta. É uma preocupação pela democracia. Um país, um governo ou qualquer organização precisam de pessoas incómodas. Seja a motivação ideológica ou de ambição pelo poder (como é o caso das oposições), seja a motivação a procura de audiências ou brio profissional (como é o caso da comunicação social), incomodar é essencial ao escrutínio e bom funcionamento das democracias. Pessoas incómodas, independentemente das suas motivações, são essenciais ao funcionamento de qualquer país ou organização. Até podem estar erradas 95% das vezes, mas nos 5% em que estão certas podem identificar problemas que mais ninguém identificaria e contribuir para fortalecer o país ou organização.

Há uns anos, quando tive de gerir um grande projecto, reunia-me com a direcção do projecto diariamente. Nesse grupo de cerca de dez havia uma pessoa 15 anos mais velha do que eu, não muito feliz por ter um puto de 29 anos a liderar a equipa, que em cada reunião encontrava alguma decisão para criticar. Algumas reuniões demoravam mais 30 minutos do que deveriam para justificar cada uma dessas críticas, muitas absurdas. A certa altura, outros elementos da equipa sugeriram-me que a substituísse para o bom funcionamento da equipa. Rejeitei porque a presença daquela pessoa dava-me a segurança de saber que, se alguma vez cometesse um erro sério, ela certamente o encontraria, nem que fosse para demonstrar ao resto da equipa que era melhor do que eu. Pese embora a restante equipa fosse bastante boa, e também capaz de identificar os meus erros, estava convicto de que alguém obcecado em encontrar erros, mesmo que em 95% dos casos estivesse errado nas suas análises, certamente teria maior probabilidade de encontrar erros grandes se eles viessem a existir. Assim foi. Ainda hoje lhe devo isso.

Uma organização sem pessoas incómodas é uma organização muito mais frágil. Um país sem pessoas incómodas está mais sujeito a ser mal gerido. Uma democracia em que pessoas incómodas são perseguidas não é bem uma democracia.

Deputado da Iniciativa Liberal

FIGURA DA SEMANA FREDERICO PINHEIRO

por Bruno Pires

O ex-adjunto que tem abalado mais o Governo do que 110 deputados



Quem diria que um antigo andebolista do Francisco de Holanda, actual treinador no escalão sub-18 de andebol feminino do Benfica e com formação jornalística causaria mais ondas de choque no governo liderado por António Costa do que 110 deputados de sete forças partidárias?

Frederico Pinheiro pode ser, a curto, médio ou longo prazo, o principal impulsionador da queda do Governo, devido a acontecimentos ocorridos no Ministério das Infra-Estruturas (MI) na noite de 26 de Abril. O ex-adjunto, exonerado (?) nessa noite, pelas 20h40 e depois de um telefonema de 81 segundos feito pelo ministro João Galamba, acusou as colaboradoras do governante, entre elas a agora mediática Eugénia Correia, de sequestro, de tentativa de lhe tirarem a mochila, que incluía o computador mais cobiçado do país, e, ainda, de agressão física, da qual terá um relatório médico, ainda que esta última acusação seja também feita no sentido inverso.

> O ex-adjunto é, claramente, o menino querido da oposição ao Governo pelo terramoto cuja intensidade na escala de Marcelo ainda é desconhecida

Sozinho, Frederico Pinheiro conseguiu agitar a noite tranquila do ministro da Administração Interna, da ministra da Justiça, do Serviço de Informações de Segurança (SIS), do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), de não sei quantos agentes da PSP e ainda do próprio primeiro-ministro, que esperava gozar uns dias de férias em Itália. Nem todos se podem gabar do mesmo. E ainda fragilizou a posição de João Galamba, que vai andando num trapézio sem rede.

Numa altura em que a cultura acusa o Estado de tão pouco apoio, bastava a ARTV ter dado em exclusivo as audições da comissão parlamentar de inquérito à TAP da última semana e deslocar as verbas de eventuais blocos publicitários dos intervalos concedidos por Lacerda Sales.

O homem que tirava notas de todas as reuniões – 17 ao todo com João Galamba, segundo revelou –, que incomodava os restantes elementos à mesa com o som das batidas no teclado, causou um terramoto cuja intensidade na escala de Marcelo ainda não é totalmente conhecida.

Sabe-se que obrigou João Galamba a reconhecer a elaboração de um comunicado pelo gabinete de imprensa do MI, naquilo que o ex-adjunto considera uma manobra "de colocar informação selectiva cá fora".

E, sem receios, manteve a narrativa de homem ameaçado pelo SIS e dos dois murros prometidos por João Galamba no tal telefonema de 81 segundos – uma acusação devolvida pelo ministro. E ainda deixou o telemóvel, voluntariamente, à CPI, que, entretanto, a Polícia Judiciária recolheu no sentido de recuperar imagens apagadas. O que já ninguém poderá apagar é este enredo, digno de uma série da Netflix.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

Publicidade



☐ **Empregada**

☐ **Desempregada**

☐ **Desesperada**

Uma **X** faz a diferença
A escolha é sua

Os tempos estão difíceis para muitos de nós. Ao consignar 0,5% do seu IRS à CAIS, está a apoiar quem precisa de regressar ao mercado de trabalho, a contribuir para a sua inclusão e autonomização, através de ferramentas de capacitação, formação e reintegração. Podemos contar consigo?

CAIS
todos contam

CONSIGNE
O SEU IRS À CAIS
NIF: 503 404 756

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

fls. 61

Rui Gomes da Silva / Advogado e militante do PSD

"O PSD e o Chega estão condenados a entenderem-se"

Antigo ministro social-democrata defende que um futuro governo de direita terá "obrigatoriamente" de contar com o Chega, apelando ao PSD para se afastar de linhas vermelhas que mantêm o PS no poder. Reconhecendo carisma em André Ventura que não vê em Luís Montenegro, Rui Gomes da Silva diz que o amigo Pedro Santana Lopes é o melhor candidato nas presidenciais, em que José Sócrates poderá ter oportunidade de procurar vingança

TEXTO
Inês David Bastos
e Leonardo Ralha

FOTOGRAFIA
Cristina Bernardo

Admite ser "suspeito", pela sua amizade com André Ventura, mas Rui Gomes da Silva destaca-se no PSD por considerar que um governo de direita precisará obrigatoriamente de contar com o Chega. Mas o antigo ministro duvida que Luís Montenegro venha a ser primeiro-ministro.

A instabilidade política e a fragilidade de ministros mantidos em funções por António Costa estão a ter um efeito de reabilitação para Santana Lopes e para o seu governo, que chegou ao fim quando Jorge Sampaio dissolveu a Assembleia?
Estamos, de facto, absolvidos sem pecado. Há um conjunto de casos e casinhos que levariam a que qualquer pessoa, se fosse avaliar pelos parâmetros de 2004, deitasse as mãos à cabeça. A memória é curta e é fácil recordar coisas sem atender aos contextos. O que aconteceu em 2004? Num primeiro momento, anterior aos casos e casinhos, Jorge Sampaio convidou todos os militantes do PSD para tentar obstaculizar a tomada de posse de Pedro Santana Lopes. Foi-lhe dito que o partido queria Santana Lopes como primeiro-ministro. Num segundo momento, o discurso de Jorge Sampaio na tomada de posse é arrasador, de desafio, de quase provocação política para quem está a empossar um governo. Depois houve uma declaração minha, pois o actual Presidente da República desancava o Governo todas as semanas na televisão, eu disse que devia haver contraditório, e isso gerou um conjunto de falsidades e mentiras, levando a que as pessoas tivessem uma percepção errada da realidade.

Foi o rastilho...
Foi. Depois houve um ministro que foi um erro de *casting* e, com base nisso, o Presidente da República, que tinha fidelidade extrema à sua base de apoio, ao

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica d
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento do, informe o processo
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



contrário do que Marcelo Rebelo de Sousa tem hoje em relação à sua...

É a grande diferença entre os dois?

Será a grande diferença. Jorge Sampaio optou por não seguir uma maioria estável, que não tinha qualquer situação de crise, e dissolveu a Assembleia da República, para levar o PS, o seu partido, à maioria absoluta. Diria Fidel Castro que a História nos absolverá mas, aqui, acho que a História já nos absolveu.

Santana Lopes tem gerido bem a situação para elevar as suas hipóteses como possível candidato presidencial do centro-direita?

Pedro Santana Lopes conseguiu uma coisa única na vida: teve atestados de morte absoluta e eterna e foi recuperando sempre dessas mortes políticas. E é, talvez, a pessoa que mais se bateu pelas ideias em que acreditava e que menos se aconchegou ao poder. Em função disso, teve vitórias e teve derrotas. É um lutador. Em relação às presidenciais, ele diz que é a pessoa com mais capacidade e experiência, e é-o, de facto. Nas próximas eleições presidenciais vamos ter o que nunca tivemos em Portugal, que é a possibilidade de, à direita e à esquerda, ter umas primárias que vão determinar que as pessoas se candidatem, em função de um determinado paradigma, para a função presidencial, e, numa segunda volta, a possibilidade de juntarmos essas maneiras de pensar. À direita podemos ter Pedro Santana Lopes – que também acho que é o mais qualificado –, Marques Mendes, o almirante Gouveia e Melo [que na quinta-feira, após a gravação desta entrevista, se auto-excluiu]...

Coloca-o na direita?

No meio do espectro político mas, se tivesse de o posicionar, colocava-o à direita. E podemos ter Paulo Portas, pelo que não descartamos a hipótese de ter quatro candidatos à direita. E teremos obrigatoriamente Augusto Santos Silva, acho que poderemos ter Francisco Assis, poderemos ter António José Seguro e, se tudo lhe correr bem a ele e mal ao país, José Sócrates. Será uma situação muito complicada que os poderes judicial e político vão ter de gerir se acontecer, mas acho que ele não perderá a oportunidade de procurar vingança... É minha convicção pessoal que vamos ter quatro ou cinco candidatos à direita e três ou quatro candidatos à esquerda. Vamos ter umas presidenciais muito disputadas e politicamente muito relevantes.

Considera que existem hoje mais razões para dissolver a Assembleia da República do que em 2004?

Em 2004 não havia nenhuma razão para dissolver. Não havia dissonância na maioria e não havia qualquer situação que afectasse o regular funcionamento das instituições democráticas, pois um ministro demitir-se não põe em causa esse regular funcionamento, tal como eu dizer que um comentador era um político no activo. Tal como, na altura, não estava em causa o regular funcionamento das instituições, hoje, também não está. Há desentendimento em relação a alguns dossiês, nomeadamente a TAP, mas o pagamento de uma indemnização determina a dissolução da Assembleia por causa do regular funcionamento das instituições? Politicamente, até me conviria dizer que sim, mas acham isso?

> “Há desentendimento em relação a alguns dossiês, como a TAP, mas o pagamento de uma indemnização determina a dissolução da Assembleia por causa do regular funcionamento das instituições? Até me conviria dizer que sim, mas acham isso?”

E mentir à Assembleia da República e a intervenção do SIS, por exemplo...

Isso é diferente. Ainda assim, se se provasse que há ministros que o fizeram dessa maneira ou que o primeiro-ministro teve intervenção activa nessa intervenção do SIS, isso aí, talvez... Agora, um ministro ter pedido a intervenção do SIS? Sabe o que eu faria? Resolveria no mesmo dia, com a demissão do director do SIS ou da secretária-geral do SIRP - não mais do que isso. O facto de um

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

Discurso Directo

ministro mentir à Assembleia da República levaria à dissolução ou levaria, quando muito, ao primeiro-ministro e o Presidente da República concordarem com a substituição do ministro? Única e exclusivamente isto. Não posso estar mais de acordo com Marcelo Rebelo de Sousa: não havia razões para a dissolução da Assembleia da República.

Não existem fundamentos para dissolver a Assembleia?

Neste momento, não. Não compreendo a posição do PSD. Demorou 14 horas para reagir à declaração do Presidente e, quando se estava à espera de algo sonante, veio dizer o normal. Quando não sabemos o que queremos dizer, dizemos o que não queremos. O PSD tem de ter propostas e a percepção de uma solução política que levem as pessoas não só a votar, mas a pensar: voto de uma maneira útil porque dali vai sair um governo ou isso vai fazer com que, pelo menos, se ameace o outro lado. Devem ser as duas preocupações de quem está na política.

Pelos motivos que expôs na comunicação ao país, fazendo um diagnóstico arrasador sobre a falta de confiança no Governo, Marcelo não devia ter sido coerente e avançar para a dissolução?

Não. Pelo que disse anteriormente, não se justificava. E Marcelo tem outro problema: à direita, neste momento, não há uma solução de maioria. O Presidente entendeu que devia ser o mentor de uma nova ideia de maioria à direita, sabendo que a maioria que quer é impossível. A política tem horror a impossíveis e a vazios, e por isso é que continuam as mesmas soluções...

Ele foi claramente desautorizado pelo primeiro-ministro...

...com requintes de malvadez.

Foi caso único o primeiro-ministro desautorizar o Presidente. Ele sai fragilizado no seu poder da palavra?

Diria que sim, mas a História não se faz daquele momento. António Costa sai como o grande vencedor da noite, mas o povo português não gosta que se humilhe o chefe do Estado. Há uma percepção de respeito pela sua figura. O primeiro-ministro fez uma provocação gratuita ao Presidente da República e, conhecendo minimamente Marcelo isso vai custar-lhe muito caro. Até ao fim do mandato, com respeito pelas funções de Presidente da República e com grande dignidade institucional, acho que não descansará enquanto não terminar com o governo de António Costa.

> “O mais fácil para mim era elogiar Luís Montenegro, mas se me perguntam se será o próximo primeiro-ministro de Portugal, tenho algumas dúvidas. Com muita pena, acho que ele se preocupa mais em ganhar o próximo congresso”

Que Marcelo tem visto desde então e qual gostaria de ver?

Marcelo está mais comedido. Exorbitou as suas funções em dois momentos: quando andou ao lado do Governo e quando passou a falar em dissolução todos os dias. Vamos ter um Marcelo mais comedido, menos extrovertido, mas mais certeiro nos recados e decisões que vai tomar e na não criação de facilidades ao Governo.

Poderá emular o segundo mandato de Mário Soares?

Repare que Soares bem se esforçou, mas não conseguiu a maioria absoluta. Só conseguiu que no primeiro governo de António Guterres houvesse uma solução híbrida, de maioria sem maioria.

Mas empenhou-se muito...

Empenhou-se muito na mudança e contra Cavaco. As Presidências Abertas eram momentos de exacerbação do futuro poder socialista.

Vê em Marcelo esse perfil de fazer guerra aberta?

Não. Soares entendeu que Guterres seria um grande primeiro-ministro e, do que percebo e vejo, Marcelo não se revê em Luís Montenegro. Teria votado em Luís Montenegro para líder do partido? Não, não teria. Marcelo teria procurado outra solução? Acho que sim. Não está de pés e mãos atados porque, na política, ninguém está, mas, de um lado, Marcelo tem o primeiro-ministro, com quem agora está numa guerra fria, e, do outro, alguém em quem não se revê e que acha – e isso é o pior quando estamos num partido –, este não vai lá.

Também considera que Luís Montenegro não é um líder carismático?

Já o disse. Mas o problema de Luís Montenegro não é comigo, é de o país não lhe reconhecer carisma. Quase diria que está mais preocupado em ganhar o próximo congresso do PSD do que as próximas legislativas. É por isso que o discurso é todo feito para dentro, para presidentes de câmara e líderes das distritais. As tais presidências abertas internas são feitas no contacto com os militantes, aqueles que já tem teoricamente conquistados, e não com aqueles que tem de conquistar. O mais fácil para mim era elogiar Luís Montenegro, mas se me perguntam se será o próximo primeiro-ministro de Portugal, tenho algumas dúvidas. Com muita pena, pois quem está no partido como eu estou, desde 1977, tendo passado por todos os cargos possíveis e imaginários – penso que ainda só não fui presidente da mesa do congresso, do conselho de jurisdição nacional e do partido... Acho que ele se preocupa mais em ganhar o próximo congresso, pois há aquela teoria de que não se ganha as eleições e os outros é que as perdem, pelo que, se estiver lá mais tempo, tem mais hipóteses de António Costa as perder.

Disse que Rui Rio colocava o PSD muito à esquerda. Como vê ideologicamente o PSD de Luís Montenegro?

Nem à esquerda nem à direita. Não percebo o que Montenegro é politicamente. Podia ser alguém que tivesse uma visão social-democrata, muito à esquerda, mas, em termos de valores, acho que é ligeiramente à esquerda e, em termos de economia, não se percebe o que quer. Não há nenhuma razão que leve um eleitor a dizer que ele toma opções que são o que quer e a acreditar que ele pode vencer eleições, pelo que quem ainda não está decidido deva votar nele. Tem cartazes a dizer “Vamos ganhar consigo” e “Nem com maioria eles conseguem”, mas isso não significa que haja um projecto ideológico forte e que valha a pena. Só com base num projecto determinado e sabendo-se o que se quer é que se pode ganhar eleições. A direita sempre teve líderes com carisma. Sem carisma, perde-se nas jogadas de poder, nas discussões de listas, nas facções e nas coisas menores da política, e acaba por não se ficar na História.

O actual líder carismático da direita é André Ventura?

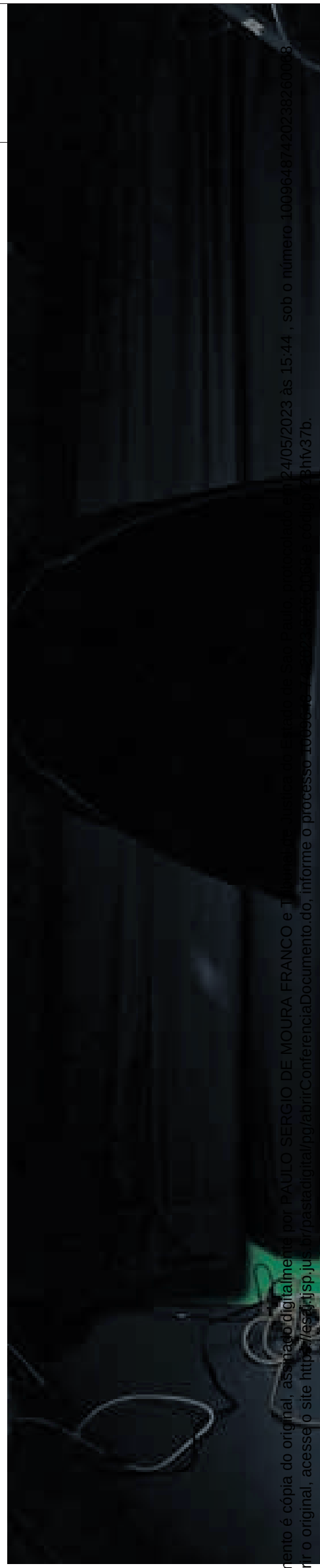
Sou suspeito, porque sou muito amigo de André Ventura, o que não significa que não lhe reconheça méritos, como a sua capacidade de intervenção e de convicção. Max Weber dizia que há três tipos de legitimidade: a democrática, a histórica e a carismática. Um líder tem de ter estas três legitimidades e André Ventura, sendo ainda um jovem, tem essa capacidade de liderança carismática e de intervenção que faz com que os que gostam das suas ideias políticas fiquem fascinados com o que lhes diz, e que quem odeie o que ele defende fique de cabeça completamente perdida. É porque ele o faz bem.

Consegue perceber as linhas vermelhas deste PSD em relação ao Chega?

Os pseudofrentistas de esquerda contra o Chega dentro do PSD são o maior seguro que António Costa pode ter. A política do PS é clara: privilegiar a discussão com o Chega – que Santos Silva faz na perfeição –, e o PSD não percebe que esse ataque ao Chega, ao qual alguns deputados batem palmas, é o que mais faz com que o PSD perca votos. Há uns meses fui convidado para as jornadas parlamentares do Chega. Sei que a notícia foi ter ido, e não o que lá disse, mas falámos de revisão constitucional e disse que sou completa-

NOVO Semanário | JE TV

O programa **Discurso Direto**, é uma parceria entre o NOVO e a JE TV, a plataforma multimédia do Jornal Económico. Veja em www.jornaleconomico.pt e www.onovo.pt. Com versão em podcast no Spotify e outras plataformas



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e T
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648742023826008 e código 3hIV37b.
24/05/2023 às 15:44 , sob o número 1009648742023826008
3hIV37b.



mente contra a pena de morte, a castração química em certas circunstâncias e a prisão perpétua. Não me passa pela cabeça votar ao lado de uma prisão perpétua ou de uma pena de morte. Para mim, é completamente impensável. Mas acredito que temos de ter a capacidade política de, num programa de governo com o Chega, ver esses temas. Se me pergunta se acho que o PSD e o Chega estão condenados a entender-se, digo que estão. Acho que um possível governo à direita, ou de centro-direita, terá de ter obrigatoriamente o Chega. O que não percebo é este entendimento e fascínio com a Iniciativa Liberal [IL], com a sua agenda de realidades alternativas. Alguém me dizia que a IL parece o Bloco de Esquerda com cartões de crédito. Este fascínio pela IL é construído para tentar afastar o PSD do Chega, mas o PSD e o Chega, numa proporção de dois para um, como hoje temos, de 28% para 15% ou 13%, é uma relação que não é passível de ser afastada. Quando Marcelo diz que não quer nenhuma maioria com o Chega, exclui-se da possibilidade de fazer História com essa solução de governo. Admito que não queira ser o Presidente que mete o Chega no Governo mas, então, porque não é ele, com a tal magistratura de influência, a retirar dos extremos partidos que podem entrar no arco do governo?

Uma das soluções para o PSD conter o Chega e a IL é dar a mão ao CDS nas legislativas, integrando-o nas suas listas?

Não estou a excluir ninguém. Não concordo é com a agenda da IL. Ou é um partido de centro-direita ou, então, é um partido liberal nos valores e que não faz parte da minha possibilidade de alianças. Quanto ao CDS, está numa posição muito difícil. Acho que o problema não foi Francisco Rodrigues dos Santos, mas sim a anterior liderança, que não se apercebeu de que era irrelevante politicamente. Nuno Melo teria sido o melhor líder quando Paulo Portas saiu, mas não quis, e veremos agora. Não podemos, de um momento para o outro, deitar fora a nossa história: o PSD ou foi governo sozinho ou com o CDS. Esteve com o CDS e o PPM, com Sá Carneiro e Pinto Balsemão, depois foi sozinho, e com o CDS outra vez, com Durão Barroso, Santana Lopes e Passos Coelho.

Houve o bloco central.

Durante dois anos, de 1983 a 1985, até à tomada de posse do primeiro governo de Cavaco Silva, a 6 de Novembro de 1985. Neste momento, o CDS está com o PSD no Governo Regional da Madeira e no dos Açores, e em dezenas de câmaras. Pergunto se não seria normal a possibilidade de PSD e CDS se entenderem? Mas é evidente que, com o Chega a 15%, a minha preocupação será fazer maioria à direita. Quando há militantes, nomeadamente o n.º 1 [Pinto Balsemão], que vêm dizer que o PSD nunca poderá fazer aliança com o Chega, António Costa pensa que poderá ficar eternamente.

Já disse que é um homem de cortes, mas também que a pior coisa que se pode fazer na política é mudar de partido, pelo que irá morrer do PSD. Pergunto: é de cortes ou irá morrer sendo do PSD?

Sou um homem de rupturas e de convicções muito determinadas.

E vai morrer sendo do PSD?

A não ser que o PSD me obrigue a não morrer PSD. Já uma vez tive a dificuldade de optar entre um grande amigo, o maior da minha vida, e o PSD – e optei pelo partido. Espero que a questão não se coloque segunda vez porque, como diria a minha mãe, tantas vezes o cântaro vai à fonte que, um dia, parte a asa. Espero que o PSD tenha juízo e aponte soluções para os portugueses, que tenha um programa, e não se preocupe com linhas vermelhas fixadas pelos outros e fixe linhas laranja para fazer um grande projecto. Como diria António Costa, se assim for, habituem-se.

Passados todos estes anos desde que esteve nos órgãos sociais do Benfica voltaria a ter intervenção no futebol?

O futebol é uma paixão, mas há tempo para tudo. Estive sete anos e meio como vice-presidente do Benfica e dez anos na televisão a defendê-lo, com todas as minhas forças. Na política diz-se que ter razão antes do tempo é não ter razão. Eu tive razão antes do tempo em relação àquilo que disse que iria acontecer. Se pergunta por onde vai passar a minha vida, acho que não passa mais por aí. Concorri a presidente do Benfica, perdi as eleições numa situação muito peculiar, para, um ano depois, o presidente que as ganhou [Luís Filipe Vieira] ser detido e hoje estar na situação em que está. Foi um período da minha vida.

Não passando pelo desporto, a sua vida pode passar pela política activa?

Não sei. Já fiz tanta coisa... Estive seis anos e meio no Conselho Superior do Ministério Público, um ano no Governo, um ano como vice-presidente do PSD, 22 anos na Assembleia da República e 14 anos na NATO. Estou no meu escritório, sempre fui advogado, mas a política é um bichinho. Em 1976, quando vim para Lisboa, para a Faculdade de Direito, e estava a apanhar o comboio no Porto, o meu pai disse-me: "Não te metas em política." Morreu cedo, com 54 anos, mas acho que teria algum orgulho – não por lhe desobedecer, mas por ter defendido sempre as minhas convicções, na política e no Benfica. Sempre ouvi dizer que a melhor maneira de chegar a lado nenhum é seguir a multidão. E é isso o que não tenho feito a vida toda.

> "Um possível governo à direita terá de ter obrigatoriamente o Chega. O que não percebo é este entendimento e fascínio com a Iniciativa Liberal, com a sua agenda de realidades alternativas. Alguém me dizia que parece o Bloco de Esquerda com cartões de crédito"

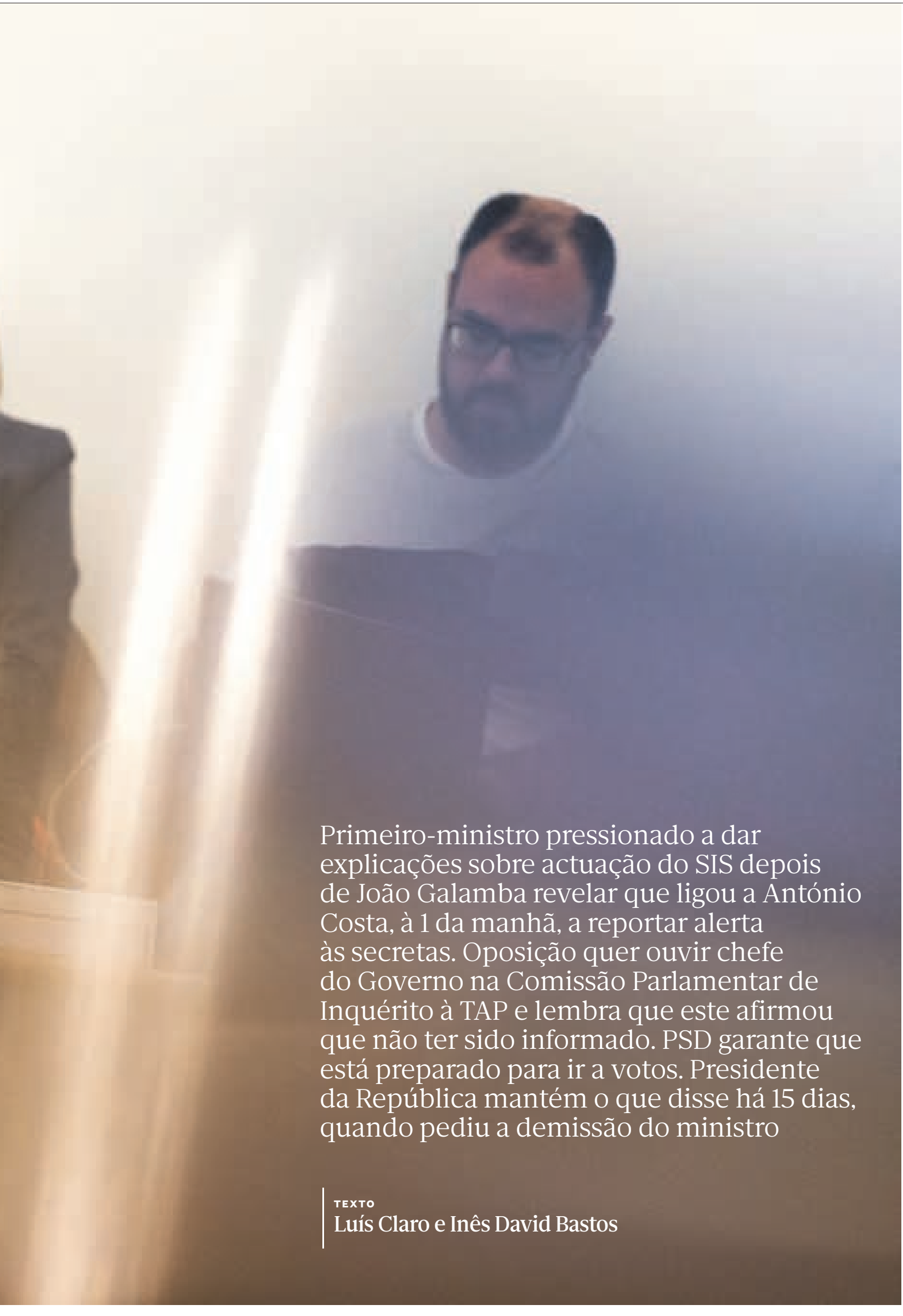
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



GALAMBA ENVOLVE COSTA E FICA MAIS FRAGILIZADO

CRISTINA BERNARDO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



Primeiro-ministro pressionado a dar explicações sobre actuação do SIS depois de João Galamba revelar que ligou a António Costa, à 1 da manhã, a reportar alerta às secretas. Oposição quer ouvir chefe do Governo na Comissão Parlamentar de Inquérito à TAP e lembra que este afirmou que não ter sido informado. PSD garante que está preparado para ir a votos. Presidente da República mantém o que disse há 15 dias, quando pediu a demissão do ministro

TEXTO
Luís Claro e Inês David Bastos

Cada vez mais pressionado a afastar João Galamba do Governo, o primeiro-ministro vê-se agora envolvido na polémica com a actuação do SIS nos incidentes no Ministério das Infra-estruturas. A semana não podia ter corrido pior ao Governo com as audições a João Galamba e Frederico Pinheiro, ex-adjunto, a trazerem novos factos para cima da mesa e um conjunto de contradições sobre a atribulada noite de 26 de Abril. Cauteloso, o Presidente da República garante que "está a acompanhar a situação" e que mantém o que disse anteriormente, quando defendeua exoneração do ministro, mas o PSD já fala em eleições antecipadas como solução para "restabelecer a normalidade".

Foi quase no final da audição, na comissão parlamentar de inquérito à TAP, que João Galamba trouxe um dado novo para cima da mesa: o primeiro-ministro foi informado, por volta da 1 da manhã, dos incidentes no ministério e que "tinham ligado ao SIS". Uma declaração feita por João Galamba quase três semanas depois de o primeiro-ministro ter garantido que não foi informado. "Eu não fui informado, nem tinha de ser informado, ninguém no Governo deu ordem ao SIS para fazer isto ou fazer aquilo", disse, no dia 1 de Maio, António Costa. Até esta data, o ministro tinha apenas referido uma tentativa de contacto com o chefe do Governo, mas sem sucesso.

A declaração do ministro teve uma reacção imediata dos partidos da oposição, com a Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda e Chega a pedirem a presença de António Costa na comissão de inquérito, embora o primeiro-ministro tenha a possibilidade de fazer um depoimento por escrito. Rui Rocha justificou o requerimento para António Costa ser ouvido com dois factos até agora desconhecidos: a indicação "veio do gabinete do primeiro-ministro" e António Costa "terá, afinal, sido informado, nessa mesma noite, pelo ministro João Galamba, de tudo o que aconteceu, e, nomeadamente, de que tinha sido solicitada uma intervenção do SIS". Pedro Filipe Soares, do BE, também

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

lembrou que "o primeiro-ministro disse publicamente que não foi contactado".

O PSD acompanha a necessidade de ouvir o primeiro-ministro, mas os socialistas tencionam travar, na quarta-feira, a pretensão de quase todos os partidos da oposição. "Não alimentemos uma história que, em bom rigor, tem pés de barro. De forma explícita, foi dito que o primeiro-ministro não participou em momento algum no accionamento dos serviços de informações", disse o líder parlamentar do PS, Eurico Brihante Dias.

Ministro ameaçado

Durante sete horas, João Galamba respondeu a centenas de questões dos partidos e, no fim, todas as bancadas da oposição falavam em contradições e pontas soltas (ver caixa ao lado). O ministro das Infra-estruturas negou toda a versão contada no dia anterior pelo seu ex-adjunto e apoiou-se quase sempre no que tinha sido dito, também no dia anterior, pela sua chefe de gabinete. Aliás, Galamba, por mais de 20 vezes, escudou-se na audição de Eugénia Correia dizendo: "Não tenho mais nada a acrescentar".

O ministro negou ter ameaçado fisicamente Frederico Pinheiro e garantiu que quem foi ameaçado – e de forma "violenta" – pelo ex-adjunto foi ele próprio, assegurou que não mentiu ao país sobre as reuniões preparatórias com a ex-CEO da TAP, que considerou "normais", afirmou que só soube que existiam notas informais sobre essas reuniões no dia 24 de Abril e desmentiu Frederico Pinheiro em toda a linha. "Não existem duas versões, existe uma história, factos e cinco testemunhas", disse o ministro, que não convenceu a oposição.

Mas foi nas perguntas relacionadas com a intervenção do SIS que mais vacilou. Começou por dizer que não se lembrava se tinha falado ou não com a ministra da Justiça sobre as secretas, quando na conferência de imprensa de 29 de Abril disse que sim; também não conseguiu lembrar-se se foi avisado pela chefe de gabinete do alerta ao SIS antes ou depois de ter falado com a Polícia Judiciária e deixou um dado novo à CPI: afinal, ao contrário do que tinha dito na conferência de imprensa de 29 de Abril, o primeiro responsável que contactou na noite em que Frederico Pinheiro esteve no ministério das Infra-estruturas, já exonerado, mas apenas pelo telefone, foi o ministro da Administração Interna.



Espantado com a informação, o presidente do Chega, André Ventura, fez saber que iria chamar ao inquérito o ministro José Luís Carneiro e o director nacional da PSP. O BE vai chamar ao Parlamento o responsável do SIS e a polémica atingiu tal nível que o presidente do PSD fez saber que pediu ao primeiro-ministro que a secretária-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Graça Mira Gomes, fosse afastada. E revelou que o PSD vai apresentar uma proposta para reforçar regras de independência do Conselho de Fiscalização do SIRP.

PSD pronto para ir a votos

A audição de João Galamba na comissão de inquérito teve outra consequência: quase todos os partidos da oposição insistiram na demissão do ministro. Luís Montenegro vai mais longe e sugere que a única solução para a crise política pode passar por eleições antecipadas. Responsabilizando o primeiro-ministro pelo "pântano político em que Portugal mergulhou", o presidente do PSD disse, na sexta-feira, que, "com o actual panorama, ou o Governo se demite ou é demitido". Se isso acontecer, "o PSD está pronto para ir a votos". E insistiu que o ministro João Galamba, "a bem da dignidade e da moralidade da política, deve mesmo ser demitido".

Chega, Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda, PCP e PAN também defenderam que as audições desta semana na comissão de inquérito tornam insustentável a manutenção do ministro. Nuno Melo, presidente do CDS, afirmou que, perante "todas "as evidências e os danos para a credibilidade do Estado, o ministro não pode manter-se no cargo".

Mesmo em alguns sectores do PS cresce a convicção de que o ministro deve cair para não causar mais danos à imagem do Governo e que é indispensável avançar com uma remodeção para entrar numa nova fase da governação. Mas também há quem lembre que António Costa já afirmou só estar disponível para retirar "consequências políticas, em função dos resultados", no final da comissão parlamentar de inquérito à TAP, cujos trabalhos foram prolongados por mais 60 dias, até 13 de Julho.

Falta ainda ouvir, no dia 15 de Junho, o ex-ministro das Infra-estruturas Pedro Nuno Santos. Um dia antes está prevista a audição de Hugo Mendes, antigo secretário de Estado das Infra-estruturas. A última audição será a do ministro Fernando Medina, prevista para dia 16.

Marcelo atento a Galamba

O Presidente da República está a acompanhar os desenvolvi-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justiç
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o proc



CRISTINA BERNARDO

Frederico Pinheiro foi ouvido esta semana na comissão de inquérito à TAP

Luís Montenegro fala em "pântano político" e responsabiliza António Costa

mentos do caso Galamba depois do conflito com São Bento devido à decisão de manter Galamba no cargo.

Na sexta-feira, ao início da tarde e antes da reunião semanal com o primeiro-ministro, Marcelo Rebelo de Sousa fez questão de afirmar que "mantém exactamente o que disse há 15 dias".

Ou seja, João Galamba não tem condições para continuar no Governo e existe uma divergência de fundo. "Estou a acompanhar a situação. Neste momento não tenho nada a dizer", afirmou um dia depois da audição de João Galamba.

Antes disso, Marcelo Rebelo de Sousa já tinha avisado que "o prestígio das instituições é o mais importante. Tudo o resto depende disso".

Contradições e dúvidas que ficaram das audições

Quem sabia do SIS?
Chefe de Gabinete assumiu responsabilidade total de ter contactado o SIRP. Galamba já não se lembra se falou ou não do SIS com ministra da Justiça. Na conferência de imprensa de 29 de abril disse que falou. Afinal, o ministro, desmentindo o primeiro-ministro, comunicou na noite de 26 para 27 de abril, pelas 01:00, ao primeiro-ministro a intervenção do SIS. Costa tinha dito que desconhecia. Galamba não se lembra se soube da chamada do SIS antes ou depois de ter falado com a PJ.

Com quem falou primeiro?
No dia 29 de abril, Galamba disse que ligou de imediato ao primeiro-ministro, que não atendeu, e depois ao secretário de Estado Adjunto, António Mendonça Mendes, que aconselhou ligar ao SIS e PJ (mas o alerta à secreta já tinha sido feito). Na audição de quinta-feira lembrou-se que a primeira pessoa a quem ligou foi ao ministro da Administração Interna, dado conhecido pela primeira vez.

Quem ameaçou quem?
O ex-adjunto de João Galamba garantiu na sua audição desta semana que foi ameaçado pelo SIS. A secreta já veio negar. Frederico Pinheiro confirmou ainda que Galamba o ameaçou com dois socos. O ministro nega e retalia: que o ameaçou fisicamente foi o antigo adjunto.

Notas e omissões
Frederico Pinheiro garante que ministro e todo o gabinete sempre souberam que ele tinha notas informais das reuniões de janeio com ex-CEO da TAP. Ministro e chefe de gabinete desmentem. Dizem que só souberam a 24 de abril e que o ex-adjunto sempre disse que não tinha notas. Frederico Pinheiro garante que ministro queria ocultar notas à CPI. Galamba nega e diz que a ruptura com o ex-colaborador dá-se precisamente porque este não queria dar as notas.

A propósito...

Romper o cerco à democracia



Adalberto Campos Fernandes

Em democracia, a ideia de cercos ou de cordões sanitários apenas serve os propósitos da intolerância e da incapacidade de lidar com a diferença. Na prática, não passa de um impulso antidemocrático para condicionar a liberdade através da restrição dos direitos dos outros, esboçando a violência nas suas múltiplas fórmulas de expressão. A democracia tem como princípio fundamental a garantia da liberdade individual e colectiva. A sonegação dos seus valores constitui um primeiro passo para a sua desconstrução por parte daqueles que, no essencial, de forma dissimulada, vêem nas insuficiências da democracia o alimento para o populismo e a demagogia. A fórmula, conhecida da História, vai repetindo, ao longo dos tempos, os mesmos processos com base numa narrativa sumária. A técnica resume-se à simplificação do argumentário transformando cada acto político num exercício de polarização e de incentivo ao confronto. As correntes políticas geradas a partir deste ideário trocam a sustentação das ideias e a coerência do pensamento pelo apelo fácil às emoções, instrumentalizando o capital de descontentamento dos diferentes sectores sociais ou grupos profissionais.

O recurso aos apelos para cercar, expulsar, castigar ou punir têm como única finalidade fazer do belicismo o catalisador do descontentamento, agregando, por essa via, a natural frustração de muitos com os resultados das políticas e a qualidade das respostas aos seus problemas.

O ritual político segue, um pouco por toda a parte, os ensinamentos deixados na História pelos líderes e referências destes novos actores – no essencial, a definição de um quadro restrito de valores em que se misturam ideias de patriotismo nacionalista, tradicionalismo cultural e radicalismo político. A ideia de "purificação" emerge como o elemento central deste discurso, tornando inevitável o sentimento de uns contra os outros, de separação e de purga. A manifestação, recentemente anunciada, como o cerco que procura confinar, reparar e purificar assenta nessa ideia política. Este é o problema central deste tipo de movimentos que procuram contrapor às falhas do sistema a urgência de uma ruptura não apenas epistemológica, mas também disruptiva, de carácter revolucionário.

O sistema político tradicional tende a reagir de forma temperamental, recorrendo a inquietas abordagens defensivas ou, pelo contrário, proclamando exaltantes confrontos, levando o combate para o terreno onde a vantagem está do lado dos populistas. Tarda em compreender que a resposta é exclusivamente política, no plano dos valores e dos ideais democráticos, mas, sobretudo, no domínio das respostas às desigualdades, à pobreza, à corrupção e à degradação do Estado. Este confronto entre os que defendem a liberdade e os que dela tiram vantagem apenas será resolvido com a melhoria das condições de vida e de dignidade daqueles que há muito se encontram no limbo do esquecimento, à espera das respostas que tardam a chegar.

Professor universitário
a.camposfernandes@outlook.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

CORRUPÇÃO

Tribunal coloca vice-presidente da autarquia de Gaia em prisão preventiva

Dois arguidos do processo Babel ficaram em prisão preventiva: o vice-presidente da Câmara de Gaia, Patrocínio Azevedo, e Paulo Malafaia, parceiro de negócios do *CEO* do Grupo Fortera, Elad Dror, que saiu em liberdade com uma caução de um milhão de euros. A empresa recebeu um terreno que era da empresa municipal Águas de Gaia e beneficiou de isenções de taxas e de licenças para a construção da torre Skyline, que inclui o centro de congressos de Gaia

Licínio Lima*
llima@medianove.com

O Tribunal de Instrução Criminal do Porto aplicou a medida de coação mais grave a dois arguidos do processo Babel: Patrocínio Azevedo, vice-presidente da Câmara Municipal de Gaia, e Paulo Malafaia, parceiro de negócio do CO do Grupo Fortera , Elad Dror, que saiu em liberdade, sujeito ao pagamento de uma caução no valor de um milhão de euros, e a entrega do passaporte ao tribunal.

As medidas foram conhecidas ontem ao final do dia, depois três dias de detenção no estabelecimento Prisional junto da Polícia Judicária do Porto.

O advogado João Lopes ficou sujeito a prisão domiciliária, com pulseira electrónica e proibição de contactar os demais arguidos. enquanto que Ricardo Magalhães, ex-funcionário do urbanismo da Câmara do Porto, saiu em liberdade sujeito a uma caução de 20 mil euros e apresentações diárias na autoridade policial junto da residência. Amândio Dias, da Direcção Regional da Cultura do Norte, antigo funcionário do urbanismo da Câmara do Porto é obrigado a suspender as funções.

Todos os arguidos ficam proibidos de contactar entre si e com arguidos a constituir, lê-se ainda na informação distribuída pelo tribunal. Neste processo estão em causa crimes de recebimento ou oferta indevidos de vantagem, de corrupção acctiva e passiva, de prevaricação e de abuso de poder, praticados por e sobre funcionário ou titular de cargo político.

Câmara ofereceu isenções

Entretanto, o NOVO apurou que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia deliberou, com os votos do PS e votos contra do PSD, isentar de taxas e de licenças o consórcio liderado pelo Grupo Fortera que vai construir a polémica torre Skyline, no coração da cidade, edifício que integrará o futuro Centro Cultural e de Congressos de Gaia. Além das isenções, o município deliberou também ceder à empresa privada um terreno que era propriedade da empresa municipal Águas de Gaia.

Agora, o Ministério Público suspeita que aquele empreendimento, da autoria do arquitecto Souto Moura, que ocupa cerca de 54 mil metros quadrados, com 28 andares, 300 apartamentos, um hotel de luxo e ainda o centro de congressos, tenha sido aprovado com subornos ao vice-presidente da edilidade, Patrocínio Azevedo, que acabou detido pela Polícia Judiciária (PJ), na terça- feira, no âmbito do processo Babel. O autarca conheceu ontem as medidas de coação a que ficou sujeito, tal como os restantes sete detidos, num total de 12 arguidos envolvidos neste esquema de corrupção.

O projecto Skyline foi discutido pela primeira vez em reunião de câmara a 3 de Junho de 2019. Segundo a acta da reunião, a que o NOVO teve acesso, o vereador do PSD, José Cancela Moura, acusou o executivo camarário de estar a criar uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP) para a construção de um centro de congressos e de um hotel, sem avaliar devidamente os custos e sem um visto prévio do Tribunal de Contas. O presidente Eduardo Vítor Rodrigues respondeu que não se trata de uma PPP, mas de uma parceria entre a autarquia e o consórcio privado, em regime de "unidade de execução" para a construção do centro cultural e de congressos. O edil explicou que o equipamento ao fim de 25 anos reverterá para autarquia sem ter suportado os custos da construção. Só o PS votou a favor.

O assunto voltou a reunião de câmara a 18 de Maio de 2020, tendo vereador social-democrata alertado que, embora ainda nenhum projecto tivesse sido aprovado, o Plano Director Municipal (PDM) já sofrera alterações, com o aumento significativo da capacidade construtiva naquela zona da cidade.

Disse Cancela Moura, segundo a acta da reunião a que o NOVO teve acesso: "O PDM definia para aquela área um índice construtivo de 0,8 que, na primeira versão do referido plano de urbanização, foi incrementado para 1,2 e que agora, na versão final e em vigor, publicada em DR, no dia 26 de Março (2020), se constata ter sido novamente aumentado para 2,0, mais do dobro da capacidade construtiva inicial." Ou seja, o valor dos terrenos naquela zona aumentou substancialmente.

O projecto do centro de congressos foi aprovado definitivamente na reunião de câmara de 18 de Julho de 2002, só com os votos do PS, quando tudo já estava a ser investigado pela PJ.

Sabe-se agora que, afinal, o projecto é mais do que um hotel e do que um centro cultural, construído em dois terrenos, um municipal e outro privado, em regime de perequação.

Na terça-feira, os inspectores da judiciária fizeram buscas na câmara e na Gaiurbe, a empresa responsável pela gestão urbanística do município, tendo como base a suspeita de que aquele centro de congressos, e demais edificado, no valor total de 150 milhões de euros, foi aprovado com subornos ao vice-presidente Patrocínio Azevedo, 48 anos, engenheiro civil, tendo este feito aumentar os custos, em cerca de 500 mil euros, ao impor que o projecto fosse da autoria do arquitecto Souto Moura, tendo compensado os investidores com a permissão do aumento da volumetria do edifício, com mais uns andares além dos previstos. E assim nasceu o processo que a PJ baptizou de "Babel".

Na origem dos subornos estará,

> O Ministério Público suspeita que este grupo estivesse envolvido em projectos imobiliários no valor de 300 milhões de euros, tendo Patrocínio Azevedo recebido luvas no valor de 120 mil euros.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

segundo o Ministério Público (MP), Elad Dror, o gestor do Grupo Fortera, que lidera o consórcio construtor da torre Skyline. O MP suspeita também do empresário Paulo Malafaia, parceiro de negócios do Grupo Fortera e que surge igualmente envolvido num processo de corrupção com origem na Câmara de Espinho, Entre estes e o vice-presidente, estará, como intermediário, o advogado João "Gorila" Lopes, tendo os quatro actuado em conluio neste e noutros emprendimentos, nomeadamente no projecto urbanístico Riverside, um conjunto de apartamentos sobre o rio Douro no valor de 110 milhões de euros.

O Ministério Público suspeita que este grupo estivesse envolvido em projectos imobiliários no valor de 300 milhões de euros, tendo Patrocínio Azevedo recebido, alegadamente, luvas no valor de 120 mil euros.

As buscas da PJ alargaram-se às autarquias do Porto e de Braga para investigação de contratos que envolviam aqueles mesmos empresários. Souto Moura foi também alvo de buscas.

O saldo do processo Babel, resultou em 12 arguidos, com sete detidos, cinco ligados ao Skyline e outros dois envolvidos num processo extraído deste, relacionados com alegados actos de corrupçao registados na Câmara do Porto.

No meio deste ruído, surgiu a notícia de que o ministro da Saúde está a ser investigado por prevaricação por, alegadamente, interceder junto do presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia para que abrisse um concurso para acomodar a transferência de um funcionário da autarquia de Gondomar. Eduardo Vitor Rodrigues também é arguido neste processo.



Conservador optimista

O erro de Costa



Telmo Correia

Sobre o tema do dia e destes dias, não vou acrescentar muito mais ao que escrevi há uma semana pela razão simples de que o espectáculo a que temos assistido só veio confirmar a minha tese sobre a matéria. Ou seja, uma guerra aberta entre facções e possíveis sucessores no PS; um descrédito completo das instituições e entidades da maior importância para a segurança do país, como os serviços de informações, a serem arrastados pelas ruas da amargura. Inevitável a partir do momento em que o primeiro-ministro, para afrontar Belém, escolhe manter em funções um ministro que, obviamente, não tinha condições para continuar. Sofrem as instituições e a credibilidade do regime, beneficiam os demagogos e os populistas.

Sucedem-se as demissões e é cada vez mais evidente ser inevitável, em função do que foi ouvido na comissão parlamentar de inquérito, a demissão da responsável pelo Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP). Quando, para mais, sabemos que a responsável última pela fiscalização e por garantir que estes serviços não pisam o risco e cumprem a lei é, tão-só, Constança Urbano de Sousa, a ex-ministra da Administração Interna demitida na sequência da intervenção do Presidente da República, após os incêndios de 2017. A maioria absoluta conduziu a um conjunto de erros. E, por vezes, levou mesmo a que se perdesse o bom senso.

As versões contraditórias e absolutamente antagónicas entre o adjunto e a chefe de gabinete do ministro das Infra-Estruturas, façam ou não parte da luta interna no Partido Socialista, transformaram-se numa novela com indiscutível interesse televisivo, mas com danos irreparáveis do ponto de vista da credibilidade das instituições democráticas.

Se isto não compromete o regular funcionamento das instituições democráticas, o que será então necessário para que se conclua que esse funcionamento está comprometido?

António Costa é, indiscutivelmente, um dos políticos mais hábeis da sua geração (que é a minha) e um jogador hábil, habituado a jogar desde os bancos da escola, passando pelos da faculdade, onde nos conhecemos e fomos também adversários. Foi essa habilidade que o levou ao governo e à formação da geringonça, como me lembro de ter previsto que poderia acontecer na própria noite eleitoral dessas eleições do PàF, na presença e perante a incredulidade de alguns dos principais dirigentes do PSD e do CDS. Mas, desta vez, Costa parece ter cometido um erro. Ao ficar com Galamba para o usar como arma de arremesso contra o Presidente ficou com um problema dentro de casa que não tem fim nem solução à vista. Os ministros podem ser mais ou menos capazes, o Governo pode estar a governar melhor ou pior – ao fim e ao cabo, tudo converge para esta novela em que Galamba é o mau da fita e António Costa o vilão, porque o segurou.

Advogado

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

fls. 71

ENTREVISTA

Nelson Silva / Candidato a porta-voz do PAN

Ex-deputado disputa a liderança do PAN com Inês de Sousa Real no congresso deste sábado, em Matosinhos. Acusa a actual direcção de perseguir os críticos internos e de falta de transparência. E garante que há procedimentos "completamente antidemocráticos". Crítico das negociações com o governo socialista, Nelson Silva é contra coligações porque "o PAN será canibalizado"

"André Silva é o Mário Soares do PAN"

Melissa Lopes
mlopes@medianove.com

Tem acusado Inês de Sousa Real de estar a conduzir o PAN à irrelevância política. O que fará, se for eleito, para evitar esse desfecho?
Não tenho acusado a Inês de Sousa Real em si. A porta-voz representa um voto em 27. Temos acusado, sim, a direcção por ter as prioridades erradas nos momentos errados. O país está a atravessar grandes dificuldades económicas e algumas das propostas que o PAN tem decidido usar como propostas-bandeira não vão minimamente ao encontro daquilo que são as necessidades reais das pessoas. Há um desfasamento entre a realidade e aquilo que a direcção do PAN considera prioritário.

Por que razões devem os filiados escolhê-lo a si ?
Este congresso vai focar-se muito no futuro interno e sobre que tipo de partido queremos. Se quiserem um partido fechado à sociedade, devem votar na lista encabeçada por Inês de Sousa Real. Se quiserem um partido mais aberto, democrático, transparente, com uma real separação de poderes e um reforço das estruturas locais – que têm perdido autonomia –, devem votar na lista do Mais PAN.

A direcção nega que exista no PAN asfixia democrática. Diz que o partido é democrático e dá o exemplo da auscultação interna feita depois das legislativas. A asfixia de que falam reflecte-se em quê?
A auscultação é um bom ponto de partida. Os membros da direcção andaram pelo país a fechar filiados em salas, ninguém sabe exactamente o que ali foi falado. Foi feito um relatório que é uma barbaridade, porque nunca houve uma votação. Para fazer uma verdadeira auscultação deviam ter convidado todos os filiados para um debate. Ao invés disso, fecharam-nos em salas, separados uns dos outros, para ninguém se ouvir. Isto é realmente um partido democrático? Basta olhar para a proposta de alteração de estatutos da lista A. Há lá coisas completamente antidemocráticas, escritas preto no branco.

Como, por exemplo?
Um reforço de poderes na comissão política nacional [CPN], em que este órgão nomeia as pessoas que vão fazer parte do conselho de ética. Há um conflito de interesses. O que acontece quando um membro da comissão política nacional ou da comissão política permanente precisa de ser averiguado disciplinarmente? Ou a alguém de quem a direcção não gosta ou que diverge? O conselho de ética, a mando da CPN, vai atrás das pessoas que pensam diferente. Isso já acontece no PAN.

Sousa Real disse ao NOVO que "aquilo que não pode acontecer é quem está em desvantagem ou em minoria querer impor a sua vontade". É o que acontece?
Não. Isto não é impor vontade. Ninguém desta direcção pode dizer que são a maioria ou a minoria, uma vez que o congresso não dá a palavra a todos os filiados de igual modo e só os delegados podem votar. Para esta direcção há militantes de primeira e militantes de segunda. Queremos que cada filiado tenha um voto. Não tem a ver com impor vontades, mas sim com denunciar várias situações, mostrar um caminho alternativo e explicá-lo aos filiados, para terem duas opções. Vemos a falta de sentido democrático que esta direcção tem quando acha que a oposição é a minoria a impor uma vontade. Cabe na cabeça de alguém?

É por isso que tem dito que o PAN está desvirtuado?
Claramente. O PAN sempre foi um partido democrático. Nunca senti nenhum problema em divergir, por exemplo, do André Silva ou de qualquer outra pessoa. Nunca me senti inibido de o fazer. A partir do momento em que esta direcção assume, começámos a perceber que a ideia era outra. Quem pensa diferente sobre a forma como o partido deve funcionar é perseguido. Tivemos esses casos a acontecer e eu fui um deles.

De que forma foi perseguido?
Foram espalhadas várias mentiras nas redes sociais e inclusivamente atacavam membros da minha família. E, isso, não consigo aceitar. Saí do Facebook por causa disso. Utilizar o factor medo em ataques nas redes sociais ou em ataques internos para coibir as pessoas de exprimirem a sua opinião não é de um partido democrático. E é isto que o PAN é actualmente.

Tem também criticado a forma como o PAN se tem relacionado com o PS. Não vê vantagens nessa relação?
A posição dialogante que o PAN tem tido deve mantê-la sempre com todos os partidos do espectro democrático, porque é através do debate de ideias que



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

conseguimos chegar a compromissos e fazer evoluir o país. Mas há uma diferença entre ter um posicionamento dialogante com o partido do governo e passar cheques em branco em troca de migalhas. Neste Orçamento do Estado, o primeiro da maioria absoluta, foi exactamente isso que aconteceu.

Aceitará coligar-se tanto com o PS como com o PSD?

Acho que o PAN não se deve coligar com ninguém. Mas se os militantes entenderem que é benéfico haver uma coligação pré-eleitoral ou um acordo que leve o PAN para o governo, ou não, então, assim será. O porta-voz tem um poder de influência, tem a sua própria opinião e convicção, mas não decide. Sou tendencialmente contra as coligações eleitorais porque o PAN será canibalizado. O partido tem uma mensagem fresca, muito própria e muito positiva para o futuro e consegue defendê-la sozinho.

O PAN não deve, à partida, aspirar a ser governo, é isso?

O PAN só deve, à partida, aspirar a ser governo se os eleitores assim o decidirem.

> “Foram espalhadas várias mentiras nas redes sociais e inclusivamente atacavam membros da minha família. E isso não consigo aceitar. Saí do Facebook por causa disso”



Mas, na eventualidade de uma coligação, quais são as linhas vermelhas do PAN?

A descarbonização da economia no curto prazo e uma maior actuação sobre violações dos direitos humanos têm de ser prioridades. Temos de reavaliar o nosso sistema fiscal para as famílias terem mais rendimentos ao final do mês e permitir aos pequenos e médios empresários a capacidade de pagarem salários maiores, o que inclui uma flexibilidade do Estado para também ele o fazer. A criminalização dos maus-tratos a animais não pode sair do nosso panorama legal. A criação de um serviço nacional de saúde veterinário deve continuar a ser uma bandeira.

Há muito a crítica de que o PAN é um partido proibicionista. Como responde?

Se essa é a imagem que têm, a responsabilidade é do PAN que, durante anos, passou essa ideia. Não é, de todo, verdade. O PAN deve fazer política pela positiva. Devemos assumir a responsabilidade, que foi falha nossa, na passagem da mensagem, e mudar esta percepção pública porque, de facto, não corresponde à verdade.

O não regresso de André Silva é um assunto encerrado?

Não faço ideia, só o André pode dizer.

Gostava ter o contributo do antigo porta-voz?

O André Silva foi o porta-voz mais influente que o PAN teve. Para a causa animal e ambiental em Portugal, o André Silva é o nosso Mário Soares, uma figura idêntica a Mário Soares, nestes campos. Em caso de vitória no congresso, adorava ter os conselhos de André Silva, sem dúvida.

Se isso acontecer, a primeira mensagem será para ele?

A primeira mensagem será para os militantes do PAN, para metermos mãos à obra. Porque isso significaria também que a nossa proposta de alteração de estatutos poderia ser aprovada e teríamos de preparar o partido para uma eleição de dois porta-vozes, a partir do momento em que o Tribunal Constitucional aprovasse os novos estatutos. Temos de reestruturar o partido, repensar as bases, dar-lhes mais poder e fazer um trabalho preparatório para esse momento. E depois, sim, mais para a frente, veria se o André Silva tinha disponibilidade para voltar.

Opinião

O futuro da Madeira passa pelo desenvolvimento da economia azul



Pedro Calado

Durante a organização da primeira edição da Madeira Maritime Week, o Governo Regional da Madeira recebeu profusos elogios da presidente do conselho de administração da Autoridade da Mobilidade e Transportes (Ana Paula Vitorino), bem como do secretário de Estado do Mar (José Maria Costa), que enalteceram o trabalho feito e o posicionamento da Região Autónoma da Madeira na economia azul – em concreto, o exemplar trabalho, em poucos anos, no MAR (Registo Internacional de Navios da Madeira), com o aumento de 500 para mais de 800 navios registados.

Aliás, já anteriormente, o ex-ministro do Mar, então ainda em funções, Ricardo Serrão Santos também elogiara a política prosseguida pela Madeira, nomeadamente o trabalho que se está a fazer na aquacultura.

Curiosamente, estes elogios nacionais à economia azul, que a região tem procurado desenvolver ao longo dos últimos anos, têm sido, ilogicamente, bestializados pelos socialistas locais, num oportunismo politiqueiro pseudo-ambientalista, totalmente ao contrário do que são o discurso e a prática, nacionais e regionais, de que a economia azul é o futuro e que Portugal (e as regiões autónomas) têm de optimizar, do ponto de vista da economia, da ciência e do desenvolvimento, o enorme mar que nos une e rodeia.

Cientes dessa importância, tanto a Universidade da Madeira como o governo regional, a Câmara Municipal do Funchal e outras autarquias estão focados e preparados para desenvolver o conhecimento científico, digital e informático, e ajudar a fazer crescer a indústria marítima e a economia azul e do mar.

Para que se perceba a importância do que estamos a falar, presentemente, a economia azul vale cerca de 10% do PIB, com um contributo superior aos 450 milhões de euros. Em emprego e salários, a economia do mar representou também perto dos 10%, tendo inclusivamente existido nos últimos anos um crescimento de empregos nesta área, até superior a outras, mais tradicionais e mais estabelecidas.

Nos cruzeiros, anualmente, a região recebe mais de 300 escalas de paquetes, o que representa mais de 500 mil passageiros e algumas dezenas de milhões de euros em receitas, resultado do investimento significativo que a Madeira tem realizado na melhoria e qualidade das infra-estruturas. Todo esse investimento portuário e esse desenvolvimento da economia do mar e/ou azul serão sempre muito esperados e desejados.

Presidente da Câmara Municipal do Funchal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

ORDENS PROFISSIONAIS

Governo já está a enviar propostas de alteração de estatutos às ordens

Ministra dos Assuntos Parlamentares já enviou primeiras versões das propostas de alterações dos estatutos de oito ordens profissionais e quer que estas respondam até à próxima terça-feira. Advogados e médicos ainda não receberam e as ordens queixam-se dos prazos curtos que o Governo impõe porque quer os processos encerrados ainda nesta sessão legislativa



Ricardo Santos Ferreira e Licínio Lima
rsferreira@medianove.com

O Governo já enviou a oito ordens profissionais as primeiras versões das propostas de alteração dos seus estatutos, na sequência da entrada em vigor das alterações à Lei das Associações Públicas Profissionais (LAPP), apurou o NOVO junto de diversas fontes.

As propostas foram enviadas pelo gabinete da ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, que está a centralizar o processo, às ordens dos assistentes sociais, biólogos, contabilistas, despachantes oficiais, fisioterapeutas, médicos veterinários, nutricionistas e psicólogos na quinta-feira, 18 de Maio, que têm até à próxima terça-feira, 23 de Maio, para se pronunciarem.

Em declarações ao NOVO, a bastonária da Ordem dos Nutricionistas, Alexandra Bento, confirmou a recepção da proposta governamental e disse que vai responder dentro dos prazos estipulados.

Actualmente existem 20 ordens profissionais em Portugal, tendo as duas últimas, dos fisioterapeutas e dos assistentes sociais, sido criadas em 2019. O Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) congrega 17 das ordens estabelecidas, que representam, em conjunto, cerca de 471 mil profissionais, segundo dados de 2021.

As ordens esperavam receber as propostas de alterações de estatutos no início da semana passada, depois de o Governo ter sinalizado a intenção de enviar as propostas para a Assembleia da República até ao final deste mês, para que sejam discutidas e aprovadas ainda na actual sessão legislativa, que deverá terminar em meados de Junho.

Questionado pelo NOVO, o presidente do CNOP e bastonário da Ordem dos Economistas, António Mendonça, manifestou preocupação com o prazo muito curto estabelecido para que as ordens respondam à proposta do Governo.

"O facto de o processo se ter estendido não é responsabilidade nossa", diz António Mendonça, que aponta o facto de se terem realizado eleições legislativas antecipadas, em 2022, e a própria gestão do processo como fontes do atraso registado relativamente aos prazos que o Governo justifica serem impostos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

As ordens dos advogados, dos médicos, dos economistas e dos notários confirmaram não ter recebido ainda qualquer proposta de alteração dos estatutos.

Fontes de diferentes ordens profissionais esperam que as restantes 12 propostas de alteração sejam recebidas durante a próxima semana.

Depois da discussão da lei que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, em que o CNOP assumiu um papel preponderante, representando as diferentes organizações, quando o processo passou a ser focado nos estatutos – e tendo em conta os prazos apertados para resposta –, a relação restringe-se a cada uma das ordens, individualmente.

A maioria das ordens queixou-se da inexistência de qualquer interacção, à excepção do pedido do Governo de contributos para as alterações dos estatutos.

Isto ficou patente na entrevista da bastonária da Ordem dos Advogados, Fernanda de Almeida Pinheiro, ao NOVO, em que critica a falta de interacção e o prazo curto dado. "O que nos foi dito, a 31 de Março, foi que nós iríamos fazer um conjunto de reuniões e tínhamos de apresentar os nossos contributos sobre aquilo que entenderíamos que deveria ser a melhor forma de adaptar a LAPP ao estatuto; entretanto veio a Páscoa e, na realidade, tivemos dez dias úteis, sem sequer saber qual era a ideia do Governo, para nos pronunciarmos, sozinhos, com as nossas ideias, e sem ninguém nos dizer se as mesmas mereciam ou não acolhimento", apontou.

António Mendonça diz que o CNOP espera fazer um ponto de situação do processo até ao final do mês.

"As ordens estão e sempre estiveram disponíveis para dialogar", sublinha Mendonça. "É importante perceber o papel que têm na sociedade", acrescenta, apontando ainda que "é importante os governos terem a capacidade de aproveitar as competências que as ordens têm".

Actos próprios na mira

A Ordem dos Advogados deverá ser uma das mais afectadas neste processo porque o Governo já sinalizou a intenção de fazer alterações aos actos próprios da classe e porque, como o NOVO noticiou, a Autoridade da Concorrência (AdC) propôs, num relatório, a abertura de muitos dos actos próprios dos advogados a outras profissões que considera integrar o grupo das "profissões legais": advogados, notários, solicitadores e agentes de execução.

Fernanda de Almeida Pinheiro considera que a alteração dos actos próprios é uma "linha ver-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10006487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1006487-74.2023.8.26.0068 e código 23hiv37b.



> “As ordens profissionais estão e sempre estiveram disponíveis para dialogar. É importante perceber o papel que têm na sociedade”



António Mendonça
Presidente do CNOP

melha” que a classe considera inultrapassável e convocou uma assembleia geral dos advogados para responder, admitindo recorrer inclusive aos tribunais.

Ao NOVO, o bastonário dos notários, Jorge Batista da Silva, diz que a sua ordem deverá ser pouco ou nada afectada pela nova lei, uma vez que o único acto exclusivo que mantém são os testamentos, que representam apenas 1% do volume de actos no conjunto dos 450 balcões existentes no país, que recebem cerca de 2,6 milhões de pessoas por ano. Jorge Silva sublinhou também que os actos dos notários fazem fé pública, pelo que o órgão de disciplina da ordem é externo, com representantes do Ministério da Justiça e da ordem, e um quinto elemento cooptado, sendo da competência da ministra da Justiça o poder de exoneração definitiva de um membro. Neste sentido, “não há nenhuma razão para alterar o que existe”, disse.

O mesmo parecer da AdC aponta para que quatro ordens – dos assistentes sociais, dos despachantes oficiais, dos nutricionistas e dos economistas – não teriam razões de existir, por não terem actividades reservadas.

Em declarações ao NOVO, a bastonária dos nutricionistas reagiu, afirmando que a extinção da ordem nunca esteve em causa.

Breves



Feira do Livro de Lisboa arranca na próxima semana

O evento vai começar na quinta-feira, dia 25 deste mês, e prolonga-se até dia 11 de Junho. A 93.ª edição da Feira do Livro de Lisboa está de regresso às datas pré-pandemia. A mostra vai contar com 340 pavilhões e reúne 981 marcas editoriais, a maior oferta editorial de sempre. Nesta edição destaca-se ainda o renovado Espaço dos Pequenos Editores. Aos fins-de-semana e vésperas de feriado, o evento vai fechar uma hora mais cedo.

Plano para reduzir portagens até ao Verão

A ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, espera apresentar “até ao Verão” o plano para a continuação da redução das portagens no interior e na auto-estrada A22, que está previsto no Orçamento do Estado para este ano e que está a ser preparado por um grupo de trabalho liderado pelo seu ministério.

Comissão da TAP dura mais 60 dias

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito à TAP por 60 dias para conseguir “realizar todas as audições requeridas e acordadas”, o que tinha sido pedido pela própria comissão parlamentar.



PSD reúne deputados em jornadas na Madeira

As Jornadas Parlamentares do PSD realizam-se a 22 e 23 de Maio, na Madeira, sob o lema “Ambição para Portugal - Acreditar na Madeira”.
A escolha não foi feita ao acaso, pois as próximas eleições a disputar serão as regionais. A abertura vai contar com o presidente do governo regional, Miguel Albuquerque, e o encerramento com o líder do PSD, Luís Montenegro. Educação, Lei das Finanças Regionais, revisão constitucional e mobilidade serão alguns dos temas.

Publicidade



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

fls. 75

ENTREVISTA

César do Paço / Empresário

Retirar menções que considera insultuosas da sua página na Wikipédia foi o que César do Paço conseguiu ao recorrer à Relação de Lisboa, que decidiu pelo apagamento de vários elementos por serem "curiosidade ilegítima do público". Respondendo por escrito a perguntas enviadas pelo NOVO, o empresário que fez fortuna nos Estados Unidos diz-se perseguido pela proximidade ao Chega, do qual garante não ser militante

"Todos aqueles que atentaram contra o meu bom nome irão ser responsabilizados"



Leonardo Ralha
lralha@medianove.com

O acórdão da Relação de Lisboa que veio decidir o apagamento de algumas informações na página que lhe é dedicada na Wikipédia não evitou que continuem a estar disponíveis *online*. Que próximos passos irá tomar para a Fundação Wikimedia apagar essas referências?
A sentença foi proferida e, agora, estou a aguardar que transite em julgado. Assim que isso acontecer, e será dentro de duas semanas, toda essa informação maliciosa terá de ser eliminada. Caso contrário, a Wikipédia irá incorrer numa penalização diária até que essa informação seja eliminada.

Os seus advogados estão preparados para que a Fundação Wikimedia recorra para o Supremo, tentando repor o entendimento da primeira instância, em que se considerou que não estavam em causa "quaisquer ataques pessoais desproporcionados ou gratuita ou clamorosamente injustificados, orientados à dignidade, integridade moral ou honorabilidade do requerente"?
Naturalmente, estamos preparados para o que a Wikipédia possa querer fazer, mas não me parece que queiram seguir essa via porque a decisão da Relação foi claríssima e está muito bem fundamentada.

> "O facto de fazer um donativo dentro dos limites legais não faz de mim o 'principal' financiador do Chega. Foi sempre isso que contestei e que gostava que ficasse claro"

Além do mais, o recurso não tem efeito suspensivo.

A Wikipédia foi também condenada a identificar todos os editores que acrescentaram conteúdo à página que lhe é dedicada. Pretende interpor acções judiciais contra essas pessoas?
Todos aqueles que atentaram contra o meu bom nome e andaram a espalhar notícias completamente falsas, por motivos que só posso encarar como fúteis, irão ser responsabilizados. Fui atacado injustamente, ainda não percebi porquê, ou talvez sim, e está na altura de haver uma moralização e responsabilização na forma como se propaga informação falsa e insidiosa. Continuarei a defender os meus direitos, o nome que construí pelo meu esforço e pelo meu trabalho. Quero saber quem são e irão responder na justiça.

Lê-se no acórdão que "há que distinguir entre interesse público tutelável e a mera curiosidade ilegítima do público". Esse entendimento

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



deixa-o satisfeito, tendo em conta que nega ter cometido o crime de furto qualificado descrito na página da Wikipédia, com base na reportagem da SIC "A Grande Ilusão"?
Naturalmente que neguei, e só tomei conhecimento desse assunto, que me deixou perplexo e chocado, por ocasião dessa reportagem. Se me deixa satisfeito? Depois do que eu e a minha família passámos nestes anos, por causa destas calúnias, não me sinto propriamente satisfeito...
Ter informação retirada da Wikipédia por consistir numa "curiosidade ilegítima do público", devido ao reconhecimento do direito ao esquecimento, pode ou não ser encarado como uma mera tecnicalidade que não desmente as informações?
Independentemente do direito ao esquecimento, esse alegado facto não aconteceu, é falso, e, por isso, deve ser eliminado. A minha história de vida, a minha carreira profissional e o sucesso que atingi, pelos vistos, são motivo de inveja. Sofri e sofro com acusações absolutamente torpes que visam manchar a minha reputação, mas percebo as motivações por detrás disto. Esse pretenso episódio é tão mesquinho que me entristece ter de falar sobre ele.
Também recusa ser identificado como financiador do Chega, apesar de admitir que contribuiu financeiramente para esse partido. Preocupa-o ser associado ao Chega?
O facto de fazer um donativo dentro dos limites legais não faz de mim o "principal" financiador do Chega. Foi sempre isso que contestei e que gostava que ficasse claro. Sou um cidadão português como qualquer outro, com direitos, deveres e com as minhas opiniões políticas. Sou um homem de família, um patriota, conservador nos valores e liberal na economia. O Chega defende muitas das minhas ideias.
Foi anunciado que apoiou financeiramente o CDS e o Chega. Foram os únicos partidos que apoiou em Portugal?
Apoiei várias pessoas e vários partidos. A realidade portuguesa é diferente daquela em que estou inserido. Aqui parece que tudo ou é branco ou é preto. Na cultura americana é normal apoiar diferentes pessoas e partidos em função do contexto e do tipo de eleição. Diria que me situo no espectro político republicano mas, apesar disso, recentemente, apoiei um candidato a uma eleição que concorreu pelo Partido Democrata porque é meu amigo e acredito no seu trabalho.
O que o levou a apoiar financeiramente esses partidos?
Portugal tem muito potencial e tudo para crescer. Sinto que devo apoiar partidos ou pessoas que partilham das minhas ideologias.
A sua mulher, Deanna DePaço, foi coordenadora do CDS nos Estados Unidos. Tal como ela, também chegou a ser militante do CDS?
Fui militante do CDS e desfiliei-me. Perdi a paciência com o anterior líder, que claramente não tinha perfil nem condições para o cargo. Aliás, os portugueses, na generalidade, acharam o mesmo que eu.
E do Chega, é ou foi militante, como já foi dito publicamente por algumas pessoas?
Não sou militante, mas tenho vários amigos, que considero politicamente, no Chega.
Acredita que André Ventura é o líder mais acertado para governar Portugal? Porquê?
Continuo a seguir André Ventura nas redes sociais e admiro a sua garra e determinação. Parece-me indiscutível a sua capacidade de liderança e tenacidade. Acredito que pode ser um bom primeiro-ministro para Portugal.
Conseguirá compreender se, após as próximas eleições, o PSD e a Iniciativa Liberal não formarem governo por recusarem qualquer tipo de acordo com o Chega?
O povo português é que vai decidir pelo voto nas urnas. Considero que o PSD e o senhor Presidente da República saberão interpretar a vontade do povo.
O ex-dirigente do Chega José Lourenço chegou a ser director-executivo da sua fundação. O que motivou o seu afastamento?
A fundação nunca chegou a ser constituída e esse indivíduo deixou de colaborar comigo há bastante tempo.
Lourenço chamou-lhe um homem "mitómano, violento e vingativo, que parte para o insulto e para a xenofobia", num vídeo em que diz que o incitou a "partir para a violência física" contra várias pessoas. Que comentários lhe merecem essas afirmações?
Esse indivíduo escrevia regularmente publicações nas redes sociais a exaltar as minhas qualidades e a agradecer-me por tudo o que fiz por ele, pelas oportunidades que dei, a ele e à mulher. Quando decidi dispensar os seus serviços, passei de sensacional ao que referiu. Também ele irá responder nos locais próprios pelas ofensas que me fez.
Considera estar a ser alvo de perseguição política pelas suas convicções?
Durante anos privei com governantes do PS, destacados dirigentes do PSD e do CDS, e era tudo normal. Assim que conheci dirigentes do Chega e André Ventura começaram os problemas, escrutinaram as minhas doações e dedicaram uma reportagem da SIC contra mim. Não acha coincidência?

> Continuo a seguir André Ventura nas redes sociais e admiro a sua garra e determinação. Acredito que pode ser um bom primeiro-ministro"

Publicidade



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

fls. 77

TOUP

Tutorial para fazer printscreens

■ **A chefe do gabinete do ministro das Infra-Estruturas, Eugénia Correia, confessou na comissão parlamentar de inquérito (CPI) da TAP ter dificuldades tecnológicas. Fez sem querer chamadas de WhatsApp a Frederico Pinheiro, pois estaria a fazer *scroll* nas mensagens trocadas com o ex-adjunto. Vai daí, Filipe Melo, do Chega, pediu-lhe para explicar como fazia *printscreens*. Falhou à primeira e depois tirou um *printscreen* do próprio fundo de telemóvel.**

Pausa técnica... sem substituto

■ **As audições da última semana na CPI à TAP tiveram momentos curiosos. Um deles deu-se quando o deputado socialista Bruno Aragão se aprestava, já a noite de quarta-feira ia longa, para inquirir a chefe do gabinete de João Galamba, Eugénia Correia. "Podemos fazer uma pausa técnica?", perguntou então a Lacerda Sales, responsável pela condução dos trabalhos, que acedeu ao pedido, mas logo a seguir perguntou o motivo. "Para ir à casa de banho", esclareceu Aragão. Há coisas em que ninguém nos pode substituir.**

COMO DISSE?

"A CEO estava muito ansiosa. Eu quis tranquilizá-la"

■ João Galamba, a explicar aos deputados da comissão parlamentar de inquérito à gestão da TAP as razões que levaram à reunião preparatória com Christine Ourmières-Widener

Padrão para o Bloco

■ O Vaticano pouco demorou a retirar de circulação o selo destinado a homenagear a Jornada Mundial da Juventude, com o Papa Francisco a tomar o lugar do Infante D. Henrique no Padrão dos Descobrimentos, mas a peça filatélica permitiu um milagre: o Esquerda.net, portal ligado ao Bloco de Esquerda, citou profusamente o bispo Carlos Azevedo, do Comité Pontifício para as Ciências Históricas, que fez críticas ao "muito mau gosto" do selo, "polémico e acentuadamente nacionalista para um evento que tem um carácter extremamente universal".



Calendário dinâmico de Galamba

Houve quem se questionasse como era possível assistir à reencarnação de alguém que está vivo e de boa saúde, tais as semelhanças de discurso, entoação e atitude corporal entre João Galamba e José Sócrates. Aliás, o ministro das Infra-Estruturas maravilhou os muitos telespectadores que puseram de parte Amazon, HBO e Netflix para seguirem a comissão parlamentar de inquérito à gestão da TAP. "Se eu disser que hoje é quarta-feira e alguém disser que hoje é sexta-feira, são duas versões contraditórias, mas não são equivalentes", defendeu Galamba, não havendo nenhum deputado curioso o bastante para perguntar ao governante menos predilecto de Marcelo Rebelo de Sousa se tinha noção de que estava a falar numa quinta-feira.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

fls. 78

FEIRA

Textos de Bruno Pires, Leonardo Ralha e Melissa Lopes

Medina optou pelo Puro

■ Fernando Medina, ministro das Finanças, esteve no início da semana em Bruxelas para uma reunião do Eurogrupo e a Toupeira viu-o, na terça-feira, a almoçar no restaurante português Puro, tendo como companhia o novo embaixador português na Bélgica, Jorge Cabral. E... Sophia de Mello Breyner Andresen, cujo retrato estava mesmo nas costas de Medina – e de frente para a mesa.

Braço ou tacão do sapato?

■ Os aumentos aprovados ao conselho de administração da SAD do Sporting levaram Bruno de Carvalho a interromper um longo silêncio sobre o clube que presidiu de 2013 a 2018. O ex-presidente pediu mesmo que deixassem de se referir a Nuno Saraiva, assessor de imprensa do grupo parlamentar do PS e ex-director de comunicação do Sporting durante a sua liderança, como seu braço-direito. "Ele, pelo tamanho físico e mental, quando muito era o tacão do meu sapato direito...", disse.

Há no Governo quem não crê nas restrições ao tabagismo

Sobrevivente de oito horas que raramente lograram acordar o "colérico" dentro de si, João Galamba teve uma resiliência digna de nota com quem pretendia desafiar o budismo que adoptou na comissão parlamentar de inquérito à gestão da TAP. Mas ao terminar a primeira ronda de perguntas de André Ventura, Bernardo Blanco, Pedro Filipe Soares e Paulo Rios de Oliveira, Galamba pediu dez minutos de pausa para um cigarro. "Cinco minutos, pela sua saúde", retorquiu Lacerda Sales, presidente da comissão de inquérito e ex-secretário de Estado da Saúde.



O APELO A CONCEIÇÃO AO SOM DOS COLDPLAY

■ Os Coldplay andam por estes dias a mexer com a cidade de Coimbra e com todos os fãs que têm espalhados pelo país. Da Invicta rumou o treinador do FC Porto, Sérgio Conceição, cuja predilecção pela banda britânica era desconhecida. Foi uma espécie de dois-em-um, pois viu o grupo liderado por Chris Martin e regressou, por algumas horas, à cidade natal. E, quando estava no camarote, ainda captou as atenções de alguns adeptos que não se contiveram e entoaram um cântico com um pedido implícito: "Ó Conceição, faz do FC Porto campeão." A tarefa não é fácil e, para tal, o treinador precisa da ajuda do plantel do Sporting, que também tinha enviados ao concerto dos Coldplay: Coates, Nuno Santos e Rochinha.



ELEITA DE LISBOA VAI A SANTARÉM CONTRA FARO

■ Mobilizada para contestar a palestra de Diogo Faro que deveria decorrer na manhã de quinta-feira na Escola Superior Agrária de Santarém, Rita Maria Matias não conteve o regozijo ao constatar que a iniciativa foi cancelada pelo humorista, alegadamente por falta de interessados, poupando-se "à humilhação" de os contar pelos dedos de uma mão. "Espero que cancele também os 550 euros mais IVA que ia receber por esta sessão", escreveu no Twitter a deputada do Chega, eleita por Lisboa, elogiando os jovens, "com várias cores políticas e de várias organizações diferentes", que se mobilizaram para "desmistificar a desinformação que ele espalha".

Procura-se "sopapo bem dado"

■ Isabel Moreira, deputada do PS, diz-se vítima de *bullying* nos corredores do Parlamento, onde ouve epítetos como "feminista tóxica" ou "malcriadona". O desabafo levou André Ventura a comentar: "Dizem que são perseguidas pelos deputados do Chega, mas chamam-nos fascistas, porcos ou neonazis (...) Recebem um bom dia ou boa tarde e viram a cara." Em resposta ao líder do Chega, Miguel Tiago, ex-deputado do PCP, atirou: "Ainda bem que têm a lucidez de não te aviar um sopapo bem dado, porque isso é exactamente o que procuras: mais vitimização." "Ainda bem que no Parlamento há gente corajosa o suficiente para não te partir a boca", acrescentou, sem papas na língua. Ou nos dedos, neste caso.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

ANTONIO DASIPARU/EPA VIA LUSA

TIMOR-LESTE: CNRT E FRETILIN DISPUTAM O PODER À PROCURA DE ESTABILIDADE

Dois maiores partidos timorenses vão disputar o poder nas quintas eleições legislativas no país, mas o que estará em jogo é a capacidade para ser mantida a estabilidade numa jovem democracia que vai a votos após festejar o 21.º aniversário da independência. Os desafios passam pela consolidação das instituições, mas muito, também, pelo crescimento económico, numa altura em que a exploração de petróleo vai terminar e é necessário investimento

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FERREIRA:, Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalpg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhtv37b.



A campanha eleitoral prolongou-se durante quase um mês, até 18 de Maio, sem grandes incidentes, seguindo-se dois dias de reflexão

TEXTO
Ricardo Santos Ferreira

A grande questão que se coloca nas eleições timorenses é saber se o Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste (CNRT), liderado pelo histórico da resistência timorense Xanana Gusmão, é capaz de capitalizar a vitória de José Ramos-Horta, que apoiou na corrida para a Presidência do país, há um ano, numa eleição muito disputada – que obrigou a duas voltas – com o então chefe de Estado, Francisco Guterres, apoiado pela Frente Revolucionária de Timor-Leste (Fretilin), ou se este partido, que governa em coligação com o Partido da Libertação Popular (PLP) e o KHUNTO, conseguirá manter o poder.

A Fretilin é, na actual legislatura, o partido mais representado, cabendo-lhe 23 dos 65 lugares no Parlamento Nacional de Timor-Leste, seguido do CNRT, com 21. A terceira força é o PLP, liderado pelo actual primeiro-ministro, Taur Matan Ruak, com oito mandatos, seguido do KHUNTO e do Partido Democrático (PD), com cinco cada, enquanto a União Democrática Timorense (UDT), a Frente Mudança (FM) e o Partido Unidade Desenvolvimento Democrático (PUDD) elegeram um deputado.

"O CNRT precisará de aumentar o número de deputados de 21 para, pelo menos, 27 para ter capacidade disruptiva em sede parlamentar", diz ao NOVO Tiago André Lopes, professor de Diplomacia da Universidade Portucalense.

Os partidos da coligação governamental contam com uma maioria absoluta de 36 deputados e, apesar de disputarem individualmente as eleições, assinaram um acordo para reeditar a parceria, comprometendo-se a "manter uma coordenação e concertação permanente no tocante ao conteúdo programático do próximo governo, definir espaços de intersecção de interesse comum e consensual durante a campanha de modo a estabelecer um acordo na aprovação de um programa do IX Governo realista, racional, exequível e de qualidade".

"Será também importante saber se Taur Matan Ruak terá condições, e vontade, para se manter como primeiro-ministro, cargo que ocupa desde 22 de Junho de 2018, tendo sido já Presidente de Timor-Leste entre Maio de 2012 e Maio de 2017", diz Tiago André Lopes, que acrescenta que existe risco de instabilidade política "porque as coligações interpartidárias timorenses estão muito dependentes da volatilidade dos seus líderes". "Entre a eleição parlamentar de 2018 e esta eleição parlamentar vimos surgirem três configurações de coligação, que colapsaram por causa da desconfiança política, da percepção de corrupção ou da interferência directa do ex-Presidente de Timor-Leste, pela recusa em nomear certas figuras para posições ministeriais".

Refere também que outro ponto de atenção será perceber se os três partidos com apenas um deputado eleito – UDT, FM e PUDD – irão aumentar a representação, uma vez que têm uma aliança, e ainda "perceber se alguma nova força partidária conseguirá chegar aos 3% necessários para ganhar representação parlamentar, com atenção particular para a *performance* do Partido Os Verdes, criado em 2022".

Para José Calazans Duarte, professor da Universidade Lusófona, "vive-se em Timor-Leste um momento que é, de uma certa forma, 'enervante', e pode ser fracturante se não houver unidade, lucidez, bom senso, espírito de sacrifício e de identidade em torno da nação".

"Os intervenientes políticos têm de ter a consciência de que este não é o momento de afirmar o seu partido como a única realidade e solução para todos os males sociais e económicos, mas que o quadro histórico regional e internacional apela à consciência colectiva de unidade nacional, para fazer frente aos acontecimentos que irão emergir nos próximos quatro a cinco anos, e não devem perder-se em discussões sobre a 'dissolução' ou 'não dissolução', que iria levar a um atraso das actividades parlamentares, e não só", realça.

As eleições são disputadas por 17 partidos, sem coligações, ao contrário do que aconteceu em 2018, em que, devido aos acordos feitos, o número de candidaturas ficou reduzido a oito. Todos os partidos que disputam as eleições são recorrentes, com excepção d'Os Verdes.

A campanha eleitoral prolongou-se durante quase um mês, até 18 de Maio, sem incidentes dignos de registo, seguindo-se dois dias de reflexão antes da votação, depois das

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

comemorações do 21.º aniversário da independência. Ontem houve tolerância de ponto dada pelo Governo e segunda-feira acontecerá o mesmo, para permitir a deslocação de eleitores para os municípios onde estão recenseados e o seu regresso.

A Lusa regista que as redes sociais foram determinantes e que o Facebook se consolidou como o maior palco da campanha, com as principais forças políticas a divulgarem não só mensagens e fotografias como, entre os partidos mais fortes, a transmitirem em directo praticamente todos os comícios.

O Presidente timorense declarou-se orgulhoso da forma como decorreu a campanha e do comportamento da liderança e quadros dos partidos concorrentes. "Foi tempo suficiente para todo o eleitorado conhecer os partidos. E quero dar os parabéns a todos os partidos, a todos vós, pelo vosso comportamento, pelo facto de terem contribuído muito para praticamente não haver incidentes, não haver violência", afirmou José Ramos-Horta, em Díli. Apelou também ao voto, para ajudar a "consolidar e fazer avançar a democracia".

"A boa *performance* macroeconómica do país, o arranque do projecto de exploração petrolífera Tasi Mane e o aumento do custo de vida foram os assuntos centrais da campanha eleitoral", disse Tiago André Lopes ao NOVO.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) assinala que o ritmo de crescimento da economia timorense – medida pelo produto interno bruto não petrolífero – está em aceleração, depois de uma queda abrupta em 2020, devido à pandemia de covid-19, tendo crescido 1,5% em 2021, mais do que duplicando o passo para 3,3%, no ano passado, e acelerando para 4,2% este ano, de acordo com as expectativas da instituição de Bretton Woods. No entanto, "a inflação tem aumentado de forma constante desde o início de 2021, impulsionada pelos preços mais altos de alimentos e petróleo, enquanto a inflação de bens não comercializáveis permanece fraca". A inflação anual atingiu 6,9% em Dezembro de 2022.

O FMI assinala também que a produção petrolífera do país está em declínio nos actuais campos – deverão secar este ano –, o que obrigará ao desenvolvimento dos campos petrolíferos e gasíferos Greater Sunrise e Tasi Mane, que obrigam, no entanto, a um significativo investimento – da ordem dos 18 mil milhões de dólares (cerca de 16,7 mil milhões de euros) –, o que requer financiamento estrangeiro, que não está garantido.

O primeiro-ministro e líder do PLP, Taur Matan Ruak, espera uma avaliação positiva da acção governativa



FOTOGRAFIA ANTONIO DASIPARU/EPA VIA LUSA



Desafio internacional

A questão da exploração de petróleo e gás é um tema marcante para o futuro e faz parte do que Tiago André Lopes considera ser o desafio mais importante: a criação de riqueza e a redução de assimetrias económicas. "Urge estimular a economia", diz, apontando a necessidade de "reduzir a elevada taxa de desemprego, aumentar esforços para retirar uma parte significativa da população da situação de pobreza extrema – cerca de 21%, actualmente – e acelerar os programas de literacia num país que terá, pelo menos, 30% de população analfabeta".

"A grande questão na política interna é saber se o Estado timorense, através do Parlamento, se os partidos serão capazes de manter a autonomia económica face ao gigantismo da ajuda australiana e criar o estímulo necessário ao pequeno e médio comércio e indústria timorenses – o quinto factor do 'hexágono civilizacional' de Senghaas, que é a justiça social, praticamente inexistente", refere José Calazans Duarte ao NOVO.

Xanana Gusmão, do CNRT, promete uma auditoria aos gastos do actual governo se vencer as eleições

"Um segundo desafio prende-se com a entrada para a ASEAN [Associação de Nações do Sudeste Asiático] como membro de pleno direito, sendo incerto que papel isso terá na definição de prioridades de política externa feita em Díli", aponta. "Vai Timor-Leste virar-se para a vizinhança próxima às expensas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)?", indaga Lopes.

Para Calazans Duarte, "só no âmbito das relações inerentes ao espaço lusófono é que Portugal pode e deve aprofundar as relações com Timor-Leste. E este é um problema de fundo que deve ser abordado com muita frontalidade e abertura. Nem Timor-Leste nem Portugal, como os outros membros constituintes da CPLP, têm dado verdadeiro impulso ao desenvolvimento da pequena-média economia e indústria entre os Estados-membros da comunidade, e Timor-Leste tem um défice nas oportunidades de trabalho para a sua população jovem em crescimento".

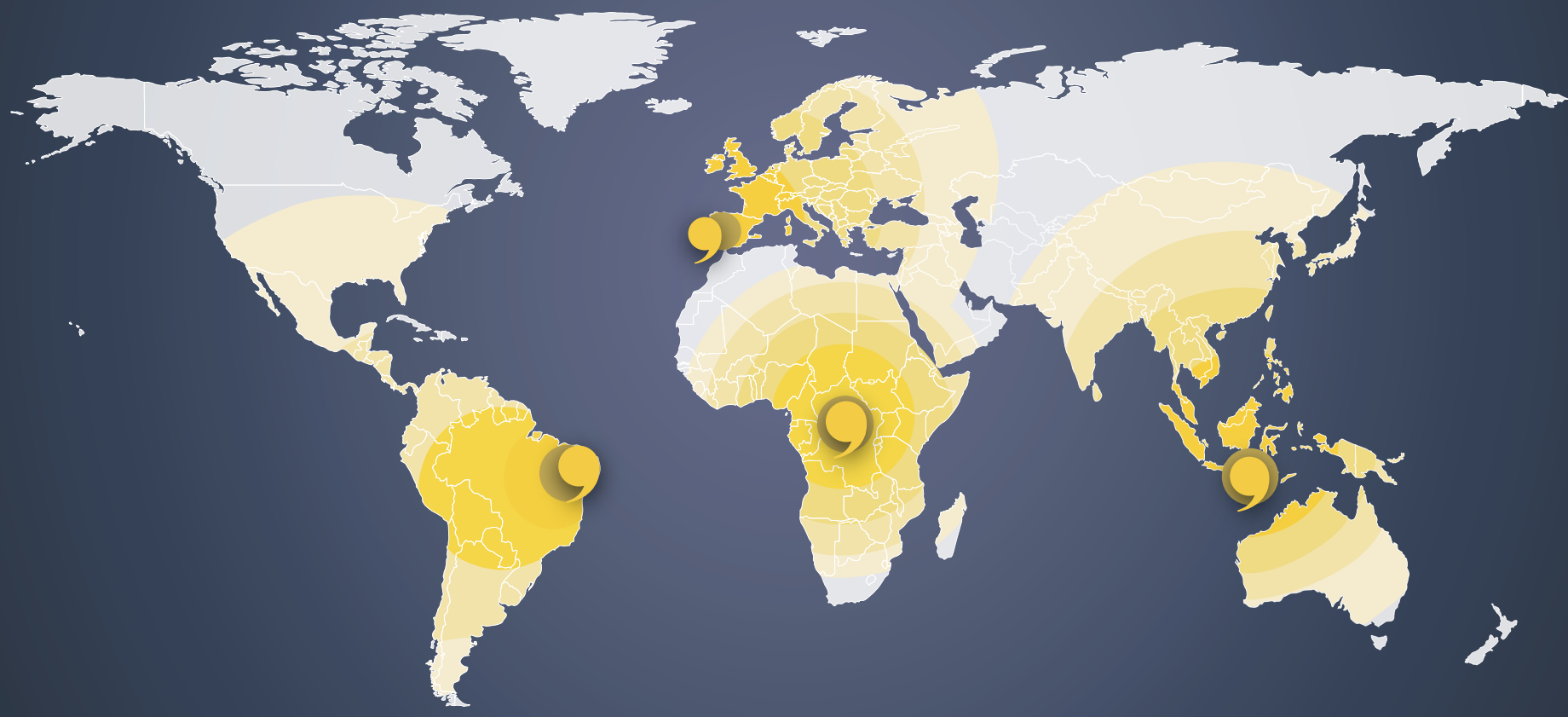
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

Publicidade

HÁ UM MAR DE INFORMAÇÃO QUE NOS UNE

Media Nove é o primeiro grupo de comunicação de e para a lusofonia

Navegue connosco em: **medianove.com**



MEDIA NOVE

Forbes PORTUGAL

Forbes África Lusófona

O Jornal Económico

NOVO Semanário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



ANGOLA

Nova estratégia de combate à corrupção aquém das expectativas

Plano de combate à corrupção em Angola, para o período 2023-2028, foi aprovado esta semana. Ao NOVO analistas defendem que pode ser ineficiente face aos casos que continuam sem chegar a tribunal, mas enaltecem o abrir de porta para este combate assente em três eixos: prevenção, detecção e repressão

Adnardo Barros
geral@medianove.com

O governo de Angola aprovou esta semana o novo plano de combate à corrupção para o período 2023-2028, assente em três eixos: prevenção, detecção e repressão. A nova Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção (ENAPREC) prevê limitações ao procedimento de contratação simplificada e promove o acompanhamento pelos cidadãos da execução do Orçamento Geral do Estado, dos processos de contratação pública e de concursos de ingresso na função pública.

O combate à corrupção tem sido uma das bandeiras defendidas pelo Presidente da República de Angola, João Lourenço. "Nunca se combateu a corrupção. A corrupção só está a ser combatida agora, no meu mandato", disse o chefe de Estado.

Perante o novo documento agora aprovado, o NOVO procurou saber junto de especialistas angolanos quais as expectativas e se esta estratégia irá surtir efeito. Para já, apesar de se aplaudir a iniciativa, a opinião que fica é de algum cepticismo e de receio que a ENAPREC possa pecar por ser ineficiente. Para o gestor e contabilista José Sardinha, o actual processo de combate à corrupção é "ineficiente e inconsistente", porque considera a estratégia adoptada com poucos ganhos práticos para o país: "O combate à corrupção deve ser feito por pessoas que não estão, elas próprias, envolvidas em esquemas de corrupção", alerta, acrescentando que "a política fiscal tem sido amplamente ignorada e o uso de instrumentos de política fiscal é muito mais eficiente do que os instrumentos judiciais para casos de enriquecimento ilícito".

Em declarações ao NOVO, o jurista Joaquim Jaime afirmou que o combate à corrupção deve ser feito estudando todas as variáveis que a alimentam. Para este jurista, a aposta na educação, na melhoria das condições socioeconómicas, na redução dos poderes discricionários dos agentes públicos e a alteração da estrutura orgânica do Tribunal Supremo, no sentido de se criar uma sessão na Câmara Criminal, são fundamentais para mitigar a corrupção.

Face às recentes declarações do Presidente João Lourenço à televisão France 24, em que referiu que, antes do seu mandato, existia em Angola a promoção da corrupção, José Sardinha e Joaquim Jaime foram unânimes em concordar com o chefe de Estado. José Sardinha salienta que, no anterior governo, ninguém foi acusado ou julgado por corrupção: "Os factos falam por si. Ainda que com defeitos na sua política, João Lourenço abriu espaço na opinião pública para se discutir este assunto e deu ferramentas ao poder judicial para combater e punir este mal."

Por seu turno, Joaquim Jaime acusou o "anterior regime" de, com o advento do multipartidarismo, em 1991, ter dado início ao processo de empoderamento económico da elite política e militar do MPLA, partido que governa Angola há quase 48 anos, por via da transferência directa de activos económicos públicos. "Durante a década de 90, a tímida imprensa livre foi denunciando casos de corrupção, peculato, participação económica em negócios, gestão danosa, sem que os autores fossem responsabilizados", detalhou o jurista, acrescentando que "na lógica da liderança política da ocasião, todos aqueles actos estavam implicitamente incluídos no método de empoderamento económico das elites".

Aumento da corrupção

Quanto à dinâmica actual no combate à corrupção, as mesmas fontes discordam do Presidente ao sublinharem que há um aumento da corrupção nos últimos dois anos e uma certa concentração da Procuradoria-Geral da República (PGR) nas mesmas pessoas. Joaquim Jaime refere que o combate à corrupção abrandou desde 2020: "O que se tem verificado é que a PGR continua concentrada nas mesmas pessoas, sobretudo naquelas que eram próximas de José Eduardo dos Santos."

Face a este cenário, garante o jurista, muitos deputados da Assembleia Nacional já teriam os seus mandatos suspensos e membros do Executivo teriam sido exonerados, devido a even-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 as 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



João Lourenço, Presidente de Angola, considera que antes de iniciar funções nunca se tinha combatido a corrupção naquele país de língua oficial portuguesa

Jurista Joaquim Jaime e gestor José Sardinha lembram que há uma "certa" concentração da PGR nas mesmas pessoas, sobretudo, nas que eram próximas de José Eduardo dos Santos

tuais actos ilícitos praticados no passado. "Acrescido a tudo isto, há ainda o facto de o venerando juiz conselheiro presidente do Tribunal Supremo ter admitido que aquele órgão não julga casos de corrupção desde Novembro de 2022", sustentou Joaquim Jaime.

Na mesma entrevista à France 24, João Lourenço lembrou que o caso relacionado com Isabel dos Santos "está agora entregue à Interpol", o que levou Joaquim Jaime a sublinhar que este processo "tem sido o maior exame de maturidade do nosso Estado democrático e de direito, no que toca ao direito penal constitucional". De acordo com este especialista, até à data não existe qualquer acusação formal que tenha sido aceite pelos tribunais angolanos, à excepção das medidas processuais penais de coacção pessoal e garantia patrimonial, que resultaram no arresto preventivo dos bens da empresária e dos direitos societários. "Quatro anos depois, sem a conclusão da instrução, ainda que à revelia [de Isabel dos Santos], começa-se a questionar a legalidade do processo, por já ter vencido o prazo, incluindo a possibilidade extraordinária de dilatação", acusa Joaquim Jaime.

Justiça ainda tarda

Segundo dados da PGR, no âmbito do combate à corrupção, o país recuperou, desde 2018, activos financeiros e não financeiros avaliados em mais de 5 mil milhões de dólares e apreendidos outros 12 mil milhões de dólares noutros processos e arrestados bens imóveis constituídos com fundos públicos.

Dos poucos processos que terão chegado a julgamento desde o início do processo de combate à corrupção, destacam-se os que envolveram o ex-ministro dos Transportes, Augusto Tomás, do antigo presidente do Fundo Soberano de Angola, José Filomeno dos Santos (filho do falecido Presidente José Eduardo dos Santos), o então governador do Banco Nacional de Angola, Valter Filipe, e o director do extinto Gabinete de Revitalização da Comunicação Institucional e Marketing da Administração, Manuel Rabelais. Entre os casos que também chegaram a julgamento está o processo do major Pedro Lussaty, condenado pelos crimes de transporte de moeda para o exterior, retenção de moeda e lavagem de capitais, e o do empresário luso-angolano Carlos São Vicente, condenado a nove anos de prisão.

A nova Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção foi elaborada pelo grupo técnico de trabalho da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e contou com o contributo da Assembleia Nacional, do Tribunal Supremo, do Tribunal de Contas e de departamentos ministeriais, além da sociedade civil.

O documento define que a prevenção e a detecção da corrupção serão da responsabilidade da Inspecção-Geral da Administração do Estado (IGAE), enquanto a repressão será da competência da Procuradoria-Geral da República.

O principal objectivo da ENAPREC é reduzir os índices de corrupção por via da promoção da integridade, da transparência e da melhoria da prestação de serviço em todos os sectores. Prevê ainda o envolvimento dos cidadãos na prevenção, detecção e repressão da corrupção e a transparência na gestão do erário público.

Você decide

Vamos fechar os olhos, os ouvidos e a boca. Como os macacos



Nilza Rodrigues

Na capital do Luxemburgo, o país mais rico do mundo, foi aprovada uma lei que proíbe mendigos entre as sete e as 22 horas nos parques, praças públicas e principais ruas da cidade. Falamos do grão-ducado que exibe um PIB *per capita* na ordem dos 146.260 dólares e que, muito provavelmente, segundo projecções do Fundo Monetário Internacional, vai manter essa *performance* de luxo até 2060. Falamos de um dos maiores centros financeiros do mundo, com apenas 600 mil pessoas em 2.586 km2 de área. É um país pequeno. Em dimensão. E, agora, também em responsabilidade social.

Uma coligação entre democratas-cristãos e liberais levou avante esta lei, que já tem antecedentes em 2015, quando o artigo 41.º do código policial impedia os grupos de pedintes organizados de actuarem na capital. Foram insensíveis aos pedidos das organizações de direitos humanos, que consideram a medida, no mínimo, "desumana", e insensíveis ao crescente número de desempregados persistentes, na sua maioria com pouca formação e mais velhos, que tem crescido no país ao nível dos 27 da Europa – um alerta que já foi dado pelo observatório da ONU.

De nada lhes valeu, lhes vale, tamanha riqueza se não souberem gerir este lado humano e dar o exemplo a quem, de facto, sofre níveis de pobreza extrema e de exclusão social. Sim, falo de África. Se adoptarmos medidas semelhantes corremos o risco de termos um continente de morcegos, a viverem de noite, e um continente-fantasma, vazio durante o dia. São 600 milhões de pessoas no mundo a viver no limiar da pobreza e, destes, a África subsariana concentra actualmente 60%, cerca de 389 milhões, mais do que em qualquer outra região. E, como se não bastasse, entre os dez países mais pobres do mundo, quantos são africanos? Todos! Inclusive o país onde nasci, Moçambique, e, a nível dos PALOP, a Guiné-Bissau, um rol do qual não nos orgulhamos, mas que assumimos. É a diferença.

Não dá para esconder os mendigos que pululam por África. Primeiro, porque o ADN africano é de acolher, e não de afastar. Onde come um, comem dez; onde há um tecto, há sempre espaço para mais uma cama; onde há uma família, há sempre uma mão estendida. E, segundo, porque precisamos desta mão-de-obra jovem para crescermos e construirmos uma geração capaz de liderar um mundo envelhecido.

Vamos continuar a aumentar a dívida pública. Vamos continuar a ter orçamentos apertados. Quarenta por cento do *budget* familiar é para bens alimentares, esses que escasseiam ainda mais desde a guerra. É um cenário desesperante, a léguas de distância do nível de vida de países como o Luxemburgo e do qual esperaríamos ideias deslumbrantes para alavancar o Continente Berço. Afinal, temos de ser nós a ensinar. Esconder debaixo do tapete não resolve. São vidas, senhor, são vidas. Podemos fingir que não vemos, não ouvimos e não falamos. Como na famosa fábula japonesa dos três macacos. Mas, definitivamente, não conseguimos fingir que não sentimos e há um caminho que se chama inovação social que tem a ver, mui resumidamente, com olhar de frente o problema e... resolvê-lo. Você decide.

Directora da Forbes Portugal
e da Forbes África Lusófona
nrodrigues@medianove.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



GRÉCIA

Conservadores lideram numa eleição que deverá ter duas voltas

A Grécia vai a votos para eleger um novo parlamento, no que é entendido como uma primeira volta eleitoral, que obrigará a novo escrutínio. A Nova Democracia, no poder, vai à frente nas sondagens, mesmo depois do pior desastre ferroviário da história do país

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

A Grécia realiza eleições legislativas amanhã, 21 de Maio, que deverão ser apenas um primeiro passo para uma nova chamada às urnas, dentro de duas semanas, para eleger os 300 membros do Parlamento. O sistema eleitoral prevê uma primeira eleição, com representação proporcional – o que acontece pela primeira vez desde 1990 –, mas, se não for conseguida uma maioria parlamentar, estabelece a realização de uma nova eleição, com o modelo anterior, em que o partido mais votado terá um reforço de entre 20 e 50 deputados, dependendo da sua votação.

Foram aceites 36 partidos para a eleição, mas os que obtiverem menos de 3% dos votos não terão direito a representantes no Elliniko Kinovoulio.

O Nova Democracia, conservador, do primeiro-ministro, Kyriakos Mitsotakis, tem liderado as sondagens, reunindo cerca de 36% das intenções de voto – mais sete pontos percentuais do que o Syriza, de esquerda, liderado pelo ex-primeiro-ministro Alexis Tsipras. Os socialistas do PAOK surgem em terceiro lugar nas preferências, com cerca de 10%, segundo a média das sondagens mais recentes.

"As novas regras eleitorais aplicadas nestas eleições deverão dificultar a obtenção, à primeira volta, de uma maioria parlamentar pelo partido mais votado. É provável que haja uma segunda volta", diz ao NOVO Jorge Botelho Moniz, director de Estudos Europeus na Universidade Lusófona. "Os três partidos mais bem colocados, de acordo com as sondagens mais recentes, já afirmaram que não querem trabalhar uns com os outros. Um discurso polarizador é natural antes de eleições, mas não augura nada de positivo no sentido da obtenção de uma maioria parlamentar", acrescenta.

Continuidade à frente

A Nova Democracia, no poder desde 2019, que tem uma maioria parlamentar com 158 deputados, é favorita, mesmo após a erosão provocada pelo acidente ferroviário em Tempe, a 28 de Fevereiro, quando uma colisão entre duas composições matou 57 pessoas, o que levou a manifestações contra o Governo.

O Syriza, mesmo reduzindo a distância, foi incapaz de capitalizar o descontentamento e é improvável a formação de uma geringonça com, por exemplo, o PAOK, o partido comunista – que aparece com cerca de 7% nas sondagens –, ou com o MeRA25, do ex-ministro Yanis Varoufakis, que andará pelos 4%. "Parece pouco provável que haja condições para se criar uma 'geringonça grega'", diz Botelho Moniz.

"As novas regras eleitorais tendem a desencorajar coligações e o próprio primeiro-ministro deu a entender que não procurará formar uma", partindo do princípio de que a vantagem sobre o segundo partido será suficiente para evitar coligação à esquerda. "Se a Nova Democracia vencer a segunda volta eleitoral beneficiará do tal bónus de deputados que, eventualmente, será suficiente para assegurar um segundo governo maioritário, sem coligações", aponta.

Por outro lado, "há sempre uma hipótese, mais remota, de os partidos da esquerda que conseguirem entrar no Parlamento decidirem oferecer um voto de confiança à coligação liderada pelo Syriza, mesmo sem vencer as eleições", mas é improvável. "Seria necessário contar com um apoio parlamentar do Partido Comunista da Grécia", explica o professor universitário.

"Contudo, poderá ser uma opção de reserva, caso Mitsotakis não ganhe as eleições e/ou a sua bonificação na segunda volta não seja suficiente para alcançar maioria", acrescenta.

Há também uma implicação no quadro internacional. "Estas eleições têm uma relevância muito substantiva", diz Jorge Botelho Moniz. "As relações Grécia-Turquia têm influência nas relações UE-Turquia e NATO-Turquia. Em particular, por conta das tensões nas fronteiras marítimas no Egeu e no Mediterrâneo Oriental, da entrada de gás da Ásia Central e do Cáucaso na Europa, do aprofundamento da união aduaneira UE-Turquia e da questão migratória e da expectável expansão, com dinheiro europeu, do muro ao longo da fronteira com a Turquia", diz. "Lembremos que, sobre os migrantes, a Grécia foi apelidada de escudo da Europa pela presidente da Comissão Europeia em 2020". Ou seja, "será instrumental no redefinir das relações da UE com a Turquia pós-eleitoral e no redesenhar das políticas europeias de segurança, migração e asilo", finaliza.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

TURQUIA

Erdogan está em vantagem para a segunda volta das presidenciais

As eleições turcas registaram uma afluência significativa, o Presidente em exercício foi quase reeleito à primeira volta e a sua aliança reconquistou a maioria absoluta

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

O Presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, ficou a escassas décimas de uma reeleição à primeira volta das eleições turcas, conquistando 49,5% dos votos, segundo os resultados – ainda provisórios – divulgados pela Comissão Eleitoral, e a coligação que o seu Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP) lidera conquistou a maioria absoluta no Parlamento, superando as expectativas, nos dois casos, e indiciando uma vantagem para a segunda volta das presidenciais, que se realiza a 28 de Maio.

As últimas sondagens antes do escrutínio de 14 de Maio apontavam para que o presidente do Partido Popular Republicano (CHP), Kemal Kiliçdaroglu, apoiado por uma coligação de seis partidos da oposição, estivesse à frente nas intenções de voto, mas acabou por ficar atrás de Erdogan, com 44,9% dos votos registados.

Os dois disputarão nova eleição, no próximo fim-de-semana.

Um terceiro candidato, Sinan Ogan, antigo membro do movimento nacionalista MHP, um aliado do AKP, obteve 5,2%, mais do que os 4,8% da última sondagem, o que o torna um elemento central na disputa entre Erdogan e Kiliçdaroglu.

As eleições turcas são, tradicionalmente, muito participadas, com uma afluência média superior a 82%, mas estas contaram com uma afluência ainda mais robusta, de 84,8% dos mais de 64,1 milhões de eleitores registados, incluindo da diáspora, com mais de 3,5 milhões de pessoas, metade das quais na Alemanha.

Erdogan parte para a segunda volta das presidenciais com o conforto de o AKP ter sido o partido mais votado, mesmo perdendo 27 mandatos, para 268, numa assembleia de 600 lugares. Num discurso ainda na noite das eleições, disse esperar que a votação das presidenciais acompanhe a das legislativas.

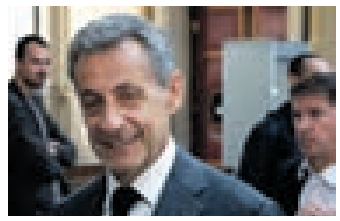
O segundo partido da Aliança do Povo, o Partido de Acção Nacionalista (MHP), conquistou mais um lugar do que nas eleições anteriores, chegando aos 50 deputados, e o novo YRP, islâmico e conservador, conquistou cinco mandatos.

No total, a Aliança do Povo continua a beneficiar de uma maioria absoluta, quando os estudos e as opiniões dos analistas apontavam para que, a existir uma maioria parlamentar, ela seria protagonizada pela aliança oposicionista, mesmo se todos reconhecem a capacidade do Presidente em exercício em processos eleitorais.

Na oposição, o CHP, social-democrata, manteve-se como o segundo partido mais votado e ganhou expressão, elegendo mais 23 deputados, para 169, mas a sua Aliança da Nação quedou-se pelos 212 mandatos.

A Aliança Trabalho e Liberdade, de esquerda, conquistou 66 lugares, cabendo 61 ao YSGP, que é o terceiro partido do quadro político.

Breves



Tribunal confirma condenação de Sarkozy

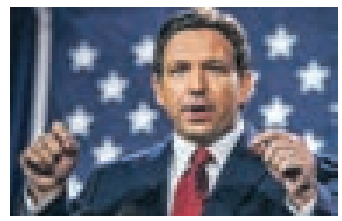
Um tribunal de recurso de Paris confirmou a condenação do ex-Presidente da França Nicolas Sarkozy a três anos de prisão – um deles efectiva, cumprido em prisão domiciliária –, por corrupção e tráfico de influências, em 2014, quando terá tentado usar a sua influência para aceder a um processo judicial. Fica também com os direitos políticos limitados durante três anos. É o primeiro ex-Presidente francês no pós-guerra condenado a prisão efectiva. Vai recorrer da sentença.

João Lourenço vence prémio da CPLP

O Presidente de Angola venceu o Prémio Aparecido de Oliveira, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pelo "contributo ímpar para a projecção internacional" da organização, especialmente para a implementação do acordo sobre mobilidade e a criação do novo objectivo de cooperação económica.

Amnistia saúda fim parcial da pena de morte na Guiné Equatorial

A Amnistia Internacional saudou como "medidas positivas" a abolição da pena de morte em quatro países da África subsariana em 2022, embora lastimando que na Guiné Equatorial, tal como na Zâmbia, a abolição tenha sido apenas parcial.



DeSantis vai ser candidato à Casa Branca

O governador do Estado da Florida, Ron DeSantis, deverá anunciar, na próxima semana, a sua candidatura às eleições presidenciais dos Estados Unidos da América em 2024, concorrendo com o ex-Presidente Donald Trump pela nomeação do Partido Republicano, em que surge no topo das preferências, de acordo com as sondagens. DeSantis apresentou um livro, está a fazer a sua promoção a nível nacional e tem mantido contactos com angariadores de fundos para a campanha.

Publicidade



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

BALBÚRDIA E CAOS DEIXAM SERVIÇOS PRISIONAIS PERIGOSOS E INEFICAZES



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBmv37b.



Os serviços prisionais e de reinserção estão numa desordem, inseguros, incapazes de ressocializar os reclusos, com falta de guardas prisionais, de técnicos de reeducação e de reinserção, viaturas a cair de podres, edifícios degradados, técnicos a exercerem funções de forma ilegal e com a desmotivação a disseminar-se. O retrato do sistema foi feito na Assembleia da República pelos próprios responsáveis. O PSD perguntou à ministra da Justiça se considera o director-geral idóneo para o exercício do cargo. A governante respondeu que mantém a confiança política

TEXTO
Licínio Lima

Tem o director-geral de Reinserção e Serviços Prisionais idoneidade para o exercício do cargo? A pergunta foi dirigida à ministra da Justiça por um grupo de deputados do PSD, liderado por Mónica Quintela, depois de Rui Abrunhosa Gonçalves ter dito na Assembleia da República que há reclusos que nunca deixarão de ser criminosos. O dirigente, descrente na capacidade de reinserção dos serviços, disse mais: "Qualquer recluso que não pense em fugir é porque já não estará bem da cabeça."

O cepticismo demonstrado por Rui Abrunhosa Gonçalves, nomeado em Setembro de 2022 para liderar a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), levou os deputados do PSD a dirigir uma questão à ministra da Justiça: "Face às afirmações proferidas pelo Senhor Director-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais na Assembleia da República, que reflectem o seu particular entendimento quanto à reinserção social dos reclusos, reconhece V. Ex.ª ao Senhor Prof. Dr. Rui Abrunhosa Gonçalves os requisitos de idoneidade exigíveis para o exercício deste cargo?"

A audição parlamentar de Abrunhosa Gonçalves, psicólogo forense da Universidade do Minho, foi a 15 de Março, na subcomissão para a Reinserção Social e Assuntos Prisionais. O director-geral fez o retrato de uns serviços totalmente ineficazes na ajuda aos reclusos a inserirem-se na sociedade e totalmente depauperados em todos os aspectos: falta de técnicos de reinserção social e de reeducação, toda a gente desmotivada, sem concursos de promoção na carreira desde 2003 no caso dos técnicos superiores de reinserção social (TSRS), e desde 2009 no caso dos técnicos superiores de reeducação (TSR). Os técnicos profissionais de reinserção social (TPRS) nunca tiveram uma promoção.

O mesmo cenário apontou relativamente aos guardas prisionais, lamentando que o primeiro encontro com um dos sindicatos, para apresentação de cumprimentos, tenha servido para lhe entregarem um pré-aviso de greve. Mais de 300 guardas esperam uma promoção há mais de 20 anos e desde 2003 que não se realizam concursos para chefes.

Os directores dos estabelecimentos prisionais (EP) também foram ouvidos naquela subcomissão, através da associação que os representa, e, pela voz de Luís Couto, director do EP da Guarda, disseram que as actuais dificuldades estão ao ponto de poderem fazer "perigar o normal funcionamento dos EP", sublinhando: "A maior parte não têm os seus postos mínimos de vigilância assegurados." Luís Couto denunciou também a falta de técnicos com competências específicas para aplicarem programas psico-educativos aos reclusos para reconversão dos comportamentos. Na maior parte dos 49 EP, assegurou, esses programas nem sequer são aplicados.

Conforme explicou, o recrutamento tem sido feito por mobilidade no interior da função pública, bastando ser licenciado para concorrerem. Assim, na reinserção e serviços prisionais, actualmente, trabalham licenciados em Marketing, em Gestão e em outras áreas sem interesse para a missão específica da DGRSP.

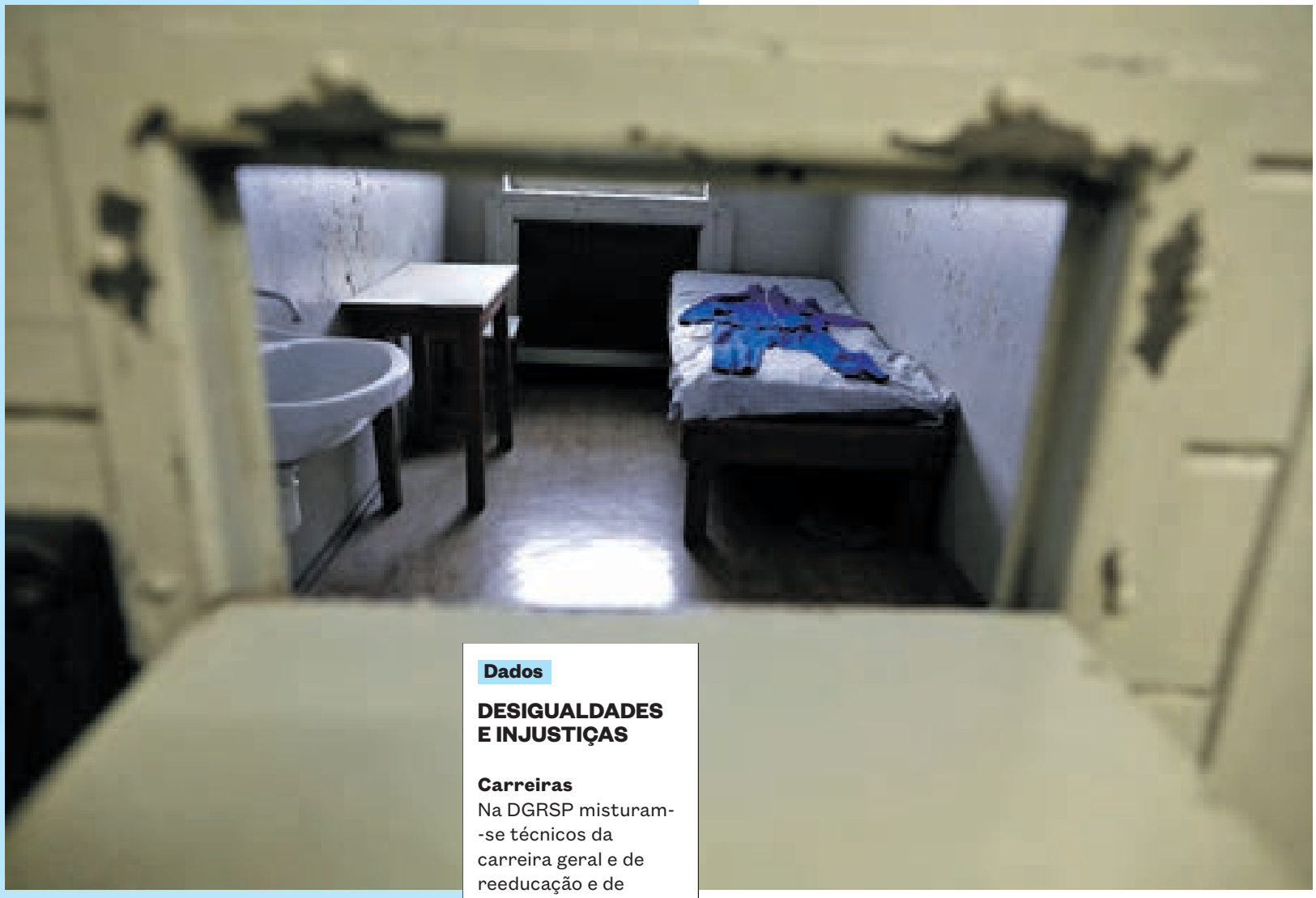
O problema "mais grave", explicou depois na subcomissão o representante do sindicato dos técnicos da DGRSP, Miguel Gonçalves, é que são aqueles mesmos técnicos, sem formação específica, que elaboram os relatórios sociais dos reclusos para os tribunais com os quais os juízes avaliam a aplicação das penas, nos casos dos presos preventivos, e outros actos como, por exemplo, a concessão da liberdade condicional ou de saídas precárias, no caso dos condenados. São relatórios elaborados por pessoas que não são técnicos da carreira específica da DGRSP e, neste sentido, Miguel Gonçalves revelou que o sindicato já apresentou denúncias no Ministério Público e na Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça por achar que se trata de "procedimentos ilegais". Quando os advogados provocam incidentes processuais, alegando incompetência do técnico que elaborou o relatório, os juízes ultrapassam a questão prescindindo do documento, explicou.

Director faz desratização

Nos EP, geralmente cabe ao adjunto do director supervisionar esses relatórios antes de seguirem para os tribunais, mas também este nem sempre tem a formação condizente. No caso do EP de Faro, por exemplo, o adjunto do director que supervisiona os rela-

→

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



Problemas nos estabelecimentos prisionais foram revelados aos deputados da subcomissão de acompanhamento dos serviços de reinserção

tórios é licenciado em Veterinária.

Luís Couto, a certa altura, usou o termo "balbúrdia" para ilustrar o que se passa na reinserção e serviços prisionais, esclarecendo que a falta de técnicos é de tal forma gritante que, por vezes, até a desratização do EP é feita pelo director porque não há mais ninguém para a fazer.

Isto repercute-se na qualidade do trabalho na DGRSP. O maior escândalo foi denunciado pelo director do Estabelecimento Prisional de Coimbra, Orlando Carvalho, ao assegurar perante os deputados que, no EP sob sua direcção, a reincidência ronda os 65% – ou seja, a grande maioria dos reclusos são "clientes" habituais que sistematicamente circulam no sistema. O NOVO contactou vários técnicos que asseguram ser aquela a média da reincidência em Portugal, lamentando não existir um estudo académico aprofundado.

Já o director geral, Abrunhosa Gonçalves, referiu-se ao envelhecimento dos recursos humanos nas prisões. "A média já ronda os 50 anos, e muitos acima dos 60", referiu, sublinhando: "A realidade está a causar desmotivação nas pessoas."

Abrunhosa Gonçalves reconheceu que tem havido desinvestimento nos serviços prisionais e de reinserção. "Dizer que se vai investir nas prisões não dá para comprar votos", disse, com os olhos nos deputados.

A degradação é geral: nas viaturas com milhões de quilómetros e a cair de podres – recentemente, à porta de um hospital, a porta da carrinha celular caiu ao ser aberta –, sendo permanentes as avarias na estrada, a falta de cintos de segurança e veículos que deixam entrar água por cima e por baixo quando chove. Também as instalações, a maioria com mais de 70 anos, estão deterioradas.

O director-geral não culpa só as carências de meios para o insucesso da DGRSP. Segundo ele, há reclusos em que nem sequer vale a pena investir porque nunca vão "mudar a agulha", referindo-se à reincidência. "Há muitas pessoas para quem a reinserção social é uma miragem." Conforme explicou, "são bons reclusos na prisão, mas acabam por ser maus cidadãos". Neste sentido, considerou que "é preciso investir naqueles que dão mais hipóteses", tendo em conta a carência de meios. Também entende que o recluso deve ter consciência de que a reinserção está intimamente ligada ao cumprimento da pena, querendo com isto dizer que a pena é "uma retribuição à sociedade". Para Abrunhosa Gonçalves, não basta ao recluso sentir-se arrependido, tem de se sentir culpado.

O cepticismo do director-geral na capacidade de o sistema reconverter o comportamento dos reclusos e o facto de considerar que a pena deve ser uma retribuição à sociedade chamaram a atenção de deputados do PSD, perguntando à ministra da Justiça se o considera idóneo para o cargo, pois "o período de reclusão deve ser visto como uma oportunidade para reforçar os laços de cidadania do recluso, potenciando a sua inclusão na sociedade". Catarina Sarmento e Castro diz que mantém a confiança no director-geral.

Dados

DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS

Carreiras
Na DGRSP misturam-se técnicos da carreira geral e de reeducação e de reinserção sem as carreiras revistas. O trabalho é igual, mas as regalias remuneratórias e de progressão são distintas.

Subsídios
Os técnicos superiores de reinserção social têm direito a um bónus de função pelos riscos que correm. Os técnicos de reeducação recebem um subsídio de risco pelos mesmos motivos. Mas o bónus é uma percentagem dos salários. O subsídio é um valor fixo.

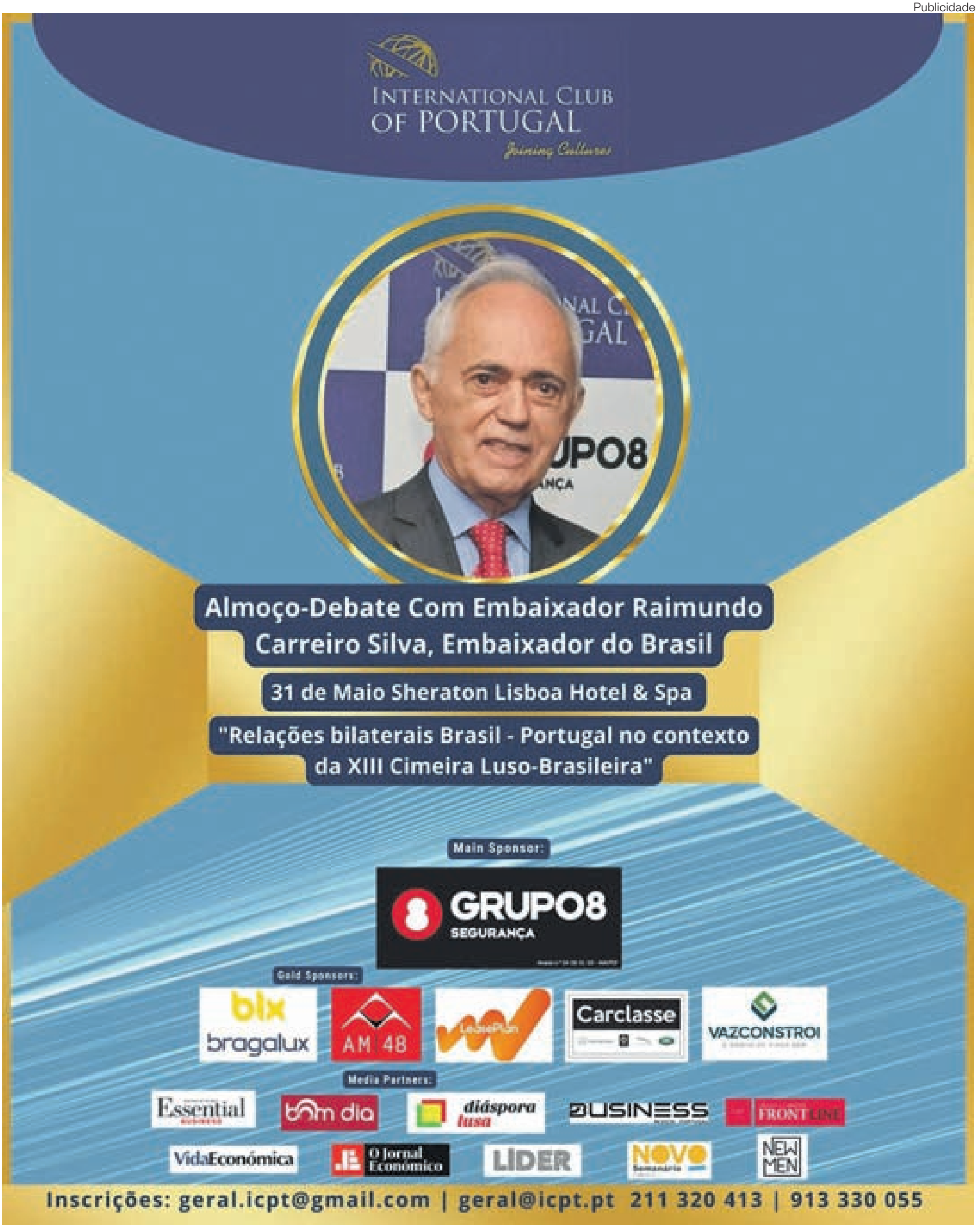
Ilegalidade
Técnicos profissionais de reinserção social monitorizam e colocam as pulseiras electrónicas, mas este conteúdo funcional não consta na lei orgânica da DGRSP.

Prisão de Lisboa fecha até 2026 sem uma substituta

■ O Governo já decidiu que, até 2026, o Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) vai encerrar. Mas não prevê a construção de um novo presídio para albergar os cerca de 900 reclusos que ali se encontram. Em vez disso, a opção volta a ser a requalificação de infra-estruturas já existentes noutros estabelecimentos prisionais geograficamente próximos de Lisboa, um dos quais o de Tires, para mulheres, que vai voltar a receber reclusos masculinos. O plano envolve um investimento de 24 milhões de euros. Numa primeira fase serão remodelados nove pavilhões prisionais e subutilizados nos estabelecimentos prisionais de Alcoentre, Linhó e Sintra. Na fase seguinte será recuperado um pavilhão do Estabelecimento Prisional de Tires, actualmente devoluto, permitindo aumentar a capacidade de alojamento deste estabelecimento prisional. Por fim, será construído um novo pavilhão em Tires, semelhante ao que será recuperado, aproveitando valências mútuas e a proximidade física existente. A requalificação do reduto norte do Estabelecimento Prisional de Caxias acontecerá também nesta fase, integrando parte da solução para o encerramento definitivo do EPL.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

Publicidade



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



BENFICA

Roger Schmidt a 90 minutos de repetir feito com 32 anos

O alemão não foi uma aposta unânime junto do universo encarnado mas os seus jogadores estão a um triunfo de dar razão a Rui Costa

Desde 1990/91 que um treinador estrangeiro não vence em Alvalade na época em que se sagra campeão pelo Benfica. Alemão pode ainda bater o recorde de pontos do clube encarnado na prova-rainha do futebol nacional. Mas, para isso, tem de ganhar ao Sporting. Se o fizer, a festa será certa

Bruno Pires
bpires@medianove.com

Roger Schmidt está a 90 minutos de entrar na história do Benfica e o feito ainda pode ser maior se vencer os dois últimos encontros do campeonato em Alvalade, diante do Sporting, e na Luz, frente ao Santa Clara.

Contratado numa aposta pessoal de Rui Costa, perante algumas reservas da nação encarnada, Roger Schmidt pode terminar a temporada em beleza. O objectivo principal, independentemente dos registos históricos, é a conquista do campeonato, que foge desde 2019. Tudo o resto não passará de um pequeno detalhe e/ou de uma nota de rodapé. Contudo, quando se fala do duelo entre Sporting e Benfica, naquele que é o maior jogo da história do futebol português, há *nuances* que não podem passar para segundo plano.

Desde 1990/91 que um treinador estrangeiro não ganha, pelo Benfica, no estádio do eterno rival em época de título. Estamos a falar de 32 anos, ainda que seja preciso recordar que desde 2009 que o Benfica não contratou qualquer técnico nascido além-fronteiras até Rui Costa apostar em Roger Schmidt, cujo currículo não era, por certo, o mais forte cartão-de-visita aos 55 anos – uma Liga austríaca e três Taças (China, Áustria e Países Baixos).

A 8 de Dezembro de 1990, o Benfica venceu com tranquilidade em Alvalade por 2-0 e, no final da época, faria a festa. No banco estava o sueco Sven-Goran Eriksson, que viu Isaías e César Brito materializarem a superioridade encarnada, cuja equipa tinha pilares como Ricardo Gomes, Paulo Sousa, Jonas Thern, Valdo e Rui Águas. Antes de Eriksson, o anterior treinador estrangeiro a vencer em Alvalade em época de título foi... Eriksson, na sua primeira pas-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



sagem pelo Benfica. O Benfica teve direito a dois penáltis. Diamantino falhou o primeiro e Nené não desperdiçou o segundo, a cinco minutos do fim. Se o Benfica tinha jogadores de elevada craveira como Bento, Álvaro, Carlos Manuel, Stromberg, Shéu e Chalana, além dos marcadores dos golos, o Sporting não ficava atrás. António Oliveira, Mário Jorge, Jordão e Manuel Fernandes davam qualidade à equipa do então checoslovaco Jozef Venglos, que apostou, a meia hora do fim, num jovem promissor chamado... Paulo Futre.

Oito em branco

Ora bem, desde 1990, o Benfica teve vários treinadores estrangeiros e originários das mais variadas latitudes, a saber: Tomislav Ivic, Paulo Autuori, Graeme Souness, Jupp Heynckes, José Antonio Camacho, Giovanni Trapattoni, Ronald Koeman e Quique Flores. Deste lote de oito treinadores, alguns deles com imenso currículo – Jupp Heynckes, compatriota de Roger Schmidt, até foi campeão europeu pelo Real Madrid depois de ser despedido do Benfica –, apenas o italiano venceu o campeonato, mas perdeu em Alvalade, já no novo estádio, inaugurado em Agosto de 2003. Na altura, os leões de José Peseiro ganharam por 2-1 com um bis de Liedson e um golo de Nuno Gomes. Mas, em Maio, quem festejou foi o Benfica, após empatar na última jornada com o Boavista no Bessa (1-1).

Esse foi um campeonato dos mais equilibrados e com um campeão a conseguir, nas 34 jornadas, poucos pontos: 65. Só para se ter uma ideia do que falamos, os primeiros quatro da classificação actual – Benfica, FC Porto, SC Braga e Sporting – têm todos mais pontos somados do que o campeão de 2004/05 na temporada em vigor e em apenas 32 encontros realizados.

E é mesmo neste item que Roger Schmidt se pode destacar dos demais – dos técnicos estrangeiros e dos nacionais que serviram o Benfica. O máximo que o clube da Luz conseguiu em termos de campeonato foram 88 pontos, na época 2015/16. Foi campeão, claro, mas teve de aguardar pela última jornada, pois a equipa de Rui Vitória travou uma luta titânica com o Sporting de Jorge Jesus, que havia atravessado a Segunda Circular no início da época, dando azo a um dos defesos mais quentes do futebol português. Os leões acabariam com menos dois pontos – um pecúlio que daria, em muitas temporadas, para ser campeão.

Actualmente com 83 pontos, se o Benfica vencer os dois jogos que tem por realizar, chega aos 89 e Roger Schmidt entra direitinho para a história do Benfica, porque tal feito significará que colocará obrigatoriamente um ponto final no jejum dos encarnados, que nada ganham há quatro anos. Já não vai é a tempo de suplantar o recorde de absoluto e que pertence ao FC Porto, com 91 pontos, na temporada transacta.

Para festejar já esta jornada, o Benfica precisa de vencer em Alvalade. Contudo, pode empatar desde que o FC Porto, neste sábado, não ganhe em Famalicão. Ou pode mesmo perder se o FC Porto também perder no Minho. Se, porventura, perder com o Sporting – que também aguarda pelo Boavista-SC Braga deste sábado para perceber se entra em campo ainda com possibilidades de chegar ao pódio – e o FC Porto empatar, o Benfica quase pode festejar, pois não é crível que os azuis-e-brancos consigam anular uma diferença favorável ao Benfica que, neste momento, se cifra em 11 golos.

> Eriksson foi o último treinador estrangeiro a sagrar-se campeão pelo Benfica e a vencer no estádio do rival. Entretanto houve mais oito e só Trapattoni foi campeão, mas não ganhou em Alvalade

TREINADORES ESTRANGEIROS CAMPEÕES PELO BENFICA E VENCEDORES EM ALVALADE

1990-91
Sven-Goran Eriksson (Suécia)
0-2

1983-84
Sven-Goran Eriksson (Suécia)
0-1

1972-73
Jimmy Hagan (Inglaterra)
1-2

1971-72
Jimmy Hagan (Inglaterra)
0-3

1962-63
Fernando Riera (Chile)
1-3

1954-55
Otto Glória (Brasil)
0-1

1949-50
Ted Smith (Inglaterra)
1-2

1944-45
Janos Biri (Hungria)
0-2

1941-42
Janos Biri (Hungria)
1-4

1936-37
Lippo Hertzka (Hungria)
1-4

1935-36
Lippo Hertzka (Hungria)
2-4

Publicidade



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.



Henry Kissinger, nascido na Alemanha e criado nos Estados Unidos, após fugir ao nazismo, faz 100 anos no próximo sábado

LIVRO

Reflexões sobre liderança feitas por um mestre pré-centenário

■ O chanceler alemão Konrad Adenauer, os Presidentes francês Charles de Gaulle, norte-americano Richard Nixon e egípcio Anwar Sadat, bem como o primeiro-ministro de Singapura Lee Kuan Yew e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, permitiram a Henry Kissinger analisar o impacto de cada um deles na transformação das sociedades dos seus países e no estabelecimento da nova ordem mundial.

"Liderança – Seis Estudos sobre Estratégia Mundial" seria sempre aliciante, pois aborda figuras como o homem que ajudou a limpar a mancha do nazismo na parte ocidental da Alemanha, o protector da França livre que foi contestado ao governá-la, o ocupante da Casa Branca caído em desgraça após alterar os equilíbrios da Guerra Fria com a abertura à China ou a "dama de ferro" que tomou Downing Street e por lá ficou numa década que fez sua. Mas serem vistos pelo antigo secretário de Estado de Nixon e de Gerald Ford, que celebra 100 anos no próximo sábado, levam a obra lançada pela D. Quixote a ganhar outra dimensão.

"Quais são os elementos comuns na liderança meritocrática destas seis figuras? Que lições poderemos tirar das suas experiências?", pergunta Henry Kissinger nas conclusões do livro, iniciando a sua resposta ao identificar o sexteto a quem dedica os estudos reunidos como "porta-vozes de duras verdades", no sentido de nunca confiarem o destino dos seus países a "retóricas testadas em sondagens ou focadas em grupos populacionais". Mas também símbolos de uma era pós-aristocrática, na qual "puderam frequentar escolas secundárias exigentes".



LIDERANÇA – SEIS ESTUDOS SOBRE ESTRATÉGIA MUNDIAL
Henry Kissinger
D. Quixote

Como o seu critério para julgar um líder é "transcender a circunstância através de visão e dedicação", é com pessimismo que o autor escreve: "Sem visão moral e estratégica, a presente época anda à deriva." O que torna necessários "navegadores capazes de criatividade e firmeza para conduzir as sociedades a destinos ainda desconhecidos, mas mais esperançosos".

Sinal da contemporaneidade do livro é que não esquece o que está a suceder no leste da Europa. Afinal, "se a Ucrânia aderisse à NATO, a linha de segurança entre a Rússia e a Europa ficaria a menos de 500 quilómetros de Moscovo", mas "se a linha de segurança fosse estabelecida no lado ocidental da Ucrânia, as forças russas estariam a pouca distância de Budapeste e de Varsóvia", pelo que Kissinger diz que a invasão "resulta em larga medida de um diálogo estratégico falhado, ou mesmo mal conduzido".

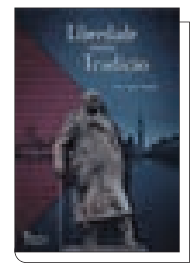
Leonardo Ralha

OUTROS TÍTULOS



MANUAL DE INSTRUÇÕES
Nuno Markl e Manuel Jorge
Iguana

■ O fim do próprio casamento e "uma espécie de literal auto-ajuda" destinada a resolver aquilo que descreve como a "falta de equilíbrio entre trabalhar e viver" foram as inspirações de Nuno Markl para elaborar uma novela gráfica, ilustrada por Miguel Jorge, que é tudo menos literal. Partindo do princípio de que tudo seria mais fácil se houvesse instruções para a vida e para o amor, o livro apresenta como personagem principal "o Saramago dessa arte tão pouco cantada" que consiste em escrever manuais de instruções para electrodomésticos.



LIBERDADE COMO TRADIÇÃO
João Carlos Espada
D. Quixote

■ O professor universitário João Carlos Espada, consultor da Presidência da República nos primeiros mandatos de Mário Soares e de Cavaco Silva, oferece "um olhar euro-atlântico sobre a cultura política marítima de língua inglesa" num livro alicerçado nas ideias de 14 pensadores que vão desde Popper (de quem Espada foi próximo) e Aron a Hayek e Oakeshott, passando por Tocqueville e, por fim, Winston Churchill. Aquele que deu a melhor resposta à pergunta, simples na aparência: "Porque é que a democracia liberal deve então ser entendida como melhor do que os seus inimigos?"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

MALA POUCO DIPLOMÁTICA

Berlim e a necessária clarificação



Helena Ferro de Gouveia

O périplo europeu de Volodimir Zelenski, que se iniciou em Itália e terminou no Reino Unido, espelha bem o momento crucial em que se encontra a guerra na Ucrânia. Os países mais poderosos da Europa parecem ter ultrapassado todas as chamadas "linhas vermelhas" no fornecimento de armas à Ucrânia, restando apenas uma, cada vez mais ténue: os aviões de combate ocidentais. A Europa está consciente do apoio militar de que a Ucrânia necessita para conseguir ganhar vantagem no teatro de operações e que desses avanços depende um futuro processo negocial de paz.

Dois vírgula sete mil milhões de euros em armamento é um número impressionante por extenso, mas ainda mais impressionante que o valor deste segundo pacote de ajuda militar alemã é a clarificação da posição de Berlim que, depois de Washington, se tornou a segunda capital com maior apoio humanitário, financeiro e militar a Kiev.

"Todos desejamos o fim desta guerra atroz da Rússia contra o povo ucraniano mas, infelizmente, ele não está à vista. É por isso que a Alemanha vai prestar toda a ajuda possível durante o tempo que for necessário", afirmou o ministro da Defesa, Boris Pistorius.

Quem ouviu Olaf Scholz na chancelaria federal, durante a conferência de imprensa dada ao lado do Presidente ucraniano, ouviu três mensagens: Berlim irá fornecer toda a ajuda; as condições para a paz serão determinadas pela Ucrânia; a Ucrânia faz parte da Europa. Em Aachen, símbolo da concórdia europeia – cidade alemã ocupada repetidamente pela França e conhecida em francês como Aix-la-Chapelle, que faz fronteira entre a Alemanha, a Bélgica e os Países Baixos, países fundadores da União Europeia, e que foi residência de Carlos Magno, primeiro imperador do Sacro Império Romano-Germânico, considerado o embrião da União Europeia –, um emocionado Scholz entregou a um emocionado Zelenski e ao povo ucraniano o Prémio Carlos Magno, como reconhecimento do seu contributo para a unidade europeia.

O caminho de Olaf Scholz foi longo, pelas razões conhecidas, mas Berlim parece ter compreendido que, a ano e meio das eleições presidenciais americanas, vai ter de contar menos com a liderança americana e assumir maiores



responsabilidades. E Scholz sabe que conta com os alemães para o fazer: o ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, é o político mais popular do país e a opinião pública continua firme no seu apoio à Ucrânia.

"No momento mais difícil da história moderna da Ucrânia, a Alemanha orgulha-se de ser a nossa verdadeira amiga e aliada de confiança", escreveu Zelenski no livro de visitas da Presidência alemã. "Juntos vamos vencer e trazer a paz de volta à Europa."

Como poucos, os alemães compreendem o valor da liberdade e da paz e os sacrifícios que são necessários para as defender, e honram a coragem do povo ucraniano. A Alemanha parece estar finalmente a assumir a liderança que o seu peso político e económico lhe confere, mostrando-se, até agora, à altura do desafio.

MALA DIPLOMÁTICA A SUBIR



A União Europeia vai "limitar o comércio de diamantes russos" como parte das sanções contra Moscovo na sequência da invasão da Ucrânia, anunciou o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, na cimeira do G7, no Japão. "Os diamantes russos não são para sempre", disse, com ironia, Michel à imprensa em Hiroshima, confirmando uma medida da União Europeia que visa "desligar a Rússia dos seus financiadores".

MALA DIPLOMÁTICA A DESCER



As autoridades iranianas executaram, esta sexta-feira, três homens condenados à morte por envolvimento nos protestos anti-regime de 2022. Ao todo, houve sete execuções por ligações ao movimento de contestação que se seguiu à morte de Mahsa Amini. Os três homens - Majid Kazemi, de 30 anos, Saleh Mirhashemi, de 36, e Saeed Yaquobi, de 37 - foram detidos após os protestos em Isfahan a 16 de Novembro e acusados da morte a tiro de um polícia e de dois elementos da unidade paramilitar Basij.

FICHA TÉCNICA **Propriedade:** Media9Par S. A. **Sede do editor:** Avenida da Liberdade, 245, 3.º A, 1250-143 Lisboa **Redacção** Edifício Tecnologia, 4.1, 71 a 74, 2740-122 Porto Salvo **Redacção Porto:** Rua Paulo da Gama, n.º 629-2.11, 4150-589 Porto **Número de registo de pessoa colectiva:** 517031558 **Número de registo do título:** 127 561 **Periodicidade:** Semanário **Conselho de administração:** Luís Figueiredo Trindade (*Chairman*), José Carlos Lourenço (*CEO*), Cristiana de Nóbrega (administradora) e Raul Bragança Neto (administrador) **Accionistas detentores de mais de 5% do capital:** Emerald Media Corporation (70,4%), Emerald Europe (15%) e Megafin Atlantic (10%) **Publisher:** Fernando Esteves **Director:** Leonardo Ralha **Director-adjunto:** Ricardo Santos Ferreira **Director de arte:** Mário Malhão **Grandes repórteres:** Inês David Bastos, Licínio Lima e Sílvia Caneco **Editores:** Bruno Pires, João G. Oliveira e Luís Claro **Jornalistas:** Fábio Nunes, Melissa Lopes e Rita Soares Cordeiro **NOVO Economia:** Filipe Alves (director do JE), Lígia Simões (subdirectora do JE), Nuno Vinha (subdirector do JE), André Cabrita-Mendes (grande repórter), Maria Teixeira Alves (grande repórter), Isabel Patrício, João Barros, João Santos Costa e Rodolfo Alexandre Reis **Escrevem nesta edição:** Nilza Rodrigues (directora da Forbes) e Adnardo Barros **Fotojornalista:** Cristina Bernardo **Paginação:** Gonçalo Sena (coordenador) José Fonseca e Rute Marcelino **Tratamento de imagem:** Fábio Gomes **Revisão:** Maria Eugénia Colaço **Directora comercial:** Cláudia Sousa **Estatuto editorial:** https://onovo.pt/estatuto-editorial **Depósito legal:** 482427/21 **Impressão:** Gráfica Funchalense – Rua da Capela Nossa Senhora da Conceição, n.º 50, Morelena, 2715-029 Pêro Pinheiro **Tiragem:** 10.000 exemplares **Distribuição:** VASP – Distribuidora de Publicações S. A.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

NOVO Semanário

Última

00110
5 607727 190684

POLÍTICA

PSD e autarcas esperam empurrão de Cavaco Silva

Neste sábado, todos os olhares do PSD estarão postos no discurso do antigo chefe do Estado no terceiro encontro dos autarcas do PSD

Inês David Bastos
ibastos@medianove.com



Vai ser o ponto alto do 3.º encontro nacional, deste sábado, em Lisboa, dos Autarcas Social Democratas (ASD). Cavaco Silva, que tem estado arredado da vida política e partidária, vai fazer uma aparição a encerrar a reunião que juntará centenas de autarcas e a direcção do PSD, numa altura em que o país vive num clima de alta tensão política, com a comissão parlamentar de inquérito (CPI) à TAP, o caso Galamba e a fricção entre Belém e São Bento.

Nos últimos tempos, Cavaco Silva fez curtas aparições e até comentou o recente cenário político, mas há muito que não participa num evento do partido. Numa dessas curtas aparições, alertou para a "muito perigosa" situação do governo de António Costa quando começaram a surgir os primeiros casos, depois lamentou que a situação se tivesse deteriorado mais do que esperava e, por fim, disse que continuava "preocupado". Numa altura em que históricos do PSD e até, implicitamente, o chefe do Estado pressionam o partido liderado por Luís Montenegro para que "acelere" a construção de uma alternativa que possa vencer o PS em caso de eleições antecipadas – tendo em conta a "deterioração" que o Executivo tem revelado e que o próprio Presidente já mencionou por outras palavras –, o discurso de Cavaco Silva no final da reunião dos ASD é aguardado com enorme expectativa. Tanto que o próprio presidente dos ASD, Hélder Sousa Silva (presidente da Câmara de Mafra), admite que a intervenção do ex-Presidente será a "chave de ouro" da reunião.

Autarcas Social Democratas vão debater habitação, descentralização, Lei das Finanças Locais, coesão territorial e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Espera-se que Cavaco volte a falar da tensão política que se vive, do impacto das políticas no poder local e do estado da governação e do país, o que é visto pela direcção social-democrata, segundo disse ao NOVO fonte da São Caetano à Lapa, como "um bom apoio" para Montenegro e para o PSD "num momento crucial" em que a possibilidade de as eleições gerais serem antecipadas continua no horizonte.

O 3.º Encontro Nacional dos ASD vai ser aberto pelo líder do partido e contará ainda com a intervenção dos independentes Rui Moreira (presidente da Câmara do Porto) e Isaltino Morais (presidente da Câmara de Oeiras).

Este ano, o encontro terá como temas a coesão territorial, a Lei das Finanças Locais, a descentralização e a habitação, mas todos os olhares estarão postos em Cavaco Silva.

Última hora

Combustíveis voltam a subir

Na próxima segunda-feira, os combustíveis voltam a ficar mais caros. A subida vai ser de 1,5 cêntimos/litro, tanto para a gasolina como para o gasóleo. É a segunda semana consecutiva de aumento dos combustíveis.

G7 preocupado com arsenal nuclear da China

Os líderes do G7, que estão reunidos no Japão, consideram que a rápida expansão do arsenal nuclear da China representa uma "preocupação para a estabilidade global e regional". Actualmente, a China tem 350 ogivas nucleares, mas os EUA prevêem que pode chegar às 1.500 em 2035.

Carlos Alexandre candidato a cargo de procurador europeu

Além de Carlos Alexandre, mantém-se ainda a candidatura do procurador José Ranito. O processo de selecção do representante português está muito atrasado, após terem desistido outros dois candidatos, entre os quais o juiz Ivo Rosa.

Obama banido da Rússia

A Rússia reagiu ao novo pacote de sanções imposto pelos EUA e proibiu a entrada no país a 500 cidadãos norte-americanos, entre os quais o antigo Presidente Barack Obama. Washington tinha anunciado sanções a 300 alvos russos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZBhfv37b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Conversor de Moedas

Data da cotação 18/05/2023

Valor	Converter de		Para	
160.000,00	Euro (EUR)	⇄	Real (BRL)	↻

Resultado da conversão

Conversão de: Euro/EUR (978)
Valor a converter: 160.000,00

Para: Real/BRL (790)
Resultado da conversão: 855.728,00

Data cotação utilizada: 18/05/2023

Taxa:
1 Euro/EUR (978) = 5,3483 Real/BRL (790)
1 Real/BRL (790) = 0,1869753 Euro/EUR (978)

- O cálculo efetuado tem caráter informativo e não substitui as disposições da norma cambial brasileira para casos específicos de conversão.
- Conversões disponíveis para datas informadas a partir de 01/02/1999.
- Para dias não úteis, assume-se a cotação do dia útil imediatamente anterior.
- O Banco Central não assume qualquer responsabilidade pela não simultaneidade ou falta das informações prestadas, assim como por eventuais erros de paridades das moedas, ou qualquer outro, salvo a paridade relativa ao dólar dos Estados Unidos da América em relação ao Real. Igualmente, não se responsabiliza pelos atrasos ou indisponibilidade de serviços de telecomunicação, interrupção, falha ou pelas imprecisões no fornecimento dos serviços ou informações. Não assume, também, responsabilidade por qualquer perda ou dano oriundo de tais interrupções, atrasos, falhas ou imperfeições, bem como pelo uso inadequado das informações contidas na transação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 1009648742023826006
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G8BmIkml.

85800000086-0 57300185112-5 30590076733-2 34020230524-2

Evite Fraudes! Antes de finalizar o pagamento no seu banco verifique os dados do beneficiário!

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Paulo Franco - Sociedade de Advogados	07 - Data de Vencimento 24/05/2023
02 - Endereço Rua Joaquim Floriano, 960, 7ª andar Sao Paulo SP	08 - Valor Total R$ 8.657,30
03 - CNPJ Base / CPF 13.902.086	04 - Telefone (11)5052-0571
05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **230590076733340**
06 - Observações Comarca/Foro: Barueri, Cód. Foro: 68, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. e OUT, Réu: JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e OUT	Emissão: 24/05/2023

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

230590076733340-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento

DARE-SP

Documento Detalhe

15 - Nome do Contribuinte Paulo Franco - Sociedade de Advogados	01 - Código de Receita – Descrição **230-6** Custas - judiciárias pertencentes ao Estado, referentes a atos judiciais	02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1123001 - PETIÇÃO INICIAL	19 - Qtde Serviços: 1		
	03 - Data de Vencimento 24/05/2023	06 -	09 - Valor da Receita R$ 8.657,30	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00	
	04 - Cnpj ou Cpf 13.902.086/0001-90				
16 - Endereço Rua Joaquim Floriano, 960, 7ª andar Sao Paulo SP	05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00	
18 - Nº do Documento Detalhe **230590076733340-0001** Emissão: 24/05/2023	17 - Observações Comarca/Foro: Barueri, Cód. Foro: 68, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. e OUT, Réu: JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e OUT	08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 8.657,30**	

85800000086-0 57300185112-5 30590076733-2 34020230524-2

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Paulo Franco - Sociedade de Advogados	07 - Data de Vencimento 24/05/2023
02 - Endereço Rua Joaquim Floriano, 960, 7ª andar Sao Paulo SP	08 - Valor Total R$ 8.657,30
03 - CNPJ Base / CPF 13.902.086	04 - Telefone (11)5052-0571
05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **230590076733340**
06 - Observações Comarca/Foro: Barueri, Cód. Foro: 68, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. e OUT, Réu: JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e OUT	Emissão: 24/05/2023

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código FfNqjS0J.

Comprovante de pagamento - SEFAZ-SP/DARE - SEFAZ/SP - Via contribuinte

agente arrecadador: **CNC:341 Banco Itaú S/A**

número de controle do DARE: **230590076733340**

valor: **R$ 8.657,30**

código de barras: **85800000086-0 57300185112-5 30590076733-2 34020230524-2**

identificação no extrato: **SISPAG TRIBUTOS**

identificação do comprovante: **TAXA JUDICIARIA SUMMIT**

autenticação:**34124052310000147802639**

comprovante de pagamento emitido de acordo com a Portaria CAT 126, de 16/09/2011, e autorizado pelo Processo 13840-1112955-2016

Dados da conta debitada

agência e conta: **8723** / **0000805-1**

nome: **PAULO FRANCO S ADVOGADOS**

CNPJ: **13.902.086/0001-90**

operação efetuada em 24/05/2023 às 14:27:05h via Sispag na internet.

autenticação digital Itaú:

5BBBEFEC977AD552222FC2236638AFF7444518A5

Em caso de dúvidas, de posse do comprovante, contate seu gerente ou a Central no 40901685 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7701685(demais localidades). Reclamações, informações e cancelamentos: SAC 0800 728 0728, 24 horas por dia ouFale Conosco: www.itau.com.br/empresasSe não ficar satisfeito com a solução, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código FfNqjS0J.

85830000000-9 46560185112-9 30590076136-9 39120230523-9

Evite Fraudes! Antes de finalizar o pagamento no seu banco verifique os dados do beneficiário!

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Paulo Franco - Sociedade de Advogados	07 - Data de Vencimento 23/05/2023
02 - Endereço Rua Joaquim Floriano, 960, 7ª andar Sao Paulo SP	08 - Valor Total R$ 46,56
03 - CNPJ Base / CPF 13.902.086	04 - Telefone (11)5052-0571
05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **230590076136391**
06 - Observações Comarca/Foro: Barueri, Cód. Foro: 68, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO e OUTRA, Réu: JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e OUT	Emissão: 23/05/2023

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

230590076136391-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento

DARE-SP

Documento Detalhe

01 - Código de Receita – Descrição **304-9** Extra-Orçamentária e Anulação de Despesa - carteira de previdência dos advogados de São Paulo			02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1130401 - TAXA DE MANDATO (PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO)	19 - Qtde Serviços: 1
15 - Nome do Contribuinte Paulo Franco - Sociedade de Advogados	03 - Data de Vencimento 23/05/2023 04 - Cnpj ou Cpf 13.902.086/0001-90	06 -	09 - Valor da Receita R$ 46,56	12 - Acréscimo Financeiro R$ 0,00
16 - Endereço Rua Joaquim Floriano, 960, 7ª andar Sao Paulo SP	05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00
18 - Nº do Documento Detalhe **230590076136391-0001** Emissão: 23/05/2023	17 - Observações Comarca/Foro: Barueri, Cód. Foro: 68, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO e OUTRA, Réu: JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e OUT	08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 46,56**

85830000000-9 46560185112-9 30590076136-9 39120230523-9

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Paulo Franco - Sociedade de Advogados	07 - Data de Vencimento 23/05/2023
02 - Endereço Rua Joaquim Floriano, 960, 7ª andar Sao Paulo SP	08 - Valor Total R$ 46,56
03 - CNPJ Base / CPF 13.902.086	04 - Telefone (11)5052-0571
05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **230590076136391**
06 - Observações Comarca/Foro: Barueri, Cód. Foro: 68, Natureza da Ação: Procedimento Comum, Autor: CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO e OUTRA, Réu: JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e OUT	Emissão: 23/05/2023

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Q6ZQoaVI.

Comprovante de pagamento - SEFAZ-SP/DARE - SEFAZ/SP - Via contribuinte

agente arrecadador: **CNC:341 Banco Itaú S/A**

número de controle do DARE: **230590076136391**

valor: **R$ 46,56**

código de barras: **85830000000-9 46560185112-9 30590076136-9 39120230523-9**

identificação no extrato: **SISPAG TRIBUTOS**

identificação do comprovante: **TAXA MANDATO SUMMIT**

autenticação:**34123052310000147733127**

comprovante de pagamento emitido de acordo com a Portaria CAT 126, de 16/09/2011, e autorizado pelo Processo 13840-1112955-2016

Dados da conta debitada

agência e conta: **8723** / **0000805-1**

nome: **PAULO FRANCO S ADVOGADOS**

CNPJ: **13.902.086/0001-90**

operação efetuada em 23/05/2023 às 17:59:02h via Sispag na internet.

autenticação digital Itaú:

3972B5C267330AAC8447959E840FD2347353BDC4

Em caso de dúvidas, de posse do comprovante, contate seu gerente ou a Central no 40901685 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7701685(demais localidades). Reclamações, informações e cancelamentos: SAC 0800 728 0728, 24 horas por dia ouFale Conosco: www.itau.com.br/empresasSe não ficar satisfeito com a solução, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Q6ZQoaVI.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230523145246O6

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
	Foro de Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Custas para a citação postal dos réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO	36,70
	Total 36,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868300000006	367051174006	112011390204	860001906067

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230523145246O6

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
	Foro de Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Custas para a citação postal dos réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO	36,70
	Total 36,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868300000006	367051174006	112011390204	860001906067

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230523145246O6

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
	Foro de Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Custas para a citação postal dos réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO	36,70
	Total 36,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868300000006	367051174006	112011390204	860001906067

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código qUavghot.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
23/05/2023 - AUTO-ATENDIMENTO - 18.00.42
5814905814

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CAMILA MENDONCA BANDEIRA
AGENCIA: 5814-9 CONTA: 348-4

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86830000000-6	36705117400-6
	11201139020-4	86000190606-7
Data do pagamento		23/05/2023
Valor Total		36,70

DOCUMENTO: 052301
AUTENTICACAO SISBB:
4.1F4.6C0.90E.881.3B5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 15:44 , sob o número 10096487420238260068.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código qUavghot.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada do incluso comprovante[1] de depósito judicial do valor relativo à garantia (caução) aludida na inicial (item 46), conforme determina o art. 83, do Código de Processo Civil.

Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 24 maio de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

[1] Doc. 1. Comprovante de depósito do valor da garantia.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 17:55 , sob o número WBRE23700989318
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código X234FrbL.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SAO PAULO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: CESAR MANUEL CARDOSO MATOS DE

Réu: ERIKA TAMIRES COSTA LOURENCO E

Barueri Foro De Barueri - Cartório Da 6ª Vara Judic

Processo: 10096487420238260068 - ID 081020000139788804

GUIA C/ NúM. CONTA JUDICIAL DISPONíVEL NO DIA SEGUINTE AO

PGTO EM WWW.BB.COM.BR>GOVERNO>JUDICIARIO>GUIA DEP.JUDICIAL

Texto de Responsabilidade do Depositante: caução _ art. 83,

cpc

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 11253.907171 6 93900008657280**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
PAULO FRANCO - SOCIEDADE DE AD CNPJ: 13.902.086/0001-90
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - PROCESSO: 10096487420238260068 - 51174001000193, Barueri Foro De Barueri - Cartório Da 6ª Vara Judic

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - 51174001000193

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850111253907	81020000139788804	23/06/2023	86.572,80	86.572,80

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 11253.907171 6 93900008657280**

Local de Pagamento
PAGAR PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS DE AUTOATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

Data de Vencimento
23/06/2023

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
BANCO DO BRASIL S.A. - SETOR PUBLICO RJ

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento
24/05/2023	81020000139788804	ND	N	24/05/2023

Nosso-Número
28365850111253907

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor
81020000139788804	17	R$		

(=) Valor do Documento
86.572,80

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081020000139788804 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção Setor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado
86.572,80

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
PAULO FRANCO - SOCIEDADE DE AD CNPJ: 13.902.086/0001-90
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - PROCESSO: 10096487420238260068 - 51174001000193, Barueri Foro De Barueri - Cartório Da 6ª Vara Judic

Código de Baixa

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - 51174001000193

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 17:55 , sob o número WBRE23700989318
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DQsyr8af.

Comprovante de pagamento de boleto

Dados da conta debitada / Pagador Final

Agência/conta: **8723/00805-1** CPF/CNPJ: **13.902.086/0001-90** Empresa: **PAULO FRANCO S ADVOGADOS**

Dados do pagamento

Identificação no meu comprovante: **DEP CAUCAO SUMMIT**

BANCO DO BRASIL **00190 00009 02836 585014 11253 907171 6 93900008657280**

Beneficiário: **SISTEMA DJO DEPOSITO JUDICIA** Razão Social: **SISTEMA DJO DEPOSITO JUDIC**	CPF/CNPJ do beneficiário: **000.004.906-95**	Data de vencimento: **23/06/2023**
		Valor do boleto (R$); **86.572,80**
		(-) Desconto (R$): **0,00**
		(+)Mora/Multa (R$): **0,00**
Pagador: **PAULO FRANCO SOCIEDADE DE AD**	CPF/CNPJ do pagador: **13.902.086/0001-90**	(=) Valor do pagamento (R$): **86.572,80**
Beneficiário Final: **TRIBUNAL DE JUSTICA SP**	CPF/CNPJ do beneficiário final: **51.174.001/0001-93**	(=) Data de pagamento: **24/05/2023**
Autenticação mecânica 7218C704166CDAEB94EDBE4C7AA436183BE43111		Pagamento realizado em espécie: Não

Operação efetuada em 24/05/2023 às 17:32:47 via Sispag, CTRL 777464237000012.

Em caso de dúvidas, de posse do comprovante, contate seu gerente ou a Central no 40901685 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7701685(demais localidades). Reclamações, informações e cancelamentos: SAC 0800 728 0728, 24 horas por dia ouFale Conosco: www.itau.com.br/empresasSe não ficar satisfeito com a solução, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/05/2023 às 17:55 , sob o número WBRE23700989318
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DQsyr8af.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
RUA DESEMBARGADOR CELSO LUIZ LIMONGI, 84, ., VILA PORTO BARUERI - CEP 06414-140, FONE: (11) 4635-5220, BARUERI-SP - E-MAIL: BARUERI6CV@TJSP.JUS.BR

CERTIDÃO

Processo n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que a guia DARE de recolhimento das custas iniciais foi devidamente vinculada a este processo e inutilizada. Nada Mais. Barueri, 25 de maio de 2023. Eu, DEBORAH COSTA E SILVA, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORAH COSTA E SILVA, liberado nos autos em 25/05/2023 às 11:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código h1S8F63O.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido: **Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

1. **Em sede de tutela de urgência**, pretende-se que seja determinado, em ofício a ser dirigido ao *Facebook*, a imediata remoção dos conteúdos indicados na petição inicial, bem como a proibição de publicação de novos conteúdos e envio de *e-mails* com ameaças e coações, sob pena de multa diária.
2. Pois bem, o Constituinte de 1988 preocupado com a defesa da honra e da imagem, seja da pessoa física ou jurídica, inseriu a garantia no rol dos direitos fundamentais (artigo 5.º, inciso X, da CF), erigindo a livre manifestação de pensamento à categoria de direito fundamental (artigo 5.º, incisos IV e IX, da CF).
3. No caso vertente, constata-se o conflito entre os dois princípios constitucionais, quais sejam, o direito à honra e à imagem do autor e a liberdade de expressão de pensamento, de modo que se impõe o equilíbrio entre ambos, o que deve se dar a partir da aplicação do princípio da proporcionalidade, já que inexiste antinomia entre princípios constitucionais.
4. Apreciando o caso em concreto sob a ótica do aludido princípio, pondero que os comentários postados em rede social excederam aos limites do exercício do direito de liberdade de expressão, pois não configuraram mera opinião acerca do requerente, mas sim ofensa à honra e imagem.
5. Ora, a livre manifestação do pensamento não é um direito absoluto e,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 26/05/2023 às 14:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ElxUubCm.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

diante do direito à honra e à imagem, sofrerá limitações que devem atender às peculiaridades de cada caso submetido à apreciação do Poder Judiciário.

6. Destarte, reputo satisfeitos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, previstos no artigo 300, "caput", do Código de Processo Civil, de modo que, para harmonizar os princípios constitucionais em conflito, **DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA APENAS para que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social *Facebook* os conteúdos indicados pelo autor a fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$ 20.000,00.**
7. De qualquer forma, servirá a cópia desta decisão como ofício ao *Facebook*, para a mesma providência, a ser remetido pela parte interessada.
8. Citem-se e intimem-se para, querendo, apresentarem defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia.
9. Lembro que nos termos do artigo 434 do Código de Processo Civil, "Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações".
10. Diante do disposto no artigo 3°, parágrafo 3°, do Código de Processo Civil, pretendendo audiência para tentativa de conciliação, encaminhe-se os autos ao CEJUSC para agendamento.
11. Após a réplica, não havendo composição amigável, aloque-se para a fila de sentenças, pois não há necessidade de prova técnica, nem oral.

Intimem-se.

Barueri, 26 de maio de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 26/05/2023 às 14:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ElxUubCm.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0432/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Em sede de tutela de urgência, pretende-se que seja determinado, em ofício a ser dirigido ao Facebook, a imediata remoção dos conteúdos indicados na petição inicial, bem como a proibição de publicação de novos conteúdos e envio de e-mails com ameaças e coações, sob pena de multa diária. Pois bem, o Constituinte de 1988 preocupado com a defesa da honra e da imagem, seja da pessoa física ou jurídica, inseriu a garantia no rol dos direitos fundamentais (artigo 5.º, inciso X, da CF), erigindo a livre manifestação de pensamento à categoria de direito fundamental (artigo 5.º, incisos IV e IX, da CF). No caso vertente, constata-se o conflito entre os dois princípios constitucionais, quais sejam, o direito à honra e à imagem do autor e a liberdade de expressão de pensamento, de modo que se impõe o equilíbrio entre ambos, o que deve se dar a partir da aplicação do princípio da proporcionalidade, já que inexiste antinomia entre princípios constitucionais. Apreciando o caso em concreto sob a ótica do aludido princípio, pondero que os comentários postados em rede social excederam aos limites do exercício do direito de liberdade de expressão, pois não configuraram mera opinião acerca do requerente, mas sim ofensa à honra e imagem. Ora, a livre manifestação do pensamento não é um direito absoluto e, diante do direito à honra e à imagem, sofrerá limitações que devem atender às peculiaridades de cada caso submetido à apreciação do Poder Judiciário. Destarte, reputo satisfeitos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, previstos no artigo 300, "caput", do Código de Processo Civil, de modo que, para harmonizar os princípios constitucionais em conflito, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA APENAS para que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor a fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$ 20.000,00. De qualquer forma, servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte interessada. Citem-se e intimem-se para, querendo, apresentarem defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia. Lembro que nos termos do artigo 434 do Código de Processo Civil, "Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações". Diante do disposto no artigo 3°, parágrafo 3°, do Código de Processo Civil, pretendendo audiência para tentativa de conciliação, encaminhe-se os autos ao CEJUSC para agendamento. Após a réplica, não havendo composição amigável, aloque-se para a fila de sentenças, pois não há necessidade de prova técnica, nem oral."

Barueri, 29 de maio de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 29/05/2023 às 00:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código dM8PMByP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido: **Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Fica o autor intimado a recolher as custas postais, no valor de R$ 29,70 para expedição da carta de citação e intimação da segunda ré, em favor do Fundo Especial de Despesa do Tribunal - FEDT. Código 120-1, no prazo legal."
Nada Mais. Barueri, 29 de maio de 2023. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 29/05/2023 às 13:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código TRNDPaGH.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0436/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fica o autor intimado a recolher as custas postais, no valor de R$ 29,70 para expedição da carta de citação e intimação da segunda ré, em favor do Fundo Especial de Despesa do Tribunal - FEDT. Código 120-1, no prazo legal.""

Barueri, 29 de maio de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 29/05/2023 às 13:39 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Fm29aVq4.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., nos termos da decisão das fls. 107 – 108, itens 6 e 7[1], comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. De início, compete a CÉSAR informar que já providenciou o encaminhamento da determinação das fls. 107 - 108 ao *Facebook*, como confirma o incluso comprovante com a chancela do protocolo (*cfr.* Doc. 1)[2].

2. Apesar da expressa determinação de exclusão das publicações apontadas na inicial, face aos conteúdos ofensivos, JOSÉ LOURENÇO, em meio a concessão da tutela de urgência e o encaminhamento da referida decisão, postou um novo outro vídeo atribuindo a CÉSAR a prática de posturas ofensivas, difamatórias e, sobretudo, inverídicas, tal como destacado a seguir:

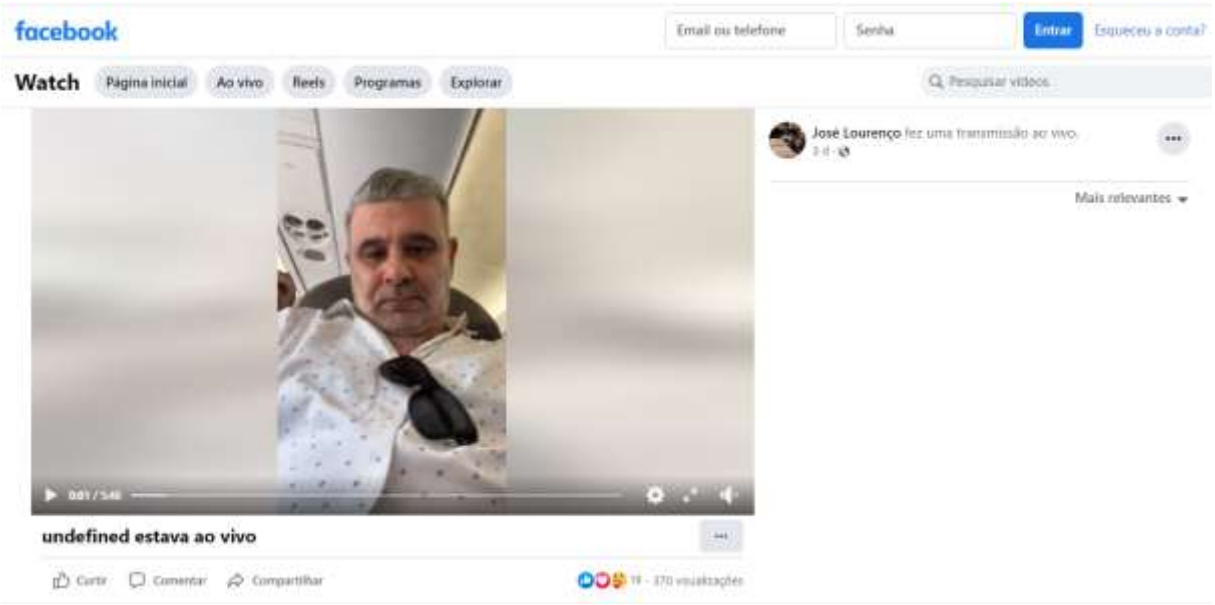
[1] 6. Destarte, reputo satisfeitos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, previstos no artigo 300, "caput", do Código de Processo Civil, de modo que, para harmonizar os princípios constitucionais em conflito, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA APENAS para que, no prazo de05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor a fls.23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$20.000,00.
7. De qualquer forma, servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte interessada.

[2] Doc. 1. Comprovante de protocolo.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 18:02 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código fJXOmM2l.

FRANCO ADVOGADOS



3. Da análise do vídeo em questão, cujo *link*[3] ora se disponibiliza abaixo, denota-se que, a exemplo das postagens relacionadas na inicial, seu conteúdo também possui natureza manifestamente ofensiva, acarretando, outrossim, inúmeros prejuízos a honra e a imagem de CÉSAR.

4. Mais uma vez JOSÉ LOURENÇO ultrapassou o limite do bom senso e do exercício do direito de liberdade de expressão, como bem ponderou este MM. Juízo às fls. 107 – 108, referindo-se as postagens relacionadas na inicial.

5. Da mesma forma, portanto, salutar que tal vídeo seja imediatamente removido da plataforma do *Facebook*, a fim de que cessem, em definitivo, os prejuízos à CESAR.

6. Assim, diante da ocorrência de fato superveniente, representado pela publicação do referido vídeo no *Facebook*, imperioso que, em complemento a ordem anterior, seja determinada a (i) sua imediata remoção da plataforma *Facebook*, ampliando-se o objeto da decisão das fls. 104 – 105, inclusive com a (ii) proibição da realização de novas postagens e/ou publicações, sob pena de incidência da multa diária já fixada por este MM. Juízo.

[3] https://www.facebook.com/100043817985557/videos/960925835240138/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 18:02 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código fJXOmM2l.

FRANCO ADVOGADOS

7. Por fim, informa CESAR que já realizou o recolhimento da as custas postais, no valor de R$ 29,70 (vinte e nove reais e setenta centavos), em atendimento ao ato ordinatório da fl. 110, conforme atesta o incluso comprovante de pagamento (*cfr.* Doc. 2)[4]

8. Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 29 de maio de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

[4] Doc. 2. Comprovante de recolhimento das custas postais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 18:02 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código fJXOmM2l.

PROTOCOLO fls. 107
fls. 115

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido: **Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

1. **Em sede de tutela de urgência**, pretende-se que seja determinado, em ofício a ser dirigido ao *Facebook*, a imediata remoção dos conteúdos indicados na petição inicial, bem como a proibição de publicação de novos conteúdos e envio de *e-mails* com ameaças e coações, sob pena de multa diária.
2. Pois bem, o Constituinte de 1988 preocupado com a defesa da honra e da imagem, seja da pessoa física ou jurídica, inseriu a garantia no rol dos direitos fundamentais (artigo 5.º, inciso X, da CF), erigindo a livre manifestação de pensamento à categoria de direito fundamental (artigo 5.º, incisos IV e IX, da CF).
3. No caso vertente, constata-se o conflito entre os dois princípios constitucionais, quais sejam, o direito à honra e à imagem do autor e a liberdade de expressão de pensamento, de modo que se impõe o equilíbrio entre ambos, o que deve se dar a partir da aplicação do princípio da proporcionalidade, já que inexiste antinomia entre princípios constitucionais.
4. Apreciando o caso em concreto sob a ótica do aludido princípio, pondero que os comentários postados em rede social excederam aos limites do exercício do direito de liberdade de expressão, pois não configuraram mera opinião acerca do requerente, mas sim ofensa à honra e imagem.
5. Ora, a livre manifestação do pensamento não é um direito absoluto e,

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
13.347.016/0001-17
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar, Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04538-132
RECEBIDO
29/05/23
10:30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 18:02 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código rWgcswww.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

diante do direito à honra e à imagem, sofrerá limitações que devem atender às peculiaridades de cada caso submetido à apreciação do Poder Judiciário.

6. Destarte, reputo satisfeitos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, previstos no artigo 300, "caput", do Código de Processo Civil, de modo que, para harmonizar os princípios constitucionais em conflito, **DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA APENAS para que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social *Facebook* os conteúdos indicados pelo autor a fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$ 20.000,00.**
7. De qualquer forma, servirá a cópia desta decisão como ofício ao *Facebook*, para a mesma providência, a ser remetido pela parte interessada.
8. Citem-se e intimem-se para, querendo, apresentarem defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia.
9. Lembro que nos termos do artigo 434 do Código de Processo Civil, "Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações".
10. Diante do disposto no artigo 3°, parágrafo 3°, do Código de Processo Civil, pretendendo audiência para tentativa de conciliação, encaminhe-se os autos ao CEJUSC para agendamento.
11. Após a réplica, não havendo composição amigável, aloque-se para a fila de sentenças, pois não há necessidade de prova técnica, nem oral.

Intimem-se.

Barueri, 26 de maio de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 18:02 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código rWgcswww.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230529160707O1

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Custas para a citação postal da segunda ré;	29,70
	Total 29,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868600000001	297051174001	112011390204	860001907012



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230529160707O1

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Custas para a citação postal da segunda ré;	29,70
	Total 29,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868600000001	297051174001	112011390204	860001907012



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230529160707O1

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO			13.902.086/0001-90

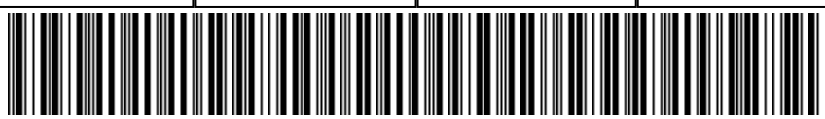
Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Custas para a citação postal da segunda ré;	29,70
	Total 29,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Dez/2021 - SISBB 21340 - cdr
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868600000001	297051174001	112011390204	860001907012



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 18:02 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Crdjk4Al.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
29/05/2023 - AUTO-ATENDIMENTO - 17.39.46
5814905814

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CAMILA MENDONCA BANDEIRA
AGENCIA: 5814-9 CONTA: 348-4

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86860000000-1	29705117400-1
	11201139020-4	86000190701-2
Data do pagamento		29/05/2023
Valor Total		29,70

DOCUMENTO: 052903
AUTENTICACAO SISBB:
2.B89.01F.2DF.289.93B

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 18:02 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Crdjk4AI.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0432/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 30/05/2023. Considera-se a data de publicação em 31/05/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Em sede de tutela de urgência, pretende-se que seja determinado, em ofício a ser dirigido ao Facebook, a imediata remoção dos conteúdos indicados na petição inicial, bem como a proibição de publicação de novos conteúdos e envio de e-mails com ameaças e coações, sob pena de multa diária. Pois bem, o Constituinte de 1988 preocupado com a defesa da honra e da imagem, seja da pessoa física ou jurídica, inseriu a garantia no rol dos direitos fundamentais (artigo 5.º, inciso X, da CF), erigindo a livre manifestação de pensamento à categoria de direito fundamental (artigo 5.º, incisos IV e IX, da CF). No caso vertente, constata-se o conflito entre os dois princípios constitucionais, quais sejam, o direito à honra e à imagem do autor e a liberdade de expressão de pensamento, de modo que se impõe o equilíbrio entre ambos, o que deve se dar a partir da aplicação do princípio da proporcionalidade, já que inexiste antinomia entre princípios constitucionais. Apreciando o caso em concreto sob a ótica do aludido princípio, pondero que os comentários postados em rede social excederam aos limites do exercício do direito de liberdade de expressão, pois não configuraram mera opinião acerca do requerente, mas sim ofensa à honra e imagem. Ora, a livre manifestação do pensamento não é um direito absoluto e, diante do direito à honra e à imagem, sofrerá limitações que devem atender às peculiaridades de cada caso submetido à apreciação do Poder Judiciário. Destarte, reputo satisfeitos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, previstos no artigo 300, "caput", do Código de Processo Civil, de modo que, para harmonizar os princípios constitucionais em conflito, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA APENAS para que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor a fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$ 20.000,00. De qualquer forma, servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte interessada. Citem-se e intimem-se para, querendo, apresentarem defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de revelia. Lembro que nos termos do artigo 434 do Código de Processo Civil, "Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações". Diante do disposto no artigo 3°, parágrafo 3°, do Código de Processo Civil, pretendendo audiência para tentativa de conciliação, encaminhe-se os autos ao CEJUSC para agendamento. Após a réplica, não havendo composição amigável, aloque-se para a fila de sentenças, pois não há necessidade de prova técnica, nem oral."

Barueri, 30 de maio de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/05/2023 às 02:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código vxSCFI39.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0436/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 30/05/2023. Considera-se a data de publicação em 31/05/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Fica o autor intimado a recolher as custas postais, no valor de R$ 29,70 para expedição da carta de citação e intimação da segunda ré, em favor do Fundo Especial de Despesa do Tribunal - FEDT. Código 120-1, no prazo legal.""

Barueri, 30 de maio de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/05/2023 às 03:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nkDGOdbq.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO – TUTELA ANTECEDENTE – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Destinatário:
José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço
Alameda Madeira, 292, Ap. 406, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/alphaville.
Barueri-SP
CEP 06454-010

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial, bem como **INTIMADO(A)** da TUTELA , conforme r.decisão disponibilizada na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Não sendo contestado o pedido, **no prazo de 15 dias úteis**, os fatos alegados pelo autor presumir-se-ão aceitos pelo réu como ocorridos (Artigo 307 do CPC), ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 29 de maio de 2023. Roseli da Silva - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 30/05/2023 às 15:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 76UEC8NI.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

Fls.112/114: Estendo os efeitos da tutela de urgência, deferida às fls. 107/108, para que no prazo de 05 dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social *Facebook* os conteúdos indicados pelo autor, bem como para que se abstenha de novas postagens e/ou publicações de cunho ofensivo, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DA MULTA JÁ APLICADA, QUE PODERÁ ATÉ SER MAJORADA.

.

Servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte Interessada, justamente com prova das postagens ofensivas.

Intimem-se.

Barueri, 31 de maio de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 31/05/2023 às 17:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código aylAuxKa.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0447/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Fls.112/114: Estendo os efeitos da tutela de urgência, deferida às fls. 107/108, para que no prazo de 05 dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor, bem como para que se abstenha de novas postagens e/ou publicações de cunho ofensivo, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DA MULTA JÁ APLICADA, QUE PODERÁ ATÉ SER MAJORADA. . Servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte Interessada, justamente com prova das postagens ofensivas. Intimem-se."

Barueri, 1 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/06/2023 às 00:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ELLm3eTe.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento a decisão da fl. 112, comunicar o envio da determinação ao *Facebook*, como confirma o incluso comprovante com a chancela do protocolo (*cfr.* Doc. 1)[1]

Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 1º de jinho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

[1] Doc. 1. Protocolo do ofício junto ao *Facebook.*

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/06/2023 às 16:02 , sob o número WBRE23701056960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 0RJH3XJL.

PROTOCOLO fls. 122
fls. 125

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

Fls.112/114: Estendo os efeitos da tutela de urgência, deferida às fls. 107/108, para que no prazo de 05 dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social *Facebook* os conteúdos indicados pelo autor, bem como para que se abstenha de novas postagens e/ou publicações de cunho ofensivo, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DA MULTA JÁ APLICADA, QUE PODERÁ ATÉ SER MAJORADA.

.

Servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte Interessada, justamente com prova das postagens ofensivas.

Intimem-se.

Barueri, 31 de maio de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
13.347.016/0001-17
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar,
Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04538-132
RECEBIDO
01/06/2023
11:30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/06/2023 às 16:02 , sob o número WBRE23701056960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LjnMXJb1.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 31/05/2023 às 17:47 .

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., nos termos da decisão das fls. 107 – 108, itens 6 e 7[1], comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. De início, compete a CÉSAR informar que já providenciou o encaminhamento da determinação das fls. 107 - 108 ao *Facebook*, como confirma o incluso comprovante com a chancela do protocolo (*cfr.* Doc. 1)[2].

2. Apesar da expressa determinação de exclusão das publicações apontadas na inicial, face aos conteúdos ofensivos, JOSÉ LOURENÇO, em meio a concessão da tutela de urgência e o encaminhamento da referida decisão, postou um novo outro vídeo atribuindo a CÉSAR a prática de posturas ofensivas, difamatórias e, sobretudo, inverídicas, tal como destacado a seguir:

---

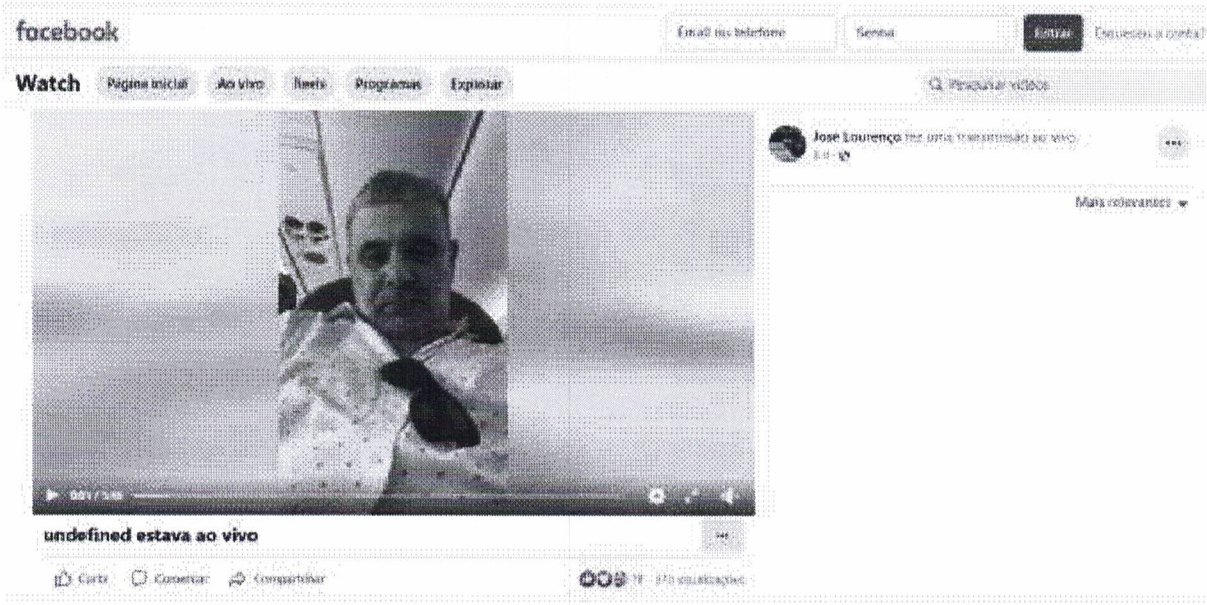
[1] 6. Destarte, reputo satisfeitos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, previstos no artigo 300, "caput", do Código de Processo Civil, de modo que, para harmonizar os princípios constitucionais em conflito, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA APENAS para que, no prazo de05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor a fls.23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$20.000,00.
7. De qualquer forma, servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte interessada.

[2] Doc. 1. Comprovante de protocolo.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/06/2023 às 16:02 , sob o número WBRE23701056960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferencia.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 19MX001.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 19:41 , sob o número WBRE23701022780

FRANCO ADVOGADOS



3. Da análise do vídeo em questão, cujo *link*[3] ora se disponibiliza abaixo, denota-se que, a exemplo das postagens relacionadas na inicial, seu conteúdo também possui natureza manifestamente ofensiva, acarretando, outrossim, inúmeros prejuízos a honra e a imagem de CÉSAR.

4. Mais uma vez JOSÉ LOURENÇO ultrapassou o limite do bom senso e do exercício do direito de liberdade de expressão, como bem ponderou este MM. Juízo às fls. 107 – 108, referindo-se as postagens relacionadas na inicial.

5. Da mesma forma, portanto, salutar que tal vídeo seja imediatamente removido da plataforma do *Facebook*, a fim de que cessem, em definitivo, os prejuízos à CESAR.

6. Assim, diante da ocorrência de fato superveniente, representado pela publicação do referido vídeo no *Facebook*, imperioso que, em complemento a ordem anterior, seja determinada a (i) sua imediata remoção da plataforma *Facebook*, ampliando-se o objeto da decisão das fls. 104 – 105, inclusive com a (ii) proibição da realização de novas postagens e/ou publicações, sob pena de incidência da multa diária já fixada por este MM. Juízo.

---

[3] https://www.facebook.com/100043817985557/videos/960925835240138/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/06/2023 às 16:02 , sob o número WBRE23701056960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferencia.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 19000102780
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, art. 10, § 1º.

FRANCO ADVOGADOS

7. Por fim, informa CESAR que já realizou o recolhimento da as custas postais, no valor de R$ 29,70 (vinte e nove reais e setenta centavos), em atendimento ao ato ordinatório da fl. 110, conforme atesta o incluso comprovante de pagamento (*cfr.* Doc. 2)[4]

8. Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 29 de maio de 2023.

PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

[4] Doc. 2. Comprovante de recolhimento das custas postais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/06/2023 às 16:02 , sob o número WBRE23701056960
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcf.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 18402780
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2023 às 19:18 , sob o número WBRE23701022780
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcf.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 18402780

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0447/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 02/06/2023. Considera-se a data de publicação em 05/06/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls.112/114: Estendo os efeitos da tutela de urgência, deferida às fls. 107/108, para que no prazo de 05 dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor, bem como para que se abstenha de novas postagens e/ou publicações de cunho ofensivo, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DA MULTA JÁ APLICADA, QUE PODERÁ ATÉ SER MAJORADA. . Servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte Interessada, justamente com prova das postagens ofensivas. Intimem-se."

Barueri, 2 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/06/2023 às 06:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código FeVCffEt.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., diante da recalcitrância do *Facebook* em cumprir as determinações das fls. 107 – 108 e 122, comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. Às fls. 107 – 108 adveio a decisão determinando a remoção da rede social *Facebook* das publicações realizadas por JOSÉ LOURENÇO com ofensas a CÉSAR, mediante ofício a ser endereçado ao respectivo provedor (*Facebook).*

2. Ato contínuo, diante da postagem de um novo vídeo igualmente ofensivo, sobreveio nova decisão determinando a sua exclusão, inclusive com a possibilidade de majoração da multa arbitrada anteriormente, nos seguintes termos:

> Vistos. Fls.112/114: Estendo os efeitos da tutela de urgência, deferida às fls. 107/108, para que no prazo de 05 dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor, bem como para que se abstenha de novas postagens e/ou publicações de cunho ofensivo, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DA MULTA JÁ APLICADA, QUE PODERÁ ATÉ SER MAJORADA. . Servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte Interessada, justamente com prova das postagens ofensivas (grifo nosso)

3. Contudo, em que pese o encaminhamento dos ofícios com a expressa determinação nesse sentido (*cfr.* fls. 115 – 116 e 125 – 128)[1], o *Facebook*, mesmo ciente da ilicitude das postagens e dos vídeos, bem como da advertência contida

[1] Fls. fls. 115 – 116 e 125 – 128: protocolos dos ofícios junto ao *Facebook.*

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS

na decisão da fl. 112 (majoração da multa previamente estabelecida), quedou-se inerte e até o momento não atendeu as ordens judiciais.

4. Como consequência, os conteúdos apontados na inicial e no petitório das fls. 112 – 114 ainda permanecem hígidos em sua plataforma, conforme se denota do acesso aos *links* veiculados no Anexo I[2], onde se encontra a relação dos conteúdos publicados por JOSÉ LOURENÇO (inclusive a publicação objeto do presente pedido).

5. Com efeito, a recalcitrância do *Facebook* em não cumprir com as sobreditas decisões, em que se apontou os conteúdos a serem removidos, mesmo diante da possibilidade de incidência da multa, acarreta a sua responsabilização, na forma do art. 19, da Lei 12.965/2014.

> Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

6. Nesse sentido é o posicionamento do EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO ("TJSP"), reiterando-se o julgado já colacionado à inicial, entre outro, acerca da responsabilização do provedor (*Facebook*).

> APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE FAZER. RETIRADA DE POSTAGENS DISPONIBILIZADAS NA INTERNET. **Autor pretende que os réus sejam compelidos a retirar postagens ofensivas veiculadas na rede social Facebook, bem como indenização pelos danos morais que alega ter sofrido**. Sentença de procedência. Apelos de ambas as partes. Facebook que foi notificado extrajudicialmente para remoção das páginas com evidente utilização não autorizada do nome e imagem do autor com conteúdo nitidamente ofensivo e se manteve inerte. Responsabilidade solidária pelos danos morais causados ao autor. Marco Civil da Internet que deve ser interpretado de forma a equilibrar os direitos fundamentais e os princípios da priorização da solução amigável dos conflitos e da economia

[2] Anexo I: Relação das postagens objeto das determinações judiciais.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS

processual. Corréu Facebook que tinha elementos suficientes para atender a notificação extrajudicial e optou por agir de forma a contribuir para a ocorrência e a extensão do dano. Precedentes deste E. TJSP. Insurgência da autora em relação ao valor arbitrado em sentença. Danos morais fixados em R$ 8.000,00. Atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Alegação de que não houve nexo de causalidade ou defeito no serviço, que tenha dado causa aos fatos objeto da ação Descabimento. Autores que tentaram se valer dos meios de denúncia disponibilizados pela própria ré, sem qualquer resposta desta Inércia que concorreu para a manutenção dos fatos. Sentença mantida. Recursos não providos.

(TJSP; Apelação Cível 1004353-72.2021.8.26.0344; Relator (a): Lia Porto; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Marília - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/05/2023; Data de Registro: 04/05/2023) (grifo nosso)

RESPONSABILIDADE CIVIL. FACEBOOK. CRIAÇÃO DE PERFIL FALSO COM IMAGENS DA APELADA. Comunicação ao provedor acerca da ilicitude na página criada. Material ofensivo não retirado imediatamente. Utilização de ferramenta disponibilizada para "denunciar abuso". Exclusão da página somente após ordem judicial. Art. 19, caput da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Interpretação literal afastada. Dispensabilidade de decisão judicial para remoção do material ofensivo. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Dano moral verificado. Quantum indenizatório mantido, em atenção ao princípio da dupla finalidade da reparação. RECURSO NÃO PROVIDO.

(TJSP; Apelação Cível 1004141-56.2016.8.26.0302; Relator (a): Rosangela Telles; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jaú - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 25/07/2017; Data de Registro: 31/07/2017)

7. Ora, se a responsabilização do *Facebook* pela inércia da remoção de publicações de natureza ofensiva decorre da não observância de simples requerimento extrajudicial, a evidência do segundo julgado, naturalmente que também se aplica a desobediência de ordem judicial, como ocorre aqui.

8. A responsabilidade da *Facebook* não decorre do conteúdo postado por terceiro, mas de sua inércia em tomar as providências determinadas por este MM. Juízo, quando notificada, de modo que, ao permanecer inerte, deixou de impedir que os danos se prolongassem ainda mais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS

9. Ainda, sem embargo da aludida responsabilização, mediante a inclusão do *Facebook* no polo passivo da presente ação, necessário informar que JOSÉ LOURENÇO realizou uma nova postagem contendo ofensas a CÉSAR, como destacado a seguir:



10. Analisando a postagem cujo *link*[3] ora se disponibiliza abaixo, verifica-se claramente a sua natureza ofensiva, tendo JOSÉ LOURENÇO, a exemplo das outras vezes, ultrapassando os limites da liberdade de expressão.

11. Por isso, tal postagem também deve ser objeto de remoção da plataforma, mediante a expedição de novo ofício endereçado ao *Facebook*, inclusive com a aplicação e majoração da multa referida na decisão da fl. 122, a fim de que cessem, derradeiramente, os prejuízos imputados à CESAR.

---

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS

12. Enfim, diante da ocorrência de fatos supervenientes, quais sejam; (i) a recalcitrância do *Facebook* em atender as determinações das fls*.* 107 – 108 e 122*,* contribuindo, outrossim, para a majoração dos danos já ensejados a CÉSAR, e a (ii) publicação de uma nova postagem por JOSÉ LOURENÇO, imperioso que V. Exa., em complemento a decisão pretérita, novamente determine:

i) a imediata remoção da referida plataforma digital (*Facebook)*, ampliando-se o objeto da decisão das fls. 104 – 105 e 122, da nova postagem feita por José Lourenço, ora referida acima, com ordem de proibição da realização de novas postagens, publicações e vídeos, além da aplicação e majoração da multa diária já fixada por este MM. Juízo à fl. 122;

ii) a inclusão do *Facebook* no polo passivo da presente demanda, diante de sua responsabilização pela recalcitrância em cumprir as determinações das fls. 104 – 105 e 122, consoante os termos do art. 19, da Lei 12.965/2014;

iii) a expedição de ofício endereçado ao **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA**., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 13.347.016/0001-17, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, ANDAR 1 A 4 - 6 A 12 – 14 E 15, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, São Paulo – SP, para efeito de cumprimento das determinações referidas nas alíneas (i) e (ii).

Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 7 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I

1) Das postagens realizadas por JOSÉ LOURENÇO;



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02e6UyA58s8rSFiaDpEz64QfXsuHgpBTVpSc2HFPzxDXMw1qF6hkgd1oAJwHfXDxmGl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0HegS8j88L8PevGLgPBvM2zftwvpSBHwSQLmjmbGrpQhY2EdGmBwp5N8vL965QjZKl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/613207367411296/

2) Da postagem realizada por ERIKA;

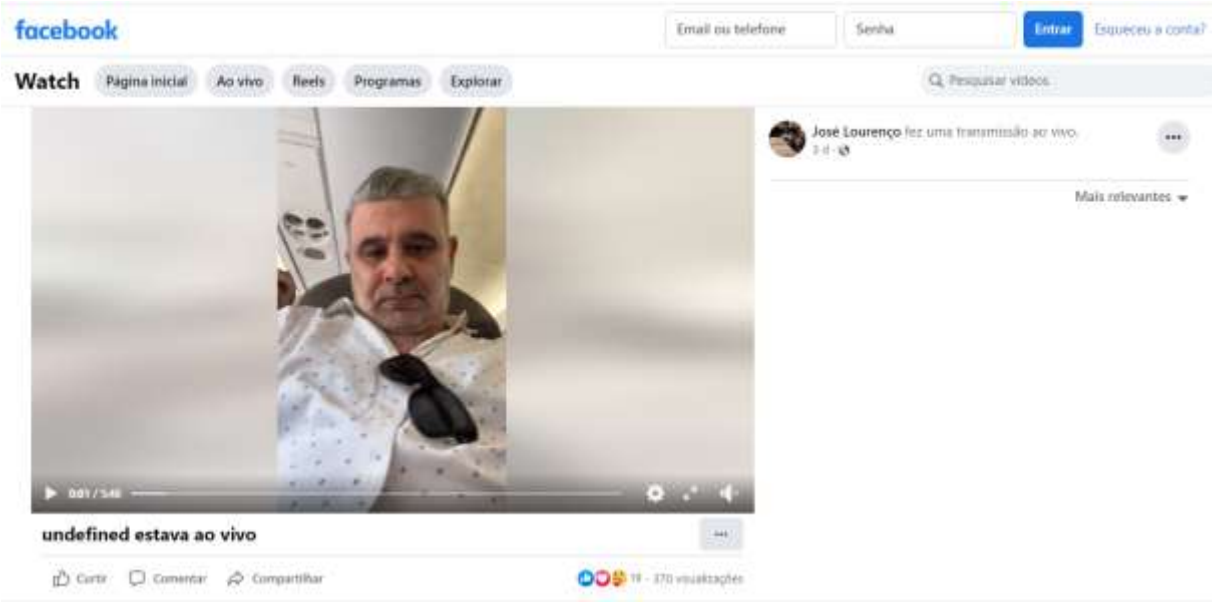


HTTPS://M.FACEBOOK.COM/STORY.PHP?STORY_FBID=PFBID037XTPRY7DD9D4WPVDADCS5OKX5JA1617TQQGTWCWUKW7UCYDSNNTVIORBKTRDHC4ZL&ID=100039174106847&MIBEXTID=NIF5OZ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS

3) Da posterior postagem realizada por JOSÉ LOURENÇO (objeto da decisão da fl. 122);



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/960925835240138/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

FRANCO ADVOGADOS

4) Da última postagem realizada por José Lourenço (objeto do presente pedido)



https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701104379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Asm8QhK7.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

02/06/2023
LOTE: 158093

AR
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Jose Horacio Moreira Goncalves Lourenco

Alameda Madeira, 292, Ap. 406, Alphaville Centro Industriale

Barueri, SP

06454-010

AR517156014JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[X] Outros ANA CAROLINA.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD ALPHAVILLE
05 JUN. 2023
BARUERI/SPM

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Jose Carlos 89196678

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

AO REMETENTE

DATA DE ENTREGA
05/06/23

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

R6

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, juntado nos autos em 08/06/2023 às 04:05.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código AiuDM0w9r.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., diante da publicação de um novo vídeo de caráter ofensivo por JOSÉ LOURENÇO, emedar o petitório das fls. 130 – 138, comunicando e requerendo o que a seguir se passa a expor:

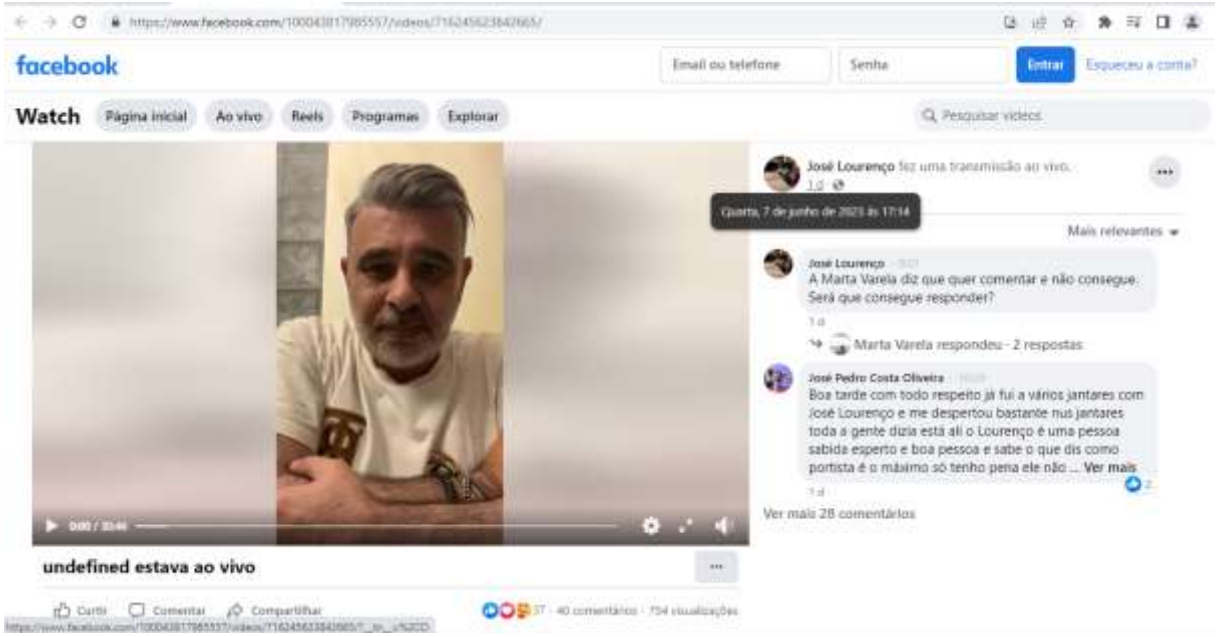
1. Às fls. 130 – 138 requereu-se a este MM. Juízo a adoção de novas providências em face da nova publicação realizada por JOSÉ LOURENÇO, bem como a responsabilização do *Facebook*, mediante sua inclusão no polo passivo desta demanda, diante de sua recalcitrância em cumprir com as determinações das fls. 107 – 108 e 122, apesar de devidamente notificado.

2. Neste interim, todavia, JOSÉ LOURENÇO, para a completa perplexidade de todos, continuou a publicar conteúdos no *Facebook*, em que desfere ataques infundados à CÉSAR, atribuindo-lhe condutas difamatórias, quiçá a prática de crimes, como se verifica de seu último vídeo, postado em 7 de junho de 2013, às 17:14.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS



3. Da análise do vídeo cujo *link*[1] ora se disponibiliza abaixo, verifica-se que, mais uma vez, JOSÉ LOURENÇO, a exemplo de tantas outras, extrapolou todos os limites da razoabilidade e do bom senso, na medida em que faz insinuações injuriosas e ameaças gravíssimas contra CÉSAR, falando inverdades e imputando-lhe a prática de crimes, em manifesta violação aos direitos da personalidade.

4. Assim é que, para além das medidas já requeridas às fls. 130 – 138 (exclusão da nova postagem veiculada por JOSÉ LOURENÇO e responsabilização do *Facebook*, mediante sua inclusão no feito), se faz necessário uma providência mais efetiva contra JOSÉ LOUREÇO, consistente na desativação temporária de sua conta no *Facebook*.

5. Tal providência tem como único objetivo impedir a realização de novos ataques injustificados à CÉSAR, evitando maiores prejuízos à sua imagem, afinal todas as demais medidas se mostraram estéreis.

6. Embora radical, conclui-se que a sobredita providência é a única forma para se obstar os ataques praticados por JOSÉ LOURENÇO à CÉSAR. Nesse sentido,

[1] https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

mister que se relativize a liberdade de expressão, suspendendo provisoriamente o perfil do "agressor" no *Facebook*, como forma de preservar integridade de terceiros, prevenindo-se a prática de novos ilícitos.

7. Todavia, caso não seja esse o entendimento de V. Exa., pugna-se, para além do deferimento das providências deduzidas às fls. 130 – 138 (exclusão da nova postagem veiculada por JOSÉ LOURENÇO e responsabilização do *Facebook*, mediante sua inclusão no feito), pela imediata remoção do vídeo referido acima, com a consequente aplicação e majoração da multa diária já fixada por este MM. Juízo à fl. 122.

8. Face ao exposto, requer a este MM. Juízo o recebimento da presente como emenda ao petitório das 130 - 138, sendo salutar que V. Exa., em conjunto com as demais providências (fls. 130 – 138), determine:

i) a imediata remoção da referida plataforma digital (*Facebook)*, ampliando-se o objeto da decisão das fls. 104 – 105 e 122, do novo vídeo publicado por José Lourenço, ora referido acima, juntamente com os conteúdos mencionados no petitório das fls. 130 – 138, com ordem de proibição da realização de novas postagens, publicações e vídeos, além da aplicação e majoração da multa diária já fixada por este MM. Juízo à fl. 122, suspendendo-se, ainda que provisoriamente, sua conta do *Facebook,* para efeito de alcance das determinações judiciais;

ii) a inclusão do *Facebook* no polo passivo da presente demanda, diante de sua responsabilização pela recalcitrância em cumprir as determinações das fls. 104 – 105 e 122, consoante os termos do art. 19, da Lei 12.965/2014, e do petitório das fls. 130 – 138;

iii) a expedição de ofício endereçado ao **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA**., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 13.347.016/0001-17, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, ANDAR 1 A 4 - 6 A 12 – 14 E 15, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, São Paulo – SP, para efeito de cumprimento das determinações referidas acima, também nos termos do petitório das fls. 130 – 138.

Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS

nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 9 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I - > **RELAÇÃO DE TODAS AS POSTAGENS REALIZADAS ATÉ O MOMENTO:**

1) Das postagens realizadas por JOSÉ LOURENÇO;



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02e6UyA58s8rSFiaDpEz64QfXsuHgpBTVpSc2HFPzxDXMw1qF6hkgd1oAJwHfXDxmGl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0HegS8j88L8PevGLgPBvM2zftwvpSBHwSQLmjmbGrpQhY2EdGmBwp5N8vL965QjZKl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/613207367411296/

2) Da postagem realizada por ERIKA;

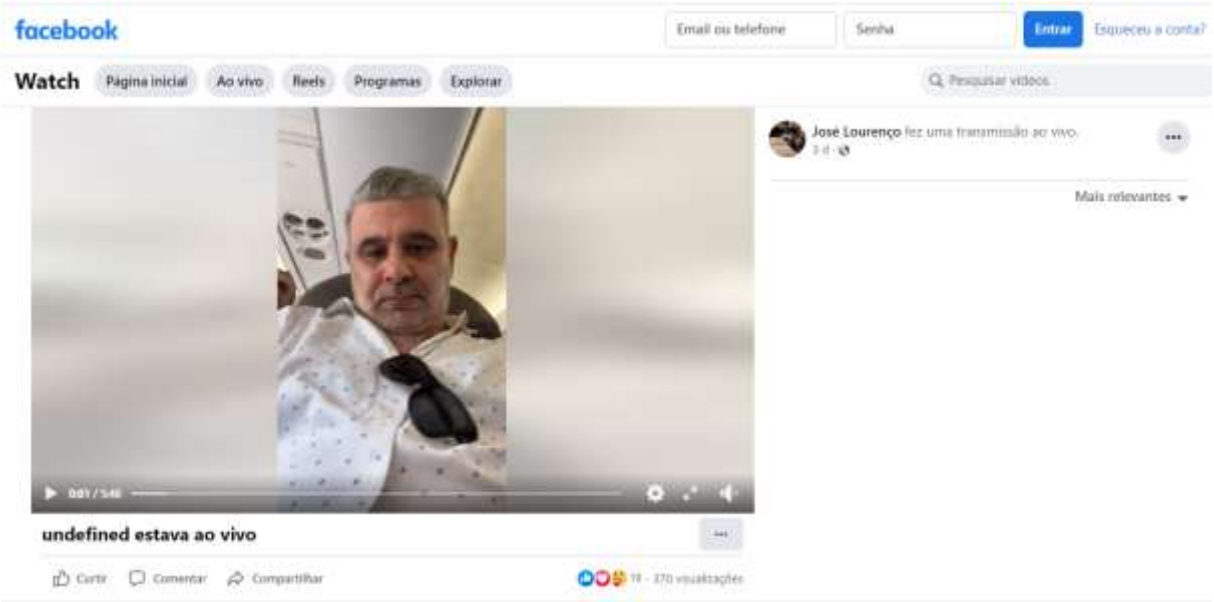


HTTPS://M.FACEBOOK.COM/STORY.PHP?STORY_FBID=PFBID037XTPRY7DD9D4WPVDADCS5OKX5JA1617TQQGTWCWUKW7UCYDSNNTVIORBKTRDHC4ZL&ID=100039174106847&MIBEXTID=NIF5OZ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS

3) Da posterior postagem realizada por JOSÉ LOURENÇO (objeto da decisão da fl. 122);



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/960925835240138/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS

4) Da postagem realizada por José Lourenço (petição das fls. 130 - 138)

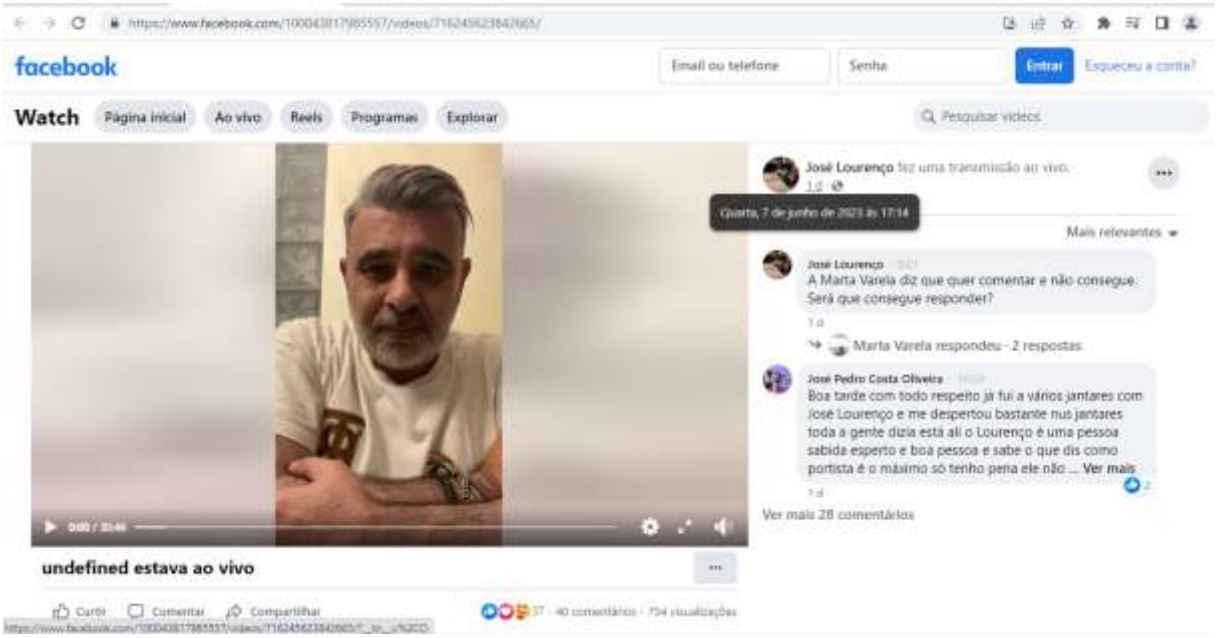


https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS

5) Do vídeo publicado por José Lourenço (objeto do presente petitório)



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/06/2023 às 15:33 , sob o número WBRE23701111286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2CbcjFHd.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., tendo em vista a publicação de um novo vídeo por JOSÉ LOURENÇO, comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. Não obstante as publicações indicadas anteriormente às fls. 130 - 138 e 140 - 148, ainda disponíveis na plataforma *Facebook*, a despeito das determinações das fls. 107 – 108 e 122, JOSÉ LOURENÇO, em 10 de junho de 2023, voltou a publica um novo vídeo contra CÉSAR, ora disponibilizado a seguir[1].



[1] https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS

2. Mais uma vez JOSÉ LOURENÇO extrapolou os limites da liberdade de expressão, ao atribuir ofensas e injúrias à CÉSAR, que, naturalmente, são desprovidas de qualquer veracidade.

3. Chama atenção o tom utilizado por JOSÉ LOURENÇO a cada nova postagem, tendo aumentado o nível das ameaças e das agressões desferidas contra CESAR, reflexo natural da recalcitrância do *Facebook* em cumprir com as ordens proferidas por este MM. Juízo.

4. Para além das medidas já requeridas às fls. 130 – 138 e 140 – 148, quais sejam; a (i) imediata exclusão de todas postagens[2] indicadas pelo autor, a (ii) responsabilização do *Facebook*, mediante sua inclusão no feito, (iii) aplicação e majoração da multa anteriormente estipulada por este MM. Juízo (iv) a suspensão da conta de JOSÉ LOURENÇO no *Facebook*, ainda que provisoriamente, também se faz necessário a remoção do sobredito vídeo da referida plataforma.

5. Assim, diante da elevação das ameaças desferidas por JOSÉ LOURENÇO contra CÉSAR, a cada nova postagem, requer a este MM. Juízo que determine ao *Facebook* a remoção dos conteúdos indicados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), sob pena de nova majoração da multa.

6. Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

[2] Anexo com o histórico das postagens veiculadas por José Lourenço no *Facebook* até o momento.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 13 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I - > RELAÇÃO DE TODAS AS POSTAGENS REALIZADAS ATÉ O MOMENTO:

1) Das postagens realizadas por JOSÉ LOURENÇO (inicial);



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02e6UyA58s8rSFiaDpEz64QfXsuHgpBTVpSc2HFPzxDXMw1qF6hkgd1oAJwHfXDxmGl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0HegS8j88L8PevGLgPBvM2zftwvpSBHwSQLmjmbGrpQhY2EdGmBwp5N8vL965QjZKl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/613207367411296/

2) Da postagem realizada por ERIKA (inicial);



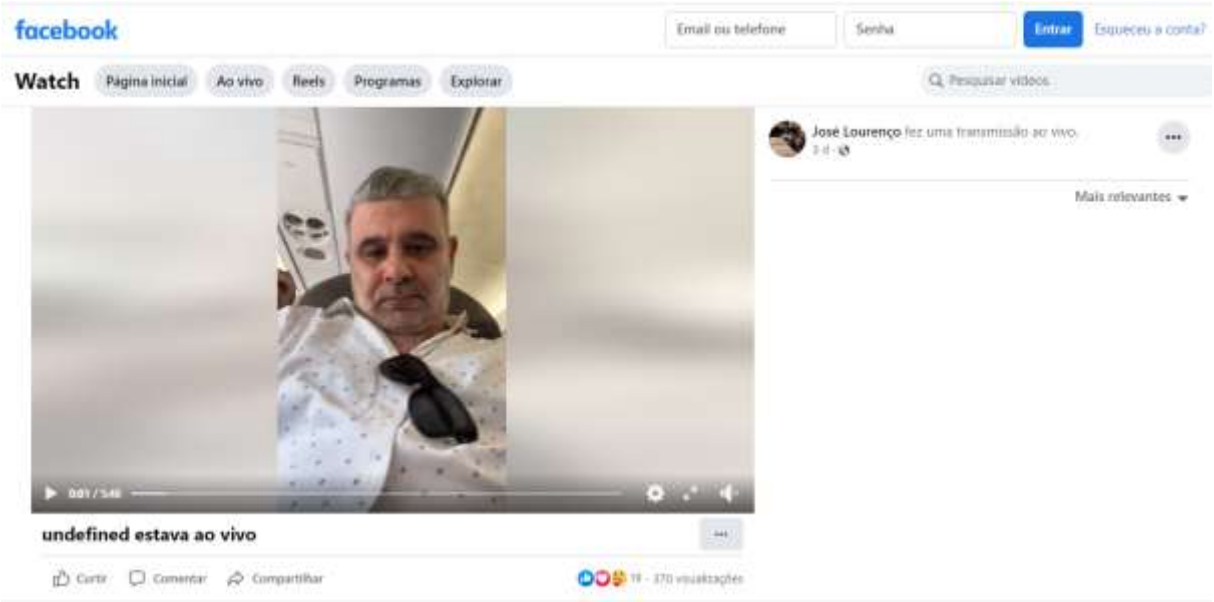
HTTPS://M.FACEBOOK.COM/STORY.PHP?STORY_FBID=PFBID037XTPRY7DD9D4WPVDADCS5OKX5JA1617TQQGTWCWUKW7UCYDSNNTVIORBKTRDHC4ZL&ID=100039174106847&MIBEXTID=NIF5OZ

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS

3) Da posterior postagem realizada por JOSÉ LOURENÇO (objeto da decisão da fl. 122);



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/960925835240138/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS

4) Da postagem realizada por José Lourenço (petição das fls. 130 - 138)

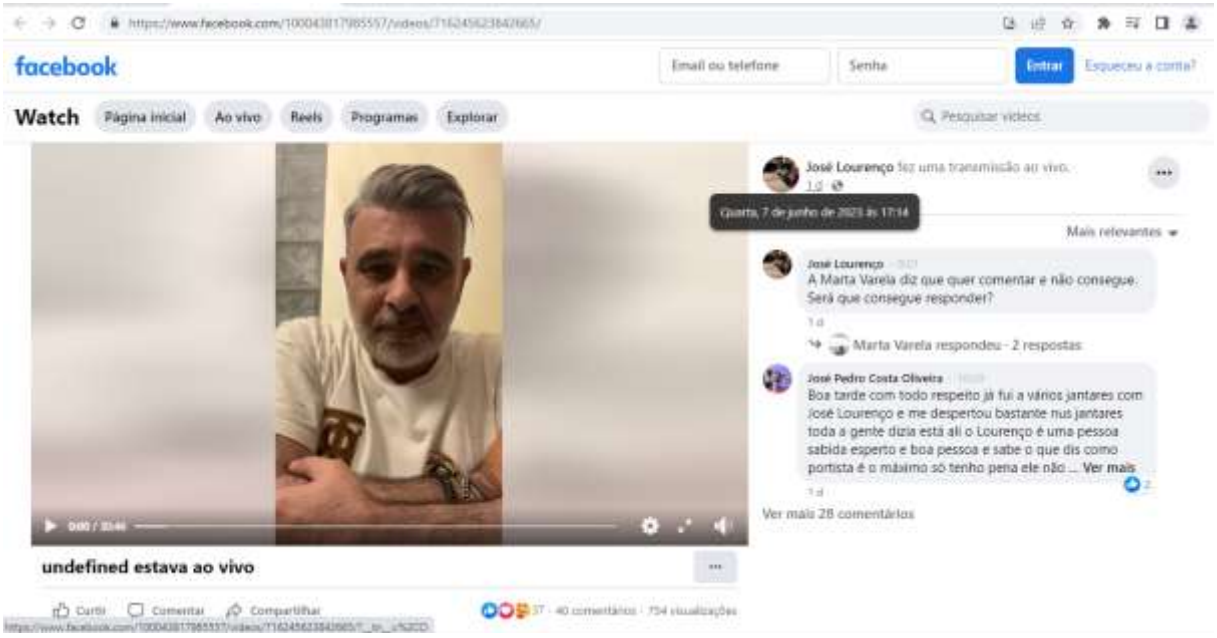


https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS

5) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 07.06.2023 (objeto da petição das fls. 140 - 148)



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/

6) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 10.06.2023 (objeto desta petição).



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 11:46 , sob o número WBRE23701125821
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 6Mrrw4r9.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. De início, mister informar, por apego a boa-fé processual, que o *Facebook* removeu as publicações indicadas na inicial (*cfr.* fls. 1 – 24) e nas fls. 112 – 114, cumprindo, enfim, as determinações das fls. 107 – 108 e 122.

2. Apesar do cumprimento dos sobreditos comandos judiciais, dispensando, outrossim, a inclusão do *Facebook* do polo passivo do presente feito, a despeito do que requerido anteriormente, remanescem ainda os conteúdos indicados nos petitórios das fls. 130 – 138 e 149 – 156, ora relacionadas no incluso Anexo[1].

3. Por apresentarem conteúdos de natureza ofensiva, naturalmente são passíveis de pronta remoção, mediante nova determinação endereçada ao *Facebook.*

4. Porém, sem embargo disso, mister registrar que JOSÉ LOURENÇO, em retaliação a remoção dos conteúdos ilícitos e a própria determinação deste MM.

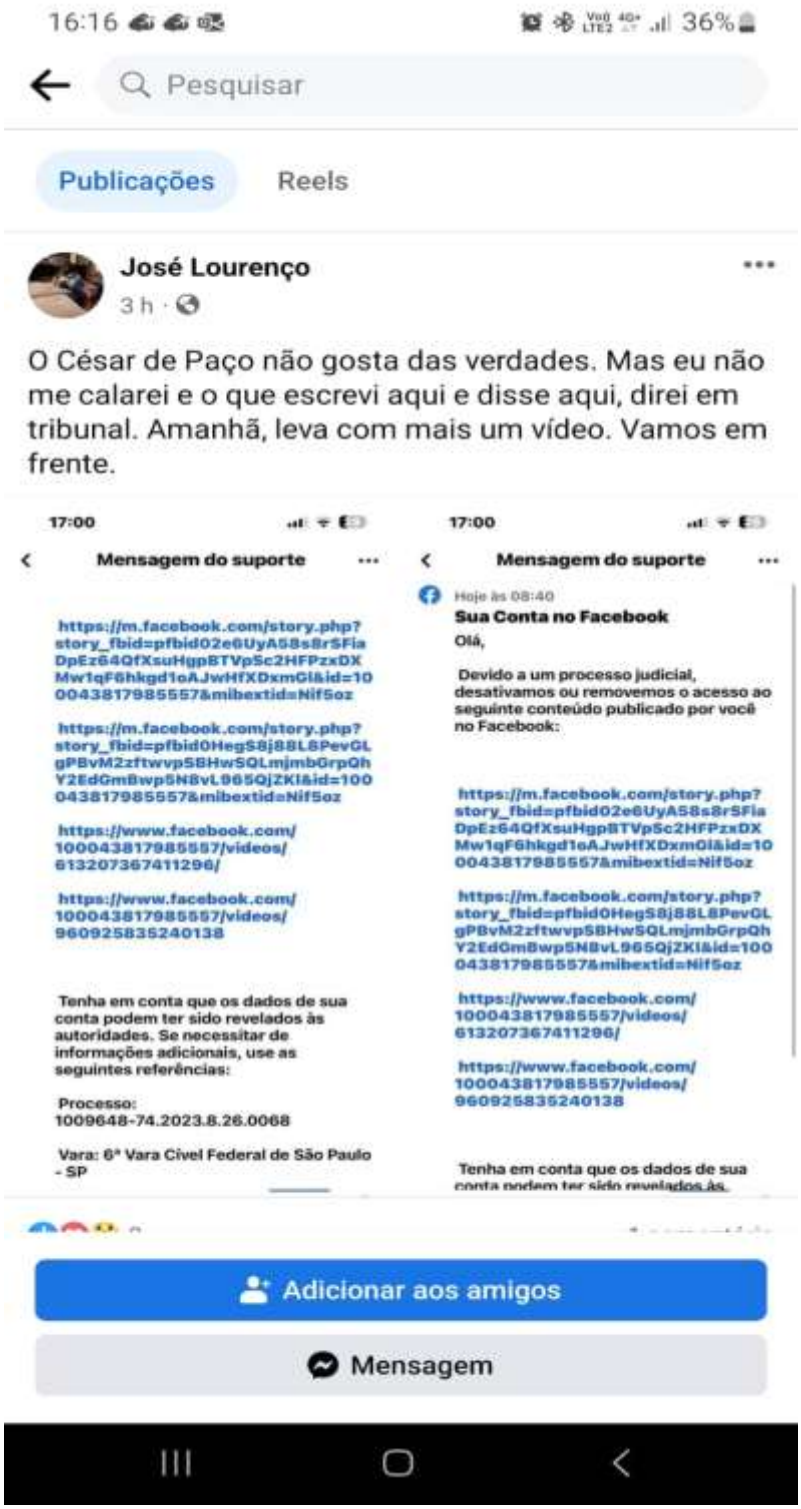
[1] **Anexo** com os *links* para acesso das publicações indicadas nas fls. 130 – 138 e 140 – 148, ainda presente na plataforma do Facebook.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701134073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 90xFEgqW.

FRANCO ADVOGADOS

Juízo, realizou uma nova postagem[2] com ofensas diretas à CÉSAR, como se destaca a seguir:

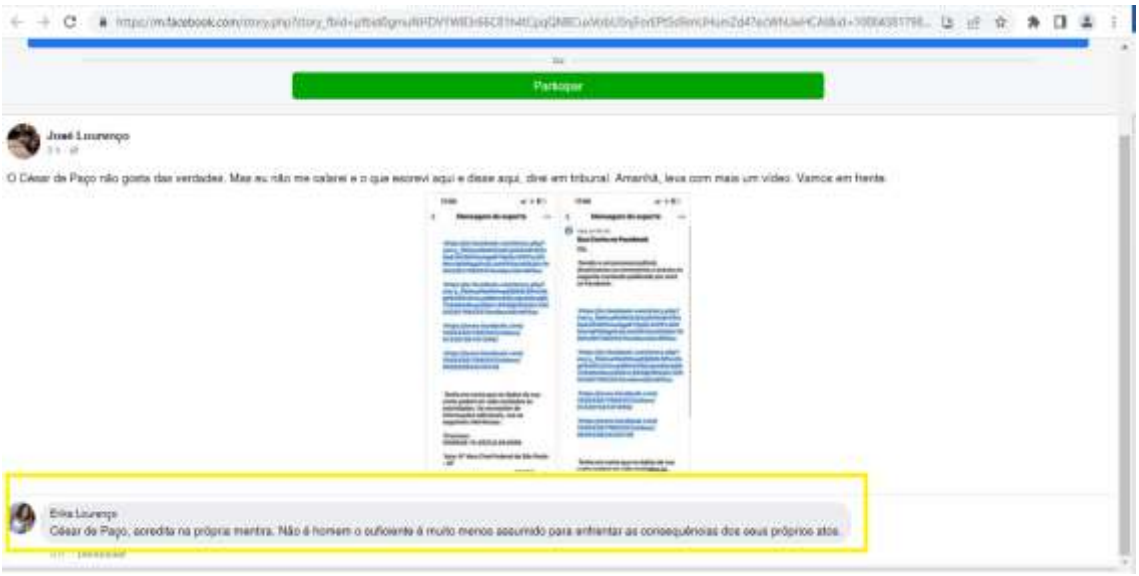


[2] https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0gmuNHDVYWB3r66C81h4tCpqQNBCuxVobU3njForEPt5s9imUHumZd47ecWhUwHCAl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701134073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 90xFEgqW.

FRANCO ADVOGADOS

5. A exemplo de tantas outras, JOSÉ LOURENÇO desvirtuou o instituto da liberdade de expressão, se utilizando dele para desferir comentários injuriosos contra CÉSAR, com o apoio e condescendência de sua esposa e corré, ERIKA LOUREÇO, como se verifica abaixo.



6. Como isso não fosse suficiente, JOSÉ LOURENÇO menosprezou o próprio Judiciário, ao dizer, de antemão, que irá realizar novas postagens, mesmo tendo total ciência desta demanda e, sobretudo, das determinações deste MM. Juízo.

7. Assim é que, **com exceção da responsabilização do *Facebook*, à evidência do cumprimento das determinações das fls. 107 – 108 e 122**, se faz necessário a adoção das medidas já requeridas às fls. 130 – 138, 140 – 148 e 149 – 156 (excetuando-se a responsabilização do *Facebook*), quais sejam; a (i) imediata exclusão das postagens listadas no Anexo, incluindo aquela objeto do presente pedido, a (ii) aplicação e majoração da multa anteriormente estipulada por este MM. Juízo e a (iii) suspensão da conta de JOSÉ LOURENÇO no *Facebook*, ainda que provisoriamente, de modo a cessar as ilicitudes cometidas contra CÉSAR.

8. Ademais, diante da elevação das ameaças desferidas por JOSÉ LOURENÇO contra CÉSAR, a cada nova postagem, renova-se o pedido formulado às fls. 149 – 156, consistente na expedição de um novo ofício ao *Facebook* para *a* remoção dos conteúdos indicados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701134073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 90xFEgqW.

FRANCO ADVOGADOS

9. Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 13 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

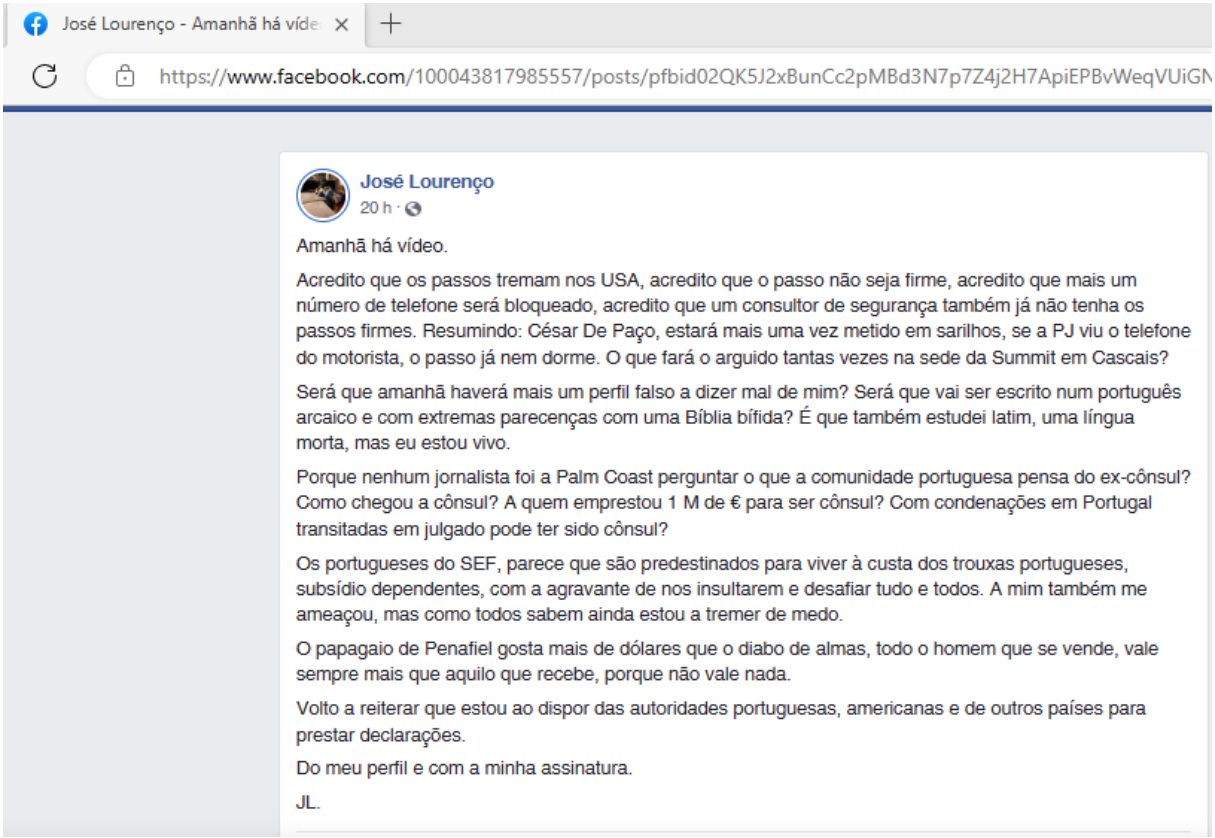
+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701134073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 90xFEgqW.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I - > RELAÇÃO DAS POSTAGENS AINDA PRESENTES NA PLATAFORMA *FACEBOOK*

1) Da postagem realizada por José Lourenço (petição das fls. 130 - 138)

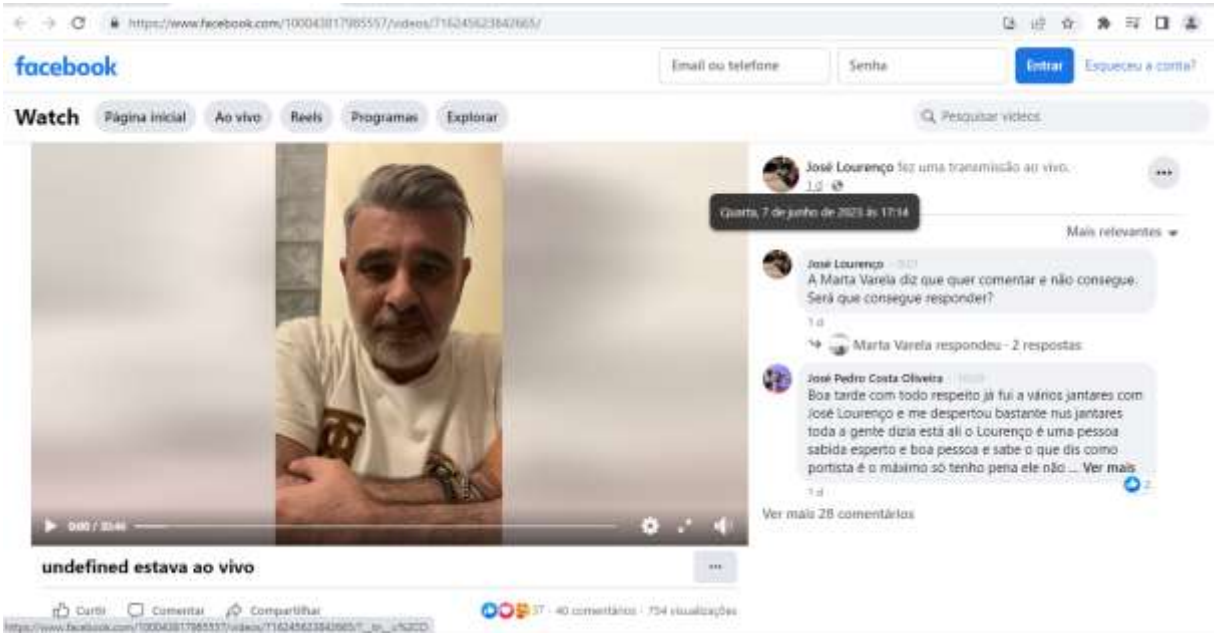


https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701134073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 90xFEgqW.

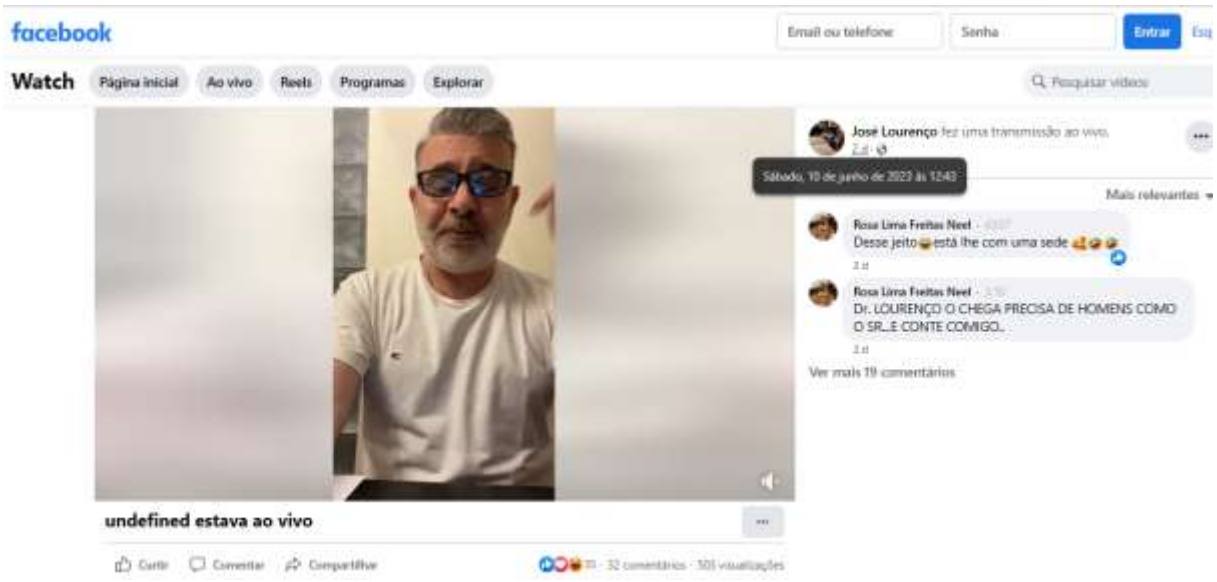
FRANCO ADVOGADOS

2) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 07.06.2023 (objeto da petição das fls. 140 - 148)



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/

3) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 10.06.2023 (petição das fls. 149 - 156).

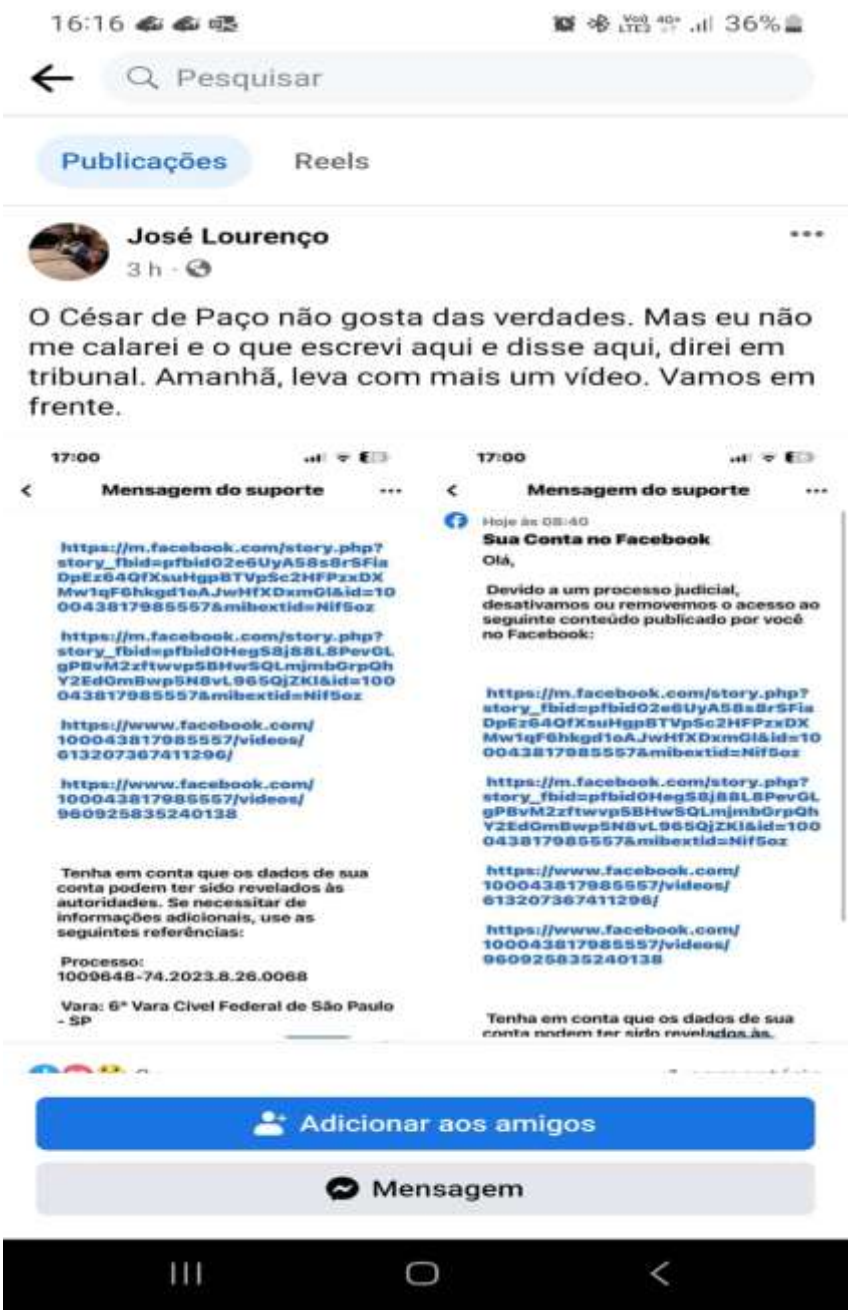


https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722/

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701134073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 90xFEgqW.

FRANCO ADVOGADOS

4) Postagem objeto da presente petição.



https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0gmuNHDVYWB3r66C81h4tCpqQNBCuxVobU3njForEPt5s9imUHumZd47ecWhUwHCAl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/06/2023 às 17:14 , sob o número WBRE23701134073
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 90xFEgqW.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Expedir carta (AR).

Nada Mais. Barueri, 14 de junho de 2023. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 14/06/2023 às 11:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código XB9kCJfx.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - TUTELA ANTECEDENTE – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Destinatário:
Érika Tamires Costa Lourenço
Alameda Madeira, 292, Ap. 406, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/alphaville.
Barueri-SP
CEP 06454-010

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, bem como INTIMADO(A) da TUTELA , disponibilizadas na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, **no prazo de 15 dias úteis**, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 14 de junho de 2023. Roseli da Silva - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 15/06/2023 às 12:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código yNG0nfPt.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (o "JOSÉ LOURENÇO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em adição a petição das fls. 157 – 163, informar que JOSÉ LOUREÇO realizou no último sábado,17 de junho de 2023, uma nova postagem com ofensas diretas à CÉSAR (*cfr. Link* abaixo)[1], ora destacada a seguir, sendo, portanto, passível de imediata remoção, a exemplo das anteriores.



[1] https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBgu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 11:20 , sob o número WBRE23701176434
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código CpnOloiV.

FRANCO ADVOGADOS

Diante disso, necessário a apreciação dos requerimentos já formulados às **fls. 130 – 138, 140 – 148, 149 – 156 e 157 - 163** (excetuando-se a responsabilização do *Facebook*), quais sejam; a (i) imediata exclusão das postagens listadas no Anexo, **incluindo a do presente pedido**, a (ii) aplicação e majoração da multa anteriormente estipulada por este MM. Juízo e a (iii) suspensão da conta de JOSÉ LOURENÇO no *Facebook*, ainda que provisoriamente, de modo a cessar as ilicitudes cometidas contra CÉSAR.

Renova-se, ainda, o pedido formulado às fls. 149 – 156, consistente na expedição de um novo ofício ao *Facebook* para *a* remoção dos conteúdos indicados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Requer, finalmente, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 19 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 11:20 , sob o número WBRE23701176434
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código CpnOloiV.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I - > RELAÇÃO DAS POSTAGENS AINDA PRESENTES NA PLATAFORMA *FACEBOOK*

1) Da postagem realizada por José Lourenço (petição das fls. 130 - 138)



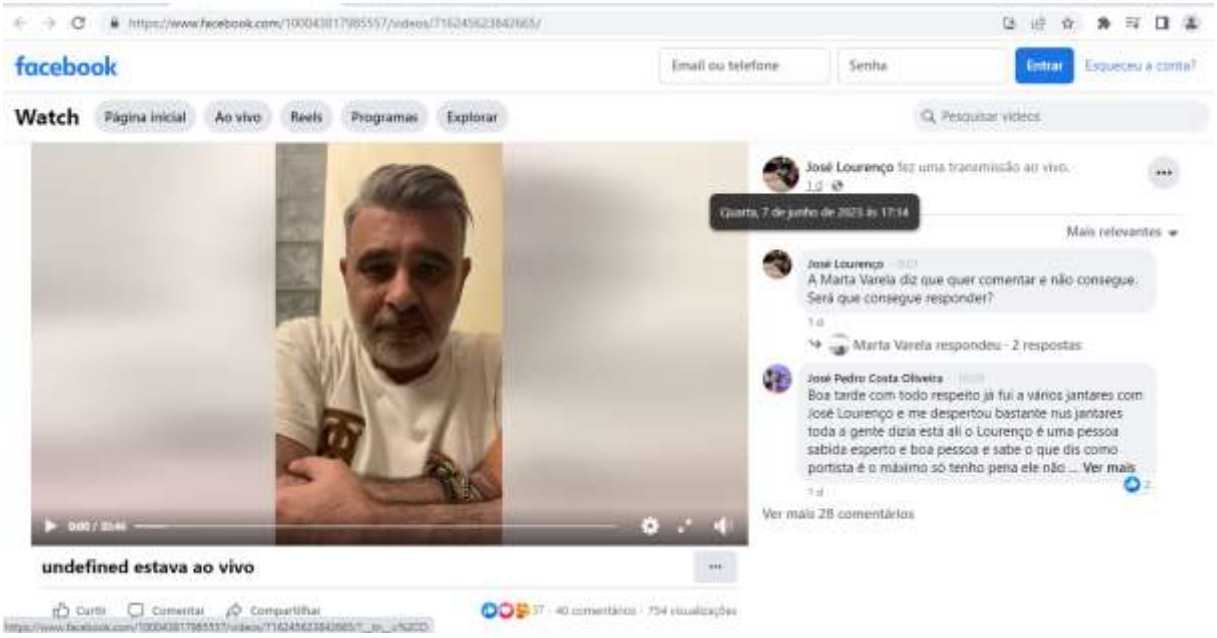
https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 11:20 , sob o número WBRE23701176434
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código CpnOIoiV.

FRANCO ADVOGADOS

2) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 07.06.2023 (objeto da petição das fls. 140 - 148)



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/

3) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 10.06.2023 (petição das fls. 149 - 156).



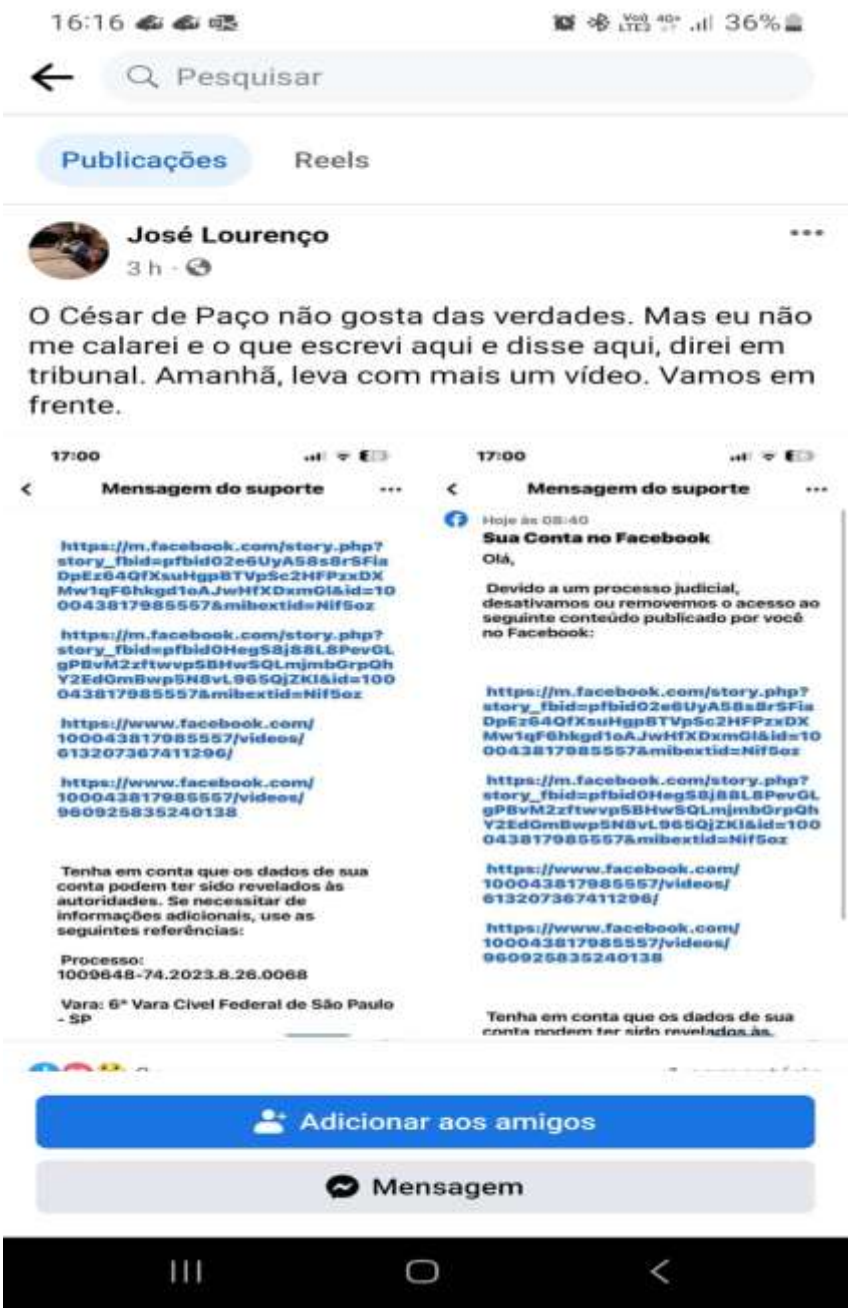
https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 11:20 , sob o número WBRE23701176434
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código CpnOloiV.

FRANCO ADVOGADOS

4) Postagem objeto da petição das fls. 157 - 163

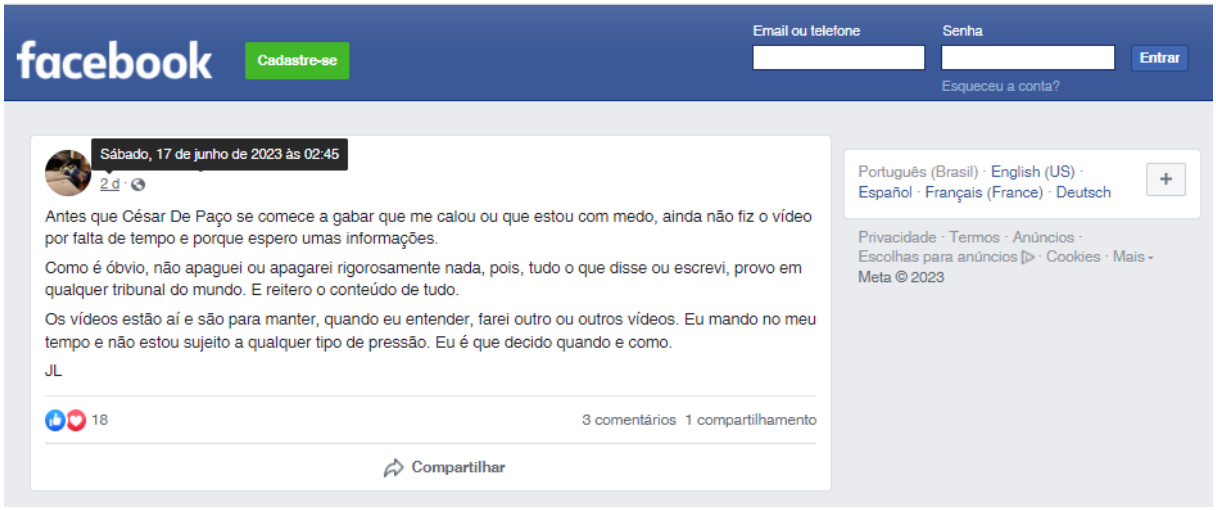


https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0gmuNHDVYWB3r66C81h4tCpqQNBCuxVobU3njForEPt5s9imUHumZd47ecWhUwHCAl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 11:20 , sob o número WBRE23701176434
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código CpnOloiV.

FRANCO ADVOGADOS

5) Postagem objeto da presente petição.



https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBgu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 11:20 , sob o número WBRE23701176434
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código CpnOloiV.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

A tutela de urgência foi deferida em 26/05/2023 para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelos autores às fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00 (fls. 107/108).

Posteriormente, a tutela de urgência foi ampliada para determinar a retirada de novo vídeo postado pelo corréu na referida rede social, bem como para que os réus não mais publiquem postagens de cunho ofensivo (fls. 122).

Os autores peticionaram diversas vezes, noticiando o descumprimento da tutela de urgência pelos réus, inclusive com a publicação de novos conteúdos semelhantes, assim como apontando a recalcitrância do Facebook em cumprir o determinado, pedindo inclusive a inclusão da empresa no polo passivo e majoração da multa (fls. 130/138, 140/148, 149/156).

Posteriormente, afirmaram que o *Facebook* cumpriu o determinado, mas ainda restam outras publicações ofensivas, motivo pelo qual requer a extensão da tutela de urgência aos novos conteúdos publicados pelos requeridos, majoração da multa e suspensão da conta pessoal do *Facebook* de José Lourenço (fls. 157/163).

Pois bem.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 20/06/2023 às 17:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DIzMtSFq.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

De início, ressalto que os requeridos sequer foram citados, dado que a carta de citação retornou com o aviso de “desconhecido” (fls. 139).

Assim sendo, indiquem os autores, no prazo de 5 (cinco) dias, endereço para citação dos réus e, após, citem-se, com urgência.

Por não terem sido intimados das obrigações de fazer e não fazer deferidas na tutela de urgência, **indefiro o aumento da multa cominatória.**

No que tange às novas publicações feitas pelo corréu José Lourenço no seu perfil no *Facebook* e que ainda estão disponíveis na internet (fls. 168/171), pode-se afirmar que são continuações ou repetições daquelas outras que foram objeto da tutela de urgência. De rigor, pois, a extensão dos efeitos da tutela de urgência às publicações indicadas às fls. 168/171.

Finalmente, por cautela, defiro o pedido de suspensão temporária da conta do corréu José Lourenço junto ao *Facebook*, até futura determinação judicial de desbloqueio, evitando-se a reiteração da prática ofensiva e um mal maior, pois ele não foi localizado para responder ao presente feito e, portanto, não tem ciência acerca da medida de urgência deferida.

A presente decisão, assinada digitalmente e acompanhada das fls. 168/171, servirá como OFÍCIO ao Facebook, para que remova os conteúdos ali indicados, informando ao Juízo, a ser protocolado pelos autores, comprovando-se nos autos.

Prejudicado o pedido de inclusão do *Facebook* no polo passivo, ante a desistência dos autores, até porque tal empresa não tem legitimidade e nenhuma relação com o direito material.

Intimem-se.

Barueri, 20 de junho de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 20/06/2023 às 17:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DIzMtSFq.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0507/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. A tutela de urgência foi deferida em 26/05/2023 para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelos autores às fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00 (fls. 107/108). Posteriormente, a tutela de urgência foi ampliada para determinar a retirada de novo vídeo postado pelo corréu na referida rede social, bem como para que os réus não mais publiquem postagens de cunho ofensivo (fls. 122). Os autores peticionaram diversas vezes, noticiando o descumprimento da tutela de urgência pelos réus, inclusive com a publicação de novos conteúdos semelhantes, assim como apontando a recalcitrância do Facebook em cumprir o determinado, pedindo inclusive a inclusão da empresa no polo passivo e majoração da multa (fls. 130/138, 140/148, 149/156). Posteriormente, afirmaram que o Facebook cumpriu o determinado, mas ainda restam outras publicações ofensivas, motivo pelo qual requer a extensão da tutela de urgência aos novos conteúdos publicados pelos requeridos, majoração da multa e suspensão da conta pessoal do Facebook de José Lourenço (fls. 157/163). Pois bem. De início, ressalto que os requeridos sequer foram citados, dado que a carta de citação retornou com o aviso de desconhecido (fls. 139). Assim sendo, indiquem os autores, no prazo de 5 (cinco) dias, endereço para citação dos réus e, após, citem-se, com urgência. Por não terem sido intimados das obrigações de fazer e não fazer deferidas na tutela de urgência, indefiro o aumento da multa cominatória. No que tange às novas publicações feitas pelo corréu José Lourenço no seu perfil no Facebook e que ainda estão disponíveis na internet (fls. 168/171), pode-se afirmar que são continuações ou repetições daquelas outras que foram objeto da tutela de urgência. De rigor, pois, a extensão dos efeitos da tutela de urgência às publicações indicadas às fls. 168/171. Finalmente, por cautela, defiro o pedido de suspensão temporária da conta do corréu José Lourenço junto ao Facebook, até futura determinação judicial de desbloqueio, evitando-se a reiteração da prática ofensiva e um mal maior, pois ele não foi localizado para responder ao presente feito e, portanto, não tem ciência acerca da medida de urgência deferida. A presente decisão, assinada digitalmente e acompanhada das fls. 168/171, servirá como OFÍCIO ao Facebook, para que remova os conteúdos ali indicados, informando ao Juízo, a ser protocolado pelos autores, comprovando-se nos autos. Prejudicado o pedido de inclusão do Facebook no polo passivo, ante a desistência dos autores, até porque tal empresa não tem legitimidade e nenhuma relação com o direito material. Intimem-se."

Barueri, 21 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/06/2023 às 00:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código tRca5Bw4.

São Paulo, 14 de junho de 2023

À Sua Excelência

Exma. Sra. Dra. Maria Elizabeth de Oliveira Bortoloto

Juíza da 6ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP

Assunto: Resposta ao Ofício datado de 26 de maio de 2023

Processo n. º: 1009648-74.2023.8.26.0068

Requerentes: César Mauel Cardoso Matos de Paço e outro

Requeridos: Érika Tamires Costa Lourenço e outro

Excelência:

Em ofício datado de 26 de maio de 2023, V. Exa. intimou o Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. ("Facebook Brasil") para *"que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor as fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$ 20.000,00".*

Cumpre esclarecer, de antemão, que o Facebook Brasil é uma empresa brasileira dedicada exclusivamente à prestação de serviços relacionados à locação de espaços publicitários, à veiculação de publicidade, e ao suporte de vendas relativas ao Facebook. A operação do serviço Facebook, de outro lado, **não** faz parte das atividades do Facebook Brasil, que possui atuação comercial distinta e dissociada.

O serviço Facebook, disponível em http://www.facebook.com e no aplicativo Facebook para dispositivos móveis, é fornecido pela empresa norte-americana Meta Platforms (o Provedor de Aplicações do Facebook, ou "Provedor")[1], conforme mencionado nos Termos de Serviço do Facebook, disponíveis em https://www.facebook.com/legal/terms.

Não obstante, cumpre informar que a partir da imprescindível URL específica **– qual seja:**
https://www.facebook.com/100043817985557/videos/960925835240138;
https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02e6UyA58s8rSFiaDpEz64QfXsuHgpBTVpSc2HFPzxDXMw1qF6hkqd1oAJwHfXDxmGl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz;
https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0HegS8j88L8PevGLgPBvM2

[1] Antigamente denominada Facebook, Inc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 21/06/2023 às 10:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DKuq7A9v.

zftwvpSBHwSQLmjmbGrpQhY2EdGmBwp5N8vL965QjZKI&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz e **https://www.facebook.com/100043817985557/videos/613207367411296/ – o Provedor de aplicações do Facebook informou que indisponibilizou referidos conteúdos, em estrito cumprimento ao quanto determinado.**

E mais, uma vez indisponíveis os referidos conteúdos, as respectivas curtidas, comentários e compartilhamentos oriundos destas URLs também se tornam indisponíveis.

Não obstante, cumpre ressaltar que para que o Provedor do serviço Facebook possa localizar os eventuais outros conteúdos referentes à lide faz-se necessária a **indicação das respectivas URLs específicas desses conteúdos, já que uma das URLs indicadas no ofício, qual seja: HTTPS://M.FACEBOOK.COM/STORY.PHP?STORY_FBID=PFBID037XTPRY7DD9D4WPVDADCS5OKX5JA1617TQQGTWCWUKW7UCYDSNNTVIORBKTRDHC4ZL&ID=100039174106847&MIBEXTID=NIF5OZ, não remete a conteúdo valido no respectivo serviço.**

Assim, esclarece-se que a **URL**[2] é o endereço eletrônico próprio de cada conteúdo na internet (uma combinação única de letras, números e/ou caracteres), e funciona como se fosse seu "CPF". É ela o único dado capaz de identificar um determinado conteúdo infringente e o seu responsável, de maneira inequívoca, com absoluta certeza e segurança jurídica.

No serviço Facebook[3], as URLs de conteúdos específicos são obtidas de forma simples e fácil, conforme demonstra o passo a passo anexo.

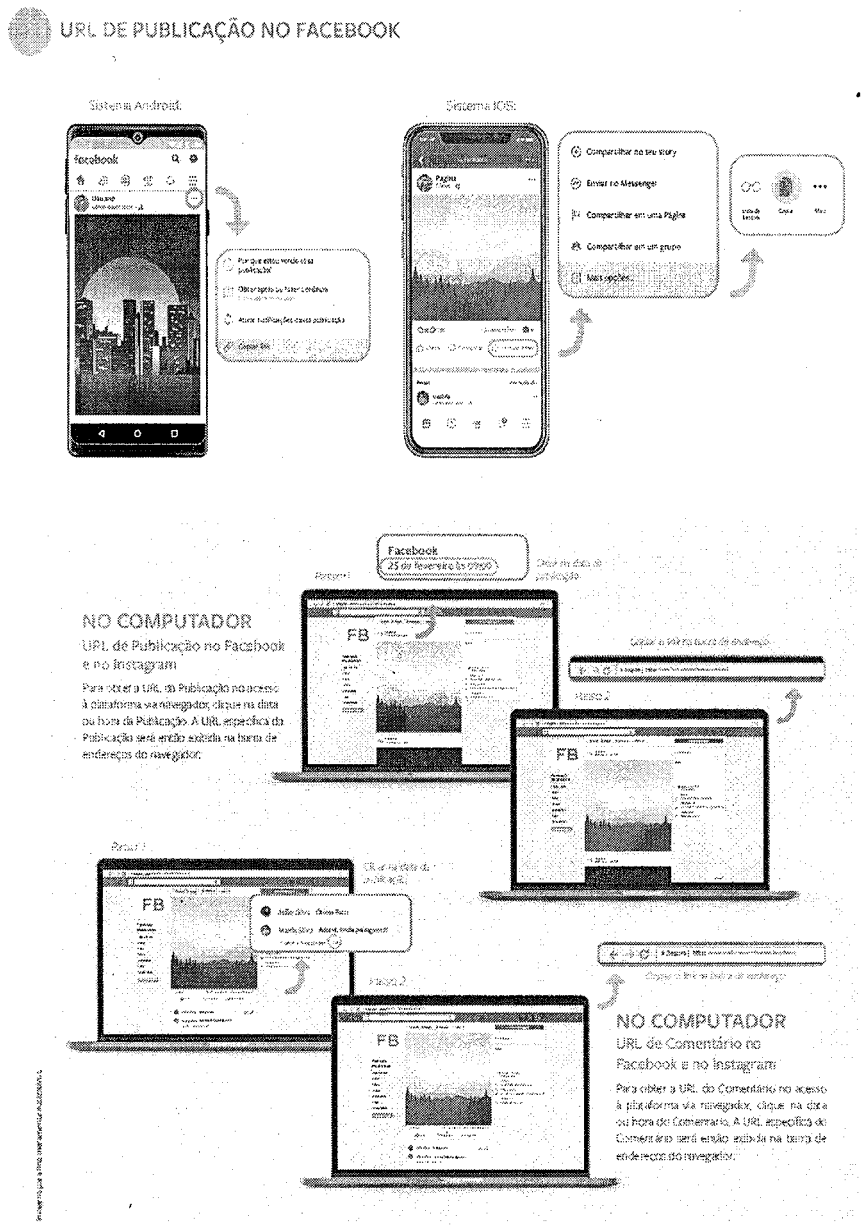
---

[2] URL é uma sigla oriunda do nome "Universal Resource Locator", que em português pode ser traduzido livremente como "Localizador Universal de Recursos".

[3] O serviço Facebook, disponível em http://www.facebook.com e no aplicativo Facebook para dispositivos móveis é fornecido pela empresa norte-americana Meta Platforms (o Provedor de Aplicações do Facebook) 3 , conforme mencionado nos Termos de Serviço do Facebook, disponíveis em https://www.facebook.com/terms.

068 FBME.23.0000?619-5 200623 1532 146

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 21/06/2023 às 10:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DKuq7A9v.



A Lei 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet" - "MCI") em seu artigo 19, *caput* e § 1º, confirma a necessidade de "*identificação clara e específica do conteúdo*" em aplicações de internet, para fins de "*localização inequívoca*" quando da adoção de providências previstas em ordem judicial.

Evidente, portanto, que a especificação e localização inequívoca de conteúdos na Internet por meio da URL, é **essencial** para o cumprimento de ordens judiciais no Brasil, já que as URLs:

1)Garantem segurança jurídica, uma vez que a apreciação judicial depende da correta identificação do conteúdo;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 21/06/2023 às 10:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DKuq7A9v.

2)Garantem a efetividade das ordens judiciais, pois possibilita que os provedores de aplicações de internet, como o Provedor de Aplicações do Facebook, localizem de forma inequívoca o conteúdo para dar cumprimento à ordem judicial;

3)Preservam o direito de terceiros, mitigando o risco de remoção de conteúdos de terceiros não envolvidos na lide, o que implicaria violação do art. 506 do CPC;

4)Preservam a liberdade de expressão dos usuários. A especificação da URL é imprescindível, sob pena de violação injustificada das garantias constitucionais à liberdade de manifestação, acesso à informação e aos espaços públicos, e, ainda, à vedação da censura (arts. 5º, IV, IX e XIV e ainda art. 220, caput e § 2º ambos da Constituição Federal – "CF", bem como arts. 2º, caput, 3º, I e 8º, caput do MCI);

5)Permitem a comprovação do cumprimento das ordens judiciais.

A ausência de tal pressuposto essencial torna a ordem judicial **genérica**, causando injusto embaraço ao seu cumprimento (em afronta ao art. 77, IV do Código de Processo Civil - "CPC") com risco de torná-lo impraticável do ponto de vista legal (arts. 492, parágrafo único e 499 do CPC).

Os Tribunais brasileiros já reconheceram, em centenas de julgados, que a indicação da URL específica atende à necessidade de identificação clara e precisa do conteúdo apontado como infringente, permitindo a sua localização inequívoca, nos termos do artigo 19, parágrafo 1º do Marco Civil da Internet. A questão já foi, inclusive, pacificada pela 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando do julgamento do Recurso Especial nº 1.512.647, e é reiteradamente reforçada pela Corte Superior:

> AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FACEBOOK. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REMOÇÃO DE CONTEÚDO. LOCALIZADOR URL. NECESSIDADE DE FORNECIMENTO PELO REQUERENTE. OBRIGAÇÃO IMPOSSÍVEL. MULTA DIÁRIA. DESCABIMENTO.
>
> 1. Esta Corte fixou entendimento de que '(i) não respondem objetivamente pela inserção no site, por terceiros, de informações ilegais; (ii) não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários;
>
> (iii) devem, assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos; (iv) devem manter um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários, cuja efetividade será avaliada caso a caso'.
>
> 2. **Necessidade de indicação clara e específica do localizador URL do conteúdo infringente para a validade de comando judicial que ordene sua remoção da internet. O fornecimento do URL é obrigação do requerente.**
>
> 3. **A necessidade de indicação do localizador URL não é apenas uma garantia aos provedores de aplicação, como forma de reduzir eventuais questões relacionadas à liberdade de expressão, mas também é um critério seguro**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 21/06/2023 às 10:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DKuq7A9v.

para verificar o cumprimento das decisões judiciais que determinarem a remoção de conteúdo na internet.

4. A multa diária por descumprimento de condenação à obrigação de fazer ou não fazer é meio coercitivo, que visa combater o desrespeito à ordem judicial pela parte destinatária do mandamento.

5. Não fornecidos os URLs indispensáveis à localização do conteúdo ofensivo a ser excluído, configura-se a impossibilidade fático-material de se cumprir a ordem judicial, devendo ser afastada a multa cominatória.

6. Agravo interno não provido.

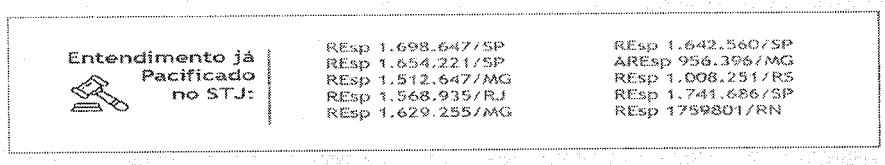
(AgInt no REsp n. 1.504.921/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 16/8/2021, DJe de 24/8/2021.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. INTERNET. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLEITO PARA RETIRADA DE VÍDEO DO PROVEDOR DE PESQUISA SEM INDICAÇÃO DE URL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. **Para que o comando judicial que ordena a remoção de conteúdo digital da internet tenha validade, é necessário que o requerente indique, de forma clara e específica, o localizador URL do conteúdo apontado como infringente.**

2. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.917.025/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 1/6/2021, DJe de 7/6/2021.)



Assim, para que seja válida e exigível ordem de remoção de conteúdo na internet, é necessária a indicação da URL específica do conteúdo impugnado. Do contrário, o caso é, com o respeito e acatamento devidos, de **nulidade da ordem judicial**.

Assevere-se que o Facebook Brasil está – e estará – à disposição desse MM. Juízo para prestar esclarecimentos que Vossa Excelência julgar necessários, com nova intimação na sede do Facebook Brasil.

Respeitosamente,

Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 21/06/2023 às 10:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DKuq7A9v.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Ciência do Ofício de fls., 175/179, juntado aos autos.

Nada Mais. Barueri, 21 de junho de 2023. Eu, ___, MARCIA DESIDERIO, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 21/06/2023 às 10:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código paW4bGnR.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0508/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ciência do Ofício de fls., 175/179, juntado aos autos."

Barueri, 21 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/06/2023 às 10:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Rimwai2K.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0507/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 22/06/2023. Considera-se a data de publicação em 23/06/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Vistos. A tutela de urgência foi deferida em 26/05/2023 para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelos autores às fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00 (fls. 107/108). Posteriormente, a tutela de urgência foi ampliada para determinar a retirada de novo vídeo postado pelo corréu na referida rede social, bem como para que os réus não mais publiquem postagens de cunho ofensivo (fls. 122). Os autores peticionaram diversas vezes, noticiando o descumprimento da tutela de urgência pelos réus, inclusive com a publicação de novos conteúdos semelhantes, assim como apontando a recalcitrância do Facebook em cumprir o determinado, pedindo inclusive a inclusão da empresa no polo passivo e majoração da multa (fls. 130/138, 140/148, 149/156). Posteriormente, afirmaram que o Facebook cumpriu o determinado, mas ainda restam outras publicações ofensivas, motivo pelo qual requer a extensão da tutela de urgência aos novos conteúdos publicados pelos requeridos, majoração da multa e suspensão da conta pessoal do Facebook de José Lourenço (fls. 157/163). Pois bem. De início, ressalto que os requeridos sequer foram citados, dado que a carta de citação retornou com o aviso de desconhecido (fls. 139). Assim sendo, indiquem os autores, no prazo de 5 (cinco) dias, endereço para citação dos réus e, após, citem-se, com urgência. Por não terem sido intimados das obrigações de fazer e não fazer deferidas na tutela de urgência, indefiro o aumento da multa cominatória. No que tange às novas publicações feitas pelo corréu José Lourenço no seu perfil no Facebook e que ainda estão disponíveis na internet (fls. 168/171), pode-se afirmar que são continuações ou repetições daquelas outras que foram objeto da tutela de urgência. De rigor, pois, a extensão dos efeitos da tutela de urgência às publicações indicadas às fls. 168/171. Finalmente, por cautela, defiro o pedido de suspensão temporária da conta do corréu José Lourenço junto ao Facebook, até futura determinação judicial de desbloqueio, evitando-se a reiteração da prática ofensiva e um mal maior, pois ele não foi localizado para responder ao presente feito e, portanto, não tem ciência acerca da medida de urgência deferida. A presente decisão, assinada digitalmente e acompanhada das fls. 168/171, servirá como OFÍCIO ao Facebook, para que remova os conteúdos ali indicados, informando ao Juízo, a ser protocolado pelos autores, comprovando-se nos autos. Prejudicado o pedido de inclusão do Facebook no polo passivo, ante a desistência dos autores, até porque tal empresa não tem legitimidade e nenhuma relação com o direito material. Intimem-se."

Barueri, 22 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 22/06/2023 às 02:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código M08FogKV.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0508/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 22/06/2023. Considera-se a data de publicação em 23/06/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Ciência do Ofício de fls., 175/179, juntado aos autos."

Barueri, 22 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 22/06/2023 às 02:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 34OnZTGl.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (o "JOSÉ HORÁCIO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em observância a decisão das fls. 172 - 173[1], comunicar o envio da determinação ao *Facebook*, como confirma o incluso comprovante com a chancela do protocolo (*cfr.* Doc. 1)[2]

De outra parte, comunica que tomou conhecimento dos ofícios das fls. 175 – 179 e que os conteúdos referidos na inicial já foram removidos.

Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

[1]A presente decisão, assinada digitalmente e acompanhada das fls. 168/171, servirá como OFÍCIO ao Facebook, para que remova os conteúdos ali indicados, informando ao Juízo, a ser protocolado pelos autores, comprovando-se nos autos.

[2] Doc. 1. Protocolo do ofício junto ao *Facebook.*

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZWIZOejd.

FRANCO ADVOGADOS

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 22 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ZWIZOejd.

FRANCOADVOGADOS

PROTOCOLO 21 de junho de 2023

A/C: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

REMETENTES: Franco Advogados
(Autores: Summit Nutritionals International, Inc. e César Manuel Cardoso Matos de Paço)

REF.: Cumprimento de determinação judicial expedida às fls. 172 – 173, dos autos do processo 1009648-74.2023.8.25.0068
(**exclusão temporária de conta de usuário e remoção dos conteúdos publicados na plataforma - em anexo**)

ENDEREÇO: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar, Itaim Bibi/SP, CEP 04538-132

Obs.: 1º via da Notificação da determinação judicial expedida às fls. 172 – 173, dos autos do processo 1009648-74.2023.8.25.0068
(exclusão temporária de conta de usuário e remoção dos conteúdos publicados na plataforma - em anexo)

Recebido por

Nome completo:
RG:

Assinatura:

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
13.347.016/0001-17
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar,
Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04538-132
RECEBIDO
21/06/23
14:26

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nwaf2bWY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

A tutela de urgência foi deferida em 26/05/2023 para que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelos autores às fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00 (fls. 107/108).

Posteriormente, a tutela de urgência foi ampliada para determinar a retirada de novo vídeo postado pelo corréu na referida rede social, bem como para que os réus não mais publiquem postagens de cunho ofensivo (fls. 122).

Os autores peticionaram diversas vezes, noticiando o descumprimento da tutela de urgência pelos réus, inclusive com a publicação de novos conteúdos semelhantes, assim como apontando a recalcitrância do Facebook em cumprir o determinado, pedindo inclusive a inclusão da empresa no polo passivo e majoração da multa (fls. 130/138, 140/148, 149/156).

Posteriormente, afirmaram que o *Facebook* cumpriu o determinado, mas ainda restam outras publicações ofensivas, motivo pelo qual requer a extensão da tutela de urgência aos novos conteúdos publicados pelos requeridos, majoração da multa e suspensão da conta pessoal do *Facebook* de José Lourenço (fls. 157/163).

Pois bem.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nwaf2bWY.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

De início, ressalto que os requeridos sequer foram citados, dado que a carta de citação retornou com o aviso de "desconhecido" (fls. 139).

Assim sendo, indiquem os autores, no prazo de 5 (cinco) dias, endereço para citação dos réus e, após, citem-se, com urgência.

Por não terem sido intimados das obrigações de fazer e não fazer deferidas na tutela de urgência, **indefiro o aumento da multa cominatória.**

No que tange às novas publicações feitas pelo corréu José Lourenço no seu perfil no *Facebook* e que ainda estão disponíveis na internet (fls. 168/171), pode-se afirmar que são continuações ou repetições daquelas outras que foram objeto da tutela de urgência. De rigor, pois, a extensão dos efeitos da tutela de urgência às publicações indicadas às fls. 168/171.

Finalmente, por cautela, defiro o pedido de suspensão temporária da conta do corréu José Lourenço junto ao *Facebook*, até futura determinação judicial de desbloqueio, evitando-se a reiteração da prática ofensiva e um mal maior, pois ele não foi localizado para responder ao presente feito e, portanto, não tem ciência acerca da medida de urgência deferida.

A presente decisão, assinada digitalmente e acompanhada das fls. 168/171, servirá como OFÍCIO ao Facebook, para que remova os conteúdos ali indicados, informando ao Juízo, a ser protocolado pelos autores, comprovando-se nos autos.

Prejudicado o pedido de inclusão do *Facebook* no polo passivo, ante a desistência dos autores, até porque tal empresa não tem legitimidade e nenhuma relação com o direito material.

Intimem-se.

Barueri, 20 de junho de 2023.

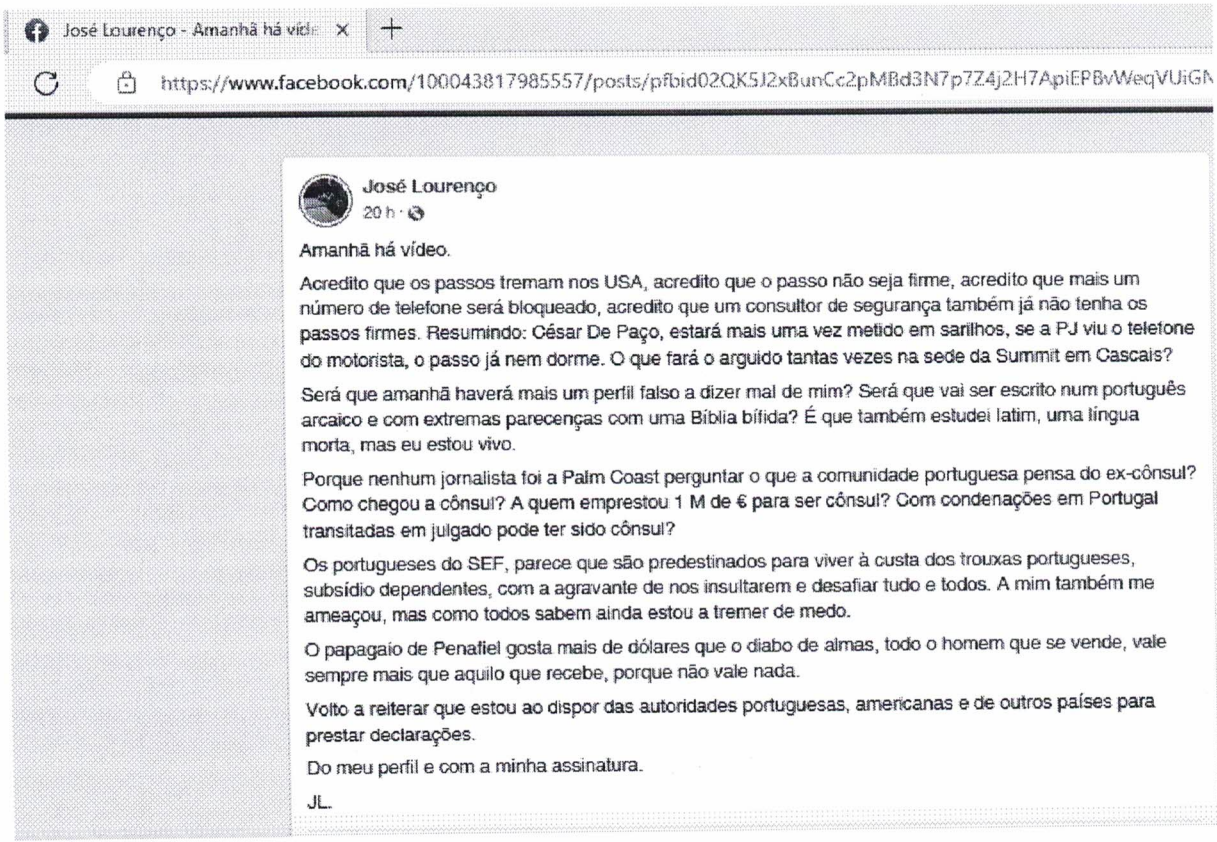
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nwaf2bWY.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I - > RELAÇÃO DAS POSTAGENS AINDA PRESENTES NA PLATAFORMA *FACEBOOK*

1) Da postagem realizada por José Lourenço (petição das fls. 130 - 138)



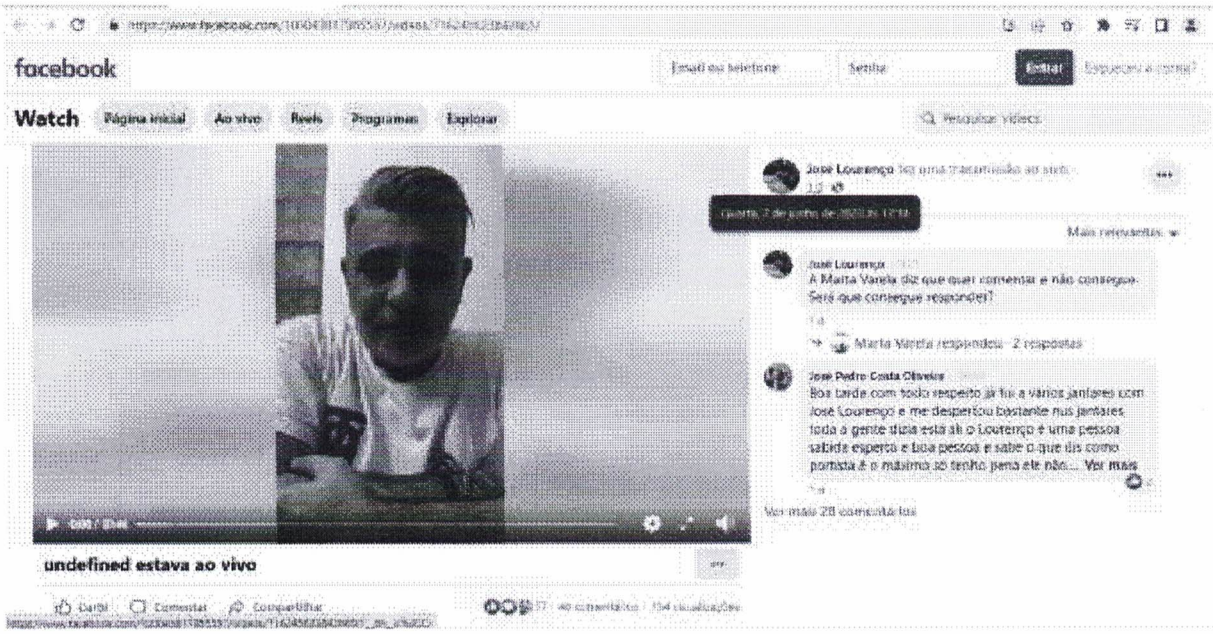
https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zIFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wwfz20v6
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701176434

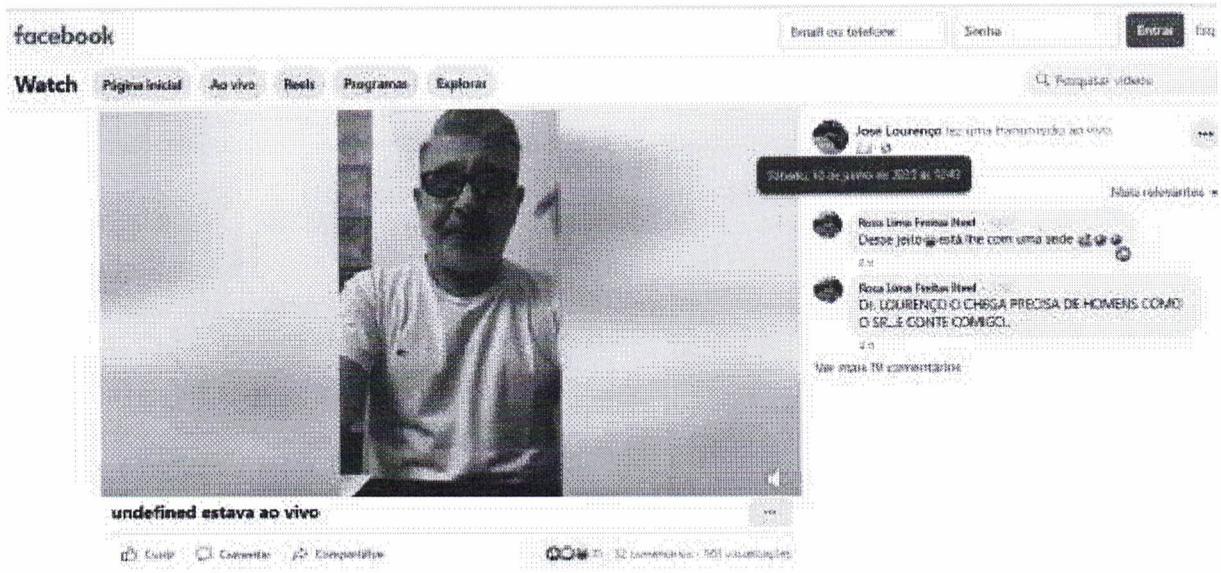
FRANCO ADVOGADOS

2) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 07.06.2023 (objeto da petição das fls. 140 - 148)



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/

3) Do vídeo publicado por José Lourenço, em 10.06.2023 (petição das fls. 149 - 156).



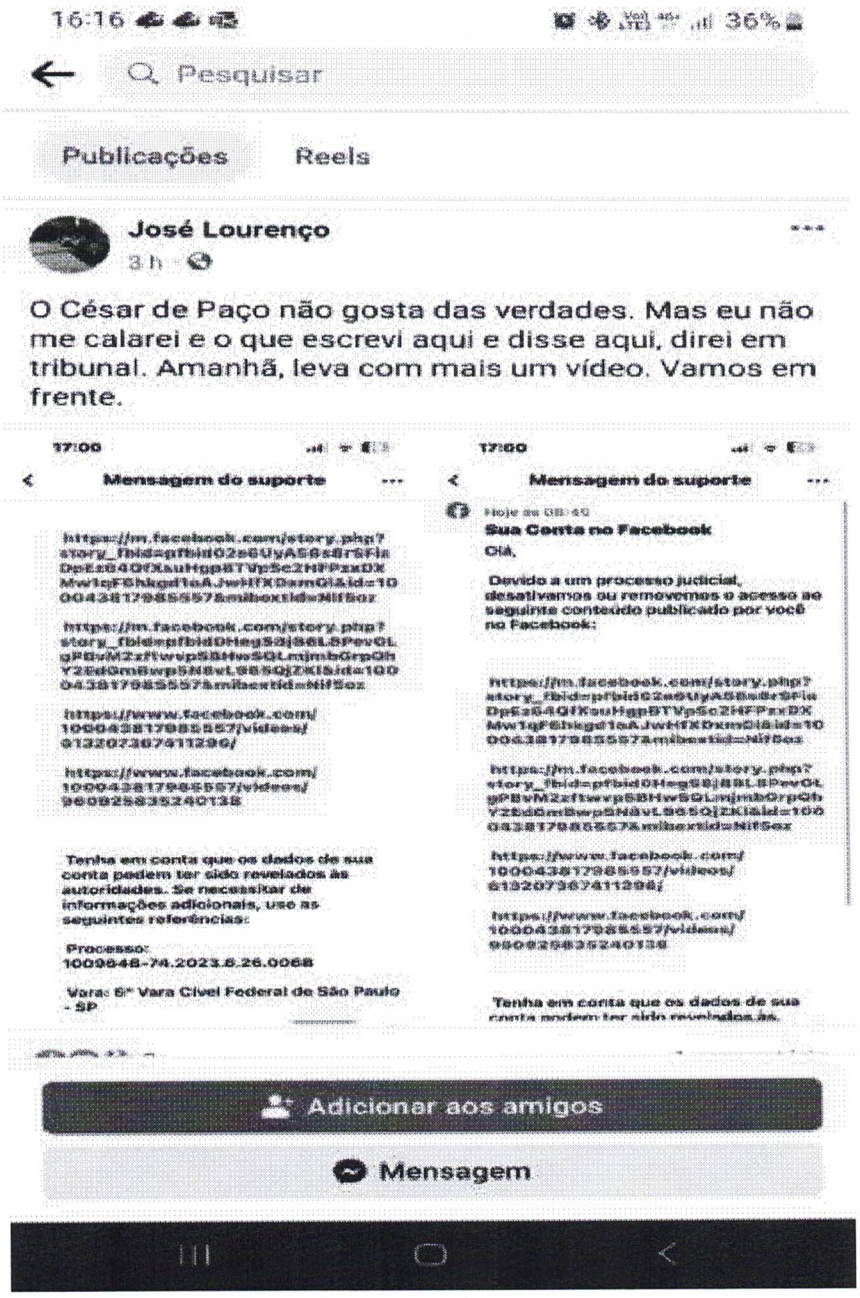
https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722/

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferencia.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nwafzbWY
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 11:10 , sob o número WBRE23701176434

FRANCO ADVOGADOS

4) Postagem objeto da petição das fls. 157 - 163

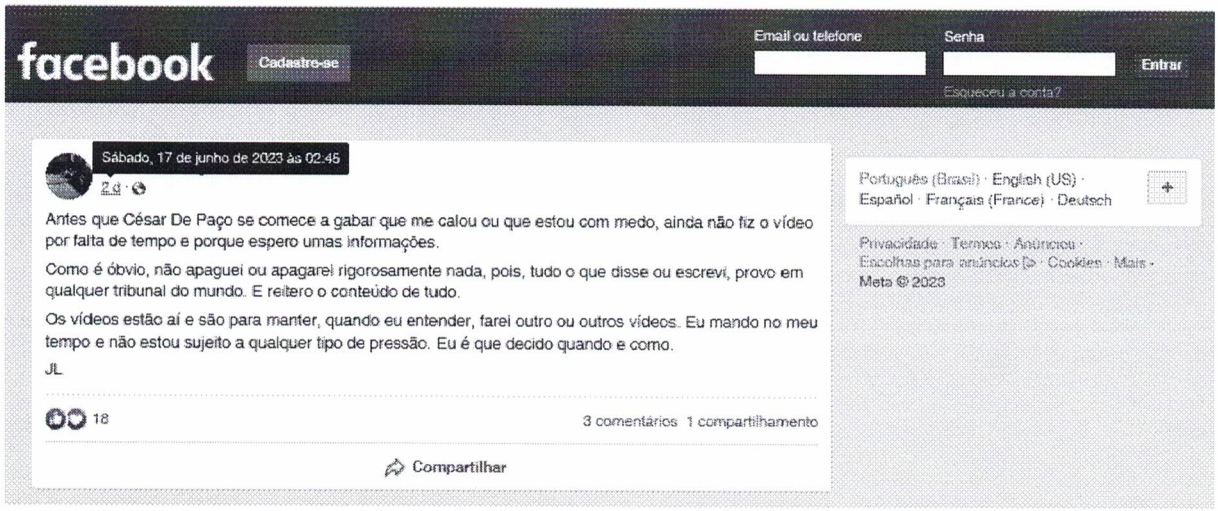


https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0gmuNHDVYWB3r66C81h4tCpqQNBCuxVobU3njForEPt5s9imUHumZd47ecWhUwHCAl&id=100043617985557&mibextid=Nif5oz

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcf/abrir.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 000000 ou o número WBRE23701176434
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701176434

FRANCO ADVOGADOS

5) Postagem objeto da presente petição.



https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBgu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/06/2023 às 11:22 , sob o número WBRE23701214379
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcf.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 19000000000000000000000000000000
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/06/2023 às 17:20 , sob o número WBRE23701176434

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

20/06/2023
LOTE: 159215

AR
9912260497 - CE/SP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Erika Tamires Costa Lourenco

Alameda Madeira, 292, Ap. 406, Alphaville Centro Industriale

Barueri, SP

06454-010

AR517175319JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD ALPHAVILLE
21 JUN. 2023
BARUERI SPM

BV

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- [X] 1 Mudou-se
- [ ] 2 Endereço insuficiente
- [ ] 3 Não existe o número
- [ ] 4 Desconhecido
- [X] 5 Recusado
- [ ] 6 Não procurado
- [ ] 7 Ausente
- [ ] 8 Falecido
- [X] 9 Outros PATRICK SANTOS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

José Carlos
89196678

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

AO REMETENTE

DATA DE ENTREGA 21/06/23

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, liberado nos autos em 24/06/2023 às 04:02.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pfpastadigitalconferir.do e informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código P0bT8ioh.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Manifeste-se a parte autora, quanto ao(s) AR(s) devolvido(s) negativo(s), no prazo legal.
Nada Mais. Barueri, 26 de junho de 2023. Eu, ___, MARCIA DESIDERIO, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 26/06/2023 às 11:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código zTqlNmxP.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0524/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora, quanto ao(s) AR(s) devolvido(s) negativo(s), no prazo legal."

Barueri, 26 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/06/2023 às 12:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Tr5Z5Puf.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (o "JOSÉ LOURENÇO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento a decisão das fls. 172 - 173[1] e ao ato ordinatório da fl. 194[2], comunicar e requerer o que a seguir passa a expor:

1. À evidência das fls. 139 e 193 e da própria decisão em referência, depreende-se que restou frustrada a citação no primeiro endereço declinado na inicial.

2. Não obstante as diligências para ciência do atual endereço dos réus, ainda é impossível saber com exatidão o atual paradeiro deles, prejudicando, outrossim, a citação e o próprio cumprimento do comando judicial.

3. Assim, tendo em vista a premente necessidade de citação e a ausência do endereço dos réus, pugna-se pela citação dos réus JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA via *e-mail*, nos termos do art. 246[3] e seguintes do Código de Processo Civil.

[1]Assim sendo, indiquem os autores, no prazo de 5 (cinco) dias, endereço para citação dos réus e, após, citem-se, com urgência.

[2] Manifeste-se a parte autora, quanto ao(s) AR(s) devolvido(s) negativo(s), no prazo legal.

[3] Art. 246. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/06/2023 às 13:02 , sob o número WBRE23701240060
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código hw7dyqZK.

FRANCO ADVOGADOS

4. Nesse mesmo sentido é o entendimento do EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO ("TJSP"):

> VOTO DO RELATOR EMENTA – ALIMENTOS – Decisão que indeferiu a citação da ré por meios eletrônicos – Inconformismo do alimentando – Acolhimento – Admissibilidade da citação por meios eletrônicos (no caso, **através do aplicativo Whatsapp e também por email**) – Precedentes do C. STJ e desta Câmara – Decisão reformada - Recurso provido.
>
> (TJSP; Agravo de Instrumento 2047326-19.2023.8.26.0000; Relator (a): Salles Rossi; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 1ª Vara da Família e Sucessões; Data do Julgamento: 19/05/2023; Data de Registro: 19/05/2023) (grifo nosso)

5. Para tanto, ora se disponibiliza os endereços eletrônicos dos réus, em consonância com aquele descrito nas fls. 53 – 55[4], quais sejam:

JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO	jose.lourenco2911@gmail.com
ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO	erikalourenco.1411@gmail.com

Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 26 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

[4] Fls. 53/55. E-mails enviado por José Lourenço para César.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/06/2023 às 13:02 , sob o número WBRE23701240060
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código hw7dyqZK.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0524/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 27/06/2023. Considera-se a data de publicação em 28/06/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora, quanto ao(s) AR(s) devolvido(s) negativo(s), no prazo legal."

Barueri, 27 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/06/2023 às 04:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código UzrvkhYU.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (o "JOSÉ LOURENÇO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. A despeito da decisão das fls. 172 – 173, em que se determinou, expressamente, a suspensão temporária da conta do corréu (JOSÉ LOURENÇO), dentre outras providências, sua página permanece hígida no *Facebook*, como se verifica abaixo.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS

2. Em que pese o encaminhamento do ofício com a expressa determinação nesse sentido (*cfr.* fls. 184 - 192)[1], o *Facebook*, mesmo ciente da ilicitude da postura de JOSÉ LOURENÇO, até o momento não atendeu ao comando judicial.

3. A recalcitrância do *Facebook* em não cumprir com a sobredita decisão acarreta a sua responsabilização, na forma do art. 19, da Lei 12.965/2014.

> Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

4. Nesse sentido é o posicionamento do EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO ("TJSP") acerca da responsabilização do provedor (*Facebook*).

> APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE FAZER. RETIRADA DE POSTAGENS DISPONIBILIZADAS NA INTERNET. **Autor pretende que os réus sejam compelidos a retirar postagens ofensivas veiculadas na rede social Facebook, bem como indenização pelos danos morais que alega ter sofrido**. Sentença de procedência. Apelos de ambas as partes. Facebook que foi notificado extrajudicialmente para remoção das páginas com evidente utilização não autorizada do nome e imagem do autor com conteúdo nitidamente ofensivo e se manteve inerte. Responsabilidade solidária pelos danos morais causados ao autor. Marco Civil da Internet que deve ser interpretado de forma a equilibrar os direitos fundamentais e os princípios da priorização da solução amigável dos conflitos e da economia processual. Corréu Facebook que tinha elementos suficientes para atender a notificação extrajudicial e optou por agir de forma a contribuir para a ocorrência e a extensão do dano. Precedentes deste E. TJSP. Insurgência da autora em relação ao valor arbitrado em sentença. Danos morais fixados em R$ 8.000,00. Atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Alegação de que não houve nexo de causalidade ou defeito no serviço, que tenha dado causa aos fatos objeto da ação Descabimento. Autores que tentaram se valer dos meios de denúncia disponibilizados pela própria ré, sem qualquer resposta desta Inércia que concorreu para a manutenção dos fatos. Sentença mantida. Recursos não providos.

[1] Fls. 184 - 192: protocolo do ofício junto ao *Facebook.*

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS

> (TJSP; Apelação Cível 1004353-72.2021.8.26.0344; Relator (a): Lia Porto; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Marília - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/05/2023; Data de Registro: 04/05/2023) (grifo nosso)
>
> RESPONSABILIDADE CIVIL. FACEBOOK. CRIAÇÃO DE PERFIL FALSO COM IMAGENS DA APELADA. Comunicação ao provedor acerca da ilicitude na página criada. Material ofensivo não retirado imediatamente. Utilização de ferramenta disponibilizada para "denunciar abuso". Exclusão da página somente após ordem judicial. Art. 19, caput da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Interpretação literal afastada. Dispensabilidade de decisão judicial para remoção do material ofensivo. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Dano moral verificado. Quantum indenizatório mantido, em atenção ao princípio da dupla finalidade da reparação. RECURSO NÃO PROVIDO.
>
> (TJSP; Apelação Cível 1004141-56.2016.8.26.0302; Relator (a): Rosangela Telles; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jaú - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 25/07/2017; Data de Registro: 31/07/2017)

5. Ora, se a responsabilização do *Facebook* pela inércia da remoção de publicações de natureza ofensiva decorre da não observância de simples requerimento extrajudicial, a evidência do segundo julgado, naturalmente que também se aplica a desobediência de ordem judicial, como ocorre aqui.

6. *In casu*, a responsabilidade da *Facebook* não decorre do conteúdo postado, em si, mas de sua inércia em tomar as providências determinadas por este MM. Juízo, quando notificado, de modo que, ao permanecer inerte, deixou de impedir que os danos se prolongassem.

7. Como consequência disso, ainda remanescem vários conteúdos com referências negativas e difamatórias à CESAR, tanto na página de JOSÉ LOURENÇO quanto no perfil de sua esposa, ERIKA, conforme se verifica do **Anexo I**.

8. Da análise das postagens constantes no **Anexo I**, em que também se encontram disponibilizados os respectivos *links*, verifica-se claramente a natureza ofensiva dos conteúdos ali descriminados, tendo JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA ultrapassando os limites da liberdade de expressão, sendo as publicações/vídeos passíveis de imediata remoção.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS

9. Assim é que, sem prejuízo da imediata suspensão da conta de JOSÉ LOURENÇO, em respeito a decisão já proferida por este MM. Juízo (*cfr.* fls. 172 – 173), salutar também o sobrestamento do perfil de ÉRIKA, ainda que em caráter provisório, de modo a cessar as ilicitudes cometidas contra CÉSAR.

10. Por isso, diante da ocorrência de fatos supervenientes, quais sejam; (i) a recalcitrância do *Facebook* em atender a determinação das fls. 172 - 173, mediante a suspensão provisória da conta do correu (JOSÉ LOURENÇO), contribuindo, outrossim, para a majoração dos danos já ensejados a CÉSAR, e a (ii) manutenção dos conteúdos veiculados por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, ora descriminadas no Anexo I, imperioso que V. Exa., em complemento a decisão pretérita (172 – 173), novamente determine:

i) a inclusão do *Facebook* no polo passivo da presente demanda, diante de sua responsabilização pela recalcitrância em cumprir as determinações das fls. 172 - 173, *n*os termos do art. 19, da Lei 12.965/2014;

ii) a imediata remoção das postagens descriminadas no Anexo I, ampliando-se o objeto da decisão das fls. 172 - 173, reiterando a ordem de proibição da realização de novas postagens, publicações e vídeos, a ser cumprido pelo *Facebook* no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação de multa pelo descumprimento da ordem judicial

iii) a suspensão temporária do perfil de ÉRIKA, face a manutenção da postagem descriminada no Anexo I;

iv) a expedição de ofício endereçado ao **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA**., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 13.347.016/0001-17, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, ANDAR 1 A 4 - 6 A 12 – 14 E 15, Itaim Bibi, CEP 04.538-132, São Paulo – SP, para ciência e cumprimento das medidas referidas nas alíneas acima (i, ii e iii), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação de multa pelo descumprimento de ordem judicial.

11. Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS

nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 18 de junho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

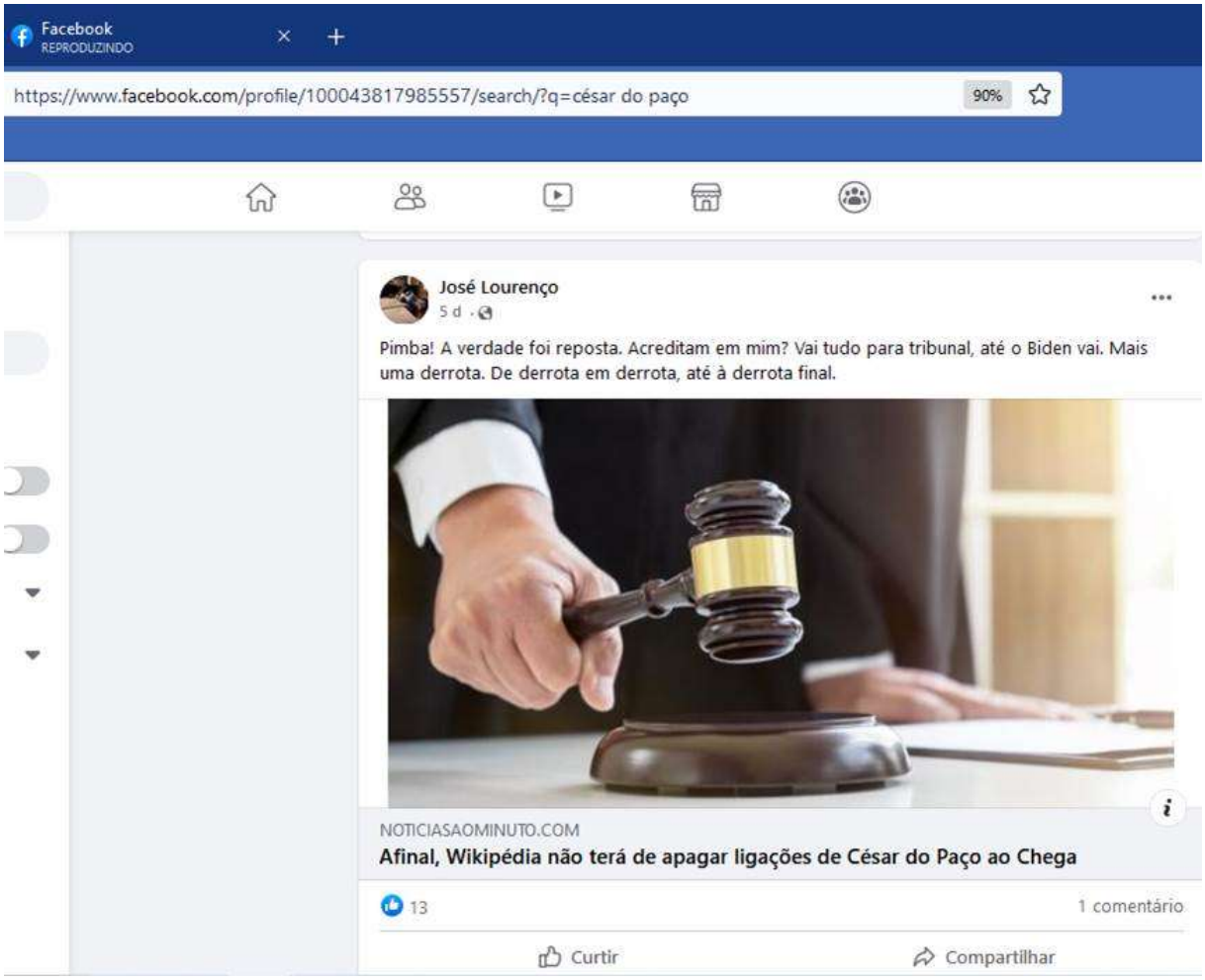
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS

ANEXO I - > RELAÇÃO DAS POSTAGENS AINDA PRESENTES NA PLATAFORMA *FACEBOOK*

1) Das postagens realizadas por José Lourenço e ainda presentes em sua página:

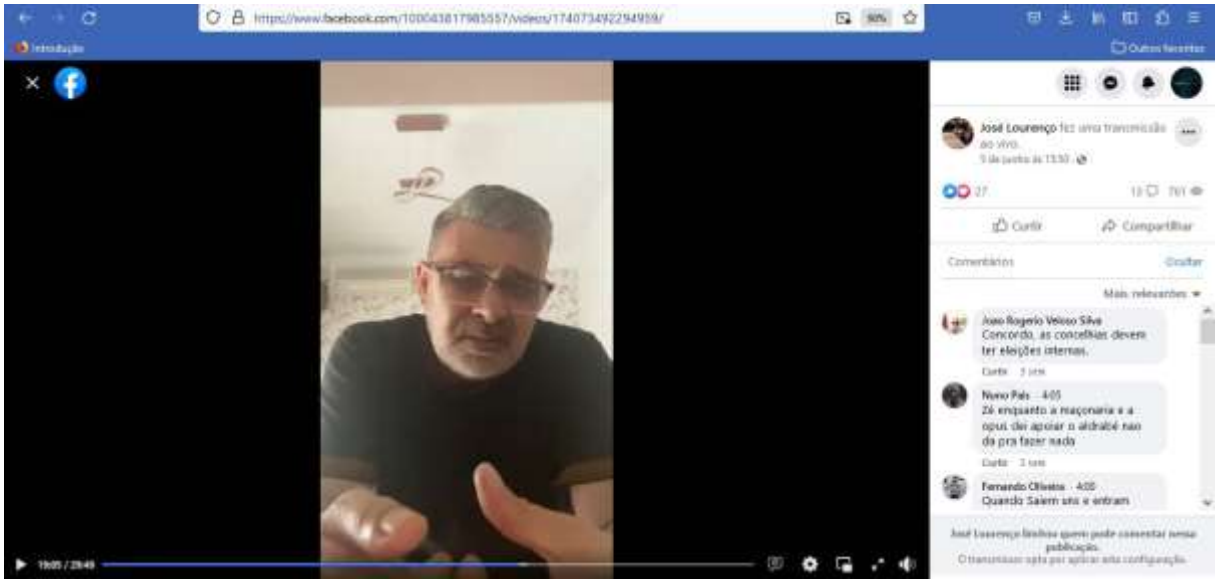


https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid023c6v5Ze4Aiu6Lw3M2Jb3vpi6HLLtgVFwX5LdSa46EnNWNcaRs8GUqfHBUY34D5QSl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZW1pgRik_tCc5xes_cdyQRcKvnvjXMWCjP32plN83NuPGzvcSHSXC_VY6wBjIeGI8Brga3-KMGY-MkhQg2H_XSSHCKzokLTW3jRQykvQTEQMQ&__tn__=%2CO%2CP-R

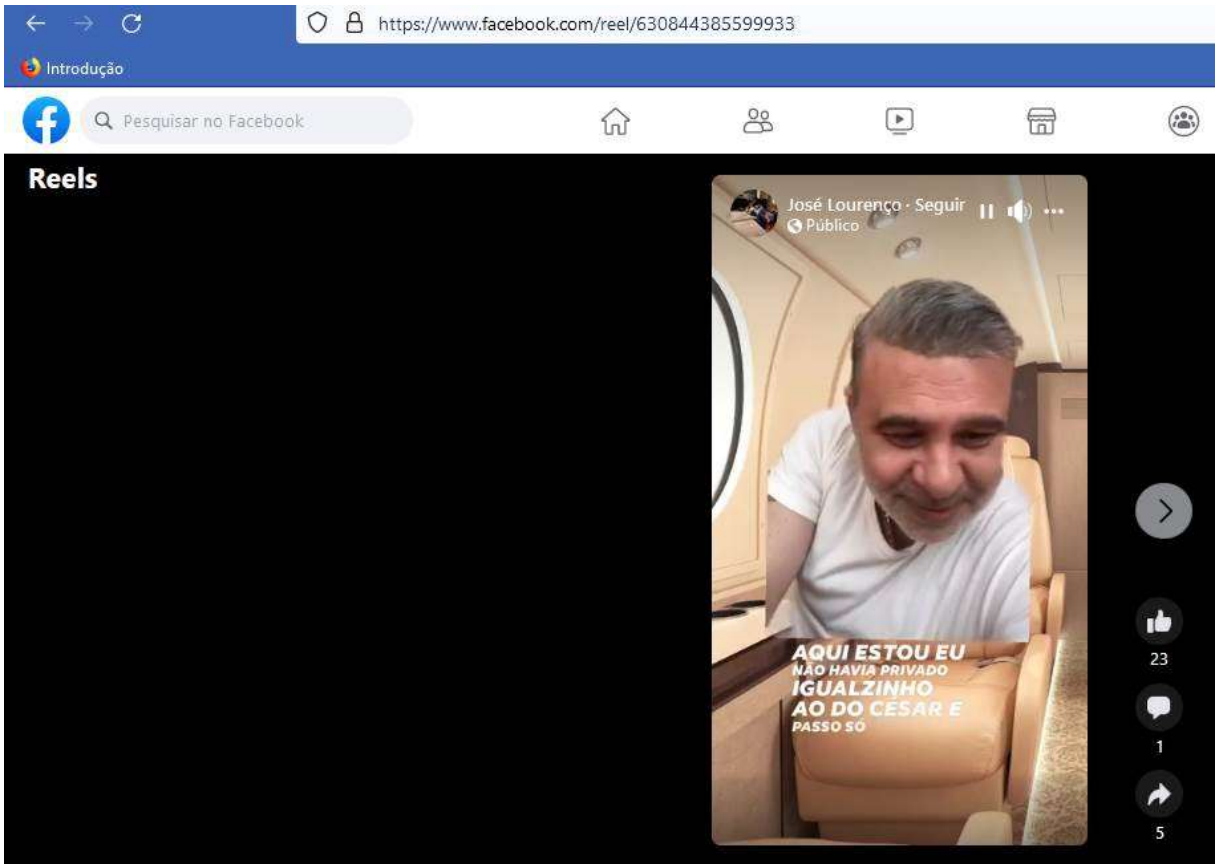
+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/100043817985557/videos/174073492294959/



https://www.facebook.com/reel/630844385599933

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

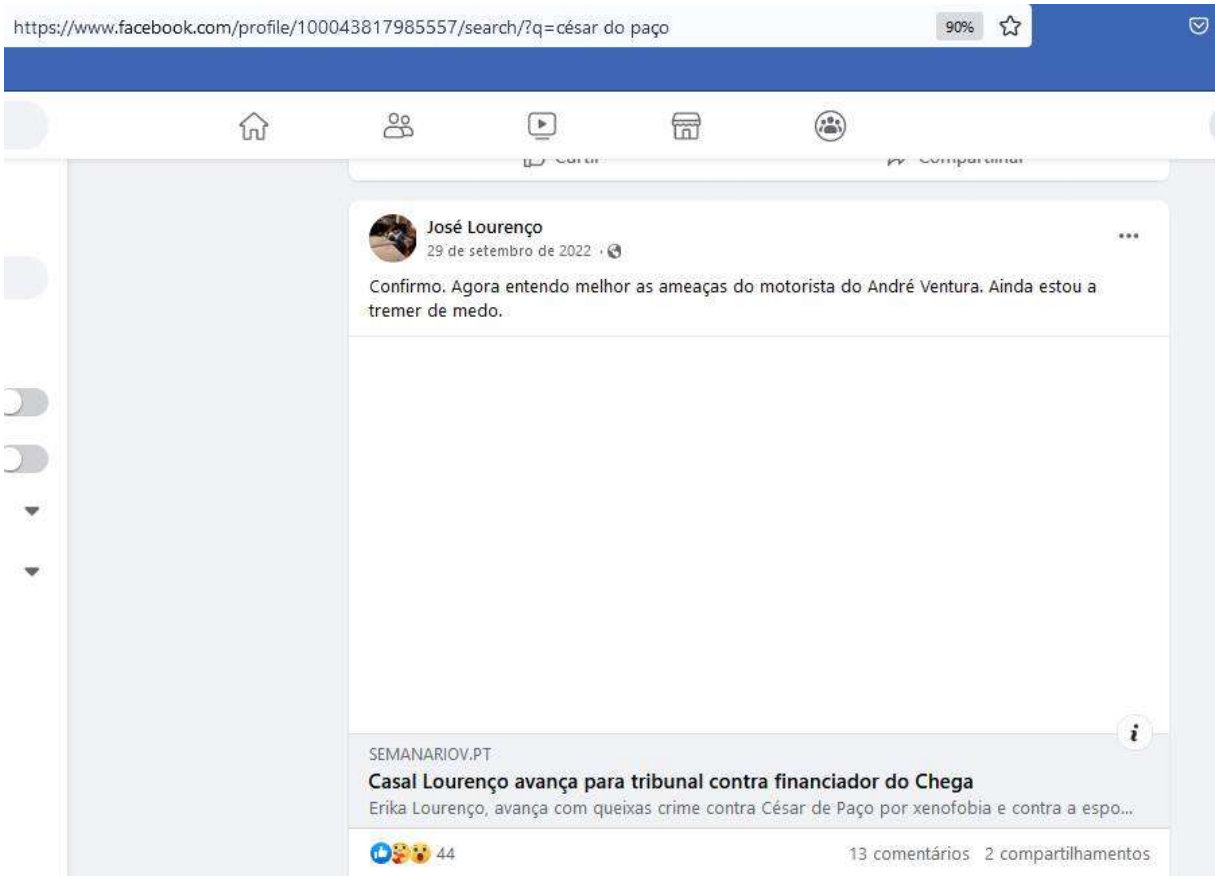
FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0PGhEzgdXLFNHx7Ku9f3mXXovBRzbjaUt8vWMY93pkzGnn3JbZaAJ5FjntdpUCLG7l&id=100043817985557&__cft__[0]=AZVe6hMVUXgVLOmrfGB11AX9pvbtzY9bsnsz05t4-A1QvfW5UnpCfgFlcGsJyLj6Dn00KvvSaRDiEiqTx8oNCJFATcXsSwG8LP8lZtahpwFt-A&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0DbFBzmYAagvTtkUR96V8SAdh9Z5FRLZCfUUn2dkYPuxr9pDXW6KDJDHsKLma2gYQl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZXDG2h0yS6tu8GjZpzi-p1IhDU36KWS-XT5AGrrebcyrj0t0187iuJZ20QHFyIpiU4pBqQlnxd0RFwVmOldULsIrFya-Qb9NRdfIbPjJl6TTw&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS

2) Das postagens realizadas por Érika e ainda presente em sua página:



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

FRANCO ADVOGADOS



https://www.facebook.com/erika.tamires.7927/posts/pfbid0242ZoGCLfxouDsUh83qg2uzbKNqbxVUb1tPBenqJCw2auNFrh9dTU26ADoz7Qh382l?__cft__[0]=AZV2E627ROzKuRMoZ6XHo1ngEjMAs488SZI3HXaeNc1uWfE2zgACmJpz8ovogg7hXij3bCrRGC9FzXm0u1PFvmEvwVwDOueDNjQdHSxPgT6iFvIO_IwqeUTsaqskNKGFUuZ4NKOQL5pBLgVrN0kkEq9E&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/06/2023 às 16:55 , sob o número WBRE23701271313
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código G3Oso0Mp.

São Paulo, 26 de junho de 2023

À Sua Excelência

Exma. Sra. Dra. Maria Elizabeth de Oliveira Bortoloto

Juíza da 6ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP

Assunto: Resposta ao Ofício datado de 20 de junho de 2023

Processo n. º: 1009648-74.2023.8.26.0068

Requerentes: César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro

Requeridos: Érika Tamires Costa Lourenço e outro

Excelência:

Em novo ofício datado de 20 de junho de 2023, V. Exa. intimou o Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. ("Facebook Brasil") para *"que remova os conteúdos ali indicados, informado ao Juízo, a ser protocolados pelos autores, comprovando-se nos autos"*.

Reitera-se que o Facebook Brasil é uma empresa brasileira dedicada exclusivamente à prestação de serviços relacionados à locação de espaços publicitários, à veiculação de publicidade, e ao suporte de vendas relativas ao Facebook. A operação do serviço Facebook, de outro lado, **não** faz parte das atividades do Facebook Brasil, que possui atuação comercial distinta e dissociada.

O serviço Facebook, disponível em http://www.facebook.com e no aplicativo Facebook para dispositivos móveis, é fornecido pela empresa norte-americana Meta Platforms (o Provedor de Aplicações do Facebook, ou "Provedor")[1], conforme mencionado nos Termos de Serviço do Facebook, disponíveis em https://www.facebook.com/legal/terms.

Não obstante, cumpre informar que a partir das novas e imprescindíveis URLs específicas, **indicadas no próprio ofício – quais sejam: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9qjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFqvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_qk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R; https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985**

[1] Antigamente denominada Facebook, Inc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 30/06/2023 às 11:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LyeOa1X4.

557&__cft__%5b0%5d=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFqvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R;

https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/;

https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722;

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0gmuNHDVYWB3r66C81h4tCpqQNBCuxVobU3njForEPt5s9imUHumZd47ecWhUwHCAl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz;

https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBqu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R e https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBqu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__%5b0%5d=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R **– o Provedor de aplicações do Facebook indisponibilizou os referidos conteúdos, em atenção à determinação judicial.**

E mais, uma vez indisponíveis os referidos conteúdos, as respectivas curtidas, comentários e compartilhamentos oriundos destas URLs também se tornam indisponíveis.

Assevere-se que o Facebook Brasil está – e estará – à disposição desse MM. Juízo para prestar esclarecimentos que Vossa Excelência julgar necessários, com nova intimação na sede do Facebook Brasil.

Respeitosamente,

Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 30/06/2023 às 11:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LyeOa1X4.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido: **Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO**

Vistos.

1. Recebo o aditamento de fls. 199/209. Anote-se.
2. Inclua~se o **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA**., no polo passivo da presente ação, conforme requerido.
3. Expeça-se carta de citação para, querendo, contestar a ação, em 15 dias úteis, sob pena de revelia.
4. Presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, conforme decisões anteriores, **defiro as novas medidas de urgência requeridas nos itens II e III de fls. 202**, mantendo a multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00, arbitrada na decisão inicial.
5. Servirá a cópia desta decisão como ofício ao FACEBOOK, para ciência e cumprimento das medidas de urgência, **a ser enviado imediatamente pela serventia, por meio eletrônico,** com cópia da petição inicial, aditamento e decisões anteriores.
6. Diante dos retornos das cartas de citação (fls. 139 e 193), efetuem-se todas as pesquisas de praxe para localização de novo endereço.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 16/07/2023 às 22:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Vxp1RnQw.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

7. Apenas defiro a citação por meio eletrônico caso os réus tenham cadastro no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça, como dispõe expressamente o artigo 246 do CPC.
8. Esgotados todos os meios para localização, citem-se por edital.
9. Faculto aos autores o envio da respectiva minuta ao endereço eletrônico do cartório (barueri6cv@tjsp.jus.br).
10. Decorrido o prazo do edital sem manifestação do requerido, requisite-se a OAB nomeação de curador especial nos termos do artigo 72, II do Código de Processo Civil.
11. Servirá a presente decisão como oficio a ser enviado pela serventia por e-mail (aj.barueri@oabsp.org.br).
12. Com a indicação, intime-se o curador para manifestação.

Intimem-se.
Barueri, 16 de julho de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 16/07/2023 às 22:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Vxp1RnQw.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0591/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "a ser enviado imediatamente pela serventia, por meio eletrônico,"

Barueri, 17 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 17/07/2023 às 00:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xjER12Hc.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0591/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 18/07/2023. Considera-se a data de publicação em 19/07/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "a ser enviado imediatamente pela serventia, por meio eletrônico,"

Barueri, 18 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 18/07/2023 às 02:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Z0DYoX7F.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe − Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico a r. decisão que segue: 1. Recebo o aditamento de fls. 199/209. Anote-se. 2. Inclua~se o FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA ., no polo passivo da presente ação, conforme requerido. 3. Expeça-se carta de citação para, querendo, contestar a ação, em 15 dias úteis, sob pena de revelia. 4. Presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, conforme decisões anteriores, defiro as novas medidas de urgência requeridas nos itens II e III de fls. 202, mantendo a multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00, arbitrada na decisão inicial. 5. Servirá a cópia desta decisão como ofício ao FACEBOOK, para ciência e cumprimento das medidas de urgência, a ser enviado imediatamente pela serventia, por meio eletrônico, com cópia da petição inicial, aditamento e decisões anteriores. 6. Diante dos retornos das cartas de citação (fls. 139 e 1 93), efetuem-se todas as pesquisas de praxe para localização de novo endereço.7. Apenas defiro a citação por meio eletrônico caso os réus tenham cadastro no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça, como dispõe expressamente o artigo 246 do CPC. 8. Esgotados todos os meios para localização, citem-se por edital. 9. Faculto aos autores o envio da respectiva minuta ao endereço eletrônico do cartório (barueri6cv@tjsp.jus.br). 10.Decorrido o prazo do edital sem manifestação do requerido, requisite-se a OAB nomeação de curador especial nos termos do artigo 72, II do Código de Processo Civil. 11.Servirá a presente decisão como oficio a ser enviado pela serventia por e-mail (aj.barueri@oabsp.org.br). 12.Com a indicação, intime-se o curador para manifestação. Intimem-se . (republicado tendo em vista que o texto saiu incompleto na publicação anterior).

Nada Mais. Barueri, 18 de julho de 2023. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 18/07/2023 às 09:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código HwdVGwHf.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Modelo Novo: 506367 - Ato Ordinatório - Publicação - Última Decisão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 18/07/2023 às 09:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código HwdVGwHf.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0598/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "1. Recebo o aditamento de fls. 199/209. Anote-se. 2. Inclua~se o FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA ., no polo passivo da presente ação, conforme requerido. 3. Expeça-se carta de citação para, querendo, contestar a ação, em 15 dias úteis, sob pena de revelia. 4. Presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, conforme decisões anteriores, defiro as novas medidas de urgência requeridas nos itens II e III de fls. 202, mantendo a multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00, arbitrada na decisão inicial. 5. Servirá a cópia desta decisão como ofício ao FACEBOOK, para ciência e cumprimento das medidas de urgência, a ser enviado imediatamente pela serventia, por meio eletrônico, com cópia da petição inicial, aditamento e decisões anteriores. 6. Diante dos retornos das cartas de citação (fls. 139 e 1 93), efetuem-se todas as pesquisas de praxe para localização de novo endereço.7. Apenas defiro a citação por meio eletrônico caso os réus tenham cadastro no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça, como dispõe expressamente o artigo 246 do CPC. 8. Esgotados todos os meios para localização, citem-se por edital. 9. Faculto aos autores o envio da respectiva minuta ao endereço eletrônico do cartório (barueri6cv@tjsp.jus.br). 10.Decorrido o prazo do edital sem manifestação do requerido, requisite-se a OAB nomeação de curador especial nos termos do artigo 72, II do Código de Processo Civil. 11.Servirá a presente decisão como oficio a ser enviado pela serventia por e-mail (aj.barueri@oabsp.org.br). 12.Com a indicação, intime-se o curador para manifestação. Intimem-se . (republicado tendo em vista que o texto saiu incompleto na publicação anterior)."

Barueri, 18 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 18/07/2023 às 10:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ehuibHij.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0598/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 19/07/2023. Considera-se a data de publicação em 20/07/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "1. Recebo o aditamento de fls. 199/209. Anote-se. 2. Inclua~se o FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA ., no polo passivo da presente ação, conforme requerido. 3. Expeça-se carta de citação para, querendo, contestar a ação, em 15 dias úteis, sob pena de revelia. 4. Presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, conforme decisões anteriores, defiro as novas medidas de urgência requeridas nos itens II e III de fls. 202, mantendo a multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00, arbitrada na decisão inicial. 5. Servirá a cópia desta decisão como ofício ao FACEBOOK, para ciência e cumprimento das medidas de urgência, a ser enviado imediatamente pela serventia, por meio eletrônico, com cópia da petição inicial, aditamento e decisões anteriores. 6. Diante dos retornos das cartas de citação (fls. 139 e 1 93), efetuem-se todas as pesquisas de praxe para localização de novo endereço.7. Apenas defiro a citação por meio eletrônico caso os réus tenham cadastro no banco de dados do Poder Judiciário, conforme regulamento do Conselho Nacional de Justiça, como dispõe expressamente o artigo 246 do CPC. 8. Esgotados todos os meios para localização, citem-se por edital. 9. Faculto aos autores o envio da respectiva minuta ao endereço eletrônico do cartório (barueri6cv@tjsp.jus.br). 10.Decorrido o prazo do edital sem manifestação do requerido, requisite-se a OAB nomeação de curador especial nos termos do artigo 72, II do Código de Processo Civil. 11.Servirá a presente decisão como oficio a ser enviado pela serventia por e-mail (aj.barueri@oabsp.org.br). 12.Com a indicação, intime-se o curador para manifestação. Intimem-se . (republicado tendo em vista que o texto saiu incompleto na publicação anterior)."

Barueri, 19 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/07/2023 às 03:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código eF3d93Vq.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido:	**Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Remeto os autos para cumprimento.

Nada Mais. Barueri, 19 de julho de 2023. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 19/07/2023 às 09:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código UTdWqVM2.

Cumprimento de Decisão Judicial - Processo Digital nº: 1009648-74.2023.8.26.0068

ROSELI DA SILVA <roselidasilva@tjsp.jus.br>

Qua, 26/07/2023 15:41

Para:taxcompliancebr@fb.com <taxcompliancebr@fb.com>

6 anexos (3 MB)

decisaoInicial.pdf; decisão1.pdf; decisão2.pdf; Aditamento.pdf; decisão.pdf; inicial.pdf;

Processo Digital nº: 1009648-74.2023.8.26.0068
Classe - Assunto Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos
Requerente: César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro
Requerido: Érika Tamires Costa Lourenço e outro

Prezado(a) Senhor(a)

Venho através do presente, por ordem da Dra Maria Elizabeth de Oliveira Bortoloto,
intimar Vossa Senhoria para dar cumprimento imediato às determinações que seguem anexas.

.

AS RESPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS PARA O E-MAIL DO CARTÓRIO: barueri6cv@tjsp.jus.br

Atenciosamente.

ROSELI DA SILVA
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Sexto Ofício Cível de Barueri-SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 26/07/2023 às 15:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código pFx9QWbr.

Automatic reply: Cumprimento de Decisão Judicial - Processo Digital nº: 1009648-74.2023.8.26.0068

taxcompliancebr <taxcompliancebr@meta.com>

Qua, 26/07/2023 15:42

Para:ROSELI DA SILVA <roselidasilva@tjsp.jus.br>

CUIDADO: Este e-mail se originou fora do TJSP. Não clique em links ou abra anexos a menos que conheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

ESTA É UMA MENSAGEM AUTOMÁTICA. Atenção: Esse e-mail não é monitorado e sua mensagem não será processada. Correspondências endereçadas ao Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. devem ser enviadas para o seguinte endereço: Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700 - 6º Andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - CEP 04542-000. Por favor, siga os meios legalmente adequados para o envio de qualquer notificação extrajudicial, citação ou intimação judicial de qualquer natureza.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 26/07/2023 às 15:53 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 82nmvcia.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Fica o autor intimado a recolher as custas postais, no valor de R$ 29,70 para expedição da carta de citação e intimação da ré FaceBook, em favor do Fundo Especial de Despesa do Tribunal - FEDT. Código 120-1, no prazo

Providencie o exequente, no prazo de cinco dias, o recolhimento das taxas para as pesquisas de endereço dos demais réus , sendo 1 UFESP, no valor de R$ 34,26, para cada órgão a ser pesquisado (Sisbajud, Renajud, Serasajud, Infojud), nos termos do art. 9º do Provimento CSM nº 2.684/2023. Clique no link e acesse o formulário da guia: https://www45.bb.com.br/fmc/frm/fw0707314_1.Jsp

Nada Mais. Barueri, 26 de julho de 2023. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 26/07/2023 às 16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Im3QWkKx.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0628/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)	D.J.E
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fica o autor intimado a recolher as custas postais, no valor de R$ 29,70 para expedição da carta de citação e intimação da ré FaceBook, em favor do Fundo Especial de Despesa do Tribunal - FEDT. Código 120-1, no prazo Providencie o exequente, no prazo de cinco dias, o recolhimento das taxas para as pesquisas de endereço dos demais réus , sendo 1 UFESP, no valor de R$ 34,26, para cada órgão a ser pesquisado (Sisbajud, Renajud, Serasajud, Infojud), nos termos do art. 9º doProvimento CSM nº 2.684/2023. Clique no link e acesse o formulário da guia:https://www45.bb.com.br/fmc/frm/fw0707314_1.Jsp"

Barueri, 27 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/07/2023 às 09:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 92fYcZTJ.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados signatários, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento ao ato ordinatório da fl. 223[1], requerer a juntada dos inclusos comprovantes de recolhimento das custas ali referidas.

Reitera que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 27 de julho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

[1] Fica o autor intimado a recolher as custas postais, no valor de R$ 29,70 para expedição da carta de citação e intimação da ré FaceBook, em favor do Fundo Especial de Despesa do Tribunal - FEDT. Código 120-1, no prazo Providencie o exequente, no prazo de cinco dias, o recolhimento das taxas para as pesquisas de endereço dos demais réus , sendo 1 UFESP, no valor de R$ 34,26, para cada órgão a ser pesquisado (Sisbajud, Renajud, Serasajud, Infojud), nos termos do art. 9º doProvimento CSM nº 2.684/2023. Clique no link e acesse o formulário da guia:https://www45.bb.com.br/fmc/frm/fw0707314_1.Jsp

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2023 às 11:14 , sob o número WBRE23701518378
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código lqqQRYTD.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2023072616383709

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6ª Vara Cível de Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Despesas para a citação postal do réu (Facebook)	29,70
	Total 29,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868100000002	297051174001	112011390204	860001907098



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2023072616383709

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6ª Vara Cível de Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Despesas para a citação postal do réu (Facebook)	29,70
	Total 29,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868100000002	297051174001	112011390204	860001907098



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2023072616383709

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

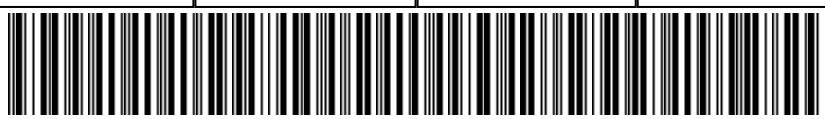
Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6ª Vara Cível de Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Despesas para a citação postal do réu (Facebook)	29,70
	Total 29,70

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868100000002	297051174001	112011390204	860001907098



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2023 às 11:14 , sob o número WBRE23701518378
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Sr7MLc8t.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
27/07/2023 - AUTO-ATENDIMENTO - 10.33.39
5814905814

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CAMILA MENDONCA BANDEIRA
AGENCIA: 5814-9 CONTA: 348-4

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86810000000-2	29705117400-1
	11201139020-4	86000190709-8
Data do pagamento		27/07/2023
Valor Total		29,70

DOCUMENTO: 072701
AUTENTICACAO SISBB:
7.75B.3A8.E62.E3E.3D1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2023 às 11:14 , sob o número WBRE23701518378
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Sr7MLc8t.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2023072616465801

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	434-1

Histórico	Valor
Despesas para a realização das pesquisas Sisbajud, Renajud, Serasajud, Infojud.	137,04
	Total 137,04

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868400000016	370451174003	143411390201	860001908019

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2023072616465801

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	434-1

Histórico	Valor
Despesas para a realização das pesquisas Sisbajud, Renajud, Serasajud, Infojud.	137,04
	Total 137,04

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868400000016 370451174003 143411390201 860001908019

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2023072616465801

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	434-1

Histórico	Valor
Despesas para a realização das pesquisas Sisbajud, Renajud, Serasajud, Infojud.	137,04
	Total 137,04

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868400000016 370451174003 143411390201 860001908019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2023 às 11:14 , sob o número WBRE23701518378
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ErGeaSv9.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
27/07/2023 - AUTO-ATENDIMENTO - 10.34.15
5814905814

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CAMILA MENDONCA BANDEIRA
AGENCIA: 5814-9 CONTA: 348-4

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86840000001-6	37045117400-3
	14341139020-1	86000190801-9
Data do pagamento		27/07/2023
Valor Total		137,04

DOCUMENTO: 072702
AUTENTICACAO SISBB:
F.E6E.E37.6DD.F13.87D

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2023 às 11:14 , sob o número WBRE23701518378
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ErGeaSv9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Remeto os autos para cumprimento.

Nada Mais. Barueri, 27 de julho de 2023. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 11:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wcNZ4pe7.

RENAJUD - Restrições Judiciais On-Line

Usuário: ROSELI DA SILVA
27/07/2023 - 11:41:18

Dados do Veículo

Placa	KHJ8394	**Placa Anterior**		**Ano Fabricação**	2009
Chassi	KMHFC41DBAA476808	**Marca/Modelo**	I/HYUNDAI AZERA 3.3 V6	**Ano Modelo**	2010

Dados da Comunicação de Venda

Informações não disponibilizadas pelo DETRAN

Dados do Proprietário

Nome	JOSE HORACIO MOREIRA G LOURENCO	**CPF/CNPJ**	703.430.511-09
Endereço	AVENIDA CAIRU, N° 389, APT 903, CABO BRANCO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58045-100		

Dados do Arrendatário

Informações não disponibilizadas pelo DETRAN

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 11:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código I9BbwPnE.

BRASIL

Titular (Acesso GOV.BR por Certificado): 131.405.628-02 - ROSELI DA SILVA

Sair com Segurança

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso

Acesse a sua caixa postal

INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO - Consulta de Informações Cadastrais

CPF:	703.430.511-09
Nome Completo:	JOSE HORACIO MOREIRA GONCALVES LOURENCO
Nome da Mãe:	MARIA DEOLINDA MOREIRA GONCALVES LOURENCO
Data de Nascimento:	29/11/1970
Título de Eleitor:	0000000000000
Endereço:	AV GERALDO COSTA 121 APTO 203 MANAIRA
CEP:	58038-130
Municipio:	JOAO PESSOA
UF:	PB

Voltar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 11:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 8FwzV8TA.

São Carlos, 27 de julho de 2023 APJUR 2630429/2023

BARUERI
Vara: 6 OFICIO CIVEL

Processo: 10096487420238260068

Ofício: 1154753

Parte(s): JOSE HORACIO MOREIRA GONCALVES LOURENCO - 70343051109

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a),

A Serasa Experian, sediada na Alameda dos Quinimuras, nº 187, na cidade de São Paulo/SP – CEP 04068-900, vem, respeitosamente, informar que em atendimento a Vossa r. solicitação, através do ofício acima mencionado, consta(m) o(s) seguinte(s) endereço(s):

JOSE HORACIO MOREIRA GONCALVES LOURENCO - 70343051109
AV OMEGA, 174
MELVILLE EMPRESARIAL I E II
CEP 6472005
BARUERI - SP

Sem mais para o momento, apresentamos protestos de elevada estima e consideração.

SERASA EXPERIAN

Gestão de Mandados e Requerimentos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 11:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 4ZYIQGrA.

BRASIL

Titular (Acesso GOV.BR por Certificado): 131.405.628-02 - ROSELI DA SILVA

Sair com Segurança

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso

Acesse a sua caixa postal

INFORMAÇÕES AO JUDICIÁRIO - Consulta de Informações Cadastrais

CPF:	419.880.368-44
Nome Completo:	ERIKA TAMIRES COSTA
Nome da Mãe:	ANALIA PEDRO COSTA
Data de Nascimento:	24/07/1991
Título de Eleitor:	0379326470175
Endereço:	R JOSE AUGUSTO DE CAMARGO 532 VL POUSO ALEGRE
CEP:	6401-170
Municipio:	BARUERI
UF:	SP

Voltar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 13:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código rxRDx1vK.

São Carlos, 27 de julho de 2023 APJUR 2630728/2023

BARUERI
Vara: 6 OFICIO CIVEL

Processo: 10096487420238260068

Ofício: 1155086

Parte(s): Erika Tamires Costa Lourenco - 41988036844

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a),

A Serasa Experian, sediada na Alameda dos Quinimuras, nº 187, na cidade de São Paulo/SP – CEP 04068-900, vem, respeitosamente, informar que em atendimento a Vossa r. solicitação, através do ofício acima mencionado, consta(m) o(s) seguinte(s) endereço(s):

Erika Tamires Costa Lourenco - 41988036844
AV MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES, 4
TAMBORE
CEP 6543001
SANTANA DE PARNAIBA - SP

Sem mais para o momento, apresentamos protestos de elevada estima e consideração.

SERASA EXPERIAN

Gestão de Mandados e Requerimentos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 13:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código rxRDx1vK.

renajud Restrições Veículos Au

Seja bem vindo,

Sair

ROSELI DA SILVA TJSP 27/07/2023 • 13h 13' 52'' • **09:37**

Restrições Designações

Você está em: RENAJUD Inserir Restrições

Inserir Restrição Veicular

A pesquisa não retornou resultados.

Pesquisa de Veículos (Informe 1 ou mais campos)

Placa	Chassi	CPF/CNPJ	Mostrar somente veículos sem restrição RENAJUD
		419.880.368-44	☐

Pesquisar Limpar

2.5.

Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco H, 5º andar - CEP 70700-010 - Brasília-DF

SENATRAN Ministério das Cidades

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 13:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código qlokTAMX.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SISBAJUD

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

06 CIVEL DE BARUERI

RECIBO DE PROTOCOLAMENTO DE REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES

Dados da Requisição

Situação da solicitação: **Ordem judicial ainda não disponibilizada para as instituições financeiras**

As ordens judiciais protocoladas até as 19h00min dos dias úteis serão consolidadas, transformadas em arquivos de remessa e disponibilizadas simultaneamente para todas as instituições financeiras até as 23h00min do mesmo dia. As ordens judiciais protocoladas após as 19h00min ou em dias não úteis serão tratadas e disponibilizadas às instituições financeiras no arquivo de remessa do dia útil imediatamente posterior.

Número do protocolo: 20230011427006

Data/hora de protocolamento: 27/07/2023 13:20

Número do processo: 1009648-74.2023.8.26.0068

Juiz solicitante: MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Tipo/natureza da ação: Ação Cível

CPF/CNPJ do autor/exequente da ação:

Nome do autor/exequente da ação: Cesar Manuel Cardoso Matos de Paço

Ordem sigilosa? Não

Informações requisitadas

Endereços

Dados sobre contas, investimentos e outros ativos encerrados: SIM

Dados dos Pesquisados

Pessoa Pesquisada	Contas e aplicações financeiras pesquisadas
419.880.368-44: ERIKA TAMIRES COSTA	21104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL / 32429 - BCO INTER / 40989 - PAGSEGURO INTERNET S.A. / 03008 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. / 43388 - HUB PAGAMENTOS S.A / 40923 - NU PAGAMENTOS S.A. / 44368 - NEON PAGAMENTOS S.A. / 43281 - PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. / 00053 - BANQI INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA. / 42122 - BCO C6 S.A. / 05655 - BCO VOTORANTIM /

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 13:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código UGCkg2U6.

07341 - ITAÚ UNIBANCO S.A.
/

Pessoa Pesquisada	Contas e aplicações financeiras pesquisadas
703.430.511-09: JOSE HORACIO MOREIRA GONCALVES LOURENCO	21104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL / 42122 - BCO C6 S.A. / 07341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. / 05237 - BCO BRADESCO /

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 13:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código UGCkg2U6.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Tendo em vista o retorno negativo da mensagem enviada à Facebook, juntada às fls. 222, informe o autor e-mail válido pra envio da decisão ofício e demais peças, conforme contou na decisão de fls. 212/213. Cientifico-o ainda das respostas das pesquisas já realizadas para busca de endereços dos réus, fls. 231/236.
Nada Mais. Barueri, 27 de julho de 2023. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 27/07/2023 às 13:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código WG1WnjfQ.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0631/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Tendo em vista o retorno negativo da mensagem enviada à Facebook, juntada às fls. 222, informe o autor e-mail válido pra envio da decisão ofício e demais peças, conforme contou na decisão de fls. 212/213. Cientifico-o ainda das respostas das pesquisas já realizadas para busca de endereços dos réus, fls. 231/236."

Barueri, 27 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 27/07/2023 às 13:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 13Ujgh6D.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0628/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 28/07/2023. Considera-se a data de publicação em 31/07/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Taarik de Freitas Castilho (OAB 257528/SP)
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Fica o autor intimado a recolher as custas postais, no valor de R$ 29,70 para expedição da carta de citação e intimação da ré FaceBook, em favor do Fundo Especial de Despesa do Tribunal - FEDT. Código 120-1, no prazo Providencie o exequente, no prazo de cinco dias, o recolhimento das taxas para as pesquisas de endereço dos demais réus , sendo 1 UFESP, no valor de R$ 34,26, para cada órgão a ser pesquisado (Sisbajud, Renajud, Serasajud, Infojud), nos termos do art. 9º doProvimento CSM nº 2.684/2023. Clique no link e acesse o formulário da guia:https://www45.bb.com.br/fmc/frm/fw0707314_1.Jsp"

Barueri, 28 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/07/2023 às 02:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código knlV99TZ.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0631/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 28/07/2023. Considera-se a data de publicação em 31/07/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Tendo em vista o retorno negativo da mensagem enviada à Facebook, juntada às fls. 222, informe o autor e-mail válido pra envio da decisão ofício e demais peças, conforme contou na decisão de fls. 212/213. Cientifico-o ainda das respostas das pesquisas já realizadas para busca de endereços dos réus, fls. 231/236."

Barueri, 28 de julho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/07/2023 às 02:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código fpFVwCjN.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE CITAÇÃO - RITO COMUM – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Destinatário:
Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Andares 1 a 4,6 a 12,14 e 15, Itaim Bibi
São Paulo-SP
CEP 04538-132

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, disponibilizadas na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, **no prazo de 15 dias úteis**, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 27 de julho de 2023. Roseli da Silva - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 28/07/2023 às 10:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nkfjsTdz.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, em epígrafe, por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento ao ato ordinatório da fl. 239[1], comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. Apesar das pesquisas nos órgãos oficiais (Receita Federal do Brasil, JUCESP, entre outros), denota-se que *Facebook* não disponibiliza *e-mails* para o recebimento de notificações e correspondências, as quais, conforme resposta da fl. 222, devem ser endereçadas para sua sede, atualmente localizada na Av. Faria Lima, 3732, Andares 1 a 4, 6 a 12, 14 e 15.

2. Ao tomarem conhecimento disso, os autores, de antemão, realizaram o protocolo da decisão das fls. 212 – 213, acompanhada da documentação suporte (petição inicial, aditamento e decisões anteriores), conforme o incluso anexo (*cfr.* Doc. 1)[2], não havendo, portanto, razões para o descumprimento.

3. Em caso de descumprimento da ordem, contudo, o que desde logo se antevê, face ao histórico de recalcitrância do *Facebook*, é imprescindível que se proceda a intimação de seu representante legal, via oficial de justiça, a fim de que se cumpra as determinações deste MM. Juízo, sobre pena de crime de desobediência, o que será requerido oportunamente.

---

[1] Tendo em vista o retorno negativo da mensagem enviada à Facebook, juntada às fls. 222, informe o autor e-mail válido pra envio da decisão ofício e demais peças, conforme contou na decisão de fls. 212/213. Cientifico-o ainda das respostas das pesquisas já realizadas para busca de endereços dos réus, fls. 231/236.

[2] Doc. 1. Protocolo do ofício junto ao *Facebook.*

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/08/2023 às 11:57 , sob o número WBRE23701553505
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Kjl9hkWt.

FRANCO ADVOGADOS

4. De outra parte, considerando as respostas contidas nas fls. 231 – 236, requer a citação postal de Érika e José Lourenço, nos respectivos endereços, ora descriminados a seguir:

ENDEREÇOS PARA A CITAÇÃO DE JOSÉ LOURENÇO
Av. Cairu, 389, Ap. 903, Cabo Branco, CEP 58045-100, João Pessoa / PB
Av. Geraldo Costa, 121, Ap. 203, Manara, CEP 58038-130, João Pessoa / PB
Av. Ômega, 174, Melville Empresarial I e II, CEP 6472-005, Barueri / SP

ENDEREÇOS PARA A CITAÇÃO DE ÉRIKA
R. Jose Augusto de Camargo, 532, VL. Pouso Alegre, CEP 64401-170, Barueri / SP
Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 4, CEP 6543-001, Tamboré, Santana de Parnaíba / SP

5. Para tanto, os autores apresentam o comprovante de recolhimento das custas necessárias as citações (*cfr.* Doc. 2)[3], nos endereços apontados acima.

6. Reitera que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 31 de julho de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

[3] Doc. 2. Comprovantes de recolhimento das despesas para as citações dos réus.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/08/2023 às 11:57 , sob o número WBRE23701553505
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Kjl9hkWt.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

PROTOCOLO

DECISÃO

Processo Digital nº: **1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto **Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro**
Requerido: **Érika Tamires Costa Lourenço e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO**

Vistos.

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
13.347.016/0001-17
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 8º andar, Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04538-132
RECEBIDO
28/7/23
13:00

1. Recebo o aditamento de fls. 199/209. Anote-se.
2. Inclua~se o **FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**, no polo passivo da presente ação, conforme requerido.
3. Expeça-se carta de citação para, querendo, contestar a ação, em 15 dias úteis, sob pena de revelia.
4. Presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, conforme decisões anteriores, **defiro as novas medidas de urgência requeridas nos itens II e III de fls. 202**, mantendo a multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$ 20.000,00, arbitrada na decisão inicial.
5. Servirá a cópia desta decisão como ofício ao FACEBOOK, para ciência e cumprimento das medidas de urgência, **a ser enviado imediatamente pela serventia, por meio eletrônico,** com cópia da petição inicial, aditamento e decisões anteriores.
6. Diante dos retornos das cartas de citação (fls. 139 e 193), efetuem-se todas as pesquisas de praxe para localização de novo endereço.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/08/2023 às 11:57 , sob o número WBRE23701553505
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgcf.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código IwLGJPVG.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 26/07/2023 às 22:01 .

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230728153317O6

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Despesas para a citação posta dos rés (Erika e JL - 6 endereços)	148,50
	Total 148,50

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868300000014	485051174000	112011390204	860001907063

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230728153317O6

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Despesas para a citação posta dos rés (Erika e JL - 6 endereços)	148,50
	Total 148,50

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868300000014	485051174000	112011390204	860001907063

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20230728153317O6

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	04534-004

Endereço	Código
Rua Joaquim Floriano, 960 - 7 andar	120-1

Histórico	Valor
Despesas para a citação posta dos rés (Erika e JL - 6 endereços)	148,50
	Total 148,50

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jun/2023 - SISBB 23172 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868300000014	485051174000	112011390204	860001907063

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/08/2023 às 11:57 , sob o número WBRE23701553505
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código sLrHPLB8.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
31/07/2023 - AUTO-ATENDIMENTO - 17.30.12
5814905814

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CAMILA MENDONCA BANDEIRA
AGENCIA: 5814-9 CONTA: 348-4

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86830000001-4	48505117400-0
	11201139020-4	86000190706-3
Data do pagamento		31/07/2023
Valor Total		148,50

DOCUMENTO: 073104
AUTENTICACAO SISBB:
E.F0E.B2E.B40.B25.7C6

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/08/2023 às 11:57 , sob o número WBRE23701553505
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código sLrHPLB8.

Tozzini Freire.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Autos n.º 1009648-74.2023.8.26.0068
Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada.

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. ("Facebook Brasil"), pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 13.347.016/0001-17, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, Itaim Bibi, CEP: 04538-132, por seu advogado, nos autos da **Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada** em epígrafe, ajuizada por **SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC** e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO ("Autores")**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção à r. decisão liminar de fls. 172/173 e 202/203, que determinou a suspensão dos perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook, requerer a sua **RECONSIDERAÇÃO**, pelos motivos que passa a expor.

I. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DA URL DOS PERFIS QUE SE PRETENDE PROVIDÊNCIAS NO SERVIÇO FACEBOOK.

1. Conforme se infere dos autos, Vossa Excelência determinou ao Facebook Brasil a suspensão dos perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook.

2. Excelência, cumpre informar que os Autores sequer indicam a **URL específica dos perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook**, o que não somente vai contra previsto no ordenamento legal, notadamente do disposto no artigo 19, § 1.º da Lei 12.965/2014[1]; **como também representa entrave para que o Provedor de Aplicações do Facebook possa localizar os referidos perfis e eventualmente cumprir com a ordem judicial proferida.**

3. A **URL**[2] é o endereço eletrônico próprio de cada conteúdo na internet (uma combinação única de letras, números e/ou caracteres), e funciona como se fosse seu

[1] *"Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.*

*§ 1º A ordem judicial de que trata o **caput** deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material."*

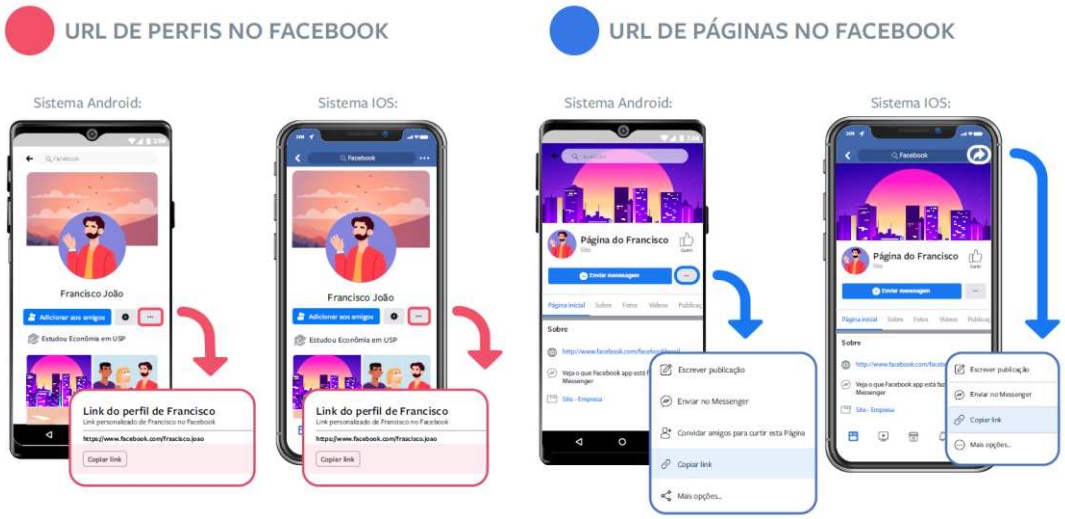
[2] URL é uma sigla oriunda do nome "Universal Resource Locator", que em português pode ser traduzido livremente como "Localizador Universal de Recursos".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código GvWCqU0A.

Tozzini Freire.

"CPF". É ela o único dado capaz de identificar um determinado conteúdo infringente, de maneira inequívoca, com absoluta certeza e segurança jurídica.

4. No serviço Facebook[3], a URL de perfis, páginas e grupos, específicos é obtida de forma simples e fácil, conforme demonstra o passo a passo abaixo:



5. **A Lei 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet" - "MCI") em seu artigo 19, *caput* e § 1º, confirma a necessidade de "*identificação clara e específica do conteúdo*" em aplicações de internet, para fins de "*localização inequívoca*" quando da adoção de providências previstas em ordem judicial**.

6. Evidente, portanto, que a especificação e localização inequívoca de conteúdos na Internet por meio da URL, é **essencial** para o cumprimento de ordens judiciais no Brasil, já que as URLs:

1) **Garantem segurança jurídica**, uma vez que a apreciação judicial depende da correta identificação do conteúdo;

2) **Garantem a efetividade das ordens judiciais**, pois possibilita que os provedores de aplicações de internet, como o Provedor de Aplicações do Facebook localize de forma inequívoca o conteúdo para dar cumprimento à ordem judicial;

3) **Preservam o direito de terceiros**, mitigando o risco de remoção de conteúdos de terceiros não envolvidos na lide, o que implicaria violação do art. 506

[3] Os serviços Facebook, disponível em http://www.facebook.com/ no aplicativos Facebook para dispositivos móveis, são fornecidos pela empresa norte-americana Meta Platforms, Inc. (o Provedor de Aplicações do Facebook e Instagram ou "Provedor"), conforme mencionado nos Termos de Serviço do Facebook, disponível em https://www.facebook.com/legal/terms/.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código GvWCqU0A.

Tozzini Freire.

do CPC;

4) **Preservam a liberdade de expressão** dos usuários. A especificação da URL é imprescindível, sob pena de violação injustificada das garantias constitucionais à liberdade de manifestação, acesso à informação e aos espaços públicos, e, ainda, à vedação da censura (arts. 5º, IV, IX e XIV e ainda art. 220, caput e § 2º ambos da Constituição Federal – "CF", bem como arts. 2º, caput, 3º, I e 8º, caput do MCI);

5) **Permitem a comprovação do cumprimento das ordens judiciais**.

7. A ausência de tal pressuposto essencial torna a ordem judicial **genérica**, causando injusto embaraço ao seu cumprimento (em afronta ao art. 77, IV do Código de Processo Civil - "CPC") com risco de torná-lo impraticável do ponto de vista legal (arts. 492, parágrafo único e 499 do CPC).

8. O entendimento de que a URL é indispensável para a exigibilidade de ordens judiciais direcionadas aos provedores de aplicações de internet também é confirmado pela jurisprudência pátria:

> "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. FORNECIMENTO DE LOCALIZADOR URL. COMANDO JUDICIAL ESPECÍFICO. NECESSIDADE. MONITORAMENTO PRÉVIO DE PUBLICAÇÕES NA REDE SOCIAL. IMPOSSIBILIDADE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. APRESENTAR INFORMAÇÕES. DETERMINAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. 1. Ação de exibição de documentos. 2. É necessária a indicação clara e específica do localizador URL do conteúdo infringente para a validade de comando judicial que ordene sua remoção da internet. O fornecimento do URL é obrigação do requerente. 3. Agravo não provido." (STJ –**3º Turma, AgInt no AgInt no REsp 1759801-RN** (2018/0201971-4), Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 01/07/2020) (g.n.) (Trânsito em julgado: Sim/Não/TBD --- Última data de aferição: 00/00/00).

9. Por derradeiro, no que tange à aplicação de multa diária no valor de R$ 500,00, até o limite de R$ 20.000,00, tem-se que a **obrigação imposta é plenamente incompatível**, pois não foi fornecido nos autos informações mínimas para que o Provedor do Facebook sequer possa investigar o quanto alegado pelos Autores.

10. Ademais, importante destacar que o **Superior Tribunal de Justiça** já destacou que a discussão e a revisão sobre a multa arbitrada poderá ser realizada a qualquer tempo, independentemente de operado o trânsito em julgado porque a jurisprudência *"é iterativa no sentido da possibilidade de se proceder à revisão da "astreintes" a qualquer tempo"*. Confira-se:

> PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MULTA DIÁRIA. REDUÇÃO. LIMITAÇÃO. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código GvWCqU0A.

Tozzini Freire.

> **POSSIBILIDADE**. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE PRELIBAÇÃO. SÚMULA N. 182-STJ. INAPLICABILIDADE, NA HIPÓTESE.
> I. "**É possível a** redução **das astreintes fixadas fora dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade**, fixada a sua limitação ao valor do bem da obrigação principal, **evitando-se o enriquecimento sem causa**." (4ª Turma, REsp 947466/PR, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe 13/10/2009)
> II. "Esta Corte já decidiu que o artigo 461, § 6º, do Código de Processo Civil permite que o magistrado altere o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença. Aplicável, portanto, à espécie, o óbice da Súmula 83 desta Corte." (3ª Turma, AgRg no Ag 1147543/MG, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 05/08/2009)
> III. Agravo regimental desprovido[4].

11. Assim, requer a **reconsideração da r. decisão liminar**, pois imprescindível que os Autores, em observância ao disposto nos artigos 6º e 77, IV, do CPC, indiquem a URL específica dos perfis dos Corréus no serviço Facebook (www.facebook.com), sob pena de cerceamento de defesa, nos termos do disposto no artigo 5.º, LV, da Constituição Federal, e violação ao art. 19 § 1º do Marco Civil da Internet, e **sob pena de configuração de uma obrigação inviável de ser cumprida, nos termos dos artigos 499 e 537, §1.º, do Código de Processo Civil.**

II. ORDEM DEMASIADA. POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO DOS DIREITOS DOS AUTORES COM OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS RESPONSÁVEIS PELOS PERFIS RECLAMADOS. NECESSIDADE DE RESTRIÇÃO DA ORDEM DE REMOÇÃO A CONTEÚDOS ESPECÍFICOS. DA DESPROPORCIONALIDADE E DESNECESSIDADE DE EXCLUSÃO INTEGRAL DOS PERFIS RECLAMADOS.

12. Ainda, Excelência, cumpre esclarecer que a determinação supra se demonstra **desproporcional** e **não razoável** com as circunstâncias do presente caso, ferindo diversos dos principais direitos constitucionais em vigor, como, por exemplo, o da liberdade de expressão.

13. Deste modo, **verifica-se que os perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook podem conter conteúdos de cunho informativo de interesse geral e exercício dos direitos à liberdade de expressão e manifestação de pensamento, garantidos nos artigos 5.º, incisos IV, IX, LIV e 220, ambos da Constituição Federal**.

14. Ademais, **a referida ordem é medida contrária ao disposto no artigo 19, § 1.º do Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014)[5]** que trata de **remoção**

[4] STJ, AgRg no Ag 1143766/SP, 4.ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho, D.O.U. 10.12.2010
[5] "Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.
§ 1o **A ordem judicial de que trata o caput deverá conter**, **sob pena de nulidade**, **identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente**, **que permita a localização inequívoca do material**."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código GvWCqU0A.

Tozzini Freire.

somente de conteúdo específico e que seja reputado ilícito, devidamente identificado por sua URL (endereço eletrônico), especialmente em seu parágrafo 1º:

> Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, **o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente**, ressalvadas as disposições legais em contrário.
>
> **§ 1º A ordem judicial de que trata o *caput* deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.** (grifou-se)

15. O propósito desse dispositivo não é outro senão assegurar a livre manifestação de pensamento e liberdade de expressão dos usuários, sem lhes cercear injustamente tais garantias e incorrer em censura prévia. Através de disposição legal, permite-se a censura cirúrgica apenas do que o Judiciário considerar que ultrapassou o limite da liberdade de expressão e, com isso, caracterizou-se em ilícito.

16. Isso porque, trata-se de **direitos constitucionalmente garantidos** pelos artigos 5º, incisos IV, IX e XIV e 220, caput e § 2º, direitos estes cuja proteção e ponderação deve ser feita em análise cirúrgica de determinado conteúdo exclusivamente pelo Poder Judiciário, pois é o único órgão ao qual é conferido o poder de **sopesamento de princípios** à luz da **reserva jurisdicional** que lhe é assegurada e prevista pelo art. 5º, XXXV da Constituição Federal[6].

17. Neste sentido, observe-se que a **posição acerca da exclusão apenas das postagens consideradas ilegais, e não de contas inteiras, é constantemente adotada[7]** inclusive pelo **Colendo STJ**, que visa à preservação dos direitos constitucionais dos usuários:

> [1] "(...) **Não se pode, sob o pretexto de dificultar a propagação de conteúdo ilícito ou ofensivo na web, reprimir o direito da coletividade à informação**. Sopesados os direitos envolvidos e o risco potencial de

[6] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; (...)
IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (...)
XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
XXXV - a lei não excluirá da **apreciação do Poder Judiciário** lesão ou ameaça a direito;
Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. (...)
§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.
[7] Neste sentido: TJMG - 1ª Câmara Cível, AI nº 1.0382.14.015680-5/001, rel. Des. GERALDO AUGUSTO, j. em 10/3/2015.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código GvWCqU0A.

Tozzini Freire.

> violação de cada um deles, **o fiel da balança deve pender para a garantia da liberdade de informação** assegurada pelo art. 220, § 1º, da CF/88, sobretudo considerando que a Internet representa, hoje, importante veículo de comunicação social de massa". **(Recurso especial n.º 1.316.921/RJ, Terceira Turma, ministra Nancy Andrighi, 20.6.2012)**

18. Assim, considerando que a desativação dos perfis dos Corréus, de forma integral, representa medida extrema e exacerbada, deve o Poder Judiciário ater-se a uma análise pormenorizada sobre quais **conteúdos** dentro deles efetivamente são considerados abusivos ou ilícitos, em atenção aos princípios da **proporcionalidade** e da **razoabilidade**.

19. E para que haja a análise exclusiva do Poder Judiciário sob a suscitada ilegalidade de determinado conteúdo, os Autores **deverão fornecer a URL específica**[8] de conteúdos que tenham sido veiculados nos perfis em discussão para que – se assim entender o Poder Judiciário – seja indisponibilizado somente aquele conteúdo que esteja em desacordo com a legislação.

20. Portanto, a ordem judicial para a desabilitação integral dos perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook se revela verdadeiro subterfúgio e evidente abuso de direito, o que deve ser repelido de pronto pelo Poder Judiciário, devendo a referida ordem restringir-se aos conteúdos considerados ilegais, uma vez que a Constituição Federal resguarda os direitos **à liberdade de expressão e manifestação de pensamento, garantidos nos artigos 5.º, incisos IV, IX, LIV e 220.**

21. Diante de todo o exposto, tendo em vista que o escopo da ordem judicial é **demasiado**, destaca-se a possibilidade de remoção específica dos conteúdos "de forma cirúrgica" após a identificação dos seus endereços eletrônicos peles Autores, visto que os perfis dos Corréus podem conter conteúdos que não se referem ao objeto desta lide, em atenção às garantias constitucionalmente protegidas.

III – CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS.

22. Diante do exposto, clama-se para que Vossa Excelência reconsidere a determinação de remoção integral dos perfis dos Corréus José e Érika, uma vez que se revela desproporcional, ante a ausência de comprovação de sua ilicitude, sendo possível a remoção pontual apenas dos conteúdos ofensivos, mediante a indicação específica das URLs pelos Autores e juízo de valor do Poder Judiciário, para que este Réu adote as providências, conforme preconiza o artigo 19, §1º da Lei 12.965/2014. Ainda, necessário que os Autores indiquem a URL específica dos perfis dos Corréus,

[8] Para localização dos endereços eletrônicos (URLs) dos **conteúdos específicos a serem removidos**, é indispensável encontrá-los na *internet* e clicar com o cursor no *link* que identifica o **momento da publicação** (logo abaixo do nome do perfil ou da página), gerando, assim, uma URL específica de conteúdo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código GvWCqU0A.

Tozzini Freire.

possibilitando que o Provedor do Facebook investigue as alegações autorais.

23. Outrossim, requer a juntada dos anexos documentos de representação e que todas as intimações sejam direcionadas **exclusivamente** em nome de **Celso de Faria Monteiro, inscrito na OAB/SP 138.436,** sob pena de nulidade, nos termos dos §5º do artigo 272 do CPC.

Termos em que,
pede deferimento.

De São Paulo/SP para Barueri/SP, 4 de agosto de 2023.

Celso de Faria Monteiro
OAB/SP 138436

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código GvWCqU0A.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. ("Outorgante")**, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 1°, 5°, 6°, 9°, 14° e 15° andares, Edifício Infinity, Itaim Bibi, CEP 04542-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n° 13.347.016/0001-17, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.225.174.099, em sessão de 14 de fevereiro de 2011, neste ato representada por seu Diretor, Sr. **Conrado Leister**, brasileiro, casado, engenheiro, portador de Cédula de Identidade RG n° 22.174.500-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n° 278.634.408-58, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5° andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Sr. **Marlio de Almeida Nóbrega Martins**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n° 20.841.643-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n° 223.647.838-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; Sr. **Diego Costa Spinola**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n° 28.398.678-5 e inscrito no CPF/MF sob n° 347.698.278-57, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e Sr. **Ricardo Dalmaso Marques**, brasileiro, em união estável, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n° 33.080.618-x e inscrito no CPF/MF sob o n° 318.389.778-48, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5° andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil (**"Outorgados"**), com poderes para, individualmente, assinar em nome da Outorgante, representar a Outorgante, de acordo com o seu contrato social, em repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e paraestatais, Secretaria da Fazenda, Receita Federal, órgãos da administração pública geral, empresas concessionárias de serviços públicos, INSS, JUCESP, Cartórios de Protestos, de Notas, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos, de Imóveis e demais órgãos públicos e privados em geral, neles requerendo, assinando e retirando tudo quanto for necessário ou exigido, assinar contratos e/ou distratos em geral, pagar taxas, tributos, multas, impostos, emolumentos, solicitar certidões em geral, participar de licitações, concorrências e demais correlatos, preencher e assinar livros, folhas, cadastros, formulários, propostas e demais documentos pertinentes, apresentar, juntar e desentranhar documentos, apresentar e assinar balanços, acordar, discutir, deliberar, firmar compromissos ou acordos, pedir vistas de processos, estipular, discutir e concordar com valores, cláusulas, condições e restrições, pagar e receber quaisquer quantias que lhe forem devidas, dar e receber recibos de quitações; firmar, prorrogar ou rescindir contratos de prestações de serviços e demais atos de seu ramo de negócio, comprar e vender

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

mercadorias de seu ramo de negócio, pagar, estipular valores, prazos, condições, cláusulas, multas e o que mais for necessário, assinar propostas, orçamentos, notas fiscais, recibos e demais documentos regulamentares; admitir e demitir empregados, preencher e assinar Carteiras de Trabalho e demais livros e documentos regulares exigidos pelas leis trabalhistas, estabelecer vencimentos, assinar guias de AM para retirada do FGTS de funcionários, representá-la junto ao Ministério do Trabalho e suas secretarias, Juntas de Conciliação e Julgamento e onde mais for preciso, defendendo-a em quaisquer processos trabalhistas, propor e firmar acordos, amigáveis e judiciais, participar de audiências, firmando e recebendo recibos, quitações e demais documentos pertinentes, necessários ou exigidos, juntar provas e documentos; assinar cartas de preposição; contratar e destituir advogados e seus honorários, como os poderes da cláusula "*adjudicia et extra*", para no Foro em geral em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, por mais especial que seja, inclusive Justiça do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento, mover quaisquer ações e defendê-la nas contrarias seguindo umas e outras até final decisão, acordar, discordar, discutir, deliberar, transigir, exigir e/ou desistir, firmar compromissos ou acordos, receber, efetuar levantamentos e depósitos judiciais, dar quitação, receber citações e intimações judiciais ou extrajudiciais, juntar provas e demais documentos, bem como representá-la perante quaisquer pessoas, incluindo pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, requisitar certidões e pleitear parcelamentos de dívidas, movimentar e encerrar conta(s) corrente(s) em nome da Outorgante, em Bancos no geral, privados ou estatais, inclusive, mas não limitado a Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Santander Banespa S.A., Banco Nossa Caixa S.A., Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Unibanco S.A. - Banco Itaú, Banco Citibank *SIA*, em qualquer uma de suas agências ou postos de serviços e demais bancos e estabelecimentos de crédito em geral; podendo preencher e assinar propostas, fichas e cadastros bancários, depositar e retirar dinheiro, emitir, endossar, visar, protestar, reformar, caucionar, descontar e assinar cheques, saques e ordens de pagamento, pedir saldos e extratos de contas, requisitar e retirar talões de cheques, receber e assinar todas as correspondências da Outorgante, inclusive as dirigidas aos Bancos, requerer e retirar cartões magnéticos, aceitar e requerer novas senhas bancárias, bem como autorizar débitos automáticos, emitir títulos de qualquer espécie, dar instruções sobre títulos, endossar e aceitar títulos, convênios, em favor da Outorgante, fazer e retirar aplicações bancárias em geral, assinando, requerendo e apresentando todos os contratos e/ou documentos necessários e exigidos, dar e receber recibos e quitações, prestar declarações, concordar com prazos e condições, efetuar e contratar operações de câmbio, assinando todos os contratos necessários e demais documentos exigidos pelos Bancos e/ou pela Legislação Brasileira, representar a Outorgante em quaisquer atos administrativos, efetuar compra ou venda de moedas estrangeiras, efetuar remessas de quantias em moedas estrangeiras para o exterior e/ou vice versa, dar as declarações exigidas por lei, assumir responsabilidades,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

dar e receber recibos e quitações; representa-la junto ao Banco Central do Brasil, tratando de todos os seus assuntos, direitos e interesses, proceder credenciamento e registro de investimentos diretos e tudo mais de seu interesse; representa-la junto a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-EBCT, retirar vales postais com ou sem valores, encomendas, cartas, reembolsos postais, collis-posteaux e tudo mais de seu interesse; enfim tudo mais praticar e assinar para o bom e cabal desempenho deste mandato.

A Outorgante, neste ato, revoga a procuração outorgada aos Srs. Marlio de Almeida Nóbrega Martins e Diego Costa Spinola em 21 de março de 2022.

O presente mandato terá validade de um ano a contar desta data, sendo permitido o substabelecimento.

São Paulo, 11 de janeiro de 2023.

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

20º Tabelião visto

Conrado Leister
Diretor

Facebook LEGAL

20º notário Jeremias — Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836 — ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS tabelião

Reconheço por semelhança 01 firma com valor econômico de CONRADO LEISTER e dou fé.
Selo(s): C11077AB202766
SÃO PAULO, 01 de Fevereiro de 2023. Hr. 09:07 Cod. [01022023-0000004]
Em Testemunho da verdade. Vr. R$12,20
DIEGO DE SANTANA ARAUJO - ESCREVENTE
Valido Somente com o Selo de Autenticidade.

Colégio Notarial do Brasil — 112284 FIRMA VALOR ECONÔMICO 1 C11077AB0202766

20º Tabelião de Notas São Paulo — 20º Cartório — Diego de Santana Araújo — Escrevente Autorizado — Rua Joaquim Floriano, 889 (Capital) - São Paulo

Diego de Santana Araújo — Escrevente Autorizado — Rua Joaquim Floriano, 889 (Capital) - São Paulo — 20º

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

Tozzini Freire.

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, **COM** reserva de iguais poderes, nas pessoas de **CELSO DE FARIA MONTEIRO** (OAB/SP 138.436 e CPF 182.328.128-18); **CAMILLE GOEBEL ARAKI** (OAB/SP 275.371 e CPF 006.614.880-47); **CARINA BABETO** (OAB/SP 207.391 e CPF 82.598.048-08; **NATALIA TEIXEIRA MENDES** (OAB/SP 317.372 e CPF 368.964.748-74); **PRISCILA ANDRADE** (OAB/SP 316.907 e CPF 342.331.768-06); **PRISCILA PEREIRA SANTOS** (OAB/SP 310.634 e CPF 323.769.778-86); **SÍLVIA MARIA CASACA LIMA** (OAB/SP 307.184 e CPF 160.393.988-17 e **JÉSSICA LONGHI** (OAB/SP 346.704 e CPF 356.159.048-95), advogados, todos integrantes de **TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRA e SILVA ADVOGADOS**, sociedade de advogados inscrita na OAB/SP sob o n.º 307, fls. 388 e 389, livro 2, em 13/09/76, com escritório na Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira 150 8º andar, Campinas, SP, os poderes que me foram outorgados por **FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**, para o fim de representá-lo em Juízo ou fora dele, mediante atuação conjunta e/ou isolada, independentemente da ordem de nomeação, outorgando-lhes os poderes da cláusula "ad judicia" e "ad judicia et extra", para, em Juízo, Instância ou Tribunal, propor contra quem de direito, as ações competentes e defender a Outorgante nas contrárias, conferindo-lhes, ainda poderes especiais para reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito que se funda a ação, confessar, desistir, transigir, substabelecer, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, nomear prepostos, realizar levantamentos de valores em nome da Outorgante, assim como praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

São Paulo, 23 de março de 2023.

4º Tab.

DIEGO COSTA SPINOLA

OAB/SP 296.727

4º TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca da Capital
AVENIDA 9 DE JULHO, 4.407 - CEP: 01407-100 - FONE: (0XX11) 3050-9737
Tabelião: OSVALDO CANHÊO - Substituto do Tabelião: TADEU CARLOS SALES COSTA
RECONHECO por SEMELHANÇA C/ VALOR DECLARADO 1 firma(s) de:
DIEGO COSTA SPINOLA
São Paulo, 24 de março de 2023.
Em test. da verdade. Pr: 29
MARCO AURELIO DE ALMEIDA - Escrevente
Vlr:R$ 12,20. C:16808979 Selo(s): 1038AB-272200
V lido somente com o selo de Autenticidade.
"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS EOU RASURAS"

4º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escrevente

113456
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
C11038AB0272200

Tozzini, Freire, Teixeira e Silva
Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira 150 8º andar CEP 13091-611 Campinas SP
T 19 3207-3666 F 19 3202-2375
TOZZINIFREIRE.COM.BR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

JUCESP
20 10 22

12ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

CNPJ/ME nº 13.347.016/0001-17
NIRE 35.225.174.099

São Paulo, 17 de outubro de 2022.

Pelo presente instrumento particular,

FACEBOOK MIAMI, INC, Sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 251 Little Falls Drive, na Cidade de Wilmington, Condado de New Castle, Estado de Delaware 19808, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/ME sob nº 22.576.790/0001-90, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **MARIA ALICE NOGUEIRA DE SÁ PIKIELNY SCHMUZIGER,** brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.437.471-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob nº 263.572.288-93, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, 243, sala 72, Itaim Bibi, CEP 04534-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

única sócia da sociedade empresária limitada denominada **FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.** ("**Sociedade**"), com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 1º, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Edifício Infinity, Itaim Bibi, CEP 04542-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.347.016/0001-17, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob NIRE 35.225.174.099, em sessão de 14 de fevereiro de 2011, e 11ª e última alteração do contrato social registrada perante JUCESP sob nº 596.397/21-5, em sessão de 16 de dezembro de 2021, decide alterar o Contrato Social conforme segue:

I. A única sócia decide alterar o endereço da sede da Sociedade **de** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 1º, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

JUCESP
20 10 22

andares, Edifício Infinity, Itaim Bibi, CEP 04542-000 **para** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1º ao 4º; 6º ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132.

II. Ainda, a única sócia decide alterar o endereço da filial da Sociedade, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.347.016/0003-89, com NIRE 35.906.304.759 **de** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1; 3 ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132 **para** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar, ala norte , Itaim Bibi, CEP 04538-132.

III. Tendo em vista as deliberações acima, a Cláusula 3ª do Contrato Social da Sociedade é ajustada conforme abaixo:

*"**Cláusula 3ª** - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1º ao 4º; 6º ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão da única sócia* ***FACEBOOK MIAMI, INC.***

Parágrafo único - A Sociedade possui uma filial localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar, ala norte, *Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.347.016/0003-89, com NIRE 35.906.304.759."*

IV. Por fim, a única sócia decide consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual já refletindo as alterações descritas acima, passa a ter a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL DA
FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

DENOMINAÇÃO

Cláusula 1ª - A Sociedade denomina-se "**FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

JUCESP
20 10 22

OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objeto social: (i) veiculação de publicidade na internet - também denominada como locação de espaços publicitários com a finalidade de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade na internet; (ii) prestação de serviços para (a) apoio de vendas, (b) desenvolvimento comercial, (c) relações públicas, (d) qualquer outro serviço comercial, administrativo e/ou de tecnologia da informação; (iii) importação e exportação de bens móveis considerados como ativos fixos ou materiais para consumo sem intuito de atividade comercial; e (iv) realização de transações comerciais envolvendo bens imóveis, no Brasil ou no exterior, e que possam estar, direta ou indiretamente, relacionadas com as atividades descritas nos itens anteriores ou que possam facilitar a realização delas. A Sociedade poderá participar em outras sociedades como sócia ou acionista.

SEDE E DOMICÍLIO LEGAL

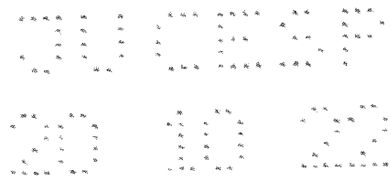
Cláusula 3ª - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1° ao 4°; 6° ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

Parágrafo único - A Sociedade possui uma filial localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5° andar, ala norte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob n° 13.347.016/0003-89, com NIRE 35.906.304.759."

PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 4ª - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 9 de fevereiro de 2011.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.



CAPITAL

Cláusula 5ª - O capital social é de R$3.631.639,00 (três milhões seiscentos e trinta e um mil seiscentos e trinta e nove reais), dividido em 3.631.639 (três milhões seiscentas e trinta e uma mil seiscentas e trinta e nove) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e subscrito pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

Parágrafo 1º - A Sociedade tem 1 (uma) única sócia, conforme autorizado pelo Artigo 1.052, §1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo 2º - De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade da sócia é restrita ao valor total de suas quotas.

Parágrafo 3º - O saldo de R$0,20 (vinte centavos de real) detido pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC** será mantido em reserva para futuro aproveitamento.

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 6ª - O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado por meio de Alteração do Contrato Social da Sociedade.

ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 7ª - A Sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas, sócias ou não, residentes no Brasil, as quais usarão, individualmente, o título de "Diretor". Os Diretores serão designados pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.** Os Diretores estão investidos de amplos poderes para, individualmente, administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias.

Parágrafo 1º - A única sócia ratifica a nomeação do Sr. **CONRADO LEISTER**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.174.500-2 SSP-SP,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

JUCESP
20 10 22

inscrito no CPF/ME sob nº 278.634.408-58, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 6º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor da Sociedade, para gerir e administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas abaixo.

Parágrafo 2º - Os Diretores terão mandato por prazo indeterminado, e poderão ser substituído a qualquer tempo.

Parágrafo 3º - Os Diretores não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC**, autorização esta que poderá ser comprovada através de simples carta, fax ou e-mail:

(i) nomear procuradores para representar a Sociedade (a) nos atos abaixo listados, ou (b) qualquer outro ato, caso a validade da procuração seja superior ao período de 12 (doze) meses;

(ii) estabelecer novos negócios que não estejam relacionados com o objeto social da Sociedade;

(iii) onerar, adquirir ou alienar participações da Sociedade em negócios, sociedades ou qualquer outro empreendimento;

(iv) comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra forma onerar ou alienar bens imóveis;

(v) prestar garantias em empréstimos ou outras obrigações da Sociedade ou de terceiros;

(vi) licenciar o uso ou de qualquer outro modo divulgar propriedade intelectual ou industrial, incluindo, mas sem se limitar, a tecnologia, patenteada ou não, dados técnicos, know how ou outras informações confidenciais pertencentes à Sociedade;

(vii) confessar dívidas;

(viii) conceder ou tomar empréstimos;

(ix) abrir, fechar, ou de qualquer outra forma contratar ou terminar qualquer conta bancária, conta de investimento, linha de crédito, linha de leasing, ou qualquer outra conta similar com qualquer banco, financeira ou instituição financeira semelhante, no ou em nome da Sociedade;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

JUCESP
20 10 22

(x) entregar declarações fiscais, de imposto de renda, ou quaisquer outros relatórios que contenham informações financeiras da Sociedade para qualquer autoridade pública ou governamental;

(xi) constituir, cindir, fusionar, incorporar, dissolver, liquidar ou transformar sociedades subsidiárias; e

(xii) votar em assembleias e/ou reuniões de acionistas e/ou sócios, bem como tomar qualquer decisão em relação às sociedades subsidiárias.

Parágrafo 4º - Os Diretores poderão constituir procuradores com poderes específicos para prática de atos que não os enumerados no Parágrafo 3º acima sem a necessidade de autorização prévia, desde que as procurações sejam outorgadas por períodos iguais ou inferiores a 1 (um) ano. Procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado.

DELIBERAÇÕES DA SÓCIA

Cláusula 8ª - As deliberações da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC** serão tomadas em documento escrito (instrumento particular ou público) na forma de resolução por escrito ou alteração do Contrato Social, subscrita pela própria única sócia, observadas as disposições legais.

Cláusula 9ª – Sem prejuízo do disposto no presente Contrato Social e na legislação aplicável, as seguintes matérias estarão sujeitas à deliberação da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC**:

I. a aprovação anual das contas da administração;
II. a alteração do Contrato Social;
III. a incorporação, cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
IV. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
V. recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de falência.

Parágrafo único – A única sócia decidirá oportunamente sobre a conveniência de deliberar por escrito sobre os assuntos indicados no Artigo 1.078 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

JUCESP
20 10 22

EXERCÍCIO SOCIAL E
BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula 10ª - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data a partir da qual deverão ser levantados o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e os demais documentos exigidos por lei.

Parágrafo 1º - Os lucros apurados com base em balanço patrimonial de encerramento do exercício social terão a destinação que for determinada pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá levantar balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros intermediários ou intercalares, e/ou poderá declarar e pagar juros sobre capital próprio com base em tais balanços intermediários mediante decisão da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

LIQUIDAÇÃO

Cláusula 11ª - No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único - Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os bens móveis e imóveis da Sociedade, contrair empréstimos e prosseguir com os negócios sociais.

DISSOLUÇÃO

Cláusula 12ª - Na hipótese de dissolução da sócia **FACEBOOK MIAMI, INC**, a Sociedade também será dissolvida, salvo se outro sócio for acrescido ao quadro social.

LEI APLICÁVEL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

JUCESP
20 10 22

Cláusula 13ª - A Sociedade será regida pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.

FORO

Cláusula 14ª - As controvérsias oriundas do presente Contrato Social serão resolvidas no foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja."

O presente instrumento particular é assinado em 3 (três) vias de igual teor.

São Paulo, 17 de outubro de 2022.

MARIA ALICE NOGUEIRA DE SA PIKIELNY SCHMUZIGER:26357228893

Assinado de forma digital por MARIA ALICE NOGUEIRA DE SA PIKIELNY SCHMUZIGER:26357228893
Dados: 2022.10.18 12:56:18 -03'00'

Facebook Miami, Inc.

p.p.: Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger

JUCESP 20 OUT. 2022 SINDILOJAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 497.024/22-6

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 04/08/2023 às 10:51 , sob o número WBRE23701588376
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wWX48GKO.

Tozzini Freire.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Autos n.º 1009648-74.2023.8.26.0068
Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada.

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. ("Facebook Brasil"), devidamente qualificado, por seus advogados, nos autos da **Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada** em epígrafe, ajuizada por **SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC** e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO ("Autores")**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

1. Conforme se infere dos autos, Vossa Excelência optou pela extensão da liminar e determinou ao Facebook Brasil a desabilitação dos novos conteúdos indicado pelos Autores em fls. 204/209.

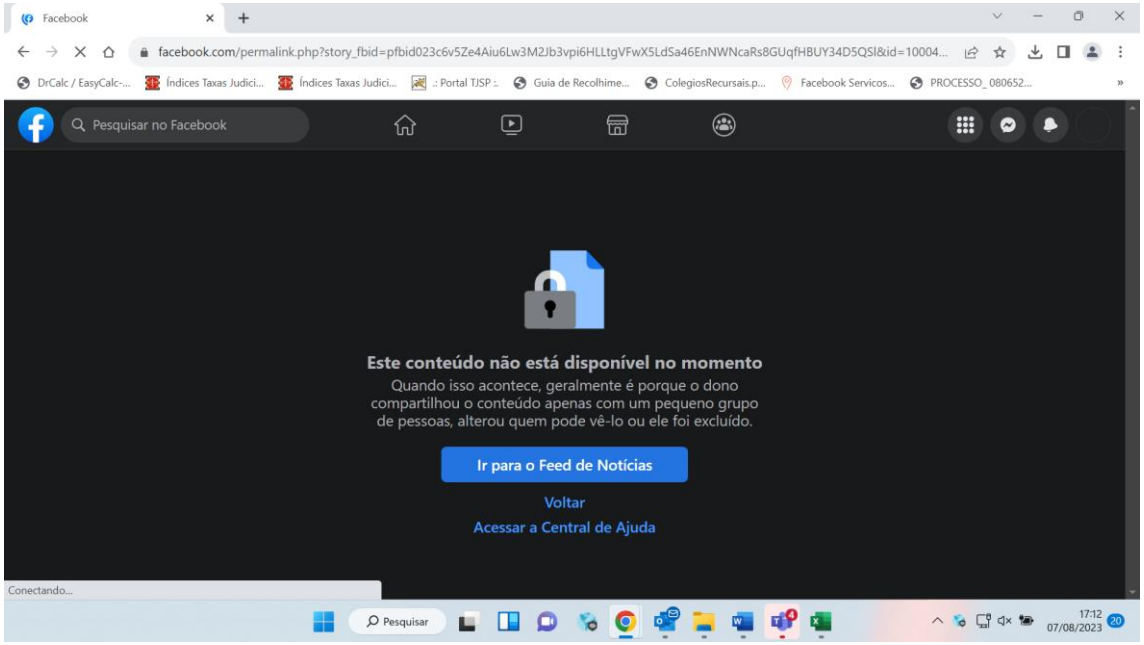
2. Desta forma, ao ser devidamente citado acerca da r. decisão, o Facebook Brasil prontamente contatou o Provedor de aplicações do Facebook – único com capacidade e gerência sob o serviço –, para averiguar o quanto narrado pelos Autores e cumprir com a determinação deste juízo.

3. Pelo que, **em cumprimento ao determinado por Vossa Excelência, o Provedor do Facebook desabilitou os conteúdos abordados pela r. decisão,** o que pode ser comprovado mediante simples consulta pública no serviço do Facebook:

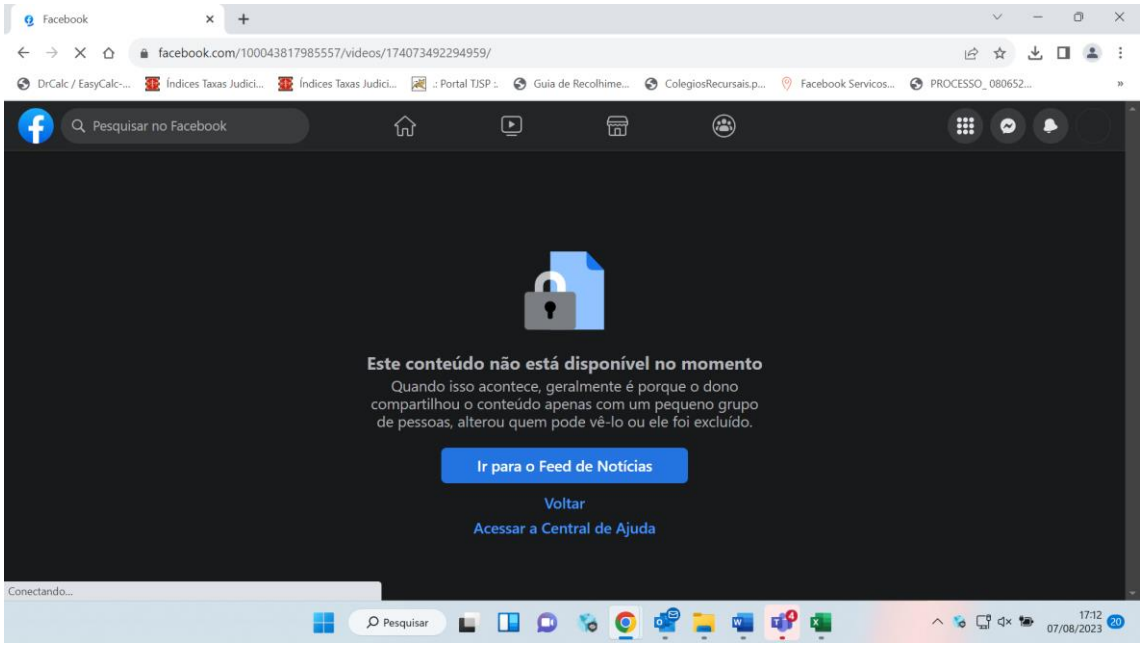
- https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid023c6v5Ze4Aiu6Lw3M2Jb3vpi6HLLtgVFwX5LdSa46EnNWNcaRs8GUqfHBUY34D5QSl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZW1pgRik_tCc5xes_cdyQRcKvnvjXMWCjP32plN83NuPGzvcSHSXC_VY6wBjIeGI8Brga3-KMGYMkhQg2H_XSSHCKzokLTW3jRQykvQTEQMQ&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2023 às 19:01 , sob o número WBRE23701608814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código We4AWI0S.

Tozzini Freire.



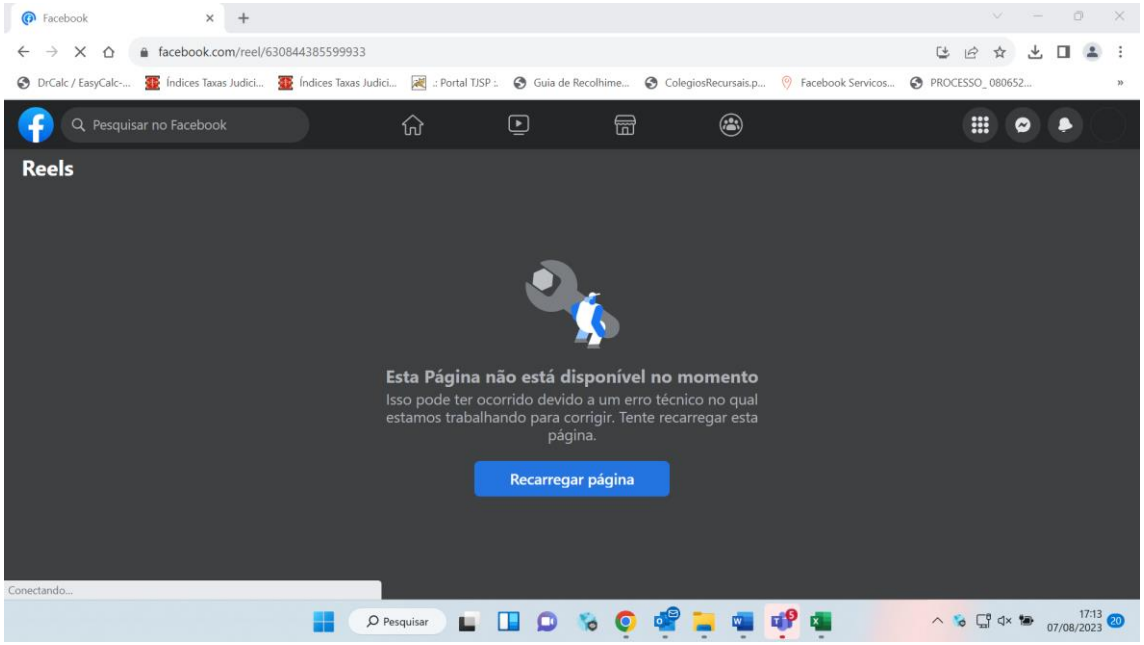
- https://www.facebook.com/100043817985557/videos/174073492294959/



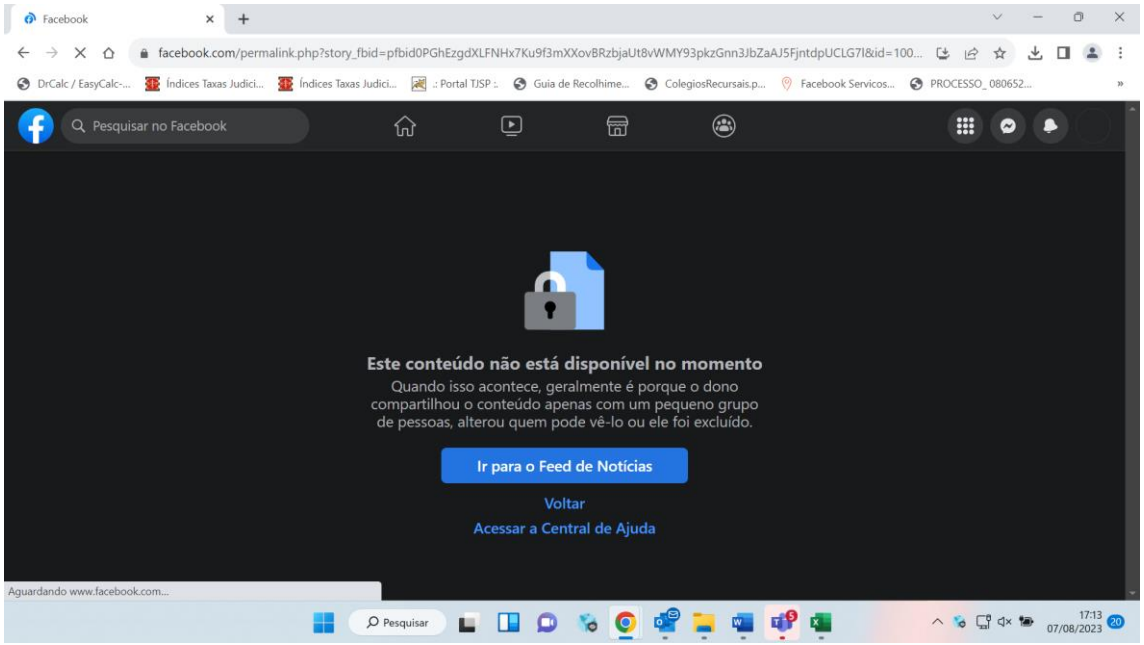
- https://www.facebook.com/reel/630844385599933

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2023 às 19:01 , sob o número WBRE23701608814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código We4AWI0S.

Tozzini Freire.



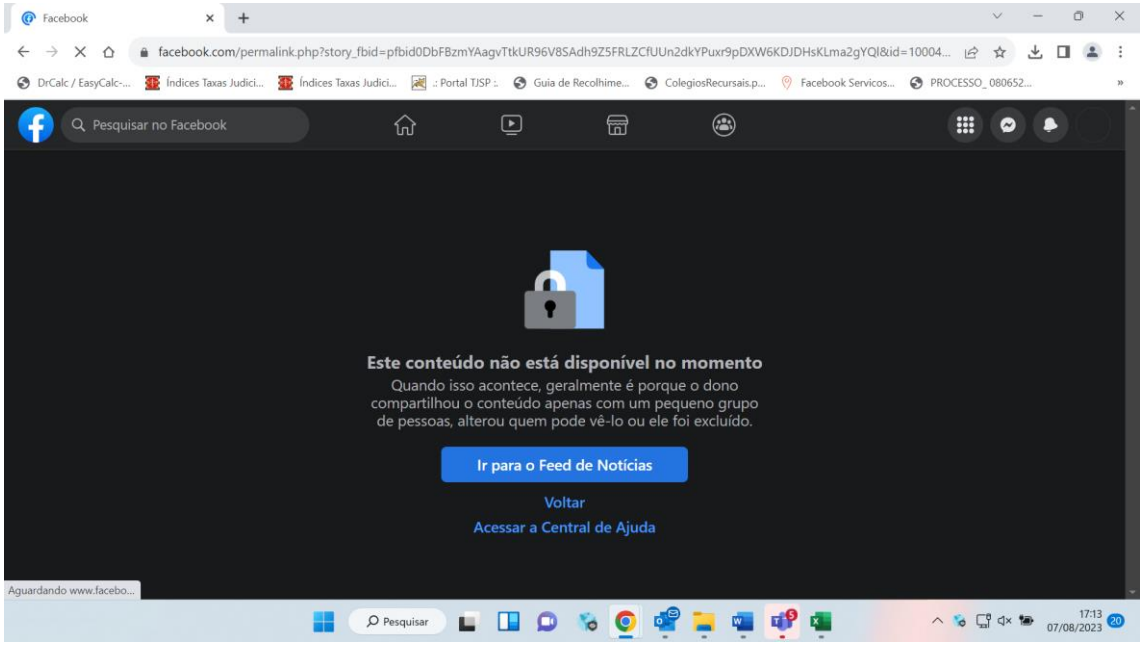
- https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0PGhEzgdXLFNHx7Ku9f3mXXovBRzbjaUt8vWMY93pkzGnn3JbZaAJ5FjntdpUCLG7l&id=100043817985557&__cft__[0]=AZVe6hMVUXgVLOmrfGB11AX9pvbtzY9bsnsz05t4-A1QvfW5UnpCfgFlcGsJyLj6Dn00KvvSaRDiEiqTx8oNCJFATcXsSwG8LP8lZtahpwFt-A&__tn__=%2CO%2CP-R



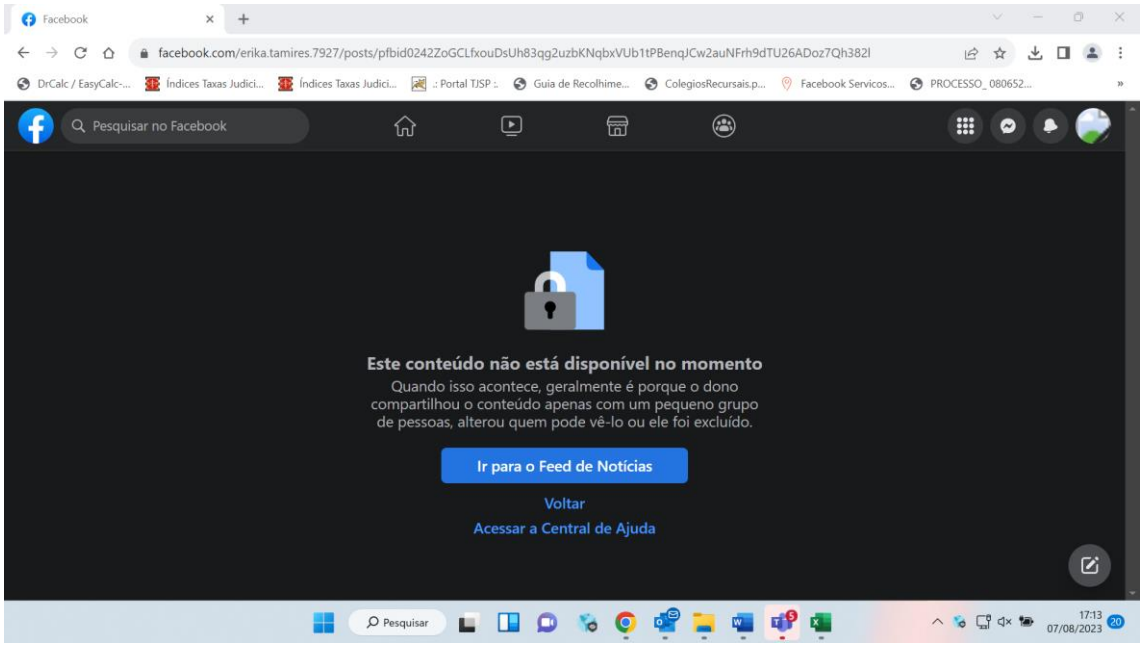
- https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0DbFBzmYAagvTtkUR96V8SAdh9Z5FRLZCfUUn2dkYPuxr9pDXW6KDJDHsKLma2gYQl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZXDG2h0yS6tu8GjZpzi-p1IhDU36KWSXT5AGrrebcyrj0t0187iuJZ20QHFyIpiU4pBqQlnxd0RFwVmOldULsIrFya-Qb9NRdfIbPjJl6TTw&__tn__=%2CO%2CP-R

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2023 às 19:01 , sob o número WBRE23701608814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código We4AWI0S.

Tozzini Freire.



- https://www.facebook.com/erika.tamires.7927/posts/pfbid0242ZoGCLfxouDsUh83qg2uzbKNqbxVUb1tPBenqJCw2auNFrh9dTU26ADoz7Qh382l?__cft__[0]=AZV2E627ROzKuRMoZ6XHo1ngEjMAs488SZI3HXaeNc1uWfE2zgACmJpz8ovoqg7hXij3bCrRGC9FzXm0u1PFvmEvwVwDOueDNjQdHSxPgT6iFvIO_IwqeUTsaqskNKGFUuZ4NKOQL5pBLgVrN0kkEq9E&__tn__=%2CO%2CP-R



4. Desta feita, **requer que seja reconhecido o cumprimento da obrigação de desabilitação dos conteúdos de URL https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid023c6v5Ze4Aiu6Lw3M2Jb3vpi6HLLtgVFwX5LdSa46EnNWNcaRs8GUqfHBUY34D5QSl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZW1pgRik_tCc5xes_cdyQRcKvnvjXMWCjP32plN83N**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2023 às 19:01 , sob o número WBRE23701608814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código We4AWI0S.

Tozzini Freire.

uPGzvcSHSXC_VY6wBjIeGI8Brga3-KMGYMkhQg2H_XSSHCKzokLTW3jRQykvQTEQMQ&__tn__=%2CO%2CP-R, https://www.facebook.com/100043817985557/videos/174073492294959/, https://www.facebook.com/reel/630844385599933, https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0PGhEzgdXLFNHx7Ku9f3mXXovBRzbjaUt8vWMY93pkzGnn3JbZaAJ5FjntdpUCLG7l&id=100043817985557&__cft__[0]=AZVe6hMVUXgVLOmrfGB11AX9pvbtzY9bsnsz05t4-A1QvfW5UnpCfgFlcGsJyLj6Dn00KvvSaRDiEiqTx8oNCJFATcXsSwG8LP8lZtahpwFt-A&__tn__=%2CO%2CP-R, https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0DbFBzmYAagvTtkUR96V8SAdh9Z5FRLZCfUUn2dkYPuxr9pDXW6KDJDHsKLma2qYQl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZXDG2h0yS6tu8GjZpzi-p1IhDU36KWSXT5AGrrebcyrj0t0187iuJZ20QHFyIpiU4pBqQlnxd0RFwVmOldULsIrFya-Qb9NRdfIbPjJl6TTw&__tn__=%2CO%2CP-R, https://www.facebook.com/erika.tamires.7927/posts/pfbid0242ZoGCLfxouDsUh83qg2uzbKNqbxVUb1tPBenqJCw2auNFrh9dTU26ADoz7Qh382l?__cft__[0]=AZV2E627ROzKuRMoZ6XHo1ngEjMAs488SZI3HXaeNc1uWfE2zgACmJpz8ovoqg7hXij3bCrRGC9FzXm0u1PFvmEvwVwDOueDNjQdHSxPgT6iFvIO_IwqeUTsaqskNKGFUuZ4NKOQL5pBLgVrN0kkEq9E&__tn__=%2CO%2CP-R pelo Facebook Brasil.

5. Por fim, requer o Facebook Brasil o integral acolhimento do pedido de reconsideração feito às fls. 249/255 dos autos.

6. Por derradeiro, requer que todas as intimações ou notificações decorrentes dos atos praticados neste feito sejam realizadas na pessoa do advogado **Celso de Faria Monteiro OAB/SP 138436**, sob pena de nulidade, nos termos do §5º, do artigo 272 do CPC.

Termos em que pede deferimento.

De São Paulo/SP para Barueri/SP, 7 de agosto de 2023.

Celso de Faria Monteiro
OAB/SP 138436

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2023 às 19:01 , sob o número WBRE23701608814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código We4AWI0S.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (o "JOSÉ LOURENÇO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em observância aos petitórios das fls. 249 – 255 e 268 – 272, reiterar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. Apesar da manifesta ciência quanto aos termos da decisão das fls. 212 – 213, em que se determinou, expressamente, a suspensão temporária das contas de JOSÉ LOURENÇO e ERIKA, à evidência do ofício protocolado em 28 de julho de 2023 (*cfr.* fl. 246) e dos próprios petitórios das fls. 249 – 255 e 268 – 272, o *Facebook* cumpriu a determinação apenas de forma parcial, mediante a remoção dos conteúdos difamatórios.

2. Deixou, contudo, de suspender os perfis de JOSÉ LOURENÇO e ERIKA, haja vista que suas páginas permanecem hígidas, a despeito da determinação deste MM. Juízo, conforme destacado a seguir:

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/08/2023 às 12:51 , sob o número WBRE23701615160
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código g6OKNS2j.

FRANCO ADVOGADOS





3. Da análise das posturas adotadas por LOURENÇO e ÉRIKA, sobretudo dos teores das publicações e dos vídeos publicados, conclui-se que os ataques e as difamações contra CÉSAR não irão cessar.

4. Assim foi que este MM. Juízo, com o intuito de se evitar um mal maior, determinou, para além da remoção das postagens, a suspensão temporária dos perfis de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, sob pena de aplicação de multa.

5. Como se vê, o *Facebook*, mesmo ciente da ilicitude da postura de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, até o momento não atendeu ao comando judicial, em sua

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/08/2023 às 12:51 , sob o número WBRE23701615160
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código g6OKNS2j.

FRANCO ADVOGADOS

íntegra, contribuindo sobremaneira para a majoração dos danos ensejados à CÉSAR.

6. Diante disso, imperioso que V. Exa., desconsiderando os pedidos de reconsideração formulados pelo *Facebook* (*Cfr* fls. 249 – 255 e 268 – 272), determine, em complemento a decisão pretérita (212 - 213), a suspensão dos perfis de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, com a consequente aplicação da multa pelo descumprimento da ordem das fls. 212 -213.

7. Reitera, ainda, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 8 de agosto de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/08/2023 às 12:51 , sob o número WBRE23701615160
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código g6OKNS2j.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

02/08/2023
LOTE: 162588

AR
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Facebook Servicos Online do Brasil Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Andares 1 a 4;6 a 12;14 e 15, Itaim Bibi

Sao Paulo, SP

04538-132

AR556894780JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____ h

2ª ____/____/____ ____:____ h

3ª ____/____/____ ____:____ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros _____

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD VILA OLIMPIA
03 AGO 2023
SE/SPMM

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Adriano Nascimento Da Silva
Mat.: 8.925.924-6

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
03 / 08 / 23

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

D 00000053

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, liberado nos autos em 10/08/2023 às 07:03.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código wVWIIT6x.

Tozzini Freire.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Autos n.º 1009648-74.2023.8.26.0068
Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada.

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. ("Facebook Brasil"), devidamente qualificado, por seus advogados, nos autos da **Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada** em epígrafe, ajuizada por **SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC** e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO ("Autores")**, vem, respeitosa e tempestivamente[1], à presença de Vossa Excelência, nos termos dos artigos 335 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar a sua

CONTESTAÇÃO

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I. RESUMO DA LIDE

1. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada ajuizada por Summit Nutritionals International, Inc e César Manuel Cardoso Matos de Paço em face de José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço, Érika Tamires Costa Lourenço e Facebook Brasil.

2. Em breve resumo, os Autores afirmam que os Corréus estariam fazendo postagens no serviço Facebook com ameaças e chantagens a seu respeito.

3. Desta forma, ajuizaram a presente demanda requerendo, liminarmente: **(i)** a remoção das postagens, com ofício a ser dirigido ao Facebook Brasil; **(ii)** a proibição de que o Corréu faça novas publicações a respeito do Autor.

4. No mérito, requereram: **(iii)** a condenação dos Corréus ao pagamento do montante de R$ 855.728,00, devido a multa arbitrada em acordo feito entre as partes; **(iv)** a condenação dos Corréus ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00; **(v)** a condenação dos Corréus ao pagamento do ônus sucumbencial.

5. Recebida a inicial, a tutela de urgência foi deferida:

> *"(...) Destarte, reputo satisfeitos os requisitos autorizadores da tutela de urgência, previstos no artigo 300, "caput", do Código de Processo Civil, de*

[1] O Facebook Brasil recepcionou ofício aos 28/07/2023. Desta forma, o prazo de 15 dias para apresentação de contestação se iniciou em 31/07/2023 e se encerrará em 18/08/2023. Assim, tempestiva a presente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

> *modo que, para harmonizar os princípios constitucionais em conflito,* ***DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA APENAS para que, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor a fls. 23/24, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 limitada a R$ 20.000,00.***
> *De qualquer forma, servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte interessada.*

6. De início, os Autores indicavam os conteúdos de URL https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02e6UyA58s8rSFiaDpEz64QfXsuHgpBTVpSc2HFPzxDXMw1qF6hkgd1oAJwHfXDxmGl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz, https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0HegS8j88L8PevGLgPBvM2zftwvpSBHwSQLmjmbGrpQhY2EdGmBwp5N8vL965QjZKl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz, https://www.facebook.com/100043817985557/videos/613207367411296/ e https://m.facebook.com/STORY.PHP?STORY_FBID=PFBID037XTPRY7DD9D4WPVDADCS5OKX5JA1617TQQGTWCWUKW7UCYDSNNTVIORBKTRDHC4ZL&ID=100039174106847&MIBEXTID=NIF5OZ.

7. Em seguida, os Autores peticionaram diversas vezes buscando a extensão da liminar, que foi deferido por Vossa Excelência, e a liminar foi estendida para embarcar os conteúdos de URL https://www.facebook.com/100043817985557/videos/960925835240138/, https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R, https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/, https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722/, https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0gmuNHDVYWB3r66C81h4tCpqQNBCuxVobU3njForEPt5s9imUHumZd47ecWhUwHCAl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz, https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBgu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R.

8. Em r. decisão de fls. 172/173, Vossa Excelência determinou a suspensão temporária do perfil do Corréu José no serviço Facebook.

9. Após, a liminar foi novamente estendida para englobar os conteúdos de URL https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVujVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R; https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0LHUaZ8zM7BxiHhPsJ7UTVu

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

jVf8qYAxPcEDWRZrQEs7E3BaDg4oJY4YSsbaqTWDctl&id=100043817985557&__cft__%5b0%5d=AZUYYJTpVtFukZoyS9gjk409wSrOPe4NFkPdfe3aRxnmsFgvCfpy7Sw0TUM59Ycf9KSwsD_emmmETVN8-LRXFKDxsb5Je0-G0Oszad8zlFJ5Rxc_gk_GEz_Mth_G2HqpaqM4_tmfoL6ghGOMK7UIrCXp&__tn__=%2CO%2CP-R; https://www.facebook.com/100043817985557/videos/716245623842665/; https://www.facebook.com/100043817985557/videos/1018188506255722; https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0gmuNHDVYWB3r66C81h4tCpqQNBCuxVobU3njForEPt5s9imUHumZd47ecWhUwHCAl&id=100043817985557&mibextid=Nif5oz; https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBgu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__[0]=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R e https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid02rJwppBgu3spwGbgshuWoLH19Se8Cw4fQ5bcUcQJBQZX7Zuc9HDiRKYCFLG9uKsfnl&id=100043817985557&__cft__%5b0%5d=AZWk6ZqAGhiMkrwd1LB4vSiqvPaXJBMLJaxbMQVJm5CjIoyQV5OB98CXArKYmpNF2njTUA29OtY8hGqXfboUXKnh0jjDNC5-x70T7FnUFq6CZVh83hnq4j3-ujJV8pG8wxq-vEUAppeud1yplPa4RdUw&__tn__=%2CO%2CP-R.

10. Ainda, em r. decisão de fls. 212/213, Vossa Excelência também determinou a suspensão temporária do perfil da Corré Érika no serviço Facebook, e determinou a inclusão do Facebook Brasil no polo passivo da demanda.

11. Após ser devidamente intimado, o Facebook Brasil peticionou buscando a reconsideração das decisões que determinaram ao Facebook Brasil a remoção integral dos perfis dos Corréus no serviço Facebook, pois **(i)** não foi indicado pelos Autores as URLs dos mencionados perfis, e **(ii)** trata-se de pedido demasiado. Porém, o pedido de reconsideração ainda não foi apreciado.

12. No mais, reitera-se o quanto já informado nos autos, **no sentido de que todos os conteúdos indicados pelos Autores e embarcados pelas decisões liminares já se encontram indisponíveis no serviço Facebook, de modo que a obrigação liminar se encontra devidamente cumprida.**

13. Agora, passa o Facebook Brasil a expor em defesa suas considerações sobre os pleitos autorais.

II. ESCLARECIMENTO PRÉVIO SOBRE O SERVIÇO FACEBOOK, SEU PROVEDOR E O FACEBOOK BRASIL.

14. Inicialmente, cumpre esclarecer que o Facebook Brasil é empresa brasileira, constituída e existente de acordo com as leis do nosso País, domiciliada única e exclusivamente no Brasil, que se dedica à prestação de serviços relacionados à locação de espaços publicitários, à veiculação de publicidade, ao suporte de vendas, além de outras atividades descritas em seu contrato social. As operações do serviço Facebook, por outro lado, **não** fazem parte das atividades do Facebook Brasil, que possui atuação comercial distinta e que não se confunde com a gestão de tal serviço.

15. O serviço Facebook, disponível em http://www.facebook.com e no aplicativo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

Facebook para dispositivos móveis, é fornecido pela empresa norte-americana Meta Platforms, Inc. (o Provedor de Aplicações do Facebook, ou "Provedor")[2], conforme mencionado nos Termos de Serviço do Facebook, disponíveis em https://www.facebook.com/legal/terms.

16. Ao apresentar esse esclarecimento prévio, a intenção do Facebook Brasil **não** é se esquivar ao cumprimento das determinações deste D. Juízo, tampouco protelar o andamento do processo. A sua única preocupação é esclarecer que quaisquer providências deferidas por este Juízo que exijam alguma ação no serviço Facebook sempre tomada via Provedor do Facebook, o único materialmente capaz e legalmente legitimado para adotar quaisquer providências relacionadas ao serviço Facebook.

17. Evidentemente, desde logo, o Facebook Brasil compromete-se a estabelecer o contato com a empresa responsável, informando-lhe acerca das ordens exaradas por este D. Juízo, bem como mantendo este D. Juízo atualizado sobre o *status* do cumprimento de eventuais providências ordenadas. Que reste claro, Excelência, que, embora seja inviável ao Facebook Brasil tomar providências diretas com relação ao serviço Facebook, este Réu se coloca à disposição deste D. Juízo para informar eventuais providências ordenadas ao Provedor do Facebook, que as executará no menor prazo possível sempre que condizentes com a legislação aplicável.

III. PRELIMINARMENTE

III.A - NECESSIDADE DE APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DA URL ESPECÍFICA DOS PERFIS QUE SE PRETENDE PROVIDÊNCIAS E DO PEDIDO DEMASIADO.

18. Repise-se que Vossa Excelência determinou ao Facebook Brasil a remoção integral dos perfis dos Corréus no serviço Facebook, sob pena de fixação de astreintes.

19. Em relação à esta parcela da r. decisão liminar, o Facebook Brasil buscou a sua reconsideração às fls. 249/255, que ainda não foi apreciado.

20. Desta forma, reitera-se a necessidade de apreciação do pedido de reconsideração juntado aos autos, pois não há indicação na ordem das **URLs** dos perfis que se determinou providências.

21. Deste modo, se vê o Facebook Brasil impossibilitado de cumprir com a ordem judicial, sem que haja nesta a indicação inequívoca da URL dos perfis abrangidos pela r. decisão, precedida de juízo de valor, conforme exposto no petitório já apresentado e também mais adiante nesta defesa.

22. Ainda, Excelência, cumpre esclarecer que a determinação supra se demonstra **desproporcional** e **não razoável** com as circunstâncias do presente caso, ferindo diversos dos principais direitos constitucionais em vigor, como, por exemplo, o da liberdade de expressão.

23. Portanto, nos termos do quanto exposto, **não há dúvidas de que a r. decisão deva ser reconsiderada**, vez que impõe ao Facebook Brasil que suspenda os perfis dos Corréus no serviço Facebook, mas sem indicar a URL dos respectivos perfis, pois afere

[2] Antigamente denominada Facebook, Inc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

obrigação ao Réu de difícil cumprimento, **de forma que o Facebook Brasil requer que o seu pedido de reconsideração seja apreciado e eventuais astreintes por descumprimento da obrigação sejam afastadas.**

III.B - CUMPRIMENTO NA MÁXIMA EXTENSÃO POSSÍVEL. CONTEÚDOS ABRANGIDOS PELA R. DECISÃO LIMINAR JÁ FORAM DESABILITADAS NO SERVIÇO FACEBOOK.

24. Conforme adiantado, Vossa Excelência deferiu o pleito liminar para determinar a desabilitação dos conteúdos indicados pelos Autores.

25. Isto posto, resta demonstrado que o Facebook Brasil, por meio do Provedor de aplicação do Facebook, cumpriu **com a r. decisão liminar em sua máxima extensão possível**, ante a remoção dos conteúdos abrangidos pela r. decisão liminar, conforme informado pelo Facebook Brasil às fls. 174/179, 210/211 e 268/272 dos autos.

26. Assim, requer que Vossa Excelência ateste o cumprimento da obrigação pelo Facebook Brasil, afastando eventuais astreintes por descumprimento da obrigação.

IV. DO MÉRITO.
IV.A - PEDIDO DEMASIADO. DA DESNECESSIDADE DE REMOÇÃO INTEGRAL DOS PERFIS DOS CORRÉUS NO SERVIÇO FACEBOOK. RESTRIÇÃO DA ORDEM A REMOÇÃO PONTUAL DOS CONTEÚDOS CONSIDERADOS ILEGAIS. POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO À HONRA DOS AUTORES COM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DA LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO DOS DEMAIS USUÁRIOS DO SERVIÇO FACEBOOK.

27. Nos termos adiantados em síntese fática, repisa-se que os Autores ingressaram pleiteando que o Facebook Brasil seja compelido à remoção integral dos perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook. Isso porque, de acordo com os Autores, estes usuários estariam compartilhando conteúdo impróprio vinculado à sua imagem, sem a sua permissão.

28. Assim, Vossa Excelência determinou ao Facebook Brasil a suspensão temporária dos perfis.

29. De praxe, reitera-se que em nenhum momento houve a indicação da URL específica desses perfis, impossibilitando o cumprimento da obrigação pelo Facebook Brasil.

30. Ainda, impende ao Facebook Brasil esclarecer que a suspensão/remoção **integral** de perfis no serviço Facebook corresponde a medida desproporcional e desarrazoada, devendo eventual ordem judicial ser adstrita a conteúdos específicos, sobre os quais os Autores deverão indicar a URL. Explica-se.

31. A remoção integral de contas é medida contrária ao disposto no artigo 19, § 1.º do Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014)[3] que trata de remoção somente de

[3] "Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

conteúdo específico e que seja reputado ilícito, devidamente identificado por sua URL (endereço eletrônico), especialmente em seu parágrafo 1º, que dispõe que ***"A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material"***.

32. O propósito desse dispositivo não é outro senão assegurar a livre manifestação de pensamento e liberdade de expressão dos usuários, sem lhes cercear injustamente tais garantias e incorrer em censura prévia. Através de disposição legal, permite-se a censura cirúrgica apenas do que o Judiciário considerar que ultrapassou o limite da liberdade de expressão e, com isso, caracterizou-se em ilícito.

33. De rigor considerar que as publicações contidas nos perfis combatidos pelos Autores podem ir além dos conteúdos supostamente ofensivos aos Autores, ou seja, conteúdos lícitos **e que nada se relacionam com esta demanda**.

34. Seguindo nesse sentido, eventuais conteúdos veiculados nas contas que pretendem os Autores que sejam removidas podem não possuir qualquer relação com a presente demanda e resumem o exercício do direito de **liberdade de expressão, livre manifestação de pensamento e direito à informação,** previstos nos artigos 5.º, IV, IX, XIV e LIV, e 220, *caput* e §§ 1.º, 2.º e 6.º, ambos da Constituição Federal[4].

35. A proteção da **liberdade de expressão e livre manifestação de pensamento** fora mais uma vez consagrada na **Lei 12.965/14 (Marco Civil da Internet)**, a teor do quanto dispõem os seus artigos 2.º, caput, 3.º, inciso II, e 8º[5].

---

gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.
§ 1o **A ordem judicial de que trata o caput deverá conter**, **sob pena de nulidade**, **identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente**, **que permita a localização inequívoca do material**."

[4] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
IV - **é livre a manifestação do pensamento**, sendo vedado o anonimato;
(...)
IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente de censura** ou licença;
(...)
LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

Art. 220. A **manifestação do pensamento**, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo **NÃO SOFRERÃO QUALQUER RESTRIÇÃO**, observado o disposto nesta Constituição.
§ 1º - **Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social**, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.
§ 2º - **É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística**. (...)
§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade. (grifo nosso)

[5] "Art. 2° A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:"

"Art. 3° A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:
I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;"

"Art. 8º A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à internet." (grifo nosso)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

36. Excelência, proteger conceitos como a liberdade de expressão e o fluxo de informações não é apenas importante para que a internet continue a evoluir e revolucionar a vida contemporânea, mas também para a conservação harmoniosa de todo o Estado democrático de direito, em atenção à valiosos princípios constitucionais aqui destacados.

37. Portanto, o que se pretende demonstrar é a perfeita possibilidade de **conciliar** os direitos constitucionais dos Autores com os dos demais usuários do serviço Facebook. As simples publicações de conteúdos não possuem condão suficiente para ensejar a remoção de conta de forma integral.

38. Neste aspecto, apenas a título de informação, vale destacar que este Réu não está fazendo juízo de valor de atos do usuário responsável, mas sim, visando o resguardo da tutela de direitos constitucionais, aspirando à harmonização de tais direitos e preceitos no âmbito prático e judicial, visto que eventual ordem judicial para remoção específica de conteúdos atenderia os anseios da parte autora, desde que indicadas as respectivas URLs.

39. Exalta-se, neste ato, a principiologia preconizada pelo artigo 8.º do Código de Processo Civil, sob a ótica do qual, "***Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência."***

40. Portanto, posto de forma direta: deve-se analisar com absoluta cautela a eventual necessidade de remoção de contas que venham a ser indicadas pelos Autores, uma vez que podem existir conteúdos que estariam representando o puro e simples exercício do direito à liberdade de expressão, livre manifestação de pensamento e direito à informação repita-se, todos previstos na Constituição Federal, nos termos dos artigos 5.º, IV, IX, XIV e LIV, e 220, *caput* e §§ 1.º, 2.º e 6.º, ambos da Constituição Federal.

41. Não obstante, obviamente os Autores deverão ter os seus **direitos** tutelados pelo Estado, porém estes deverão ser ***conciliados*** com os **direitos de toda a coletividade**, observando, principalmente, os direitos à **liberdade de expressão**, **manifestação de pensamento** e **acesso à informação**.

42. A **ponderação entre direitos fundamentais colidentes** é frequentemente aplicada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal com o fim de avaliar a constitucionalidade de leis infraconstitucionais e de medidas impostas pelo poder público aos particulares – o que inclui determinações judiciais. Essa ponderação se dá pela **aplicação da máxima da proporcionalidade**, essencialmente na forma da teoria desenvolvida pelo jurista e filósofo alemão ROBERT ALEXY[6].

43. A máxima da **proporcionalidade** é composta pelas máximas parciais da *adequação*, *necessidade* e *proporcionalidade em sentido estrito*, cuja aplicação deve ocorrer de forma coordenada e subsidiária. Como esclarece VIRGÍLIO AFONSO DA SILVA, "*a*

[6] Para exemplificar, a máxima da proporcionalidade foi empregada por Excelso Supremo Tribunal Federal para julgar se era constitucional ou não o artigo 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972/1969, que estabeleceu a exigência de diploma de curso superior de jornalismo, registrado pelo Ministério da Educação, para o exercício da profissão de jornalista (RE 511.961/SP), bem como no julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 54/DF, que teve como objeto os artigos 124, 126, caput, e 128, incisos I e II, do Código Penal, dos quais diversos órgãos investidos do ofício judicante estariam extraindo a proibição de se efetuar a "antecipação terapêutica" do parto nos casos de fetos anencéfalos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

análise da necessidade só é exigível se, e somente se, o caso já não tiver sido resolvido com a análise da adequação; e a análise da proporcionalidade em sentido estrito só é imprescindível se o problema já não tiver sido solucionado com as análises da adequação e da necessidade"[7].

44. Assim, na ponderação realizada mediante a aplicação da máxima da proporcionalidade, a primeira pergunta a ser feita é: a norma examinada é adequada para fomentar a realização do objetivo perseguido (*adequação*)? A *adequação* "*exclui o emprego de meios que prejudiquem a realização de, pelo menos, um princípio, sem, pelo menos, fomentar um dos princípios ou objetivos, cuja realização eles devem servir*"[8]. Toda intervenção em um direito fundamental deve ser adequada para fomentar a realização do objetivo perseguido.

45. Sendo adequada a medida, deve-se passar à segunda questão: **há outra medida tão eficiente quanto a examinada, mas que restrinja menos o direito afetado (*necessidade*)?** Nas palavras de ALEXY, a *necessidade* "*exige que, dentre dois meios aproximadamente adequados, seja escolhido aquele que intervenha de modo menos intenso*"[9]. Trata-se de um exame comparativo entre meios adequados para fomentar a realização do objetivo perseguido a fim de identificar, dentre aqueles que sejam eficientes, o que menos restringe o direito afetado.

46. Por fim, sendo adequada e necessária a norma examinada, há que se verificar o **equilíbrio entre a restrição de um direito e a realização do outro**, por meio do seu sopesamento (*proporcionalidade em sentido estrito*). Como explica ALEXY, "*Quanto maior for o grau de não-satisfação ou de afetação de um princípio, tanto maior terá que ser a importância da satisfação do outro*"[10].

47. Sendo adequada, necessária e proporcional em sentido estrito a medida examinada, confirma-se a sua conformidade com a Constituição. Do *contrário*, não passando por qualquer dos testes, a medida é constitucionalmente infundada, por restringir direito fundamental de forma desproporcional.

48. Neste sentido, observe-se que a **posição acerca da exclusão apenas dos conteúdos eventualmente considerados irregulares é a constantemente adotada pelos Tribunais pátrios**, que visam a preservação dos direitos constitucionais dos usuários:

> "Quanto ao pedido de exclusão ou suspensão dos perfis indicados na petição inicial, os apelantes, também, não têm razão.
> Segundo o relato trazido na petição inicial, não se pode dizer que as informações veiculadas nas páginas do 'Facebook' sejam falsas. Os próprios apelantes reconhecem que as reivindicações do sindicato junto à administração municipal não foram totalmente atendidas, pois o reajuste de vencimentos obtido foi aquém do pretendido pelos servidores.
> Observa-se que as atividades sindicais têm notório interesse público, razão pela qual as pessoas dotadas dessa notoriedade, como bem concluiu a sentença, se sujeitam à redução espontânea dos limites de sua privacidade; em especial,

[7] Virgílio Afonso da Silva, O proporcional e o razoável. In: Revista dos Tribunais, vol. 798. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 34.
[8] Direitos fundamentais, ponderação e racionalidade. In: Revista de Direito Privado, nº 24. São Paulo: RT, 2005, pp. 334-344.
[9] Teoria dos Direitos Fundamentais. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 590.
[10] Teoria dos Direitos Fundamentais. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 593.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

quando se constata que as críticas, por mais ásperas e contundentes, se circunscrevem a aspectos da atividade pública do Presidente do Sindicato.
Na espécie, a propósito, não se noticia a invasão da vida privada do presidente do sindicato.
Destarte, afastado o anonimato, que, repita-se, é vedado pela Constituição da República, deve ser assegurada aos usuários das redes sociais da Internet, a liberdade de manifestação de pensamento, sem censura.
A atuação dos apelantes não pode ser imune a críticas e opiniões contrárias. Há uma natural contraposição de pensamentos, que, num regime democrático, é sempre admitida e a exclusão das páginas veiculadas na Internet constituiria censura, não se justificando de maneira alguma" **(TJSP - 6ª Câmara de Direito Privado, Ap. nº 4005415-96.2013.8.26.0079, rel. Des. FORTES BARBOSA, j. em 26/2/2015)** (g.n.).

"Com razão, portanto, a parte embargante no que toca à alegada omissão, vez que, não obstante as ponderações levadas a efeito no Acórdão atacado, o voto condutor proferido por esta Relatora não observou o entendimento jurisprudencial mais recente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Isto porque a jurisprudência da Segunda Seção daquela Corte de Justiça já estabelecera em junho de 2014 (Rcl 5.072/AC – Relatora Ministra Nancy Andrighi) a necessidade de indicação precisa, e não genérica, do endereço onde o conteúdo difamatório se encontra divulgado.
(...)
Igualmente assiste razão à parte embargante quanto à obscuridade presente na interpretação do artigo 19 § 1º da Lei 12.965/2014, vez que ignorada a a mens legis daquele dispositivo que, por sua vez, também aponta no sentido da **indicação específica da "URL" onde se encontra o conteúdo ofensivo, buscando-se evitar o bloqueio indiscriminado de todo um serviço**.
Portanto no que toca ao mérito recursal, deve-se condicionar o cumprimento da tutela de urgência deferida pelo juízo de 1º grau à indicação precisa das "URLs" de cada conteúdo contestado pela parte embargada (agravada), de forma a promover a exclusão da rede social.
(...)
Diante destas considerações, considerando a omissão e a obscuridade apontadas no presente recurso, voto no sentido de CONHECER dos Embargos de Declaração, ACOLHENDO-OS COM EFEITOS INFRINGENTES, para sanar os vícios apontados e, no mérito, condicionar o cumprimento da tutela de urgência deferida pelo juízo de 1º grau à indicação precisa das "URLs" de cada conteúdo contestado pela parte embargada (agravada), de forma a promover a exclusão da rede social." **(TJRJ – 27ª Câmara Cível, AI nº 0066068-68.2016.8.19.0000, rel. Des. FERNANDA FERNANDES COELHO ARRÁBIDA PAES, j. em 23/8/2017)** (g.n.)

"**A questão em exame está centrada nos direitos à livre manifestação do pensamento e à liberdade de expressão que, em consonância com os demais direitos fundamentais estabelecidos no corpo constitucional,** são corolários diretos da dignidade da pessoa humana, conforme art. 1º, da Constituição Federal.
É de se concluir, portanto, que não há, em princípio, inconstitucionalidade e tampouco ilegalidade na manutenção de página na rede mundial de computadores para reclamar ou informar, mesmo que negativamente, sobre fatos do cotidiano ou sobre o desempenho político de determinado titular de mandato eletivo. O direito funda-se na garantia constitucional de liberdade de manifestação do pensamento e na liberdade de expressão, asseguradas pela democracia e pelo Estado constitucional plenamente aclamado após 1.988. Entretanto, nenhum direito fundamental, mesmo que estabelecido na Carta da República, é absoluto. **Respeitar a liberdade não é permitir que se faça uso do poderoso meio de comunicação que é a internet para promover a prática de ilícitos e ofensas à honra e dignidade das pessoas. (TJSP - 10ª Câmara de Direito Privado, AI nº 2004411-67.2014.8.26.0000, rel. Des. CARLOS ALBERTO GARBI, j. em 18/3/2014)**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

> "Não há que se falar em plausibilidade do direito alegado, **uma vez que os perfis do Facebook ora analisados também veiculam informações que não só aquelas consideradas de conteúdo ofensivo ou lesivo pelo agravado.**
> **Em sintonia com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devem ser retirados do Facebook apenas aqueles conteúdos os quais sejam ilegais e/ou causem lesão e/ou ofensa á administração pública municipal. Nesse sentido, deve a agravada informar à agravante quais são as URLs, endereço eletrônico que aparece na barra de exibição da internet durante o acesso a essa.**
> Dessa forma, de posse da URL com conteúdo a ser excluído pode o agravante proceder a retirada desse do Facebook, uma vez que é tecnicamente inviável ao recorrente a busca do conteúdo ilegal ou lesivo ou ofensivo nas contas em questão" **(TJMG - 1ª Câmara Cível, AI nº 1.0382.14.015680-5/001, rel. Des. GERALDO AUGUSTO, j. em 10/3/2015)** (g.n.).

49. Nessas condições, em **atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade**, a ordem judicial deverá afastar o pedido de remoção integral dos perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook, ficando adstrita a eventuais conteúdos considerados ilícitos, após a efetiva análise de juízo de valor e ordem judicial específica com indicação das URLs, em atenção ao disposto no artigo 19, caput e §1.º, do Marco Civil da Internet, como será pormenorizado a seguir.

50. Assim, requer o Facebook Brasil seja o pedido de remoção integral dos perfis dos Corréus José e Érika no serviço Facebook julgados improcedentes, com a consequente reconsideração da r. decisão liminar que determinou a suspensão dos perfis.

IV.B - DA NECESSIDADE DE JUÍZO DE VALOR PELO PODER JUDICIÁRIO E ORDEM JUDICIAL ESPECÍFICA COM INDICAÇÃO DA URL PARA COMPELIR O PROVEDOR DE APLICAÇÃO À INTERNET A EXCLUIR MATERIAL EVENTUALMENTE CONSIDERADO ILEGAL. ARTIGO 19, CAPUT E § 1.º, DO MARCO CIVIL DA INTERNET E JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

51. Em que pese os esclarecimentos anteriores, cumpre esclarecer-se que eventual ordem judicial determinando a indisponibilização dos conteúdos deve cumprir os requisitos do art. 19 do Marco Civil da Internet, conforme será demonstrado a seguir, notadamente com a indicação das URLs a serem indisponibilizadas, bem como com o devido juízo de valor, por Vossa Excelência, acerca dos conteúdos considerados ilícitos.

52. Pelos termos da **Lei 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet")**, os provedores de aplicações de internet (dentre eles o serviço Facebook) – afora as situações de violação contratual[11] -, só podem ser compelidos a providenciar a remoção de conteúdos existentes em seus respectivos *websites*, **mediante ordem judicial específica, que individualize o conteúdo por intermédio da URL**[12].

53. Em linhas gerais, esse diploma objetivou assegurar mais uma vez os princípios constitucionais da liberdade de expressão e da inviolabilidade e do sigilo das comunicações, condições *sine qua non* para que o usuário possa exercer plenamente seu

[11] https://www.facebook.com/legal/terms
[12] Já se tornou absoluto consenso social e jurídico que a URL ("Universal Resource Locator", que em português poderia ser livremente traduzido como "Localizador Universal de Recursos") **funciona como se fosse o RG de determinado conteúdo na internet**. É o **único dado capaz de identificar, com exatidão**, um conteúdo, dentre os bilhares de conteúdos que são inseridos na internet e até mesmo em uma conta específica.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

direito de acesso à internet, a teor do quanto dispõem os seus artigos 2º, *caput*, 3º, inciso I, e 8º[13].

54. Seguindo esses preceitos, **o art. 19 do Marco Civil da Internet** estabelece que os provedores de aplicações de internet (como o serviço Facebook), além de não serem responsáveis civilmente por danos decorrentes de conteúdo/contas gerados por terceiros, **somente poderão compelidos a excluir de seus serviços qualquer conteúdo/conta mediante ordem judicial específica**:

> Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão **e impedir a censura**, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, **após ordem judicial específica**, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.
> § 1º **A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material**.

55. Ao exigir uma **ordem judicial específica** – isto é, com a **indicação da URL do material que se pretende a remoção** - o legislador brasileiro, após um amplo processo legislativo ocorrido no Congresso Nacional e que contou com a participação de vários entes da sociedade, reconheceu e positivou que aos provedores de aplicação de internet, não compete à árdua e subjetiva missão de reputar aleatoriamente o que eventualmente seja ilegal em seus serviços.

56. Isto porque, os Provedores do Facebook apenas possuem competência para analisar contas/conteúdos sob a ótica de **eventual violação de termos de uso**. Logo, se faz necessária a indicação clara e precisa do endereço eletrônico no material que se reclama para que haja efetiva análise pelo **Poder Judiciário, que é o único competente para proceder juízo de valor quanto à ilicitude ou não de determinado conteúdo/conta frente ao ordenamento legal, assim como no caso em testilha.**

57. Aliás, sem este juízo de valor exclusivo do Poder Judiciário, **há perigo de se excluir conta (grupo, página, perfil e/ou contas) e/ou conteúdos lícitos em violação ao direito de terceiros usuários**, sendo essa também uma preocupação legítima do serviço Facebook.

58. Nesse sentido, Marcel Leonardi, *in* Responsabilidade civil dos provedores de internet, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, destaca que:

> (...), **havendo controvérsia sobre a ilicitude do conteúdo**, e não tendo ocorrido violação dos termos de serviço previstos em contrato, não devem os provedores de hospedagem remover ou bloquear o acesso às informações disponibilizadas. **A situação será resolvida pelo Poder Judiciário**, a quem **caberá decidir se houve ou não excesso no exercício das liberdades de**

[13] Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:
Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:
I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;
Art. 8º A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à internet.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

> **comunicação e de manifestação de pensamento, violação a direitos autorais ou de propriedade intelectual, entre outras práticas passíveis de lesar direitos alheios, e determinando, em caso positivo, as providências necessárias para fazer cessar a prática do ilícito**. Tal solução é a que melhor atende aos interesses da vítima, e tem a vantagem de não sujeitar o provedor a emitir juízo de valor sobre a licitude do conteúdo, o que poderia causar distorções graves ou decisões arbitrárias.

59. Também é importante destacar o acórdão prolatado pelo Ilustre **Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, nos autos do Recurso Especial n.º 1.568.935**. Confira-se:

> RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROVEDOR DE SERVIÇOS DE INTERNET. REDE SOCIAL "ORKUT". RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. CONTROLE EDITORIAL. INEXISTÊNCIA. APRECIAÇÃO E NOTIFICAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE. ART. 19, § 1º, DA LEI Nº 12.965/2014 (MARCO CIVIL DA INTERNET). INDICAÇÃO DA URL. MONITORAMENTO DA REDE. CENSURA PRÉVIA. IMPOSSIBILIDADE. RESSARCIMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. NÃO CABIMENTO.
> 1. Cuida-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais e materiais, decorrentes de disponibilização, em rede social, de material considerado ofensivo à honra do autor.
> 2. A responsabilidade dos provedores de conteúdo de internet em geral depende da existência ou não do controle editorial do material disponibilizado na rede. Não havendo esse controle, a responsabilização somente é devida se, após notificação judicial para a retirada do material, mantiver-se inerte**.** Se houver o controle, o provedor de conteúdo torna-se responsável pelo material publicado independentemente de notificação. Precedentes do STJ.
> 3. Cabe ao Poder Judiciário ponderar os elementos da responsabilidade civil dos indivíduos, nos casos de manifestações de pensamento na internet, em conjunto com o princípio constitucional de liberdade de expressão (art. 220, § 2º, da Constituição Federal).
> 4. **A jurisprudência do STJ, em harmonia com o art. 19, § 1º, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), entende necessária a notificação judicial ao provedor de conteúdo ou de hospedagem para retirada de material apontado como infringente, com a indicação clara e específica da URL - *Universal Resource Locator* .**
> 5. Não se pode impor ao provedor de internet que monitore o conteúdo produzido pelos usuários da rede, de modo a impedir, ou censurar previamente, a divulgação de futuras manifestações ofensivas contra determinado indivíduo.
> 6. A Segunda Seção do STJ já se pronunciou no sentido de ser incabível a condenação da parte sucumbente aos honorários contratuais despendidos pela vencedora.
> 7. Recurso especial provido.

60. Ou seja, o I. **Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva** reconhece como **imprescindível** a ***"notificação judicial ao provedor de conteúdo ou de hospedagem para retirada de material apontado como infringente****, com a indicação clara e específica da URL - Universal Resource Locator".*

61. E seguindo os preceitos do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é a **jurisprudência**:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

> "Feito o apontamento devido, tem-se que, por primeiro, pretendem as apelantes a condenação do apelado Facebook à reparação por danos morais, afirmando, para tanto, que restou configurada a negligência do referido provedor no controle de conteúdo divulgado nas redes sociais.
> Contudo, os provedores de serviços de internet não têm o dever de fiscalização prévia sobre o conteúdo de postagens em rede social, somente podendo ser responsabilizados se após decisão judicial determinando a retirada do conteúdo não o fizerem.
> Consoante o artigo 19, §1º, do Marco Civil da Internet, "a ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material", de modo que deve haver identificação específica do conteúdo violador da esfera jurídica do ofendido para que se fundamente o pedido de exclusão, não cabendo impor ao provedor do conteúdo um dever genérico de censura prévia sobre as postagens veiculadas por meio da rede social.
> (...)
> Em suma, à míngua de indicação específica do conteúdo tido como ofensivo, não houve determinação judicial nesse sentido, o que aparta qualquer fundamento para responsabilidade do apelado Facebook.
> (...)
> Diante do exposto, é o caso de manutenção da r. sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos.
> No mais, tendo em vista o disposto do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil, e o trabalho adicional desenvolvido nessa instância recursal, majoram-se os honorários devidos aos patronos dos corréus em R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).
> NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO." **(TJSP- 3ª Câmara de Direito Privado, Ap. nº 0000281-81.2014.8.26.0125, rel. Des. DONEGÁ MORANDINI, j. em 28/06/2017, v.u.)** (g.n.)

62. Desta feita, tendo em vista que nos termos da legislação vigente (Lei nº 12.965/2014), resta demonstrado que não cabe ao Provedor realizar juízo de valor sobre conteúdos veiculados no serviço, **sob pena de claríssima censura prévia e usurpação de atribuição exclusiva do Poder Judiciário em avaliar o que é ou não ilegal**.

63. Logo, conclui-se que dentro desse contexto é que se encontra o **crucial artigo 19, *caput* e § 1º** que impõe como condições necessárias à remoção de conteúdo na internet: **(i)** a existência de decisão judicial prévia; e **(ii)** a identificação clara e inequívoca do conteúdo, ou seja: **mediante ordem judicial específica**, que **individualize inequivocamente o material combatido por intermédio das URLs**.

64. Ciente de todas essas particularidades técnicas, o legislador brasileiro, após exaustivos debates no bojo da promulgação do Marco Civil da Internet, optou, na referida lei, pela adoção da URL ("Uniform Resource Locator", ou seja, o endereço na página na Internet) como ferramenta para identificação de conteúdo.

65. E, na internet, a *"identificação clara e específica do conteúdo apontado como* infringente*, que permita a localização inequívoca do material"* **deve, obrigatoriamente,**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

corresponder à URL[14] **(ou hyperlink)**, tal como mencionado na própria exposição de motivos do Projeto de Lei do Marco Civil da Internet, de autoria do Deputado Federal ALESSANDRO MOLON. Confira-se:

> Mantivemos, igualmente, a determinação de que tal ordem judicial deva identificar clara e especificamente o conteúdo apontado como infringente, com o objetivo de evitar decisões judiciais genéricas que possam ter efeito prejudicial à liberdade de expressão, como, por exemplo, o bloqueio de um serviço inteiro – e não apenas do conteúdo infringente. Evita-se, assim, que um blog, ou um portal de notícias, seja completamente indisponibilizado por conta de um comentário em uma postagem, por exemplo.
> **Evitam-se também ordens genéricas de supressão de conteúdo, com a obrigação de que a ordem judicial indique de forma clara e específica o conteúdo apontado como infringente, de forma a permitir a localização inequívoca do material – ou seja, há a necessidade de se indicar o HYPERLINK ESPECÍFICO RELACIONADO AO MATERIAL CONSIDERADO INFRINGENTE**. Nesse aspecto, fizemos ainda constar expressamente do início do dispositivo que esta salvaguarda tem o intuito de assegurar a liberdade de expressão e de impedir a censura, explicitando a preocupação da manutenção da Internet como um espaço de livre e plena expressão. Também enfatizamos que a responsabilidade de que trata o caput do artigo tem natureza civil. (...) (Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1240240&filename=Tramitacao-PL+2126/2011, p. 45 - sem ênfase no original)

66. A explicação fornecida pelo Deputado Molon é, de fato, suficiente para a compreensão do espírito do art. 19 do Marco Civil, e de seu parágrafo primeiro: por "*identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente*", o legislador quis dizer o link do conteúdo na internet – ou seja, sua URL.

67. Ademais, já se tornou absoluto consenso social e jurídico que a URL ("Universal Resource Locator"), que em português poderia ser livremente traduzido como "Localizador Universal de Recursos") **funciona como se fosse o RG de determinado conteúdo na internet**. É o **único dado capaz de identificar, com exatidão**, uma conta, dentre as inúmeras contas e conteúdos que são inseridos na internet.

68. Sem o endereço eletrônico (URL) específico, é impossível localizar **com absoluta certeza – e total segurança jurídica** – um determinado *post* na rede mundial de computadores.

69. E isso ocorre pela própria natureza livre e dinâmica da rede mundial de computadores, na qual a cada segundo são alterados dados e conteúdos, seja por nova inclusão, seja por exclusão, seja mesmo pela edição do seu texto. **A mera fotografia ou *print* de um conteúdo em um dado momento, pode não mais ser obtida no segundo seguinte se considerada a possibilidade efetiva daquele conteúdo ser modificado**.

70. A fim de facilitar a referência a Vossa Excelência e os Autores, informa o Facebook Brasil que as URLs no serviço Facebook são facilmente identificáveis, visto que para

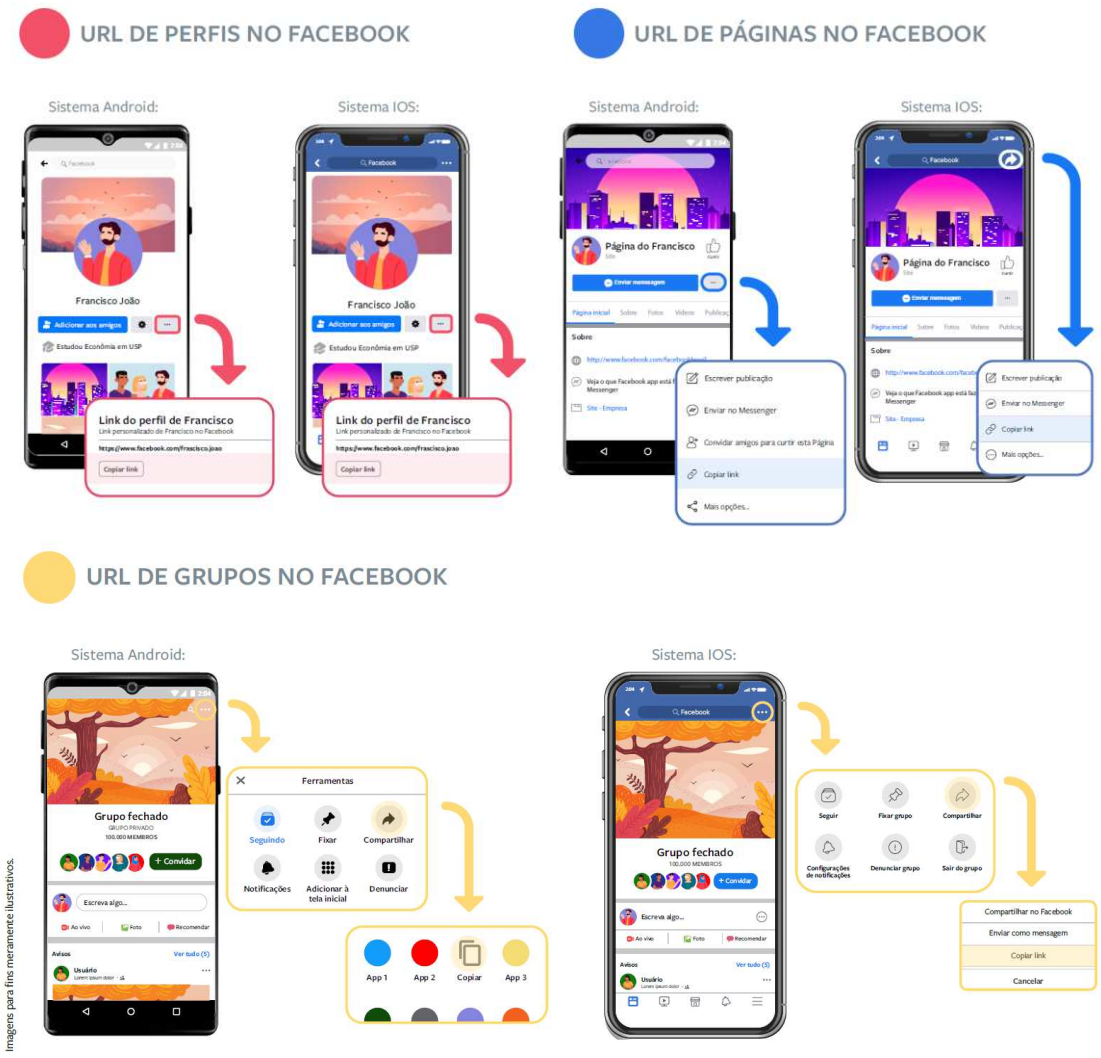
[14] URL - Uniform Resource Locator é um formato universal de designação de um recurso na Internet, como um site. Por exemplo: https://www.tozzinifreire.com.br/. O URL permite a identificação exata do local onde se encontra disponibilizado determinando conteúdo na Internet.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

localizá-los, é preciso clicar com o cursor em cima do link que identifica o momento da publicação, como no exemplo destacado abaixo:

NO FACEBOOK PELO CELULAR

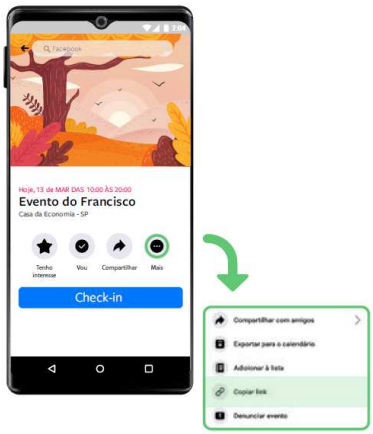


Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

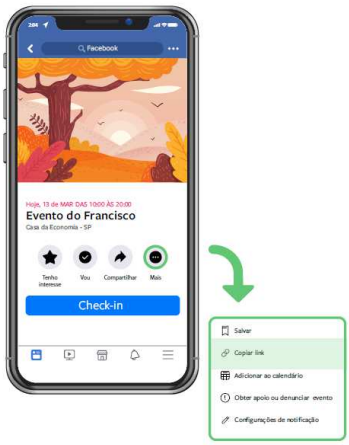
Tozzini Freire.

URL DE EVENTOS NO FACEBOOK

Sistema Android:

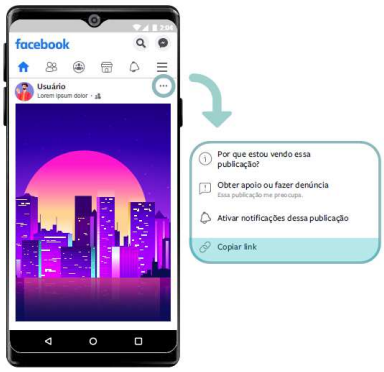


Sistema IOS:

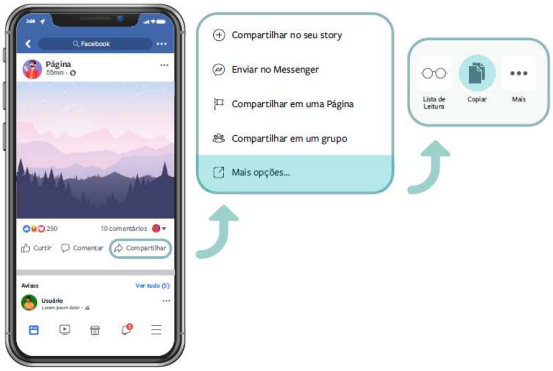


URL DE PUBLICAÇÃO NO FACEBOOK

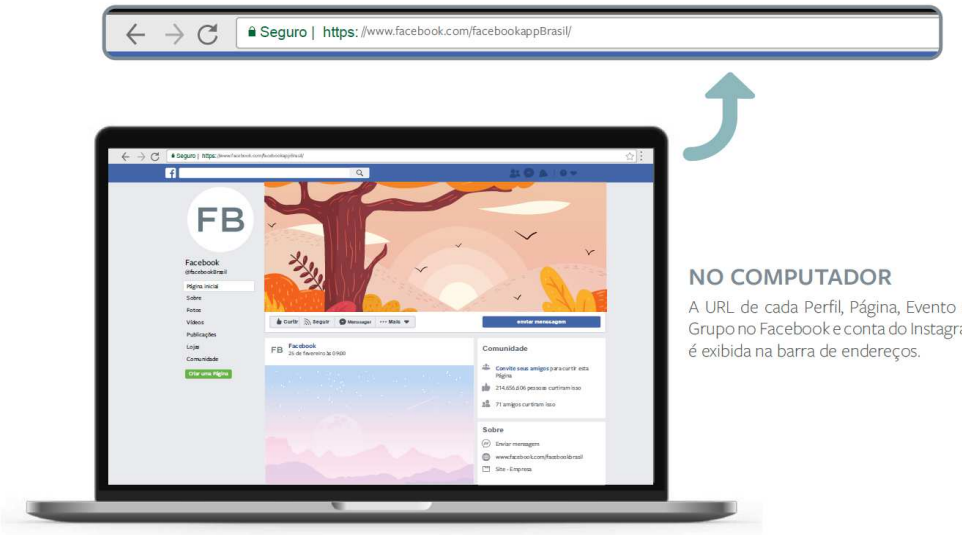
Sistema Android:



Sistema IOS:



NO FACEBOOK PELO COMPUTADOR



NO COMPUTADOR

A URL de cada Perfil, Página, Evento ou Grupo no Facebook e conta do Instagram é exibida na barra de endereços.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

71. Excelência, não há no meio jurídico qualquer dúvida de que as URLs específicas são imprescindíveis - já que o Colendo **Superior Tribunal de Justiça**, à luz do Marco Civil da Internet, **pacificou** entendimento acerca da necessidade da indicação da URL própria do conteúdo para que os provedores de aplicações de internet possam tomar quaisquer providências. Confira-se:

> RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROVEDOR DE SERVIÇOS DE INTERNET. REDE SOCIAL "ORKUT". RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. CONTROLE EDITORIAL. INEXISTÊNCIA. APRECIAÇÃO E NOTIFICAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE. ART. 19, § 1º, DA LEI Nº 12.965/2014 (MARCO CIVIL DA INTERNET). INDICAÇÃO DA URL. MONITORAMENTO DA REDE. CENSURA PRÉVIA. IMPOSSIBILIDADE. RESSARCIMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. NÃO CABIMENTO.
> 1. Cuida-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais e materiais, decorrentes de disponibilização, em rede social, de material considerado ofensivo à honra do autor.
> 2. A responsabilidade dos provedores de conteúdo de internet em geral depende da existência ou não do controle editorial do material disponibilizado na rede. Não havendo esse controle, a responsabilização somente é devida se, após notificação judicial para a retirada do material, mantiver-se inerte**.** Se houver o controle, o provedor de conteúdo torna-se responsável pelo material publicado independentemente de notificação. Precedentes do STJ.
> 3. Cabe ao Poder Judiciário ponderar os elementos da responsabilidade civil dos indivíduos, nos casos de manifestações de pensamento na internet, em conjunto com o princípio constitucional de liberdade de expressão (art. 220, § 2º, da Constituição Federal).
> 4. **A jurisprudência do STJ, em harmonia com o art. 19, § 1º, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), entende necessária a notificação judicial ao provedor de conteúdo ou de hospedagem para retirada de material apontado como infringente, com a indicação clara e específica da URL - *Universal Resource Locator* .**
> 5. Não se pode impor ao provedor de internet que monitore o conteúdo produzido pelos usuários da rede, de modo a impedir, ou censurar previamente, a divulgação de futuras manifestações ofensivas contra determinado indivíduo.
> 6. A Segunda Seção do STJ já se pronunciou no sentido de ser incabível a condenação da parte sucumbente aos honorários contratuais despendidos pela vencedora.
> 7. Recurso especial provido.

> RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ART. 489 DO CPC. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROVEDOR DE APLICAÇÃO. FACEBOOK. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REMOÇÃO DE CONTEÚDO. FORNECIMENTO DE LOCALIZADOR URL DA PÁGINA OU RECURSO DA INTERNET. COMANDO JUDICIAL ESPECÍFICO. NECESSIDADE. 1. Ação de obrigação de fazer. 2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração. 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC. 4. Necessidade de indicação clara e específica do localizador URL do conteúdo infringente para a validade de comando judicial que ordene sua remoção da internet. **O fornecimento do URL é obrigação do requerente.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

Precedentes do STJ. 5. O Marco Civil da Internet elenca, entre os requisitos de validade da ordem judicial para a retirada de conteúdo infringente, a "identificação clara e específica do conteúdo", sob pena de nulidade, sendo necessário, portanto, a indicação do localizador URL. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido.
(STJ - REsp: 1831136 SP 2019/0236360-1, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Publicação: DJ 13/05/2020)

"(...) A verificação no sentido da necessidade ou não de indicação da URL pela parte interessada que deseja obter informações sobre usuário responsável por conteúdo ofensivo lançado na internet, não demanda o revolvimento de matéria fática, **devendo-se salientar que no ponto, assiste razão à agravante FACEBOOK quando afirma que a Corte de origem contraria o entendimento do STJ no tocante à necessidade de indicação da URL específica do conteúdo considerado ilegal pelo interessado**.
(...)
Nesse passo, sendo incontroverso que a o acórdão estadual decidiu de forma contrária à jurisprudência do STJ, ao determinar à FACEBOOK a exibição do nome de usuário responsável pelas postagens no grupo Marmoteiros de Plantão, cujo perfil denominou como Rafael Martins; para o fim de ajuizamento de futura ação indenizatória pela agravada TATIANA, sem que esta indicasse a URL, impõe-se a sua reforma. Nessas condições, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial." **(STJ –3º Turma, RESP 1.008.251 /RS (2016/0285923-6), Rel. Min. MOURA RIBEIRO, j. em 15/2/2018)** (g.n.)

"(...) Verifica-se que o acórdão recorrido perfilhou entendimento em sentido oposto à jurisprudência desta Corte Superior, para a qual, após a instituição da Lei 12.965/2014 (marco da internet), **não é possível a imposição de obrigação de remoção de conteúdo eletrônico ofensivo, sem a indicação do endereço da URL onde se encontra o respectivo conteúdo**.
(...)
Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para afastar a multa diária imposta em virtude do descumprimento da obrigação, ao passo que, determino o retorno dos autos à origem para que providencie a intimação da parte agravada no sentido de apresentar o endereço URL das páginas onde se encontram os conteúdos ofensivos apontados na Exordial, dando regular prosseguimento ao feito." **(STJ – 4ª Turma, ARESP nº 1426540/SP (2019/0004645-9), Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, j. em 9/4/2019)** (g.n.)

"Com efeito, rememoro que ficou decidido na decisão embargada que o acórdão recorrido deliberou em descompasso com a jurisprudência desta Casa, haja vista que, **para o cumprimento das medidas adequadas para a remoção do conteúdo mencionado nos autos, seria necessária a indicação específica da URL, que, no caso, não foi fornecida. Sendo assim, não há como imputar a Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. nenhum tipo de responsabilidade, tendo em vista que não houve descumprimento de ordem judicial, mas sim impossibilidade de cumprimento**.
(...)
Desse modo, quanto à apontada omissão, é importante esclarecer que, no último precedente citado, ficou claro que a indicação específica da URL também é necessária para viabilizar o fornecimento do IP e, com isso, o acesso à página

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

> pretendida.
> (...)
> Diante do exposto, acolho os embargos de declaração apenas para fins de esclarecimentos, sem efeitos infringentes." **(STJ- EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.686 - SP (2018/0115452-3), rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, j. em 1/8/2018)** (g.n.)
>
> "A irresignação merece prosperar.
> 1.Com efeito, ao apontar violação dos artigos 19, § 1º, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e 77 , inciso IV, do CPC/2015, o recorrente sustenta ser necessária a indicação da URL específica para impor a remoção de conteúdo da internet, sob pena de tornar-se inviável o cumprimento da obrigação do ponto de vista legal.
> O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, por sua vez, consignou não ser imprescindível a especificação das URLs, asseverando ser suficiente a indicação pelo autor do conteúdo considerado ofensivo para o cumprimento da obrigação.
> (...)
> **Nesse cenário, infere-se que o acórdão recorrido, com a devida venia, violou o artigo em exame, pois está em dissonância com o entendimento atual desta Corte. Portanto, faz-se necessária a reforma do aresto estadual, para reconhecer a necessidade de indicação clara e específica do localizador URL do conteúdo que se deseja retirar da internet**.
> Com essas considerações, conclui-se que o apelo merece prosperar.
> 2. Do exposto, dou provimento ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido no sentido de condicionar a obrigação de remoção de conteúdos imposta ao recorrente à prévia indicação das respectivas URLs específicas pelo recorrido nestes autos." **(STJ- RECURSO ESPECIAL Nº 1.735.779- ES (2018/0088111-4), rel. Min. MARCO BUZZI, j. em 24/4/2019)** (g.n.)

72. Ainda, confira-se o entendimento da jurisprudência pátria, em relação a necessidade de indicação clara e específica das URLs. Vejamos:

> "(...) Pela leitura da referida norma, especificamente seu parágrafo primeiro, percebe-se que a ordem judicial para exclusão de conteúdo depende da indicação do seu endereço eletrônico (URL do conteúdo), não bastando, portanto, apenas o fornecimento da página ou perfil em que publicado (URL do usuário), tal como fez o agravante (fls. 126/128). (...) **Em suma, tem-se que a indicação das URL's de conteúdo por parte do agravante é medida que se mostra realmente necessária e oportuna para o cumprimento da ordem judicial. Ressalta-se que o próprio agravado indicou de forma bastante pedagógica a maneira de obter** (...)" **(TJSP - 2ª Câmara de Direito Privado, AI nº 2086476-17.2017.8.26.0000 rel. Des. ROSANGELA TELLES, j. em 18/12/2017)** (g.n.)

> "(...) O apelo procede. É certo, realmente, serem imprescindíveis os endereços eletrônicos específicos dos conteúdos reclamados (URLS, ou "Uniform Resource Locator"), o que - é incontroverso não foi providenciado pelos autores em nenhum momento.
> (...)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

Não tendo sido fornecido pelos autores as URLs essenciais à retirada do conteúdo indigitado nos autos, e passados quase um ano dos fatos mostrando-se inútil a diligência, a hipótese é de improcedência, nada obstante o zelo com que proferida a r. sentença pela Dra. Valéria Pinheiro Vieira.
Invertem-se os ônus sucumbenciais. Honorários, por equidade, no valor de R$ 600,00, haja vista a simplicidade extrema da causa para os patronos da ré (CPC, 85, § 8º)." **(TJSP - 34ª Câmara de Direito Privado, Ap. nº 1008032-74.2018.8.26.0477, rel. Des. SOARES LEVADA, j. em 26/8/2019)** (g.n.)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PERFIL FALSO. FACEBOOK. TUTELA DE URGÊNCIA. IDENTIFICAÇÃO DO IP. NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DA URL. A necessidade de informação clara e precisa do conteúdo veiculado na rede mundial de computadores, a im de que se identifique o ID do usuário que efetuou a veiculação, é exigência legal, consoante se verifica do §1º do art.19 da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). E, segundo entendimento pacificado, inclusive no STJ, é a parte-requerente quem deve informar a URL. Revogação da tutela de urgência deferida no juízo de origem.
(...)
No caso em tela, entendo que a liminar deferida no juízo a quo deve ser revogada, pois, em juízo de cognição sumária, não vislumbro a presença dos requisitos anteriormente mencionados.
Isso porque a necessidade de informação clara e precisa do conteúdo a ser excluído da rede mundial de computadores, assim como para a identificação do IP do usuário que o divulgou o conteúdo impugnado, é exigência legal, consoante se verifica do §1º do art.19 da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), [...]
E, segundo entendimento pacificado, inclusive no STJ, **é a parte-requerente quem deve informar a URL**, como se observa dos precedentes que seguem:
(...)
Conclui-se que não poderia ser diferente, na medida em que, se a parte-autora pretende identificar que veiculou determinado conteúdo da internet, é porque alguém a ele teve acesso, de sorte que deveria precisar qual o seu URL, sob de pena de a parte-demandada não ter como cumprir eventual comando judicial. Ademais, eventual inversão do ônus da prova não pode implicar produção de prova negativa, também não se podendo olvidar que a varredura de perfis para a obtenção da URL questionada violaria o sigilo das informações armazenadas pela parte-ré. Por tais motivos, vai revogada a medida antecipatória deferida na decisão agravada." (**TJRS - 19ª Câmara Cível, AI nº 70082711524 (CNJ: 0243061-53.2019.8.21.7000), rel. Des. VOLTAIRE DE LIMA MORAES, j. em 12/12/2019)** (g.n.)

"Após a análise detida dos autos verificou-se a ausência de indicação precisa da URL correspondente á pagina onde foi veiculado conteúdo ofensivo ao autor. Desta feita, **entende-se não ser razoável exigir do agravante a retirada de conteúdo sem qualquer indicação do URL pela parte interessada**, outrossim, é tecnicamente inviável a varredura dos servidores da agravante a procura das páginas que teriam conteúdo ofensivo ao autor da demanda.
Com efeito, o URL (localizador de recursos universal) é o endereço que aparece na barra de exibição da internet, no momento em que uma página é acessada, sendo sua indicação pela agravado medida simples de ser adotada e, também, imprescindível para o pleito pretendido. Nesse diapasão, tem-se que não é o caso de eximir o agravante da determinação a ele imposta, mas, condicionar o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

> cumprimento da medida às condições técnicas exigidas para o caso em apreço, qual seja, à indicação dos URL's específicas pelo agravado.
> (...)
> **Sobre esse prisma, é possível se inferir do dispositivo supra que a ordem judicial para tornar indisponível o conteúdo apontado como ofensivo deve conter identificação clara e específica através da indicação da URL (Localizador Padrão de Recursos – em português), o qual se refere ao endereço virtual do referido conteúdo, constante na barra de endereços do navegador da internet, haja vista que somente será possível identificar e individualizar determinados conteúdos inseridos na rede mundial de computadores.**
> (...)
> Sob esse prisma, tem-se que foi imputada ao agravante obrigação impossível e inexigível no presente momento processual. Noutro passo, insta salientar que a tutela de urgência em questão poderá ser reapreciada caso sejam apontado pelo agravado **quais são as publicações que se pretendem indisponibilizar através da indicação específico do URL do conteúdo, os quais não se confundem com a mera indicação do perfil que as tenha disseminado**.
> Por todo o exposto e, a despeito do brilhantismo do julgador de instância ordinária, DOU PROVIMENTO AO RECURSO, para revogar a decisão que antecipou os efeitos da tutela pleiteada pela parte agravada. **(TJMG - 13ª Câmara Cível, AI nº 1.0148.14.008563-7/002, rel. Des. ROGÉRIO MEDEIROS, j. em 22/02/2018)** (g.n.)

73. Portanto, a questão posta é simples: os provedores de aplicação de internet – como é o caso do Facebook -, somente estão obrigados a removerem contas/conteúdos, além de fornecer dados eventualmente disponíveis, deve ser preenchido os requisitos do artigo 19, do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014): **(i) ordem judicial que reconheça a ilegalidade de uma determinada conta ou conteúdo reclamado, somada à (ii) indicação específica (URL) da conta e do material reclamado.**

74. Ademais, sob a ótica processual, a necessidade de indicação da URL específica advém também da **vedação da decisão genérica** imposta pelo artigo 492, parágrafo único, do Código de Processo Civil, bem como da **proteção à esfera jurídica de terceiros**, nos termos do artigo 506 do mesmo diploma legal.

75. Ora, é certo que a ausência de URL causaria embaraço ao cumprimento de eventual ordem (o que é vedado pelo art. 77, IV do CPC) e torna seu cumprimento impraticável do ponto de vista legal (artigo 499 do CPC), tudo em violação ao devido processo legal e ao contraditório, previstos pela Constituição Federal (CF, art. 5, LIV e LV).

76. Desta feita, tendo em vista que nos termos da legislação vigente (Lei nº 12.965/2014) os provedores de aplicação de internet, somente podem ser compelidos a indisponibilizar contas e/ou conteúdos publicados por seus usuários mediante ordem judicial que individualize inequivocamente, por meio de seu endereço eletrônico ("URL"), (art. 19, *caput* e §1º)[15], resta demonstrado que não cabe ao Facebook Brasil realizar juízo

[15] Neste sentido, já sedimentou a jurisprudência do STJ: STJ - Recurso Especial n.º 1.274.971, Rel. Min. João Otávio Noronha, julgado em 19/03/2015; STJ, Recurso Especial 1.512.647, Ministro Luis Felipe Salomão, DJe

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

de valor sobre conteúdos veiculados no serviço Facebook, sob pena de claríssima censura prévia e usurpação de atribuição exclusiva do Poder Judiciário em avaliar o que é ou não ilegal.

77. Diante de todo o exposto, resta esclarecido que para o Provedor de Aplicação seja compelido a indisponibilizar um conteúdo, deverá ser precedido de indicação da URL específica além de juízo de valor, de acordo com o art. 19, § 1.º da Lei 12.965/2014 e entendimento pacífico do STJ e inclusive Tribunais Pátrios.

IV.C – PELA EVENTUALIDADE. INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR POR DANOS MORAIS



RESUMO DA TESE

Não estão presentes os requisitos para caracterização do dever de indenizar.

A responsabilidade civil dos provedores de aplicação é subjetiva, condicionada ao descumprimento de ordem judicial de remoção de conteúdo tido como ofensivo (entendimento pacífico do STJ).

Subsidiariamente, valor que deverá ser arbitrado de forma razoável para evitar o enriquecimento ilícito.

FUNDAMENTO LEGAL

Marco Civil da Internet	Art. 19 - Responsabilidade do usuário, excepcionalmente imposta ao provedor, de forma solidária, caso descumpra ordem judicial de remoção de conteúdo Art. 21 - Exceção à regra do art. 19. Responsabilidade do usuário - imposta ao provedor subsidiariamente, caso descumpra notificação extrajudicial de retirada de conteúdo
Código de Defesa do Consumidor	Art. 14, §3º, I e II. Excludente de responsabilidade Art. 14, §1º. Inocorrência de defeito do serviço
Código Civil	Art. 188, I. Exercício regular de direito. Art. 884. Enriquecimento ilícito. Art. 927. Responsabilidade objetiva inaplicável ao caso
Código de Processo Civil	Art. 373, I. Ônus probatório

78. Embora o pedido não seja direcionado ao Facebook Brasil, os Autores pleiteiam a condenação dos Corréus ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00.

79. Assim, o Facebook Brasil irá demonstrar porque não há que se falar em eventual condenação deste Réu ao pagamento de indenização por danos morais.

80. Nos termos do art. 19 do Marco Civil da Internet, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de

5/8/2015; Recurso Especial REsp 1.568.935; Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, 3.ª Turma; julgado em 05/04/2016.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

conteúdo gerado por terceiros se, após **ordem judicial específica** (com indicação da **URL**), não tomar as providências para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente – tudo isso nos **limites técnicos** do serviço oferecido.

81. Conforme restou demonstrado, **o Provedor do Facebook já indisponibilizou todos os conteúdos indicados pelos Autores e embarcados pela r. decisão liminar e suas extensões.**

82. Este regime de responsabilidade subjetiva por descumprimento de ordem judicial é pacificamente reconhecido pelo STJ:

> RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MARCO CIVIL DA INTERNET. DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS VEICULADOS A PROSTITUIÇÃO E A CONTEÚDO SEXUAL EXPLÍCITO. PROVEDORES DE APLICAÇÃO DE INTERNET. RESPONSABILIDADE. CONTEÚDO GERADO POR TERCEIRO. DANOS MORAIS. INAPLICABILIDADE.
> 1. Recurso especial interposto em 25/11/2020 e concluso ao gabinete em 31/03/2022.
> 2. Cuida-se de ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais.
> 3. O propósito recursal consiste em determinar se há dever indenizatório dos provedores de aplicação de internet por conteúdo gerado por terceiro.
> 4. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está amplamente consolidada no sentido de afirmar que a responsabilidade dos provedores de aplicação da internet, por conteúdo gerado de terceiro, é subjetiva e solidária, somente nas hipóteses em que, após ordem judicial, negar ou retardar indevidamente a retirada do conteúdo.**
> 5. **A motivação do conteúdo divulgado de forma indevida é indiferente para a incidência do art. 19, do Marco Civil da Internet**.
> 6. Recurso especial conhecido e provido.
> (STJ, REsp n. 1.993.896/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 17/5/2022, DJe de 19/5/2022.)

83. Ainda que assim não fosse, o que se admite pela eventualidade, haveria **excludente de responsabilidade** por ato exclusivo de terceiro, nos termos do artigo 14, § 3º, I e II, do CDC:

> "(...) Na espécie, o fato de o fraudador não ter usufruído de mecanismos utilizados na intermediação do comércio eletrônico, nem utilizando-se da plataforma disponibilizada pelo Mercado Livre para praticar a fraude, obsta a qualificação do ocorrido como uma falha no dever de segurança. (...) **Resta ausente, assim, a falha na prestação dos serviços**. Não só, **a fraude praticada por terceiro** em ambiente externo àquele das vendas on-line **não tem qualquer relação com o comportamento da empresa, tratando-se de fato de terceiro que rompeu o nexo causal entre o dano e o fornecedor de serviços"**. (REsp 1880344/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe em 09/03/2021)
>
> "(...) A verificação do conteúdo das imagens postadas por cada usuário **não constitui atividade intrínseca ao serviço prestado pelos provedores** de compartilhamento de vídeos, de modo que **não se pode reputar defeituoso, nos termos do art. 14 do CDC, a aplicação que não exerce esse controle**". (REsp 1642997/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, j. em 12/09/2017).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

Nesse sentido:

REsp 1.501.603/RN
REsp 1.531.653/RS
AgInt no REsp 1.839.752/RJ
REsp 1.737.411/SP

84. Pela ótica do Código Civil, também deverá o pedido indenizatório ser julgado improcedente. O dever de indenizar somente se caracteriza mediante a existência cumulativa de: **(i)** ato ilícito; **(ii)** efetiva ocorrência e demonstração do dano; e **(iii)** nexo de causalidade entre o ilícito praticado pelo agente. No caso vertente, nenhum dos elementos da responsabilidade civil está presente.

85. Evidente que **não há ato ilícito**, pois, para fins de responsabilização, ele estaria configurado apenas se houvesse descumprimento de ordem judicial **específica**, conforme já demonstrado.

86. Ainda, a circunstância narrada na petição inicial **não constitui risco inerente à atividade do Provedor de Aplicações do Instagram**, não ensejando a aplicação do art. 927, parágrafo único, do Código Civil, conforme jurisprudência consolidada do C. STJ:

> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL DE PROVEDOR DE INTERNET. LIMITAÇÃO AOS CASOS DE INÉRCIA NA IDENTIFICAÇÃO DO OFENSOR OU NA RETIRADA DO CONTEÚDO OFENSIVO. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM. AGRAVO PROVIDO, COM PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.
> 1. A jurisprudência desta Corte entende que: I) **o dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas em site pelo usuário não constitui risco inerente à atividade do provedor de conteúdo, pelo que não se lhe é aplicável a responsabilidade objetiva, prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/2002;** II) **a fiscalização prévia dos conteúdos postados não é atividade intrínseca ao serviço prestado pelo provedor de conteúdo**.
> 2. Por outro lado, é viável a responsabilização subjetiva do provedor de busca, quando: I) ao ser prévia e adequadamente comunicado acerca de determinado texto ou imagem de conteúdo ilícito, por ser ofensivo, não atua de forma ágil, retirando o material do ar; e II) após receber o URL, não mantiver um sistema ou não adotar providências, tecnicamente ao seu alcance, de modo a possibilitar a identificação do usuário responsável pela divulgação ou a individualização dele, a fim de coibir o anonimato. Nesses casos, o provedor passa a responder solidariamente com o autor direto do dano, em virtude da omissão em que incide.
> (....)
> (STJ, AgInt no AREsp n. 1.575.268/MG, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 16/11/2020, DJe de 14/12/2020.)

Entendimento já Pacificado no STJ:

REsp 1.193.764/SP
REsp 1.308830/RS
REsp 1.316.921/RJ
REsp 1.406.448/RJ
REsp 1.338214/MT
REsp 1.403.749/GO
AgRg no AREsp 397.800/SP
REsp 1.274.971/RS
REsp 1.568.935/RJ
REsp 1.642.997/RJ
REsp 1.698.647/SP
REsp 1.763.170/SP
AgRg no REsp 1.768.083/CE
REsp 1.939.375/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

Tozzini Freire.

87. Também não há que se falar em serviço defeituoso. Nos termos do art. 14, §1º, do CDC, o serviço é defeituoso quando não fornece a segurança esperada pelo consumidor. No caso do serviço Instagram a existência de regras de uso previstas nos **Termos de Uso[16] e Diretrizes da Comunidade[17]**, bem como a sua execução demonstrada no Relatório de Transparência[18], comprovam a segurança esperada.

88. Para além de não haver ato ilícito, também **não foi comprovada a ocorrência de danos morais**. A esse respeito, vale destacar dois pontos:

> **Primeiro:** não há que se falar em dano moral presumido ou *in re ipsa*[19], cabendo à parte requerente comprovar sua efetiva ocorrência (CPC, art. 373, I).
>
> **Segundo:** a par das alegações meramente genéricas, não há nos autos qualquer comprovação efetiva da ocorrência de danos morais, não tendo a parte requerente se desincumbido de seu ônus probatório (CPC, art. 373, I).

89. Não havendo ato ilícito, tampouco comprovação do dano, evidente que **inexiste nexo de causalidade** entre a conduta do provedor de aplicações e os acontecimentos narrados na exordial, os quais, como visto, não evidenciam qualquer dano moral indenizável.

90. A pretensão indenizatória é, portanto, manifestamente improcedente.

91. Por todo o exposto, eventual pleito indenizatório perante do Facebook Brasil deverá ser julgado improcedente em face deste Réu diante da ausência dos requisitos que gere a sua responsabilidade civil previsto no art. 19 do Marco Civil da Internet e ante a patente excludente de responsabilidade por culpa de terceiro que de acordo com o relato da Autora, seria o responsável pelos transtornos alegados.

IV.D - DA IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA AO FACEBOOK BRASIL. OBRIGATORIEDADE DE ORDEM JUDICIAL PARA COMPELIR A REMOÇÃO DE CONTÉUDO.

92. Após todo o exposto nesta defesa, vê-se que o Facebook Brasil não merece ser condenado ao pagamento do ônus sucumbencial, pois a necessidade de ajuizamento desta demanda **não decorre de uma conduta ilícita praticada ou imputável ao Facebook Brasil**, mas sim da **necessária observância da legislação em vigor**.

93. Isto porque, tal entendimento não pode prosperar na medida em que, no que se refere à **remoção de conteúdos** no serviço Facebook, decorre expressamente do artigo 19 do Marco Civil da Internet **a necessidade de juízo de valor e prolação de ordem judicial** para compelir o provedor de aplicação de Internet a tornar indisponível o material

[16] https://www.facebook.com/help/instagram/581066165581870
[17] https://www.facebook.com/help/instagram/477434105621119/?helpref=uf_share
[18] https://transparency.fb.com/data/community-standards-enforcement/
[19] TJSP; Apelação Cível 1000510-18.2019.8.26.0620; Relator (a): Antonio Rigolin; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Taquarituba - Vara Única; Data do Julgamento: 13/09/2021; Data de Registro: 13/09/2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

Tozzini Freire.

reputado ilícito.

94. À título exemplificativo cita-se algumas das diversas jurisprudências acerca do quanto alegado:

> "O recurso merece provimento.
> O art. 19 do Marco Civil da internet estabelece que o provedor de aplicações de internet somente será responsabilizado civilmente por danos de conteúdo gerados por terceiros se, com ordem judicial específica que contenha os requisitos do §1º, não atender a providencia e tornar indisponível o conteúdo apontado como ilícito. (...)
> A indisponibilização de conteúdos tem requisitos específicos, nos termos do art. 19 da Lei n. 12.965/2014, o qual evidencia o dever de cooperação, especialmente, entre ofendido e provedor de aplicação. (...).
> Após ser citada, a apelante prontamente atendeu a determinação judicial e retirou o conteúdo de sua página eletrônica (fs. 52/54).
> Assim, verifica-se que a apelante não se opôs àexclusão do conteúdo apontado como ofensivo, de modo que não deve subsistir o reconhecimento da sucumbência da apelante.
> Por não ter resistido à pretensão da apelada e não ter dado causa à propositura da demanda, é de rigor o afastamento da condenação, tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei n. 12.965/2014, o qual exige 'ordem judicial específica'. (...).
> Sendo indevidos honorários advocatícios sucumbenciais a qualquer das partes, cada qual deve arcar com as custas e despesas incorridas no curso do processo. Assim, fica reformada a r. sentença para afastar a condenação ao pagamento dos honorários sucumbenciais". **(TJSP - 4ª Câmara de Direito Privado, Ap. nº 1021049-18.2016.8.26.0100, rel. Des. HAMID BDINE, j. em 23/03/2017)** (g.n.)
> "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. BLOQUEIO DE URL'S CONTENDO VÍDEOS E COMENTÁRIOS OFENSIVOS. FACEBOOK SERVIÇOS ON LINE DO BRASIL. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. AUSENCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. AÇÃO JUDICIAL NECESSÁRIA. REDEMENSIONAMENTO CABÍVEL.
> 1.Não há falar em pretensão resistida, pois a ré estava impossibilitada de tomar as medidas exigidas pelo autor sem o devido respaldo judicial (exclusão de vídeos, mensagens e compartilhamentos feito por outro usuário da rede social "facebook"). Todavia tão logo intimada da decisão que concedeu a antecipação de tutela, cumpriu-se de imediato.
> 2.Pode-se concluir que nenhuma das partes deu causa ao ajuizamento, sendo certo que o interesse de exclusão do conteúdo era do autor. Logo, deve esse arcar com o pagamento das custas processuais(remanescentes se houver, pois as iniciais já foram recolhidas pelo mesmo).
> 3.Quanto aos honorários, cada parte deve arcar com aqueles contratados com seus causidicos, descabendo a fixação de honorários sucumbenciais, diante da ausencia de pretensão resistida. APELO PROVIDO". **(TJRS - 9ª Câmara Cível, Ap. nº 70073150542, rel. Des. TASSO CAUBI SOARES DELABARY, j. em 19/04/2017)** (g.n.)

95. Portanto, os Autores se valeram, *in casu*, do chamado "**procedimento necessário**", que representa um ônus à parte interessada, não se aplica o princípio da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NfV5.

causalidade, mas sim o princípio do interesse.

96. Por todo o exposto, **ainda que venham a serem julgados procedentes os pedidos autorais – o que se menciona apenas a título de ilustração –, deve o Facebook Brasil, com a devida vênia, ser isento de arcar com os ônus de sucumbência**.

V. CONCLUSÃO E PEDIDOS.

97. Diante de todo o exposto, o Facebook Brasil requer seja a demanda julgada improcedente, nos termos do artigo 487, I, CPC, afastando-se eventual ônus de sucumbência, pois incompatíveis nesta fase processual (artigo 55 da Lei 9099/95).

98. Protesta-se pela produção de todo meio de prova admitido em direito, destaque para a juntada de documentos, nos termos do artigo 369, do CPC.

99. Por fim, requer sejam todas as intimações dos atos praticados neste feito realizadas exclusivamente em nome do **Celso de Faria Monteiro, inscrito na OAB/SP 138.436,** sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, § 5º do Código de Processo Civil.

Termos em que pede deferimento.

De São Paulo/SP para Barueri/SP, 17 de agosto de 2023.

Celso de Faria Monteiro
OAB/SP 138436

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/08/2023 às 16:06 , sob o número WBRE23701704937
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xq86NtV5.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal.
Nada Mais. Barueri, 22 de agosto de 2023. Eu, ___, MARCIA DESIDERIO, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 22/08/2023 às 15:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código mPNyLJk1.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0719/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal."

Barueri, 23 de agosto de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 23/08/2023 às 01:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código mCeMrpwb.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0719/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 24/08/2023. Considera-se a data de publicação em 25/08/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal."

Barueri, 24 de agosto de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 24/08/2023 às 03:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código B6U3Md8G.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo nº1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (O "JOSÉ LOURENÇO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em observância ao ato ordinatório da fl. 304[1], apresentar sua manifestação acerca da contestação das fls. 277 - 303, segundo os fatos e fundamentos que a seguir se passa a expor.

I – HISTÓRICO DA DEMANDA E DAS IMPUGNAÇÕES DO *FACEBOOK*

1. Pretende-se, através da presente demanda, compelir os primeiros réus, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, ao pagamento de R$ 855.728,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais) à título de multa, em razão da retomada das postagens ofensivas realizadas contra CÉSAR, por meio do *Facebook*, em violação aos termos do ACORDO firmado entre as partes, em 30 (trinta) de agosto de 2021.

2. Requereu-se, ainda, a fixação de indenização pelos danos morais sofridos por CÉSAR, face à natureza difamatória das publicações e, naturalmente, a concessão de tutela provisória de urgência para a remoção dos referidos conteúdos, medida deferida às fls. 107 – 108, seguida das posteriores decisões das fls. 122, 172 – 173, 212 – 213, em que se estendeu os efeitos da liminar.

[1] Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

3. Em razão da recalcitrância em cumprir com as determinações deste MM. Juízo, consistentes na remoção das publicações e da suspensão provisória dos perfis de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA (*Cfr.* fls. 107 108, 122, 172 – 173, 212 – 213), o *Facebook* foi incluído no presente feito, nos termos da decisão das fls. 212 – 213.

4. Citado, o *Facebook* apresentou 2 (dois) pedidos de reconsideração (*Cfr.* fls. 249 – 255 e 268 – 272), ainda pendentes de apreciação, seguidos da contestação em que defendeu, basicamente, (i) a impossibilidade no cumprimento das decisões, diante da falta de indicação das URLS específicas dos perfis objeto de remoção, (ii) a desproporcionalidade das medidas judiciais, (iii) a vedação a liberdade de expressão de seus usuários, como forma de justificar sua desobediência e, ainda, (iv) a inexistência de responsabilidade sobre o fato e do dever de indenizar.

5. Tais argumentos não passam de cortina de fumaça diante da manifesta ilegalidade praticada pelo *Facebook*, ao ignorar as ordens emanadas deste MM. Juízo.

6. Por isso, destaca-se, de antemão, que os autores passarão ao largo de questões laterais, limitando-se a enfrentar os pontos estritamente necessários ao deslinde do feito.

II – DAS QUESTÕES PRELIMINARES

II. 1. DAS PROVIDÊNCIAS PARA O SANEAMENTO DO FEITO

II.1.1. DA NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DAS CARTAS DE CITAÇÃO PARA O ENDEREÇOS DOS RÉUS (JOSÉ LOURENÇO E ÉRIKA)

7. A partir dos resultados das pesquisas realizadas em nome de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA (*cfr.* fls. 231 – 236), requereu-se, às fls. 244 – 245, a expedição de cartas de citação para todos os endereços ali descritos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

8. Entretanto, apesar do recolhimento das despesas pertinentes, as expedições ainda se encontram pendentes.

9. Diante disso, reitera-se o pedido de expedição das cartas de citação para os endereços apontados nas pesquisas, nos termos do petitório das fls. 244 – 245.

II.1.2. DAS DETERMINAÇÕES PENDENTES DE CUMPRIMENTO

10. Viu-se que, em decisão proferida em 16 (dezesseis) de julho de 2023 (*cfr.* fls. 212 – 213)[2], este MM. Juízo, à luz do pedido da fl. 202, determinou (i) a inclusão no *Facebook* no feito, (ii) a remoção das publicações ofensivas e a suspensão do perfil de ÉRIKA. A suspensão do perfil de JOSÉ LOURENÇO já havia sido determinada anteriormente, por meio da decisão das fls. 171 – 173[3]. Isso porque a cada novo conteúdo postado em sua página, JOSÉ LOURENÇO, sem qualquer receio, anunciava para todos que as ofensas a CÉSAR iriam continuar.

11. Com base nas ameaças desferidas por JOSÉ LOURENÇO, este MM. Juízo entendeu por bem determinar a suspensão dos perfis dos réus, ainda que em caráter temporário, visando conter um mal maior, qual seja, a perpetuação dos prejuízos à CÉSAR.

---

[2] (...)
3. Inclua-se o FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASILLTDA., no polo passivo da presente ação, conforme requerido.
3. Expeça-se carta de citação para, querendo, contestar a ação, em 15 dias úteis, sob pena de revelia.
4. (...)
Presentes os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil, conforme decisões anteriores, defiro as novas medidas de urgência requeridas nos itens II e III de fls. 202, mantendo a multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a R$20.000,00, arbitrada na decisão inicial.
3 Finalmente, por cautela, defiro o pedido de suspensão temporária da conta do corréu José Lourenço junto ao Facebook, até futura determinação judicial de desbloqueio, evitando-se a reiteração da prática ofensiva e um mal maior, pois ele não foi localizado para responder ao presente feito e, portanto, não tem ciência acerca da medida de urgência deferida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

12. Conquanto o *Facebook* tenha, a despeito dos prazos assinalados nos ofícios, removido as postagens, até o momento não realizou a suspensão dos perfis de JOSÉ LOUREÇO e ÉRIKA, como comprovam as informações abaixo.



https://www.facebook.com/profile.php?id=100043817985557



https://www.facebook.com/erika.tamires.7927

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

13. Via de consequência, **os conteúdos difamatórios ainda continuam visíveis no exterior, sobretudo em Portugal, Colômbia e nos Estados Unidos da América (atual domicílio de CÉSAR),** uma vez que as páginas de JOSÉ LOUREÇO e ÉRIKA ainda permanecem ativas e, dessa maneira, continuam a ensejar danos a CÉSAR, em razão da negativa do cumprimento da ordem pelo *Facebook.*

14. Ou seja, apesar da manifesta ciência quanto aos termos da decisão das fls. 212 – 213, em que se determinou, expressamente, a suspensão temporária das contas de JOSÉ LOURENÇO e ERIKA, à evidência do ofício protocolado em 28 de julho de 2023 (*cfr.* fl. 246) e dos próprios petitórios das fls. 249 – 255 e 268 – 272, o *Facebook* até o momento não atendeu ao comando judicial, em sua íntegra, contribuindo sobremaneira para a majoração dos danos.

15. Desta forma, imperioso que V. Exa., não obstante os pedidos de reconsideração formulados pelo *Facebook* às fls. 249 – 255 e 268 – 272, determine, em complemento a decisão pretérita (212 - 213), a suspensão dos perfis de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, com a consequente aplicação da multa pelo descumprimento da ordem em referência.

16. Ademais, considerando o histórico de desrespeito às ordens judicias, pugnam os autores pela nova intimação do *Facebook*, agora na pessoa de seu administrador (Sr. Conrado Leister – *cfr.* Doc. 1)[4], a fim de que dê cumprimento imediato ao referido *decisum*, sob pena de crime de desobediência.

III - DAS DEMAIS RAZÕES PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO

III.1. DA RAZOABILIDADE DA ORDEM JUDICIAL E DAS RAZÕES PARA O INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

17. Ao contrário do que argumenta o *Facebook*, a decisões das fls. 171 – 173 e 212 – 213 estão embasadas pela coerência, razoabilidade e, principalmente,

[4] Doc. 1. Estatuto social do Facebook com a identificação do administrador às fls. 5 e 5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

pela proporcionalidade, a partir dos prejuízos que as publicações de cunho difamatório estavam ensejando a CÉSAR.

18. Não é demais relembrar, à evidência dos petitórios das fls. 166 – 171, que JOSÉ LOURENÇO vociferava que os ataques à CÉSAR não cessariam, mesmo diante das remoções pontuais feitas pelo *Facebook.*

19. À vista disso, este MM. Juízo, de forma escorreita e precisa, determinou a suspensão temporária dos perfis dos réus, objetivando evitar maiores danos a CÉSAR.

20. Apesar disso, o *Facebook* se recusa a cumprir a determinação nesse ponto, suspendendo-se os perfis de JOSÉ LOURENÇO e ERIKA, ainda que em caráter provisório.

21. Como se tudo isso não bastasse, ainda pretende a reconsideração das decisões em questão, ao argumento de que tal medida violaria a liberdade de expressão de seus usuários.

22. Convenhamos que os argumentos do *Facebook* carecem de qualquer sustentáculo, mormente porque a postura adotada por seus usuários ultrapassou todos os limites da liberdade de expressão. Ao contrário, seus usuários, imbuídos de manifesta má fé e com a condescendência do *Facebook,* passaram a se valer do instituto para lesar terceiros, à revelia das determinações judiciais.

23. Tampouco há como deixar de salientar que o ACORDO firmado entre as partes tem caráter internacional e, portanto, produz efeitos também no exterior, em especial Portugal, EUA e Colômbia, conforme a Cláusula 10.6:

> 10.6 As partes reconhecem que se encontram em países diferentes e que assinam o presente Acordo em vias separadas para um só efeito, que pretendem gerar no Brasil, em Portugal, nos Estados Unidos, na Colômbia e em quaisquer jurisdições onde se verifiquem repercussões do quanto aqui acordado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

24. Assim, tendo JOSÉ LOURENÇO e ERIKA levado a cabo as postagens ofensivas em detrimento de CÉSAR, ao contrário do que se comprometeram pelo ACORDO, é imperativa a suspensão da conta ou do perfil, independentemente da geografia, afinal os efeitos mais nefastos ao autor estão em países como Portugal, EUA e Bolívia.

25. Destarte, deve ser mantida a decisão determinando a remoção das postagens e também a suspensão provisória dos perfis de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, visto que estes vinham se utilizando indevidamente de tal instituto com o nítido escopo de lesar a honra de CÉSAR.

26. Nem se diga, por outro lado, que o agravo de instrumento manejado pelo *Facebook* (processo nº 2217507-53.2023.8.26.0000), em trâmite pela 7ª Câmara de Direito Privado do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (o "TJSP"), autorizaria o sobrestamento da *decisum*, até porque não houve atribuição de efeito suspensivo ao recurso (*Cfr.* Doc. 2)[5]*,* naturalmente em razão da ausência dos pressupostos necessários à sua interposição, pelo que as decisões das fls. 171 – 173 e 212 – 213 devem ser mantidas na íntegra.

III.2. DA NATUREZA DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS PELOS RÉUS E QUE TRANSCENDERAM OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

27. Registra-se, em adição ao já exposto no capítulo acima, que as postagens, os comentários e os vídeo veiculados na internet (*Facebook)* por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, em referência à CÉSAR, para além de violarem os termos do ACORDO, configuram verdadeiro ato ilícito, na medida em que expuseram os autores a situação vexatória perante a sociedade.

28. Os conteúdos publicados eram desprovidos de qualquer veracidade e, dessa maneira, lesaram a honra e a boa imagem de CÉSAR, pelo que foram objeto de remoção por ordem desse MM. Juízo.

[5] Doc. 2. Decisão tirada do agravo de instrumento 2217507-53.2023.8.26.0000, negando efeito suspensivo almejado pelo *Facebook*.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

29. Ainda, como se isso já não fosse suficiente, supervenientes publicações publicadas por JOSÉ LOURENÇO revelaram a perpetuação dos ataques e as ofensas contra CÉSAR, a despeito da determinação judicial.

30. Nesses termos, é inegável que a postura ilícita adotadas pelos réus, caracterizada pelas postagens ofensivas no *Facebook*, ultrapassaram o limite da liberdade da expressão assegurada pela Carta Magna, sendo passíveis de remoção do provedor, já que seus conteúdos impuseram prejuízos a terceiros.

31. Nesse sentido é o entendimento do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO ("TJSP"), ao se manifestar favoravelmente sobre a possibilidade de exclusão de conteúdos difamatórios de plataformas digitais, quando as postagens impuserem danos a terceiros, inclusive com a responsabilização do provedor, quando do não atendimento da ordem judicial.

> APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE FAZER. RETIRADA DE POSTAGENS DISPONIBILIZADAS NA INTERNET. Autor pretende que os réus sejam compelidos a retirar postagens ofensivas veiculadas na rede social Facebook, bem como indenização pelos danos morais que alega ter sofrido. Sentença de procedência. Apelos de ambas as partes. Facebook que foi notificado extrajudicialmente para remoção das páginas com evidente utilização não autorizada do nome e imagem do autor com conteúdo nitidamente ofensivo e se manteve inerte. Responsabilidade solidária pelos danos morais causados ao autor. Marco Civil da Internet que deve ser interpretado de forma a equilibrar os direitos fundamentais e os princípios da priorização da solução amigável dos conflitos e da economia processual. Corréu Facebook que tinha elementos suficientes para atender a notificação extrajudicial e optou por agir de forma a contribuir para a ocorrência e a extensão do dano. Precedentes deste E. TJSP. Insurgência da autora em relação ao valor arbitrado em sentença. Danos morais fixados em R$ 8.000,00. Atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Alegação de que não houve nexo de causalidade ou defeito no serviço, que tenha dado causa aos fatos objeto da ação Descabimento. Autores que tentaram se valer dos meios de denúncia disponibilizados pela própria ré, sem qualquer resposta desta Inércia que concorreu para a manutenção dos fatos. Sentença mantida. Recursos não providos.
>
> (TJSP; Apelação Cível 1004353-72.2021.8.26.0344; Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

> (a): Lia Porto; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Marília - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/05/2023; Data de Registro: 04/05/2023) (grifo nosso)
>
> OBRIGAÇÃO DE FAZER. Exclusão de perfil criado na rede social "Facebook", que publicou mensagens ofensivas à honra e à imagem do autor, bem como exclusão das respectivas publicações. Ação julgada parcialmente procedente. Recurso interposto somente pelo autor, circunscrito a pedir a condenação da ré ao pagamento de honorários e fixação de astreintes em razão do cumprimento tardio da ordem judicial. Ônus sucumbenciais não podem ser imputados à ré, diante da inexistência de situação de manifesta ilegalidade das postagens em rede social, a impedir a retirada na via administrativa. Eventuais astreintes devem ser executadas na fase de cumprimento de sentença, não cabendo, no momento, tratar do descumprimento da ordem judicial. Recurso improvido.
>
> (TJSP; Apelação Cível 1020636-29.2021.8.26.0100; Relator (a): Francisco Loureiro; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 43ª Vara CÍvel; Data do Julgamento: 10/03/2023; Data de Registro: 10/03/2023) (grifo nosso)

32. Por conseguinte, uma vez demonstradas as razões que embasaram a deliberação deste MM. Juízo, aliado aos fartos precedentes jurisprudenciais que versam sobre o tema, é de ser julgada procedente a presente demanda.

III.3. DA INDICAÇÃO ESPECÍFICA DA URL COMO JUSTIFICATIVA PARA O DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL

33. Discorre o *Facebook* acerca da necessidade da ordem judicial com indicação da URL específica para o cumprimento da determinação deste MM. Juízo.

34. Ao revés disso, os autores trouxeram aos autos todos os elementos capazes de identificar as publicações ofensivas realizadas contra CÉSAR, bem como para a identificação dos titulares dos perfis a que elas se encontram veiculadas (JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA).

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

35. Prova disso é que foi possível, a partir dos endereços contidos nas petições jungidas ao longo do feito, especialmente em seus anexos, a identificação das publicações ofensivas e a pontual remoção dos conteúdos indicados pelos autores, ainda que realizado a destempo pelo *Facebook.*

36. Logo, a alegação de que a falta da indicação das URLS viola o Marco Civil da Internet é desprovida de total bom senso, pois foi plenamente possível a identificação dos autores dos danos, a partir das informações fornecidas pelos autores.

37. A verdade é que o *Facebook*, temeroso em perder a receita advinda das contas de seus usuários, tem deliberadamente se negado a cumprir com as determinações judicias, utilizando-se como subterfúgio a falta de indicação das URLs.

38. A propósito, o descumprimento contumaz de decisões judiciais não é "privilégio" apenas dos autores, mas tem sido uma prática costumeira da empresa detentora do *Facebook*, como se denota do precedente abaixo:

> Agravo de instrumento. Ação de obrigação de fazer c.c. pedido indenizatório proposta contra o "Google do Brasil". Divulgação virtual de imagens/vídeos íntimos da autora por terceiro criminoso. Ordem de desindexação das URLs do site de busca da ré, pena de multa diária. Decisão agravada que reconheceu a incidência das astreintes. Agravo de instrumento interposto pela "Big tech". Desacolhimento. Hipótese de descumprimento deliberado da decisão liminar. Pesquisa virtual feita pelo Magistrado de origem por ocasião da análise dos aclaratórios. Insistência na tese recursal de ilegitimidade passiva a tangenciar a litigância de má-fé. Decisão mantida. Recurso desprovido.
>
> (TJSP; Agravo de Instrumento 2159474-70.2023.8.26.0000; Relator (a): Costa Netto; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro de Cravinhos - 1ª Vara; Data do Julgamento: 24/08/2023; Data de Registro: 24/08/2023)

39. No entanto, tendo os autores fornecidos as informações necessárias a identificação das postagens ofensivas, bem como dos titulares dos perfis em que

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

se encontram veiculadas, não se vislumbra razões para a postura negligente adotada pelo *Facebook.*

III.4. DOS FATOS QUE AUTORIZAM A RESPONSABILIZAÇÃO E A INCLUSÃO DO *FACEBOOK* NO FEITO

40. Às fls. 107 – 108 foi determinada a remoção da rede social *Facebook* das publicações realizadas por JOSÉ LOURENÇO com ofensas a CÉSAR, mediante ofício a ser endereçado ao respectivo provedor (*Facebook).*

41. Ato contínuo, diante da postagem de um novo vídeo igualmente ofensivo, sobreveio nova decisão da fl. 122[6], determinando a sua exclusão, inclusive com a possibilidade de majoração da multa arbitrada anteriormente.

42. Não obstante o encaminhamento dos ofícios com a expressa determinação nesse sentido (*cfr.* fls. 115 – 116 e 125 – 128)[7], o *Facebook*, mesmo ciente da ilicitude das postagens e dos vídeos, bem como da advertência contida na decisão da fl. 112 (possibilidade de majoração da multa previamente estabelecida), quedou-se inerte e naquela altura não atendeu as ordens judiciais.

43. Consequentemente, os conteúdos apontados na decisão permaneceram ainda acessíveis por um longo período, em manifesto detrimento a honra de CÉSAR (*cfr.* fls. 112 – 114).

44. Com efeito, a recalcitrância do *Facebook* em não cumprir com as sobreditas decisões, em que se apontou os conteúdos a serem removidos, no

[6] Vistos. Fls.112/114: Estendo os efeitos da tutela de urgência, deferida às fls. 107/108, para que no prazo de 05 dias, a contar da intimação da decisão, os réus retirem da rede social Facebook os conteúdos indicados pelo autor, bem como para que se abstenha de novas postagens e/ou publicações de cunho ofensivo, SOB PENA DE INCIDÊNCIA DA MULTA JÁ APLICADA, QUE PODERÁ ATÉ SER MAJORADA. . Servirá a cópia desta decisão como ofício ao Facebook, para a mesma providência, a ser remetido pela parte Interessada, justamente com prova das postagens ofensivas (grifo nosso)

[7] Fls. fls. 115 – 116 e 125 – 128: protocolos dos ofícios junto ao *Facebook.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

prazo assinalado por este MM. Juízo, acarreta, como de fato acarretou, a sua responsabilização, na forma do art. 19, da Lei 12.965/2014.

> Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

45. É, por exemplo, o posicionamento do EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO ("TJSP"):

> RESPONSABILIDADE CIVIL. FACEBOOK. CRIAÇÃO DE PERFIL FALSO COM IMAGENS DA APELADA. Comunicação ao provedor acerca da ilicitude na página criada. Material ofensivo não retirado imediatamente. Utilização de ferramenta disponibilizada para "denunciar abuso". Exclusão da página somente após ordem judicial. Art. 19, caput da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Interpretação literal afastada. Dispensabilidade de decisão judicial para remoção do material ofensivo. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Dano moral verificado. Quantum indenizatório mantido, em atenção ao princípio da dupla finalidade da reparação. RECURSO NÃO PROVIDO.
>
> (TJSP; Apelação Cível 1004141-56.2016.8.26.0302; Relator (a): Rosangela Telles; Órgão Julgador: 2ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jaú - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 25/07/2017; Data de Registro: 31/07/2017)

46. Ora, se a responsabilização do *Facebook* pela inércia da remoção de publicações de natureza ofensiva decorre da não observância de simples requerimento extrajudicial, a evidência do segundo julgado, naturalmente que também se aplica a desobediência de ordem judicial, como ocorre aqui.

47. Da análise das postagens constantes nos anexos da inicial e nas demais manifestações, em que também se encontram disponibilizados os respectivos *links*, verifica-se claramente a natureza ofensiva dos conteúdos ali

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

descriminados, tendo JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA ultrapassando todos os limites da liberdade de expressão.

48. Mas responsabilização do *Facebook* não decorre propriamente do conteúdo postado por terceiro, mas de sua inércia em tomar as providências determinadas por este MM. Juízo, quando notificada, de modo que, ao permanecer inerte, deixou de impedir que os danos se prolongassem ainda mais.

49. Ao deixar de cumprir com as determinações judiciais, no prazo assinalado por este MM. Juízo, atraiu para si a responsabilidade decorrente de sua negligência, se tornando também responsável pelos danos ensejados à CÉSAR.

50. Desse modo, imperioso que o *Facebook* seja mantido no polo passivo da presente demanda, a qual merece ser julgada totalmente procedente.

IV – DO DEVER DE REPARAÇÃO DOS DANOS

51. É incontroverso que CÉSAR sofreu danos de natureza moral, diante das publicações ofensivas realizadas por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, com a condescendência com o *Facebook,* afinal o provedor não tomou as devidas cautelas para amenizá-los, tampouco para impedir a prática de novos ilícitos.

52. Como as publicações se deram em desrespeito ao ACORDO firmado entre as partes e, naturalmente, ao arrepio da Lei, patente se verifica o agir ilícito por JOSÉ HORÁCIO e ÉRIKA.

53. O *Facebook*, por sua vez, ao deixar de cumprir com as determinações judiciais em referência, nos prazos assinalados por este MM. Juízo, corroborando, outrossim, para a perpetuação dos danos já ensejados a CESAR, também cometeu ato ilícito, na forma do art. 186[8], do Código Civil.

[8] Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

54. A partir da comprovação do ilícito, com a consequente violação da imagem de CÉSAR, de modo a causar abalo à honra e a sua boa imagem, evidente o dano moral, como também a responsabilização do *Facebook*, conforme o art. 19, da Lei 12.965/2014.

55. No Código de Civil, em seu art. 927, encontramos a previsão relativa à obrigação de reparação dos danos causados a terceiros em razão da prática de ato ilícito:

> Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

56. A responsabilização do *Facebook*, na hipótese de não cumprimento de ordem judicial, é assunto já pacificado pelo TJSP, conforme jurisprudência acima.

57. No presente caso estão presentes todos os elementos indispensáveis à configuração do dano, quais sejam, (i) fato lesivo voluntário (ii) ocorrência de um dano e (iii) nexo de causalidade entre o prejuízo e comportamento do agente, sendo indiscutível a responsabilidade dos réus.

58. Diante do exposto, requer seja procedente o pedido de indenização decorrente do dano extrapatrimonial, nos termos da exordial.

V – CONCLUSÕES E REQUERIMENTOS

59. À luz de tudo o quanto exposto, refuta-se todos os argumentos arguidos pelo *Facebook*, ficando patente a ilegalidade da conduta do *Facebook.*

60. Reitera-se o pedido de expedição das cartas de citação para os endereços apontados nas pesquisas, nos termos do petitório das fls. 244 – 245.

61. Ainda, requerem os autores a intimação do *Facebook*, agora na pessoa de seu administrador, Sr. Conrado Leister, através de diligência a ser cumprida por oficial de justiça, em seu endereço, qual seja, Rua Leopoldo Couto de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

FRANCO ADVOGADOS

Magalhaes Júnior, 700, 6º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-000, São Paulo, a fim de que dê efetivo cumprimento imediato ao referido *decisum*, sob pena de crime de desobediência.

62. E, finalmente, inexistindo impugnações diretas e objetivas, tampouco documentos capazes de desconstituir a pretensão dos autores, mas tão somente irresignações genéricas e dissociadas de quaisquer fundamentos, a sentença de procedência é medida que se justifica.

63. Reitera que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do patrono **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 14 de setembro de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código nWSyBIFp.

DocuSign Envelope ID: 9B8E157C-FB87-4E67-8655-92EF76165DE7

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
2.420.485/22-1

CONTROLE INTERNET
031654147-8

DBE OK

CAPA DO REQUERIMENTO

CADASTRADO
E. R. Sindilojas - SP

DADOS CADASTRAIS

ATO: Alteração de Endereço; Alteração de Endereço de Filial; Consolidação da Matriz;				
NOME EMPRESARIAL: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.				PORTE: Normal
LOGRADOURO: Avenida Brigadeiro Faria Lima		NÚMERO: 3732	COMPLEMENTO: a1ao4,6ao12	CEP: 04538-132
MUNICÍPIO: São Paulo	UF: SP	TELEFONE:	EMAIL:	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S): 0	CNPJ - SEDE: 13.347.016/0001-17	NIRE - SEDE: 3522517409-9		

IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA	VALORES RECOLHIDOS	SEQ. DOC.
NOME: CONRADO LEISTER (Administrador)	DARE: R$ 227,63	1 / 1
ASSINATURA: Conrado Leister E8DFA22AE5B94C6... DATA: 17/10/2022	DARF: R$,00	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO: JUCESP ER 197 SINDILOJAS 19 OUT. 2022 SÃO PAULO PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO: 0801(153234)

CARIMBO ANÁLISE: JUCESP SINDILOJAS - SP EXIGÊNCIA SEM EFEITO 19 OUT 2022 Olga Pinto da Silva Assessora Técnica de Registro Público RG: 11.626.804-9

JUCESP SINDILOJAS - SP DEFERIDO 20 OUT 2022 Olga Pinto da Silva Assessora Técnica de Registro Público RG: 11.626.804-9

ANEXOS:

( ) DBE
( ) Procuração
( ) Alvará Judicial
( ) Formal de Partilha
( ) Balanço Patrimonial
( ) Outros

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

( ) Documentos Pessoais
( ) Laudo de Avaliação
( ) Jornal
( ) Protocolo / Justificação
( ) Certidão

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 497.024/22-6
GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

OBSERVAÇÕES:

JUCESP 20 OUT 2022 SINDILOJAS

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

SEM VALOR PROBATÓRIO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MOREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009674.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22

Fls: 323
JUCESP
ER 197
NDILOJAS
IT. 2022
Visto: Conferido RG: 11.626.804-9

12ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

CNPJ/ME nº 13.347.016/0001-17
NIRE 35.225.174.099

São Paulo, 17 de outubro de 2022.

Pelo presente instrumento particular,

FACEBOOK MIAMI, INC, Sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 251 Little Falls Drive, na Cidade de Wilmington, Condado de New Castle, Estado de Delaware 19808, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/ME sob nº 22.576.790/0001-90, neste ato representada por sua procuradora, Sra. **MARIA ALICE NOGUEIRA DE SÁ PIKIELNY SCHMUZIGER**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.437.471-6 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob nº 263.572.288-93, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, 243, sala 72, Itaim Bibi, CEP 04534-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

única sócia da sociedade empresária limitada denominada **FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.** (**"Sociedade"**), com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 1º, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Edifício Infinity, Itaim Bibi, CEP 04542-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.347.016/0001-17, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (**"JUCESP"**) sob NIRE 35.225.174.099, em sessão de 14 de fevereiro de 2011, e 11ª e última alteração do contrato social registrada perante JUCESP sob nº 596.397/21-5, em sessão de 16 de dezembro de 2021, decide alterar o Contrato Social conforme segue:

I. A única sócia decide alterar o endereço da sede da Sociedade de Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 1º, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22

2
Visto: Conferido: RG: 11.626.804-9

andares, Edifício Infinity, Itaim Bibi, CEP 04542-000 **para** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1º ao 4º; 6º ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132.

II. Ainda, a única sócia decide alterar o endereço da filial da Sociedade, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.347.016/0003-89, com NIRE 35.906.304.759 **de** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1; 3 ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132 **para** Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar, ala norte , Itaim Bibi, CEP 04538-132.

III. Tendo em vista as deliberações acima, a Cláusula 3ª do Contrato Social da Sociedade é ajustada conforme abaixo:

*"**Cláusula 3ª** - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1º ao 4º; 6º ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão da única sócia* ***FACEBOOK MIAMI, INC.***

Parágrafo único - A Sociedade possui uma filial localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar, ala norte, *Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.347.016/0003-89, com NIRE 35.906.304.759."*

IV. Por fim, a única sócia decide consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual já refletindo as alterações descritas acima, passa a ter a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL DA
FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

DENOMINAÇÃO

Cláusula 1ª - A Sociedade denomina-se **"FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA."**

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22

3
Visto: Conferido
RG: 11.626.804-9

SEM VALOR DE CERTIDÃO

OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objeto social: (i) veiculação de publicidade na internet - também denominada como locação de espaços publicitários com a finalidade de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade na internet; (ii) prestação de serviços para (a) apoio de vendas, (b) desenvolvimento comercial, (c) relações públicas, (d) qualquer outro serviço comercial, administrativo e/ou de tecnologia da informação; (iii) importação e exportação de bens móveis considerados como ativos fixos ou materiais para consumo sem intuito de atividade comercial; e (iv) realização de transações comerciais envolvendo bens imóveis, no Brasil ou no exterior, e que possam estar, direta ou indiretamente, relacionadas com as atividades descritas nos itens anteriores ou que possam facilitar a realização delas. A Sociedade poderá participar em outras sociedades como sócia ou acionista.

SEDE E DOMICÍLIO LEGAL

Cláusula 3ª - A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, andares 1º ao 4º; 6º ao 12; 14 e 15, Itaim Bibi, CEP 04538-132. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

Parágrafo único - A Sociedade possui uma filial localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5º andar, ala norte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob nº 13.347.016/0003-89, com NIRE 35.906.304.759."

PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 4ª - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 9 de fevereiro de 2011.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22

Visto: Conferido: RG: 11.626.804-9

SEM VALOR DE CERTIDÃO

CAPITAL

Cláusula 5ª - O capital social é de R$3.631.639,00 (três milhões seiscentos e trinta e um mil seiscentos e trinta e nove reais), dividido em 3.631.639 (três milhões seiscentas e trinta e uma mil seiscentas e trinta e nove) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional e subscrito pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

Parágrafo 1º - A Sociedade tem 1 (uma) única sócia, conforme autorizado pelo Artigo 1.052, §1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo 2º - De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade da sócia é restrita ao valor total de suas quotas.

Parágrafo 3º - O saldo de R$0,20 (vinte centavos de real) detido pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC** será mantido em reserva para futuro aproveitamento.

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 6ª - O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado por meio de Alteração do Contrato Social da Sociedade.

ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 7ª - A Sociedade será administrada por uma ou mais pessoas físicas, sócias ou não, residentes no Brasil, as quais usarão, individualmente, o título de "Diretor". Os Diretores serão designados pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.** Os Diretores estão investidos de amplos poderes para, individualmente, administrar a Sociedade, bem como para praticar atos em seu nome, inclusive para usar a denominação social nos termos da lei, constituir procuradores na forma prevista abaixo e representá-la em todas e quaisquer circunstâncias.

Parágrafo 1º - A única sócia ratifica a nomeação do Sr. **CONRADO LEISTER**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.174.500-2 SSP-SP,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22

Visto:
Conferido:
RG: 11.626.804-9

inscrito no CPF/ME sob nº 278.634.408-58, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 6º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor da Sociedade, para gerir e administrar a Sociedade, observadas as restrições previstas abaixo.

Parágrafo 2º - Os Diretores terão mandato por prazo indeterminado, e poderão ser substituído a qualquer tempo.

Parágrafo 3º - Os Diretores não poderão praticar quaisquer dos seguintes atos sem a prévia autorização, por escrito, da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC**, autorização esta que poderá ser comprovada através de simples carta, fax ou e-mail:

(i) nomear procuradores para representar a Sociedade (a) nos atos abaixo listados, ou (b) qualquer outro ato, caso a validade da procuração seja superior ao período de 12 (doze) meses;

(ii) estabelecer novos negócios que não estejam relacionados com o objeto social da Sociedade;

(iii) onerar, adquirir ou alienar participações da Sociedade em negócios, sociedades ou qualquer outro empreendimento;

(iv) comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outra forma onerar ou alienar bens imóveis;

(v) prestar garantias em empréstimos ou outras obrigações da Sociedade ou de terceiros;

(vi) licenciar o uso ou de qualquer outro modo divulgar propriedade intelectual ou industrial, incluindo, mas sem se limitar, a tecnologia, patenteada ou não, dados técnicos, know how ou outras informações confidenciais pertencentes à Sociedade;

(vii) confessar dívidas;

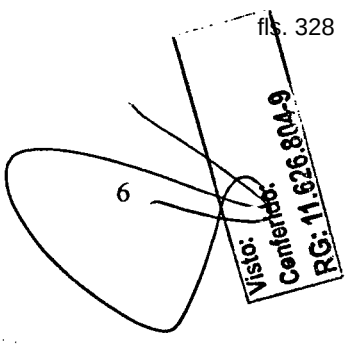
(viii) conceder ou tomar empréstimos;

(ix) abrir, fechar, ou de qualquer outra forma contratar ou terminar qualquer conta bancária, conta de investimento, linha de crédito, linha de leasing, ou qualquer outra conta similar com qualquer banco, financeira ou instituição financeira semelhante, no ou em nome da Sociedade;

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22



(x) entregar declarações fiscais, de imposto de renda, ou quaisquer outros relatórios que contenham informações financeiras da Sociedade para qualquer autoridade pública ou governamental;

(xi) constituir, cindir, fusionar, incorporar, dissolver, liquidar ou transformar sociedades subsidiárias; e

(xii) votar em assembleias e/ou reuniões de acionistas e/ou sócios, bem como tomar qualquer decisão em relação às sociedades subsidiárias.

Parágrafo 4º - Os Diretores poderão constituir procuradores com poderes específicos para prática de atos que não os enumerados no Parágrafo 3º acima sem a necessidade de autorização prévia, desde que as procurações sejam outorgadas por períodos iguais ou inferiores a 1 (um) ano. Procurações para fins judiciais poderão ter prazo indeterminado.

DELIBERAÇÕES DA SÓCIA

Cláusula 8ª - As deliberações da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC** serão tomadas em documento escrito (instrumento particular ou público) na forma de resolução por escrito ou alteração do Contrato Social, subscrita pela própria única sócia, observadas as disposições legais.

Cláusula 9ª – Sem prejuízo do disposto no presente Contrato Social e na legislação aplicável, as seguintes matérias estarão sujeitas à deliberação da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC**:

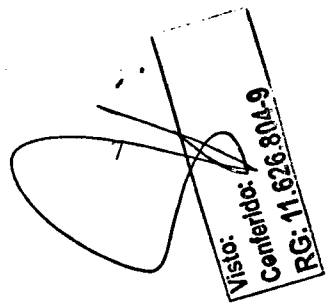
I. a aprovação anual das contas da administração;
II. a alteração do Contrato Social;
III. a incorporação, cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
IV. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; e
V. recuperação judicial ou extrajudicial, ou pedido de falência.

Parágrafo único – A única sócia decidirá oportunamente sobre a conveniência de deliberar por escrito sobre os assuntos indicados no Artigo 1.078 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22



SEM VALOR DE CERTIDÃO

EXERCÍCIO SOCIAL E
BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula 10ª - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data a partir da qual deverão ser levantados o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e os demais documentos exigidos por lei.

Parágrafo 1º - Os lucros apurados com base em balanço patrimonial de encerramento do exercício social terão a destinação que for determinada pela única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá levantar balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros intermediários ou intercalares, e/ou poderá declarar e pagar juros sobre capital próprio com base em tais balanços intermediários mediante decisão da única sócia **FACEBOOK MIAMI, INC.**

LIQUIDAÇÃO

Cláusula 11ª - No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único - Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os bens móveis e imóveis da Sociedade, contrair empréstimos e prosseguir com os negócios sociais.

DISSOLUÇÃO

Cláusula 12ª - Na hipótese de dissolução da sócia **FACEBOOK MIAMI, INC**, a Sociedade também será dissolvida, salvo se outro sócio for acrescido ao quadro social.

LEI APLICÁVEL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22

Visto: Conferido RG: 11.626.804-9

Cláusula 13ª - A Sociedade será regida pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aplicáveis às sociedades empresárias limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações.

FORO

Cláusula 14ª - As controvérsias oriundas do presente Contrato Social serão resolvidas no foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja."

O presente instrumento particular é assinado em 3 (três) vias de igual teor.

São Paulo, 17 de outubro de 2022.

MARIA ALICE NOGUEIRA DE SA PIKIELNY SCHMUZIGER:26357228893

Assinado de forma digital por MARIA ALICE NOGUEIRA DE SA PIKIELNY SCHMUZIGER:26357228893
Dados: 2022.10.18 12:56:18 -03'00'

Facebook Miami, Inc.

p.p.: Maria Alice Nogueira de Sá Pikielny Schmuziger

JUCESP
20 OUT. 2022

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

497.024/22-6

JUCESP LOJAS

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

JUCESP
20 10 22
ANEXO

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **MAURO SAUBERLICH DE PADUA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado com inscrição ativa na OAB/SP sob o nº **249.867**, expedida em 28/08/2006, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.607.280-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.675.758-66, domiciliado na Rua Dr. Bráulio Gomes, nº 25, 8º andar, cj 809, Bairro República, CEP 01047-020, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

1. 03 (três) vias da 12ª Alteração Contratual da FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., devidamente assinadas digitalmente, contendo 08 páginas;
2. 03 (três) vias da Declaração de Licenciamento da FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., devidamente assinadas digitalmente, contendo 03 páginas;
3. 01 (uma) via da Capa de Requerimento da FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., devidamente assinada digitalmente, contendo 01 página;
4. 01 (uma) via do DBE – Documento Básico de Entrada da FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., devidamente assinada digitalmente, contendo 01 página;
5. 01 (uma) via da Procuração devidamente registrada no cartório, da sócia estrangeira FACEBOOK MIAMI, INC., contendo 10 páginas;
6. 01 (uma) via do RG da Sra. MARIA ALICE NOGUEIRA DE SÁ PIKIELNY SCHMUZIGER, contendo 01 página;
7. 01 (uma) via do RG e OAB do Sr. MAURO SAUBERLCIH DE PADUA, contendo 01 página;

São Paulo, 19 de Outubro de 2022.

Mauro Sauberlich de Padua

MAURO SAUBERLICH DE PADUA

OAB/SP sob o nº 249.867

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Bel. José Maria Siviero

Praça Padre Manoel da Nóbrega, 20 - Centro
Tel.: (0XX11) 3116-3070 - Email: 3rtd@3rtd.com.br - Site: www.3rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 9.069.526 de 06/10/2021

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **9 (nove) páginas**, foi apresentado em 06/10/2021, o qual foi protocolado sob nº 9.074.046, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **9.069.526** no Livro de Registro B deste 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:
TRADUÇÃO DE PROCURAÇÃO

São Paulo, 06 de outubro de 2021

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

Danilo Monteiro de Campos
Escrevente Autorizado

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: **servicos.cdtsp.com.br/validarregistro** e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00191677334373433

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1131834TIFD000047205EC21Z

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página 000001/000009

Registro Nº 9.069.526 06/10/2021

Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:45:40h. Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 9.069.526 em 06/10/2021 neste 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Publico	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

POWER OF ATTORNEY

FACEBOOK MIAMI, INC., a company organized and existing in accordance with the laws of the State of Delaware, United States of America, with head offices at 251 Little Falls Drive, in the City of Wilmington, County of New Castle, State of Delaware 19808, United States of America ("Grantor"), represented by Michael L. Johnson, an American citizen, married, attorney, resident and domiciled at 1601 Willow Road, in the city of Menlo Park, State of California, United States of America, not in his individual capacity, but, rather, as Assistant Secretary of the Grantor, hereby grants a power of attorney as ample as may be required by law to Mrs. **MARIA ALICE NOGUEIRA DE SÁ PIKIELNY SCHMUZIGER**, a Brazilian citizen, divorced, journalist, bearer of the Identity Card "RG" No. 18.437.471-6 SSP/SP, enrolled with the CPF No. 263.572.288-93, with business address at Rua Joaquim Floriano, 243, suite 72, Itaim Bibi, CEP 04534-010, City of São Paulo, State of São Paulo (**"Grantee"**), so that she may:

(i) represent Grantor as a partner of **FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**, a Brazilian limited liability company, duly organized and existing in accordance with the laws of Brazil, registered with the Corporate Taxpayers' Register "CNPJ" under No. 13.347.016/0001-17 and with the Commercial Registry of the State of São Paulo under No. ("NIRE") 35.225.174.099 (the **"Company"**), executing minutes of all kind of partners' meetings and resolutions, as well as all amendments to the Company's articles of organization, including those related to acquisition or disposal of quotas, either by sale, purchase, assignment, donation or otherwise;

(ii) represent Grantor as partner of the Company, executing protocols of merger and spin off and any other corporate document related to those acts and sign the Dissolution Agreement (*Distrato Social*), and those documents related to the liquidation (*liquidação*) of the Company, including the appointment of the Company's liquidator;

(iii) represent Grantor before the Central Bank of Brazil and the State Commercial Registries (*Juntas Comerciais*), signing, filing and withdrawing letters, petitions, forms and documents;

(iv) represent Grantor before the Brazilian Federal Revenue and Customs Secretariat, with powers to take any actions and execute any documents as may be necessary to register

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página 000002/000009

Registro Nº 9.069.526 06/10/2021

Protocolo nº 9.074.045 de 06/10/2021 às 15:45:40h - Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob o nº 9.069.526** em **06/10/2021** neste **3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Publico	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

Grantor and maintain Grantor's registration with the Corporate Taxpayers' Register, as well as to update, cancel or suspend such registration; receive service of process on behalf of Grantor in procedures initiated by the Brazilian Federal Revenue and Customs Secretariat; discuss and definitively resolve any matters before the Brazilian Federal Revenue and Customs Secretariat; prepare, sign and file income tax returns of tax-exempt companies; and serve as manager of Grantor's assets and rights located in Brazil for the strict and specific purpose set forth in the legislation in force;

(v) receive service of process on Grantor's behalf for the sole and exclusive purpose of Article 119 of Law 6.404, of December 15, 1976, as amended;

(vi) generally do and perform any lawful act necessary and convenient to comply with the foregoing, as fully as Grantor could do if actually present; and

(vii) delegate in whole or in part the powers herein granted and revoke such delegations.

The Grantor hereby declares that this power of attorney was granted in compliance with the legislation of the State of Delaware, United States of America.

This power of attorney shall remain in effect for 2 years, as from this date.

Menlo Park, California, USA on September 13, 2021

FACEBOOK MIAMI, INC.

Michael L. Johnson
Assistant Secretary

#40022288 2v1~Brazil_

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Página 000003/000009	Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:46:40hs. Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 9.069.526 em 06/10/2021 neste 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.
Registro Nº 9.069.526 06/10/2021	

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

State of Oregon
Secretary of State

APOSTILLE
(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. Country: Pays / Pais:	**United States of America**
This public document Le présent acte public / El presente documento público	
2. has been signed by a été signé par ha sido firmado por	**RACHEL ANN GHEEN**
3. acting in the capacity of agissant en qualité de quien actúa en calidad de	**Notary Public**
4. bears the seal / stamp of est revêtu du sceau / timbre de y está revestido del sello / timbre de	**the said notary**
Certified Attesté / Certificado	
5. at à / en **Salem, Oregon**	**6. the** le / el día **September 27, 2021**
7. by par / por	**Secretary of State, State of Oregon**
8. N° sous n° bajo el número	**579X942N1**
9. Seal / Stamp Sceau / timbre: Sello / timbre:	**10. Signature:** Signature: Firma: *Shemia Fagan*

This Apostille only certifies the authenticity of the signature and the capacity of the person who has signed the public document, and, where appropriate, the identity of the seal or stamp which the public document bears.

This Apostille does not certify the content of the document for which it was issued.

This Apostille is not valid for use anywhere within the United States of America, its territories or possessions.

To verify the issuance of this Apostille, call (503) 986-2200 or email CorporationDivision.SOS@oregon.gov
This certificate does not constitute an apostille under the Convention of 5 October 1961 Abolishing the Requirement of Legalisation for Foreign Public Documents for those countries that have neither ratified nor acceded to that Convention, and remains subject to additional applicable authentication requirements.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página 000004/000009

Registro Nº 9.069.526 06/10/2021

Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:45:40h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 9.069.526 em 06/10/2021 neste 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Publico	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

State of Oregon Notarial Certificate (ORS Ch. 194.280, 194.285)

Acknowledgment in an Individual Capacity

State of OREGON

County of Deschutes

This record was acknowledged before me on (date) September 16th, 2021 by

(name(s)) of individual(s) Michael L. Johnson.

Rachel Ann Ghen

Notary Public - State of Oregon

Official Stamp

OFFICIAL STAMP
RACHEL ANN GHEEN
NOTARY PUBLIC - OREGON
COMMISSION NO. 966628
MY COMMISSION EXPIRES SEPTEMBER 17, 2021

Document Description

This certificate is attached to page 2 of a Power of Attorney featuring Facebook Miami, Inc. (title or type of document), dated Sept. 13th, 2021, consisting of 3 pages.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página 000005/000009	Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:45:49h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **9.069.526** em **06/10/2021** neste **3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.
Registro Nº **9.069.526 06/10/2021**	

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Publico	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

#400222882v1<Brazil_

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página	Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:35:40h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **9.069.526** em **06/10/2021** neste **3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.
000006/000009	
Registro Nº	
9.069.526	
06/10/2021	

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

A TRADUÇÃO DESTE ORIGINAL CONSTA DO LIVRO
JUCESP N.º 1819
N. 64 TRAD. N. 9133 FLS. 86 A 88
VÍVIAN FULLER OLSEN
TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página 000007/000009

Registro Nº 9.069.526 06/10/2021

Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:45:40h. Documento registrado eletronicamente, para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 9.069.526 em 06/10/2021 neste 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

VIVIAN FULLER OLSEN

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN TRANSLATOR
JUCESP 1819
INGLÊS

Tradução/Translation	Livro/Book	Folha/Page
9133	64	86

CERTIFICO E DOU FÉ, para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um documento em idioma inglês, que traduzo para o vernáculo no seguinte teor:

PROCURAÇÃO

FACEBOOK MIAMI, INC., sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 251 Little Falls Drive, na Cidade de Wilmington, Condado de New Castle, Estado de Delaware 19808, Estados Unidos da América (**"Outorgante"**), representada pelo Sr. Michael L. Johnson, cidadão dos Estados Unidos da América, casado, advogado, residente e domiciliado em 1601 Willow Road, na Cidade de Menlo Park, Estado da Califórnia, Estados Unidos da América, não em sua capacidade de pessoa física, mas na qualidade de Secretário Adjunto da Outorgante, neste ato outorga uma procuração tão ampla quanto possa ser exigido por lei à Sra. **MARIA ALICE NOGUEIRA DE SÁ PIKIELNY SCHMUZIGER**, cidadã brasileira, divorciada, jornalista, portadora da Carteira de Identidade RG no. 18.437.471-6 SSP/SP e inscrita no CPF sob o no. 263.572.288-93, com endereço comercial na Rua Joaquim Floriano, 243, conjunto 72, Itaim Bibi, CEP 04534-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (**"Outorgada"**), de modo que a Outorgada possa:

(i) representar a Outorgante como sócia da **FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.**, sociedade empresária limitada brasileira, devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ sob no. 13.347.016/0001-17 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE no. 35.225.174.099 (**"Sociedade"**), assinando as atas de todas as Assembleias e Deliberações de Sócios, bem como todas as alterações do Contrato Social da Sociedade, inclusive aquelas relacionadas à aquisição ou alienação de quotas, seja mediante venda, compra, cessão, doação ou de outra forma;

(ii) representar a Outorgante como sócia da Sociedade, assinando protocolos de incorporação e cisão, bem como quaisquer outros documentos societários relacionados aos referidos atos, e assinar o Distrato Social e aqueles documentos relacionados à liquidação da Sociedade, inclusive para a nomeação do liquidante da Sociedade;

(iii) representar a Outorgante perante o Banco Central do Brasil e as Juntas Comerciais estaduais, assinando, protocolando e retirando cartas, petições, formulários e documentos;

(iv) representar a Outorgante perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com poderes para tomar quaisquer medidas e assinar quaisquer documentos que venham a ser necessários para inscrever a Outorgante e manter a inscrição da Outorgante no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ"), bem como atualizar, cancelar ou suspender a referida inscrição; receber citação em nome da Outorgante nos procedimentos instaurados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; discutir e resolver de forma definitiva quaisquer assuntos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil; preparar, assinar e apresentar declarações de imposto de renda de pessoas jurídicas isentas de tributação, e administrar os bens e direitos da Outorgante localizados no Brasil para o fim único e específico estabelecido na legislação em vigor;

Rua Jacurici, 184/21 – Itaim Bibi – CEP 01453-030 – São Paulo / SP – Brasil – e-mail: vivian.folsen@uol.com.br
Fone: (55 11) 2537-4137 / Celular: (55 11) 99973-7151 – CPF/MF nº 152.134.538-48 – CCM nº 9.738.240-0

SEM VALOR PROBATÓRIO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página 000008/000009

Registro Nº 9.069.526 06/10/2021

Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:45:40h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 9.069.526 em 06/10/2021 neste 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	R. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

VIVIAN FULLER OLSEN

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN TRANSLATOR
JUCESP 1819
INGLÊS

Tradução/Translation	Livro/Book	Folha/Page
9133	64	87

(v) receber citação em nome da Outorgante para o fim único e exclusivo do Artigo 119 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e suas subsequentes alterações;

(vi) em geral, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes com respeito ao estipulado acima, tão integralmente quanto a Outorgante poderia praticar se estivesse presente pessoalmente, e

(vii) substabelecer, no todo ou em parte, os poderes outorgados neste instrumento e revogar tais substabelecimentos.

A Outorgante neste ato declara que a presente procuração foi outorgada em conformidade com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América.

A presente Procuração permanecerá em vigor por 02 (dois) anos a partir desta data.

Menlo Park, Califórnia, EUA, 13 de setembro de 2021

FACEBOOK MIAMI, INC.
[assinatura]
Michael L. Johnson
Secretário Adjunto

Segue folha número 3 da procuração em branco, apenas com a numeração do arquivo no final da página.

A seguir:

Certificado Notarial do Estado de Oregon (ORS Ch. 194.280, 194.285)

Certificado de Reconhecimento de Capacidade Representativa

Estado de Oregon - Condado de Deschutes

Este documento foi assinado perante mim em (data) 16 de setembro de 2021 por (nome da pessoa) Michael L. Johnson.

[assinatura] Notário Público - Estado de Oregon
Selo oficial [consta o selo oficial de Rachel Ann Ghenn, Notário Público no Estado de Oregon, Estados Unidos da América, cuja comissão 966628 expira em 17 de setembro de 2021]

Descrição do Documento
Este certificado encontra-se apenso à página 2 da Procuração outorgada por Facebook Miami, Inc. (título ou tipo de documento) datada de 13 de setembro de 2021, documento esse composto por 3 páginas.

Consta Apostila:

Estado de Oregon

Rua Jacurici, 184/21 – Itaim Bibi – CEP 01453-030 – São Paulo / SP – Brasil – e-mail: vivian.f.olsen@uol.com.br
Fone: (55 11) 2537-4137 / Celular: (55 11) 99973-7151 – CPF/MF nº 152.134 538-48 – CCM nº 9.738.240-0

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Página 000009/000009

Registro Nº 9.069.526 06/10/2021

Protocolo nº 9.074.046 de 06/10/2021 às 15:45:40h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **9.069.526** em **06/10/2021** neste **3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Danilo Monteiro de Campos - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R$ 90,58	R$ 25,77	R$ 17,60	R$ 4,80	R$ 6,25	R$ 4,35	R$ 1,89	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 151,24

VIVIAN FULLER OLSEN

TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL
SWORN TRANSLATOR
JUCESP 1819
INGLÊS

Tradução/Translation	Livro/Book	Folha/Page
9133	64	88

Secretaria de Estado
APOSTILA
(Convenção de Haia de 05 de outubro de 1961)

1. **País**: Estados Unidos da América

Este documento público

2. **foi assinado por** Rachel Ann Ghenn
3. **atuando na qualidade de** Notário Público
4. **exibe o selo/carimbo do** referido Notário Público

Certificado

5. **em** Salem, Oregon
6. **em** 27 de setembro de 2021
7. **pela** Secretária de Estado, Estado de Oregon
8. **Número** 579X942N1
9. **Selo/Carimbo:** [constam o selo e o carimbo do Estado de Oregon]
10. **Assinatura**: Shemia Fagan [consta assinatura]

Esta apostila apenas certifica a autenticidade da assinatura e da capacidade da pessoa que assinou o documento público e, quando adequado, a identidade do selo ou carimbo que o documento público exibe. Esta apostila não atesta o conteúdo do documento para o qual foi emitido. Esta apostila não é válida para uso em qualquer lugar dentro dos Estados Unidos da América, seus territórios ou possessões. Para verificar a emissão desta Apostila, ligue para (503) 986-2200 ou envie um e-mail para CorporationDivision.SOS@oregon.gov **Este certificado não constitui uma apostila nos termos da Convenção de 05 de outubro de 1961 suprimindo a exigência da legalização de documentos públicos estrangeiros para os países que não ratificaram nem aderiram à Convenção, e continua sujeito a requisitos adicionais de autenticação aplicáveis.**

[consta o selo oficial da Secretaria de Estado de Oregon]

NADA MAIS. *Li, conferi, achei conforme e dou fé nessa tradução.*
São Paulo, 06 de outubro de 2021.
Número de caracteres sem espaço: 5573
Número de laudas: 5,6
Tab. Emol: R$ 456,12
Talão nº: 51
Recibo nº: 4810

Vivian Fuller Olsen
Tradutora Juramentada
Sworn Translator
JUCESP N.º 1819

Rua Jacurici, 184/21 – Itaim Bibi – CEP 01453-030 – São Paulo / SP – Brasil – e-mail: vivian.f.olsen@uol.com.br
Fone: (55 11) 2537-4137 / Celular: (55 11) 99973-7151 – CPF/MF nº 152.134.538-48 – CCM nº 9.738.240-0

SEM VALOR DE VENDA E REPRODUÇÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

DocuSign Envelope ID: 8FA69BCE-80A0-4D22-846F-640DFCBD0C4B

Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

20 10 22

Declaração

Eu, CONRADO LEISTER, portador da Cédula de Identidade nº 221745002, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 278.634.408-58, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, a1ao4,6ao12, Itaim Bibi, SP, São Paulo, CEP 04538-132, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

DocuSigned by:
Conrado Leister
E60FA22AE5B94C0...

CONRADO LEISTER

RG: 221745002

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

20 10 22

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Declaração

Eu, CONRADO LEISTER, portador da Cédula de Identidade nº 221745002, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 278.634.408-58, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 5a,salanorte, Itaim Bibi, SP, São Paulo, CEP 04538-132, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

DocuSigned by:
Conrado Leister
E80FA22AE5B94C6...

CONRADO LEISTER

RG: 221745002

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

20 10 22

Declaração

Eu, CONRADO LEISTER, portador da Cédula de Identidade nº 221745002, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 278.634.408-58, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, a1ao4,6ao12, Itaim Bibi, SP, São Paulo, CEP 04538-132, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

DocuSigned by:
Conrado Leister
E80FA22AE5B94C6...

CONRADO LEISTER

RG: 221745002

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.

DocuSign Envelope ID: 7654F8A1-AE3C-4129-93BF-AD3DC80CE746

JUCESP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

DBE UK

PROTOCOLO REDESIM
SPP2231183796

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.	**13.347.016/0003-89**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio

Visto: Conferido: RG: 11.628.804-9

Número de Controle: SP38375695 - 13347016000389

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

■ FCPJ ☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

■ Responsável ☐ Preposto

NOME	CPF
CONRADO LEISTER	**278.634.408-58**

LOCAL E DATA	ASSINATURA (com firma reconhecida)
	Docusigned by: Conrado Leister E80FA22AE5B94C6...

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código K3XWnSwr.

DocuSign Envelope ID: 7A582763-064D-4C61-A8E9-63D6BECA8570

JUCESP

OK

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

DBE OK

PROTOCOLO REDESIM
SPP2231183777

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.	**13.347.016/0001-17**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio

Visto: Conferido RG: 41.626.804-9

Número de Controle: SP29648229 - 13347016000117

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

■ FCPJ	☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

■ Responsável ☐ Preposto

NOME	CPF
CONRADO LEISTER	**278.634.408-58**

LOCAL E DATA	ASSINATURA (com firma reconhecida)
	Docusigned by: Conrado Leister E80FA22AE5B94C6...

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

SEM VALOR DE CERTIDÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/09/2023 às 11:34 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código k3XWnSwr.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2217507-53.2023.8.26.0000
COMARCA: BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE 1ª INSTÂNCIA: MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO
AGRAVANTE: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
AGRAVADO: CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA
INTERESSADOS: ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO, JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO
7ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Vistos.

Processe-se o agravo de instrumento sem o efeito pretendido, até que a turma julgadora venha a solucionar a controvérsia em definitivo, uma vez que os elementos colacionados aos autos não denotam, ao menos neste juízo sumário de cognição, o desacerto da decisão recorrida.

Intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contraminuta no prazo legal.

Oportunamente, tornem conclusos para a continuidade do julgamento.

Int.

São Paulo, 18 de agosto de 2023.

JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE RUBENS QUEIROZ GOMES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, protocolado em 18/08/2023 às 18:09 , sob o número WBRE23701934649
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2217507-53.2023.8.26.0000 e código 23188E3.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Remeto os autos para cumprimento.

Nada Mais. Barueri, 22 de setembro de 2023. Eu, Breno de Carvalho Fernandes, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por BRENO DE CARVALHO FERNANDES, liberado nos autos em 22/09/2023 às 14:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código AOqvy8tF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE CITAÇÃO - RITO COMUM – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Destinatário:
José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço
Avenida Cairu, 389, Apto. 903, Cabo Branco
Joao Pessoa-PB
CEP 58045-100

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, disponibilizadas na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, **no prazo de 15 dias úteis**, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 22 de setembro de 2023. Breno de Carvalho Fernandes - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 22/09/2023 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código BlqxMaVz.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE CITAÇÃO - RITO COMUM – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Destinatário:
Érika Tamires Costa Lourenço
Rua José Augusto de Camargo, 532, Vila São João
Barueri-SP
CEP 06401-170

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, disponibilizadas na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, **no prazo de 15 dias úteis**, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 22 de setembro de 2023. Breno de Carvalho Fernandes - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 22/09/2023 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 2bdskqwu.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE CITAÇÃO - RITO COMUM – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc.**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço**

Destinatário:
José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço
Avenida Ômega, 174, Melville Empresarial I e II
Barueri-SP
CEP 06472-005

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, disponibilizadas na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, **no prazo de 15 dias úteis**, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 22 de setembro de 2023. Breno de Carvalho Fernandes - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 22/09/2023 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código SWIKALfs.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE CITAÇÃO - RITO COMUM – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc.**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço**

Destinatário:
Érika Tamires Costa Lourenço
Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 4, Tamboré
Santana de Parnaíba-SP
CEP 06543-001

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, disponibilizadas na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, **no prazo de 15 dias úteis**, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 22 de setembro de 2023. Breno de Carvalho Fernandes - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 22/09/2023 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código MkEWKv79.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Barueri-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CARTA DE CITAÇÃO - RITO COMUM – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc.**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço**

Destinatário:
José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço
Avenida Geraldo Costa, 121, Apto. 203, Manara
Joao Pessoa-PB
CEP 58038-130

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, disponibilizadas na internet.

ADVERTÊNCIA / PRAZO PARA DEFESA: Nos termos do artigo 344 do Código de Processo Civil, se o réu não contestar a ação, **no prazo de 15 dias úteis**, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

OBSERVAÇÃO: 1- Este processo tramita eletronicamente. A visualização da petição inicial, dos documentos e da decisão que determina a citação (art. 250, II e V, do CPC) poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de São Paulo, na internet, no endereço abaixo indicado, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico. **2-** Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Barueri, 22 de setembro de 2023. Breno de Carvalho Fernandes - Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVIA RODRIGUES DE MENESES, liberado nos autos em 22/09/2023 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 92ynblkZ.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

28/09/2023
LOTE: 167449

AR
TG/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Jose Horacio Moreira Goncalves Lourenco

Avenida Omega, 174, -, Melville Empresarial Ie II

Barueri, SP

06472-005

AR597361935JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____ h

2ª ____/____/____ ____:____ h

3ª ____/____/____ ____:____ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] X Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros FALTA APTO Grasiela Andrade

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD ALPHAVILLE
02 OUT. 2023
BARUERI SPM

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

JOSE CARLOS NASCIMENTO DA SILVA
Matr.: 8.919.667-8

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
02/10/23

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

O REMETENTE

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, liberado nos autos em 05/10/2023 às 04:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código v3JXESBO.

AVISO DE RECEBIMENTO **Digital**

28/09/2023
LOTE: 167449

AR
9912260497 SP/SP
TJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Jose Horacio Moreira Goncalves Lourenco

Avenida Geraldo Costa, 121, Apto. 203, Manara

Joao Pessoa, PB

58038-130

AR597361927JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros _____

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

8925337

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR Epitácio Cavalcanti

DATA DE ENTREGA 5/10/23

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE 3307166

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, liberado nos autos em 11/10/2023 às 08:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código fVlnvr73.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

28/09/2023
LOTE: 167449

AR
T.C/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Jose Horacio Moreira Goncalves Lourenco

Avenida Cairu, 389, Apto. 903, Cabo Branco

Joao Pessoa, PB

58045-100

AR597361913JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ ___:___ h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- [X] 1 Mudou-se
- [ ] 2 Endereço insuficiente
- [ ] 3 Não existe o número
- [ ] 4 Desconhecido
- [ ] 5 Recusado
- [ ] 6 Não procurado
- [ ] 7 Ausente
- [ ] 8 Falecido
- [ ] 9 Outros

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

05 OUT 2023

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

AGÊNCIA CENTRAL

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE / EMPRESA

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
___ / ___ / ___

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
Josivan Gonçalves de Lima
Mat. 8.477.733-8
Carteiro II

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, liberado nos autos em 18/10/2023 às 11:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código MSeExAfm.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

Segunda Via

DESTINATÁRIO
Erika Tamires Costa Lourenco
Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodr, 4
06543-001 Santana de Parnaiba - SP

9912260497

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
CDD ALPHAVILLE
02 OUT 2023
BV
SE/SPM

AR597361944JF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA (CAMPO OPCIONAL)

1ª ____/____/____ ____:____h

2ª ____/____/____ ____:____h

3ª ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO: após a 3ª tentativa devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1	Mudou-se	6	Recusado
2	Endereco Insuficiente	6	Não Procurado
X	Não Existe o Número	7	Ausente
4	Desconhecido	8	Falecido
9	Outros		

RUBRICA E MATRICULA DO ENTREGADOR

ANTUNIA CELMA DA SILVA
Mat.: 8.929.673-7

AO 7

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA
02/10/2023

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, liberado nos autos em 24/10/2023 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código I1MusNN2.

Tozzini Freire.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI DO ESTADO DE SÃO PAULO.

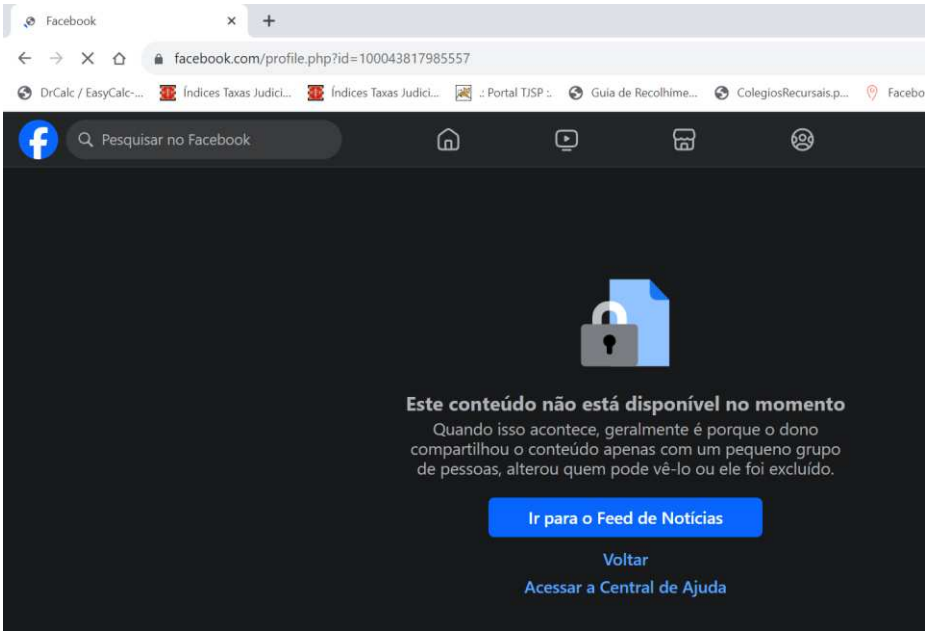
Autos n.º 1009648-74.2023.8.26.0068
Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada.

FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. ("Facebook Brasil"), devidamente qualificado, por seus advogados, nos autos da **Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais e Tutela Antecipada** em epígrafe, ajuizada por **SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC** e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO ("Autores")**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

1. Conforme se infere dos autos, a parte autora indicou as URLs dos perfis que se busca e foi determinado a indisponibilização, quais sejam, https://www.facebook.com/profile.php?id=100043817985557 e https://www.facebook.com/erika.tamires.7927.

2. Pelo que, **em cumprimento ao determinado por Vossa Excelência, o Provedor do Facebook desabilitou os perfis indicados em território brasileiro,** o que pode ser comprovado mediante simples consulta pública no serviço do Facebook:

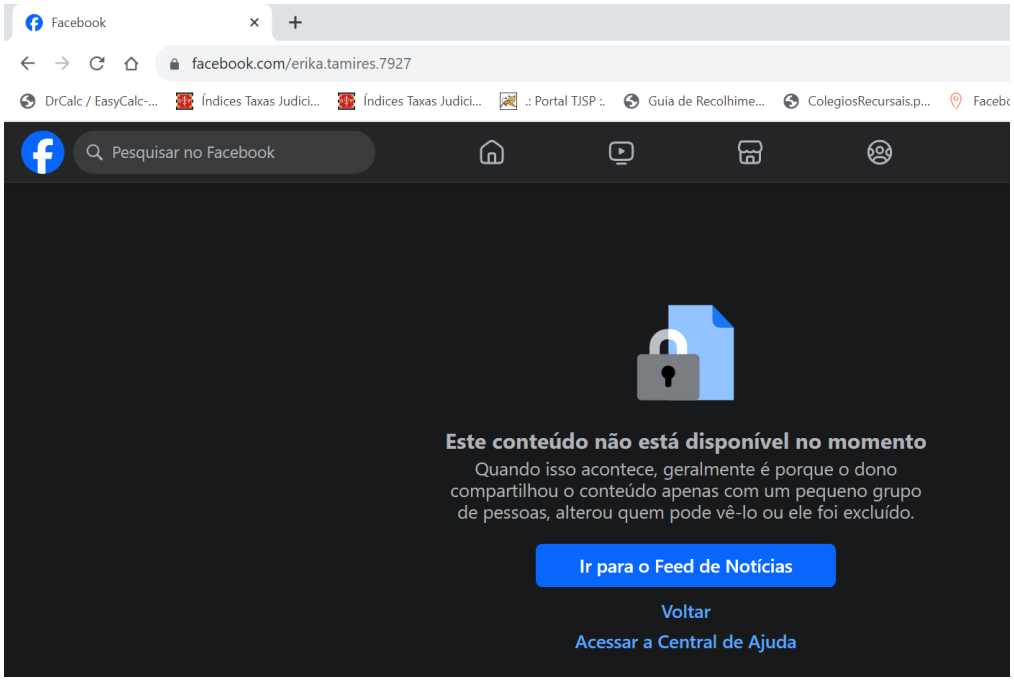
- https://www.facebook.com/profile.php?id=100043817985557



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/11/2023 às 15:49 , sob o número WBRE23702417605
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código dugtRxaX.

Tozzini Freire.

- https://www.facebook.com/erika.tamires.7927



3. Desta feita, **requer seja reconhecido o cumprimento da obrigação de desabilitação dos perfis de URL https://www.facebook.com/profile.php?id=100043817985557 e https://www.facebook.com/erika.tamires.7927 no serviço Facebook, o que só foi possível após indicação das respectivas URLs pela parte autora.**

4. Por derradeiro, requer que todas as intimações ou notificações decorrentes dos atos praticados neste feito sejam realizadas na pessoa do advogado **Celso de Faria Monteiro OAB/SP 138436**, sob pena de nulidade, nos termos do §5º, do artigo 272 do CPC.

Termos em que pede deferimento.

De São Paulo/SP para Barueri/SP, 16 de novembro de 2023.

Celso de Faria Monteiro
OAB/SP 138436

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CELSO DE FARIA MONTEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/11/2023 às 15:49 , sob o número WBRE23702417605
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código dugtRxaX.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

Segunda Via

DESTINATÁRIO
Erika Tamires Costa Lourenco
Rua Jose Augusto de Camargo, 532
06401-170 Barueri - SP

9912260497

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD BARUERI
02 OUT 2023
SE/SPM

AR597361900JF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR: Centralizador Regional

TENTATIVAS DE ENTREGA (CAMPO OPCIONAL)

1ª ____/____/____ ____:____h

2ª ____/____/____ ____:____h

3ª ____/____/____ ____:____h

ATENÇÃO: após a 3ª tentativa devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

1	Mudou-se	5	Recusado
2	Endereco Insuficiente	6	Não Procurado
3	Não Existe o Número	7	Ausente
4	Desconhecido	8	Falecido
9	Outros_____		

RUBRICA E MATRÍCULA DO ENTREGADOR

8892919-1

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR (Edilene Dias Conceição)

DATA ENTREGA
02 / 10 / 2023

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE
35090621-7

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por V-POST.CORREIOS.COM.BR, liberado nos autos em 07/12/2023 às 18:06.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Ym5SFUw2.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (o "JOSÉ LOURENÇO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., tendo em vista os avisos de recebimentos (AR's) das fls. 354, 355, 356, 357 e 360, comunicar e requerer o que a seguir se passa a expor:

1. Os avisos de recebimento das fls. 354, 356 e 357 retornaram negativos, sem cumprimento. De outra parte, embora constem os nomes e assinaturas dos recebedores nos AR's das fls. 355 e 360, as respectivas correspondências foram recebidas por terceiros estanhos à lide e não pelos requeridos JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA.

2. Pois bem. Além da negativa de citação JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, os sobreditos avisos de recebimento revelam que os requeridos não residem nos endereços apontados nas pesquisas das fls. 231 – 236. Tampouco há notícias sobre o paradeiro deles, o que justifica a citação por edital, providência já deferida às fls. 212 – 213[1].

3. Portanto, uma vez esgotados os meios para a localização de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA e estando eles em local incerto e não sabido, mister que se proceda, sem

[1] (...) 8. Esgotados todos os meios para localização, citem-se por edital

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/12/2023 às 15:02 , sob o número WBRE23702643362
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código bgTJHRdd.

FRANCO ADVOGADOS

embargo da apreciação do pedido de aplicação de multa contra o *Facebook*, diante do manifesto atraso no cumprimento das determinações deste MM. Juízo, a citação por edital dos requeridos (JOSÉ LOURENÇO e ERIKA), na forma da decisão das fls. 212 – 213.

4. Reitera, por fim, que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 14 de dezembro de 2023.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/12/2023 às 15:02 , sob o número WBRE23702643362
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código bgTJHRdd.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2023.0000948666

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2217507-53.2023.8.26.0000, da Comarca de Barueri, em que é agravante FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., Interessados JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO, são agravados SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA e CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PASTORELO KFOURI (Presidente sem voto), ADEMIR MODESTO DE SOUZA E MIGUEL BRANDI.

São Paulo, 31 de outubro de 2023.

JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO N° 30843
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 2217507-53.2023.8.26.0000
COMARCA: BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
JUIZ(A) DE 1ª INSTÂNCIA: MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO
AGRAVANTE: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
INTERESSADOS: ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO, JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO
AGRAVADOS: CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA
7ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de obrigação de fazer. Decisão que deferiu a tutela para que a agravante providencie a suspensão dos perfis dos requeridos. Demonstração de que a remoção de conteúdo se limita à página brasileira, permanecendo visível em outros países, inclusive no domicílio atual de um dos autores. Hipótese em que estão presentes os requisitos que dão ensejo à concessão da tutela antecipada pleiteada, previstos no artigo 300 do CPC, com aplicação de multa diária para o caso de descumprimento. Recurso a que se nega provimento.

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra as decisões de fls. 172/173 e 212/213, que deferiu a tutela para determinar à Empresa ré que suspensa os perfis dos requeridos.

Sustenta o agravante, em suma, que a medida é desproporcional, sendo suficiente a remoção de eventuais conteúdos ofensivos; que há ofensa à liberdade de expressão de seus usuários. Pede o provimento.

Foi indeferido o efeito suspensivo e o agravado apresentou contraminuta as fls. 103/118.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI GARCIA DA SILVA e outros em 10/04/2023 às 16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2217507-53.2023.8.26.0000 e código 9K

É a síntese do necessário.

O recurso não comporta provimento.

Cediço que é possível a concessão da tutela de urgência, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, de seguinte teor: "*A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*".

No presente caso, tem-se que em sede de cognição sumária se vislumbra o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação aos agravado, pois, mesmo com a remoção do conteúdo na página brasileira, permanecem ativos em outros países, inclusive nos Estados Unidos, atual domicílio de um dos autores.

Assim, encontram-se presentes os requisitos da fumaça do direito e do perigo da demora (manutenção e repercussão do conteúdo).

No mais, para dar efetividade à medida, é facultado ao magistrado adotar providências concretas, como a imposição de multa diária - "astreintes" -, que é a condenação pecuniária proferida em razão de dia de atraso com o escopo de se obter dos devedores a satisfação da obrigação imposta.

E por se tratar de sanção inibitória, tem se que "O valor deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI GARBELINI DA SILVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAU, em 10/04/2024 às 16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2217507-53.2023.8.26.0000 e código 9K000039.

de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz" (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado, p. 764, RT, 6ª ed.).

Posto isto, nega-se provimento ao recurso.

JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE RUBENS QUEIROZ GOMES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, em 04/12/2023 às 16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2217507-53.2023.8.26.0000 e código 9K3500S9.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
7ª Câmara de Direito Privado
Páteo do Colégio, nº 73 - CEP 01016-040 - Páteo do Colégio - 4º andar - sala 408/409 - Sé - CEP: 01016-040 - São Paulo/SP - 3101-2422

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº:	**2217507-53.2023.8.26.0000**
Classe − Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Imagem**
AgravanteInteressado	**Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. e outros, José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço**
Agravado	**Summit Nutritionals International Brasil Representação Comercial Ltda e outro**
Relator(a):	**JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES**
Órgão Julgador:	**7ª Câmara de Direito Privado**
Comarca de Origem	**Barueri**
Vara de Origem	**6ª Vara Cível**

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 1º/12/2023.

São Paulo, 1º de dezembro de 2023.

_____
VAGNER PATRICIO DA SILVA - Matrícula: M372123
Escrevente Técnico Judiciário

TERMO DE ENCAMINHAMENTO AO ARQUIVO

Certifico que nesta data enviei o e-mail com a comunicação do trânsito em julgado à Vara de Origem e encaminhei os presentes autos ao arquivo.

São Paulo, 1º de dezembro de 2023

_____
VAGNER PATRICIO DA SILVA - Matrícula: M372123
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VAGNER PATRICIO DA SILVA, liberado nos autos em 01/12/2023 às 23:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2217507-53.2023.8.26.0000 e código 31FI0ND.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO**

Vistos.

1. Fls. 358/359: ciência aos autores;
2. Fls. 361/361: Citem-se os requeridos JOSÉ LOURENÇO e ERIKA por edital, conforme decisão de fls. 212/213;

Intimem-se.

Barueri, 12 de janeiro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 12/01/2024 às 15:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código DVRmqOA1.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0026/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Fls. 358/359: ciência aos autores; Fls. 361/361: Citem-se os requeridos JOSÉ LOURENÇO e ERIKA por edital, conforme decisão de fls. 212/213;"

Barueri, 15 de janeiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/01/2024 às 00:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código kz9ugIn4.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0026/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 16/01/2024. Considera-se a data de publicação em 22/01/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Fls. 358/359: ciência aos autores; Fls. 361/361: Citem-se os requeridos JOSÉ LOURENÇO e ERIKA por edital, conforme decisão de fls. 212/213;"

Barueri, 16 de janeiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 16/01/2024 às 02:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código aohakcoX.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI - FORO DE BARUERI - 6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe: Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.
PROCESSO Nº 1009648-74.2023.8.26.0068

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, na forma da Lei, etc.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009648-74.2023.8.26.0068
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** a(o) ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO, RG GA683906 e JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO, português, casado, empresário, RG/NE nº V930715-0 e CPF sob o nº 703.430.511-09 que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Summit Nutritionals International, Inc. e outro, alegando em síntese: o relacionamento comercial das partes foi deteriorado, após o que JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, utilizando-se de redes sociais, especialmente do Facebook, passaram a desferir ofensas, ataques e vis acusações contra a pessoa de CÉSAR. Além de dirigirem-lhe ameaças, chantagens e a praticarem atos visando afetar a sua honra e imagem perante terceiros. Nesse sentido, os autores buscam e tutela provisória de urgência, em ofício a ser dirigido ao Facebook, a imediata remoção das postagens com comentários e dos vídeos, bem como indenização por perdas e danos morais. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Barueri, aos 19 de fevereiro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 19/02/2024 às 22:24 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código UVugA3HE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
O autor deverá comprovar o recolhimento, na Guia do Fundo de Despesas do TJSP, código 435-9, do valor de R$ 453,04 (1618 x R$ 0,28), nos termos do Comunicado nº 62/2009, para a publicação do edital.
Nada Mais. Barueri, 21 de fevereiro de 2024. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 21/02/2024 às 09:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código F2OHlyxx.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0113/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "O autor deverá comprovar o recolhimento, na Guia do Fundo de Despesas do TJSP, código 435-9, do valor de R$ 453,04 (1618 x R$ 0,28), nos termos do Comunicado nº 62/2009, para a publicação do edital."

Barueri, 21 de fevereiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/02/2024 às 09:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 4Dca2GCB.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0113/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 22/02/2024. Considera-se a data de publicação em 23/02/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "O autor deverá comprovar o recolhimento, na Guia do Fundo de Despesas do TJSP, código 435-9, do valor de R$ 453,04 (1618 x R$ 0,28), nos termos do Comunicado nº 62/2009, para a publicação do edital."

Barueri, 22 de fevereiro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 22/02/2024 às 06:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código udEuRune.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que **afixei o EDITAL no ÁTRIO** local e de costume, para conhecimento de todos. Nada Mais. Barueri, 22 de fevereiro de 2024. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 22/02/2024 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código I900oyxv.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em atendimento ao ato ordinatória da fl. 372[1], requerer a juntada do incluso comprovante de recolhimento das despesas para a publicação do edital (*cfr.* Doc. 1)[2].

Reitera que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

1 (...)

O autor deverá comprovar o recolhimento, na Guia do Fundo de Despesas do TJSP, código 435-9, do valor de R$ 453,04 (1618 x R$ 0,28), nos termos do Comunicado nº 62/2009, para a publicação do edital.

2 Doc. 1. Comprovante de recolhimento das despesas para a publicação do edital.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2024 às 11:04 , sob o número WBRE24700370041
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código eFWZBHdO.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20240227111608 08

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	

Endereço	Código
R. Joaquim Floriano, 960 - 7ª andar	435-9

Histórico	Valor
Despesas p/ publicação do edital de citação dos réus, José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros. Ação de Reparação de Danos c/ Pedido de Tutela Provisória de Urgência	453,05
	Total 453,05

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jan/2024 - SISBB 24029 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868000000043	530551174009	143591390205	860001908086



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20240227111608 08

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	

Endereço	Código
R. Joaquim Floriano, 960 - 7ª andar	435-9

Histórico	Valor
Despesas p/ publicação do edital de citação dos réus, José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros. Ação de Reparação de Danos c/ Pedido de Tutela Provisória de Urgência	453,05
	Total 453,05

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jan/2024 - SISBB 24029 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868000000043	530551174009	143591390205	860001908086



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 20240227111608 08

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Paulo Franco - Sociedade de Advogados			13.902.086/0001-90

Nº do processo	Unidade	CEP
10096487420238260068	6 Vara Cível Barueri	

Endereço	Código
R. Joaquim Floriano, 960 - 7ª andar	435-9

Histórico	Valor
Despesas p/ publicação do edital de citação dos réus, José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros. Ação de Reparação de Danos c/ Pedido de Tutela Provisória de Urgência	453,05
	Total 453,05

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Jan/2024 - SISBB 24029 - pvb
1ª Via - Unidade geradora do serviço, 2ª via - Contribuinte e 3ª via - Banco

868000000043	530551174009	143591390205	860001908086



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2024 às 11:04 , sob o número WBRE24700370041
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 0m4Y6jCl.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
27/02/2024 - AUTO-ATENDIMENTO - 16.45.05
5814905814

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: CAMILA MENDONCA BANDEIRA
AGENCIA: 5814-9 CONTA: 348-4

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86800000004-3	53055117400-9
	14359139020-5	86000190808-6
Data do pagamento		27/02/2024
Valor Total		453,05

DOCUMENTO: 022701
AUTENTICACAO SISBB:
2.B25.099.A6A.CEC.A5D

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/02/2024 às 11:04 , sob o número WBRE24700370041
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 0m4Y6jCl.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe − Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Remeto os autos para cumprimento.

Nada Mais. Barueri, 08 de março de 2024. Eu, ___, PATRICIA MARCELA DA CRUZ FREITAS, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PATRICIA MARCELA DA CRUZ FREITAS, liberado nos autos em 08/03/2024 às 10:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código MyZtpfjW.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1009648-74.2023.8.26.0068

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a(o) ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO, RG GA683906 e JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO, português, casado, empresário, RG/NE nº V930715-0 e CPF sob o nº 703.430.511-09 que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Summit Nutritionals International, Inc. e outro, alegando em síntese: o relacionamento comercial das partes foi deteriorado, após o que JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, utilizando-se de redes sociais, especialmente do Facebook, passaram a desferir ofensas, ataques e vis acusações contra a pessoa de CÉSAR. Além de dirigirem-lhe ameaças, chantagens e a praticarem atos visando afetar a sua honra e imagem perante terceiros. Nesse sentido, os autores buscam e tutela provisória de urgência, em ofício a ser dirigido ao Facebook, a imediata remoção das postagens com comentários e dos vídeos, bem como indenização por perdas e danos morais. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barueri, aos 19 de fevereiro de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010342-31.2021.8.26.0068. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LEONARDO D'ENFELDT, RG 28.096.800-0, CPF 215.844.998-50 e GUSTAVO D'EENFELDT, RG 28.096.801-2, CPF 226.718.968-24, que lhes foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Wagner José Teixeira e outro, alegando em síntese que não recebeu o que lhe é de direito, R$ 266.791,17, em razão de fraude, fato que se fez necessário à instauração da desconsideração da personalidade jurídica. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barueri, aos 01 de abril de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO ? PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1023293-69.2023.8.26.0068. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). GRACIELLA LORENZO SALZMAN, na forma da Lei, etc...FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que ANA PAULA VELLOZO LUZ ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando regularizar o imóvel matriculado sob nº 83003, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Barueri, descrito como terreno à rua DEZ, constituído pelo lote nº 21, quadra ?A?, do loteamento denominado Morada do Sol, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 30 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barueri, aos 05 de março de 2024.

2ª Vara da Família e das Sucessões

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.
PROCESSO Nº 1002947-97.2023.8.26.0068

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e das Sucessões, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). CECILIA NAIR SIQUEIRA PRADO EUZEBIO, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a(o) ESPOLIO DE SEBASTIAO LOPES SILVA REPRESENTADO POR HERDEIROS DESCONHECIDOS COM PARADEIRO INCERTO, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Rosicler Rodrigues, alegando em síntese: ser filha do de cujus Sebastião Lopes Silva e pedindo a realização do exame de DNA para comprovar o alegado. Encontrando-se terceiros interessados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barueri, aos 25 de janeiro de 2024.

BASTOS

EDITAL

Processo Digital nº:
1001619-08.2018.8.26.0069
Classe: Assunto:
Interdição/Curatela - Tutela e Curatela
Requerente:
Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido:
Daniel de Souza Firmino e outros

EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA, COM PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da ação de Interdição/Curatela - Tutela e Curatela, QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO MOVE CONTRA DANIEL DE SOUZA FIRMINO E OUTROS, PROCESSO Nº 1001619-08.2018.8.26.0069, JUSTIÇA GRATUITA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 10/04/2024 às 12:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código P0DGrppQ.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados signatários, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., tendo em vista a fluência do prazo estabelecido no edital jungido à fl. 380, requerer o prosseguimento do feito, segundo os fatos e fundamentos que a seguir se passa a expor.

1. Uma vez deferida a citação editalícia dos requeridos JOSÉ LOURENÇO e ERIKA, adveio a publicação da minuta do edital em 11 (onze) de abril de 2024, designando o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de resposta, contados após a fluência do prazo de 20 (vinte) dias, conforme o edital.

2. Porém, sobreveio a fluência do sobredito prazo, sem a presença de qualquer manifestação ou defesa por parte dos requeridos.

3. Assim, diante da fluência *in albis* do prazo estabelecido do edital (20 + 15), pugna-se pelo prosseguimento do feito, com a consequente nomeação de curador aos requeridos, na forma do artigo 72, II, do Código de Processo Civil.

4. Reitera que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO, OAB/SP nº 240.457**, com escritório na Rua Joaquim Floriano, 960, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/06/2024 às 11:47 , sob o número WBRE24701167231
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código yojWEzxz.

FRANCO ADVOGADOS

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/06/2024 às 11:47 , sob o número WBRE24701167231
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código yojWEzxz.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
5ª VARA DO TRABALHO DE BARUERI
ATOrd 1001411-51.2020.5.02.0205
RECLAMANTE: WALESKA VICTHORIA REIS RAMIRO
RECLAMADO: SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTACAO COMERCIAL EIRELI E OUTROS (1)

CONCLUSÃO

Nesta data, faço o feito concluso ao(a) MM(a) Juiz(a) da 5ª Vara do Trabalho de Barueri/SP, tendo em vista o que consta dos autos.

BARUERI/SP, data abaixo.

ANA ALICE MARCOLINO YAMAMOTO GIMAEL

DECISÃO

Vistos...

Petição #id:a974714: Indefiro nova pesquisa patrimonial em face dos executados, considerando a recente pesquisa realizada (#id:c663cd9 e #id: f62bb7d).

Em relação ao pedido de penhora no rosto dos autos, defiro o requerimento.

Oficie-se à **6ª Vara Cível de Barueri** solicitando a reserva de crédito no **processo 1009648-74.2023.8.26.0068,** no valor de **R$ 99.404,43** (atualizado até 20/06/2024).

Executado(s):

- **SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL BRASIL REPRESENTACAO COMERCIAL EIRELI, CNPJ: 33.904.001/0001-10;**
- **CESAR MANUEL CARDOSO MATOS DO PACO, CPF: 242.877.718-18**

Assinado eletronicamente por: THATYANA CRISTINA DE REZENDE ESTEVES DE ANDRADE - Juntado em: 21/06/2024 08:57:38 - f34f5e4

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THATYANA CRISTINA DE R ESTEVES DE ANDRADE, liberado nos autos em 27/06/2024 às 09:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código AMz0DAZX.

Os valores encontrados deverão se transferidos para conta judicial à disposição deste Juízo.

Ofícios de resposta devem ser encaminhados diretamente à 5ª Vara do Trabalho de Barueri, pelo e-mail vtbarueri05@trt2.jus.br.

Com amparo nos princípios da economia e celeridade, **atribuo à presente decisão força de ofício**.

O presente ofício deverá ser encaminhado por e-mail pela Secretaria da Vara para **barueri6cv@tjsp.jus.br**.

Cumpra-se. Intimem-se as partes.

BARUERI/SP, 21 de junho de 2024.

THATYANA CRISTINA DE REZENDE ESTEVES DE ANDRADE
Juíza do Trabalho Titular

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por THATYANA CRISTINA DE R ESTEVES DE ANDRADE, liberado nos autos em 27/06/2024 às 09:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código AMz0DAZX.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Remeto os autos para cumprimento.

Nada Mais. Barueri, 04 de julho de 2024. Eu, ___, MARCIA DESIDERIO, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 04/07/2024 às 17:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 4ZXAZXBP.

Nomeação de Advogado- Processo digital nº 1009648-74.2023.8.26.0068

LARISSA LIMA DE CARVALHO <larcarvalho@tjsp.jus.br>

Seg, 29/07/2024 15:37

Para:AJ - Barueri <aj.barueri@oabsp.org.br>

1 anexos (432 KB)

Decisão ofício.pdf;

Processo Digital nº: 1009648-74.2023.8.26.0068
Classe - Assunto Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos
Requerente: César Manuel Cardoso Matos de Paço e outro
Requerido: Érika Tamires Costa Lourenço e outro

Prezados Senhores,

Pelo presente, expedido nos autos em epígrafe, solicito a Vossa Senhoria providências no sentido de indicar profissional para exercer as funções de Curador(a) Especial de José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço, CPF n° 703.430.511-09 e de Érika Tamires Costa Lourenço, RG - GA683906, citados por edital, conforme determinado em decisão anexa.

Respostas deverão ser encaminhadas ao e-mail do Cartório: barueri6cv@tjsp.jus.br

Atenciosamente,

LARISSA LIMA DE CARVALHO
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
6º Ofício Cível da Comarca de Barueri
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Vila Porto - Barueri/SP - CEP: 06414-140
Tel: (11) 4635-5246
E-mail: larcarvalho@tjsp.jus.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LARISSA LIMA DE CARVALHO, liberado nos autos em 29/07/2024 às 15:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código kWErHcZk.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

Defiro a penhora no rosto destes autos. Anote-se e encaminhe-se, por e-mail, ao juízo da 5 Vara do Trabalho de Barueri a informação de que foi devidamente anotado. Servirá a presente como ofício.

Intimem-se.

Barueri, 31 de julho de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 31/07/2024 às 15:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código juCrgpCu.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0664/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Defiro a penhora no rosto destes autos. Anote-se e encaminhe-se, por e-mail, ao juízo da 5 Vara do Trabalho de Barueri a informação de que foi devidamente anotado. Servirá a presente como ofício. Intimem-se."

Barueri, 1 de agosto de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/08/2024 às 00:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código EwRfe9qv.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0664/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 02/08/2024. Considera-se a data de publicação em 05/08/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)

Teor do ato: "Vistos. Defiro a penhora no rosto destes autos. Anote-se e encaminhe-se, por e-mail, ao juízo da 5 Vara do Trabalho de Barueri a informação de que foi devidamente anotado. Servirá a presente como ofício. Intimem-se."

Barueri, 2 de agosto de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/08/2024 às 03:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Wvv8nePP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe − Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Remeto os autos para cumprimento.

Nada Mais. Barueri, 02 de agosto de 2024. Eu, ___, CAIO ADONES RODRIGUES RAMOS, Terceiros.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 05/08/2024 às 09:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 724H4XQH.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que dei integral cumprimento ao determinado às fls. 387, efetuando a anotação da penhora no rosto destes autos. Nada Mais. Barueri, 19 de agosto de 2024. Eu, ___, Roseli da Silva, Escrevente Técnico Judiciário.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 19/08/2024 às 09:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código KiFBzs2f.

Informações ref ao pedido de Penhora no Rosto dos Autos - Vosso Processo nº 1001411-51.2020.5.02.0205

ROSELI DA SILVA <roselidasilva@tjsp.jus.br>

Seg, 19/08/2024 09:35

Para:vtbarueri05@trt2.jus.br <vtbarueri05@trt2.jus.br>;vtbarueri05@trt2.jus.br <vtbarueri05@trt2.jus.br>

1 anexos (283 KB)

decisão Ofício.pdf;

Processo Digital n°: 1009648-74.2023.8.26.0068
Classe Assunto: Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos
Requerente: Summit Nutritionals International, Inc. e outro
Requerido: José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e

Senhor (a) Diretor (a), bom dia.

Pelo presente, atendendo ao Pedido de Penhora no Rosto dos Autos na ação em epígrafe, informo a Vossa Senhoria que foi cumprida a ordem, nos termos da decisão anexa.

Respostas deverão ser encaminhadas ao e-mail do Cartório: barueri6cv@tjsp.jus.br

Atenciosamente,

ROSELI DA SILVA
Escrevente Técnico Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Sexto Ofício Cível de Barueri-SP.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSELI DA SILVA, liberado nos autos em 19/08/2024 às 09:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código SCtJjydB.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP

OAB SÃO PAULO

SAO PAULO, 16 de agosto de 2024.

Ofício Número: 0009382407/2024

Senhor(a) Advogado(a)

Comunicamos que Vossa Senhoria foi indicado(a), nos termos do convênio firmado pela Defensoria Pública com a OAB/SP, para defender os interesses do(a) usuário(a) abaixo qualificado(a) no(a) CÍVEL - CÍVEL - CURADORIA ESPECIAL:

Foro de Barueri / 6ª Vara Cível

Processo No.: 1009648-74.2023.8.26.0068

Identificação DPESP: 9121575 - Réu/Ré
Nome: ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO
Endereço: RUA DESCONHECIDA
Bairro: CENTRO
Cidade: SÃO PAULO
CEP: 0 **UF:** SP

Identificação DPESP: 9127560 - Réu/Ré
Nome: JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO
CPF: 70343051109
Endereço: RUA DESCONHECIDA
Bairro: CENTRO
Cidade: SÃO PAULO
CEP: 0 **UF:** SP

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Senhoria os votos de estima e elevada consideração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao(À) Ilmo.(a) Sr.(a)
OAB / Nome: 507003 / RAFAELA VIEIRA
Endereço: Rua Governador Adhemar Pereira De Barros, 109
Fone: 11-945740582
Complemento:
Bairro: Jardim Itaquiti
Cidade: Barueri
CEP: 6422020 UF: SP
Email: rafaela.vieira@adv.oabsp.org.br

O trabalho do/a advogado/a é totalmente gratuito, descabendo a cobrança de qualquer valor. Qualquer problema, procure primeiro o local onde ocorreu a nomeação. Caso ainda tenha reclamação, sugestão ou elogio, entre em contato com a Ouvidoria, através do formulário disponível em www.defensoria.sp.def.br/ouvidoria, do e-mail ouvidoria@defensoria.sp.gov.br, no endereço Rua Boa Vista nº 150 - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01014-000, tel. (11) 3101-2852 ou da caixa disponível na unidade da Defensoria mais próxima.

IMPRIMA O OFÍCIO
NÃO VALE COMO OFÍCIO DE INDICAÇÃO.
APÓS ACEITAR A INDICAÇÃO NO SISTEMA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PATRICIA MARCELA DA CRUZ FREITAS, liberado nos autos em 20/08/2024 às 10:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código J3yXAds4.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO DEFENSORIA PÚBLICA/OAB-SP

OAB SÃO PAULO

Número de Autorização: 1723813386460

NÃO VALE COMO OFÍCIO DE INDICAÇÃO.
IMPRIMA O OFÍCIO APÓS ACEITAR A INDICAÇÃO NO SISTEMA

O trabalho do/a advogado/a é totalmente gratuito, descabendo a cobrança de qualquer valor. Qualquer problema, procure primeiro o local onde ocorreu a nomeação. Caso ainda tenha reclamação, sugestão ou elogio, entre em contato com a Ouvidoria, através do formulário disponível em www.defensoria.sp.def.br/ouvidoria, do e-mail ouvidoria@defensoria.sp.gov.br, no endereço Rua Boa Vista nº 150 - Centro - São Paulo - SP - CEP: 01014-000, tel. (11) 3101-2852 ou da caixa disponível na unidade da Defensoria mais próxima.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PATRICIA MARCELA DA CRUZ FREITAS, liberado nos autos em 20/08/2024 às 10:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código J3yXAds4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Manifeste-se, no prazo legal, Dr(a). RAFAELA VIEIRA, nomeado(a) curador(a) especial do(a)(s) requerido(a)(s), conforme ofício de nomeação às fls. 393/394, citados por edital.

Nada Mais. Barueri, 20 de agosto de 2024. Eu, ___, PATRICIA MARCELA DA CRUZ FREITAS, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PATRICIA MARCELA DA CRUZ FREITAS, liberado nos autos em 20/08/2024 às 10:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código iupMrHRI.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0732/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)	D.J.E
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se, no prazo legal, Dr(a). RAFAELA VIEIRA, nomeado(a) curador(a) especial do(a)(s) requerido(a)(s), conforme ofício de nomeação às fls. 393/394, citados por edital."

Barueri, 20 de agosto de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 20/08/2024 às 12:15 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código ta5nAC9J.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0732/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 21/08/2024. Considera-se a data de publicação em 22/08/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se, no prazo legal, Dr(a). RAFAELA VIEIRA, nomeado(a) curador(a) especial do(a)(s) requerido(a)(s), conforme ofício de nomeação às fls. 393/394, citados por edital."

Barueri, 21 de agosto de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/08/2024 às 03:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código N7vOtsft.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP.

Processo nº 1009648-74.2023.8.26.0068

Na qualidade Curadora Especial indicada por este juízo nos termos do artigo 72º, II, do CPC, a advogada signatária, nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, que SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. e CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOSDE PAÇO movem em face de JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTALOURENÇO, que citados por edital não ofereceram contestação a presente ação, vem respeitosamente perante V. Exa., oferecer, nos termos do artigo 341, § único, CPC, **CONTESTAÇÃO POR NEGAÇÃO GERAL DOS FATOS**, elidindo desta maneira, a possível revelia dos Requeridos, fazendo se valer o princípio do contraditório e da ampla defesa, previsto no art. 5º, inciso LV da nossa Constituição Federal em vigor.

Assim sendo aceita a presente contestação, protesta pela apresentação de toda e qualquer prova admitida, inclusive depoimento do Autor, oitiva de testemunhas, juntada de documentos, em tudo obedecidas as formalidades legais e ciente esta Curadoria.

Em face do exposto, requer-se que seja julgada improcedente a presente ação em todos os seus termos.

Termos em que, pede deferimento.

Barueri, 12 de setembro de 2024

RAFAELA VIEIRA

OAB/SP 507.003

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAFAELA VIEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/09/2024 às 23:52 , sob o número WBRE24701990787
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código L89BjnLl.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal.
Nada Mais. Barueri, 13 de setembro de 2024. Eu, ___, AMANDA SILVA DE SENA, Terceiros.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DESIDERIO, liberado nos autos em 13/09/2024 às 10:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código rfOCCIsq.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0826/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)	D.J.E
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal."

Barueri, 13 de setembro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/09/2024 às 12:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código skvTmHSv.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0826/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 16/09/2024. Considera-se a data de publicação em 17/09/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal."

Barueri, 16 de setembro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 16/09/2024 às 03:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código P5l94JCf.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA promovida contra **JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO** (O "JOSÉ LOURENÇO") e **ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO** (a "ERIKA"), por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em observância ao ato ordinatório da fl. 399[1], se manifestar acerca da contestação da fl. 398, segundo os fatos e fundamentos que a seguir se passa a expor.

I – DO HISTÓRICO DA DEMANDA E DA CONTESTAÇÃO

1. Pretende-se, através da presente demanda, compelir os réus, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, ao pagamento de R$ 855.728,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais) a título de multa, em razão da retomada das postagens ofensivas realizadas contra os autores, por meio do *Facebook*, em violação aos termos do ACORDO firmado entre as partes, em 30 (trinta) de agosto de 2021.

2. Requereu-se, ainda, a fixação de indenização pelos danos morais sofridos por CÉSAR, face à natureza difamatória das publicações, e, naturalmente, a concessão de tutela provisória de urgência para a remoção dos referidos

[1] Manifeste-se a parte autora quanto a contestação apresentada no prazo legal.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2024 às 16:02 , sob o número WBRE24702072242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LqcwG0Wk.

FRANCO ADVOGADOS

conteúdos, o que foi deferido às fls. 107 – 108, acompanhadas das posteriores decisões (*cfr.* fls. 122, 172 – 173, 212 – 213).

3. Em razão da recalcitrância em cumprir com as determinações deste MM. Juízo, consistentes na remoção das publicações e da suspensão provisória dos perfis de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA (*Cfr.* 107 108, 122, 172 – 173, 212 – 213), o *Facebook* foi incluído no presente feito, nos termos do *decisum* das fls. 212 – 213.

4. À fl. 368 foi deferida a citação por edital dos requeridos JOSÉ LOURENÇO e ERIKA e tendo eles deixado transcorrer *in albis* o prazo para contestação, nomeou-se a curadora especial (DRA. RAFAELA VIEIRA), a qual apresentou contestação por negativa geral.

5. Em que pese a exceção atribuída ao curador especial, na forma do art. 341, parágrafo único[2], do Código de Processo Civil, os fatos constitutivos da pretensão dos autores são incontroversos, à evidência da conduta ilegal e abusiva praticada por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, afinal foi praticada em desacordo com a Lei e com o acordo firmado entre as partes, pelo que a presente ação deve ser julgada totalmente procedente.

II - DAS RAZÕES PARA A PROCEDÊNCIA DA AÇÃO

II.1. DA NATUREZA DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS PELOS RÉUS E QUE TRANSCENDERAM OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

6. Viu-se que, por meio do ACORDO firmado entre as partes, em 30 de agosto de 2021, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA se comprometeram a não mais realizarem ataques aos autores, por quaisquer meios e formas e pelo período de 30 (trinta)

[2] Art. 341. Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:
(...)
Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2024 às 16:02 , sob o número WBRE24702072242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LqcwG0Wk.

FRANCO ADVOGADOS

anos, sob pena de multas e, em contrapartida, receberiam, como indenização pelos serviços prestados e como garantia de encerramento da SUMMIT BRASIL, o valor de EUR 27.000,00 (vinte e sete mil euros), e que lhes foi regular e prontamente pago.

7. A cessação dos ataques era de tal forma importante que se fixou multa, no valor de EUR 20.000,00 (vinte mil euros), a ser aplicada por cada ato difamatório e/ou violador das obrigações assumidas e que fossem, a partir de então, praticados pelos réus.

8. A despeito disso, porém, os réus retomaram suas práticas lesivas em grave violação ao quanto pactuado e em detrimento da imagem dos autores, como atestam as publicações veiculadas à inicial.

9. Não obstante os caluniosos comentários publicados no *Facebook* que, por si, caracterizam o referido inadimplemento contratual, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA também passaram a encaminhar *e-mails* com ameaças, coações e intimidações, expondo CÉSAR aos mais variados tipos de constrangimentos.

10. As postagens, os comentários e os vídeo veiculados na internet (*Facebook)* por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, em referência à CÉSAR, para além de violarem os termos do ACORDO, configuram verdadeiro ato ilícito, na medida em que expuseram os autores a situação vexatória perante a sociedade.

11. Os conteúdos publicados eram desprovidos de qualquer veracidade e, dessa maneira, lesaram a honra e a boa imagem de CÉSAR, pelo que foram objeto de remoção por ordem desse MM. Juízo.

12. Ainda, como se tudo isso já não fosse suficiente, supervenientes publicações disponibilizadas por JOSÉ LOURENÇO revelaram que os ataques e as ofensas contra CÉSAR continuariam, a despeito da determinação judicial.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2024 às 16:02 , sob o número WBRE24702072242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LqcwG0Wk.

FRANCO ADVOGADOS

13. Como se vê, a postura levada a cabo por JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA não apenas viola os termos do ACORDO, como também a própria Lei, configurando-se, cada um de seus atos, em ilícito apto a ensejar a reparação.

14. Nesses termos, é inegável que a postura ilícita adotadas pelos réus, caracterizada pelas postagens ofensivas no *Facebook*, ultrapassaram o limite da liberdade da expressão assegurada pela Carta Magna, já que seus conteúdos impuseram prejuízos a terceiros.

15. Destarte, sendo patente o inadimplemento por parte de JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA, à evidência dos atos realizados à margem da Lei e do ACORDO (postagens de comentários e vídeos depreciativos, *e-mails* etc.), a presente ação é passível de total procedência a fim de condenar JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA ao pagamento da multa estabelecido na Cláusula 8.1 do ACORDO.

II.2 - DO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

16. Como se viu, JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA comprometeram-se a não praticar condutas estabelecidas na Cláusula 1, item (ii), do ACORDO, sob pena de incidência da penalidade prevista na Cláusula 8.1.

17. Apesar da referida proibição contratual, retomaram, a partir de setembro de 2022, as ameaças, difamações e ataques, culminando na edição e publicação de vídeo.

18. Por força do referido inadimplemento, devem ser condenados ao pagamento de multa no valor de EUR 20.000,00 (vinte mil euros), **por ato praticado**, a serem convertidos em moeda nacional na data da prática lesiva.

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo|SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2024 às 16:02 , sob o número WBRE24702072242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LqcwG0Wk.

FRANCO ADVOGADOS

19. Além disso, também recai sobre o "inadimplente" o dever de indenizar a parte inocente nos prejuízos que sofreu, conforme estabelece o artigo 389[3] do Código Civil.

20. Logo, tendo JOSÉ LOURENÇO e ÉRIKA descumprido com a obrigação assumida no ACORDO, mediante o desrespeito a Cláusula 1ª, mister que sejam compelidos ao pagamento das multas acordadas, declarando-se por sentença o inadimplemento por culpa exclusiva dos réus, bem como a repararem os danos morais devidos aos autores.

III – DO DEVER DE REPARAÇÃO DOS DANOS

21. É incontroverso que os autores sofreram danos de natureza moral, diante das publicações ofensivas realizadas por JOSÉ HORÁCIO e ÉRIKA

22. Tendo em vista que as publicações se deram em desrespeito ao ACORDO firmado entre as partes e, naturalmente, ao arrepio da Lei, patente se verifica o agir ilícito por JOSÉ HORÁCIO e ÉRIKA.

23. A partir da comprovação do ilícito, com a consequente violação da imagem de CÉSAR, de modo a causar abalo à honra e a sua boa imagem, evidente o dano moral.

24. O Código de Civil, em seu art. 927, encontra-se a previsão relativa à obrigação de reparação dos danos causados a terceiros em razão da prática de ato ilícito:

> Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

[3] Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2024 às 16:02 , sob o número WBRE24702072242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LqcwG0Wk.

FRANCO ADVOGADOS

25. No presente caso estão presentes todos os elementos indispensáveis à configuração do dano, quais sejam, (i) fato lesivo voluntário (ii) ocorrência de um dano e (iii) nexo de causalidade entre o prejuízo e comportamento do agente, sendo indiscutível a responsabilidade dos réus.

26. Quanto ao valor da indenização, quando se trata de dano extrapatrimonial, razoável o *quantum* que se preste à recomposição do prejuízo, levando em conta a extensão dos danos ocasionados a CÉSAR, o perfil econômico do agente danoso e os efeitos pedagógicos da decisão jurisdicional, que visem reprimir a reincidência de novas práticas lesivas.

27. Diante do exposto, requer seja procedente o pedido de indenização decorrente do dano extrapatrimonial, nos termos da exordial.

IV – CONCLUSÕES E REQUERIMENTOS

28. Enfim, inexistindo impugnações diretas e objetivas, tampouco documentos capazes de desconstituir a pretensão dos autores, mas tão somente irresignações genéricas e dissociadas de quaisquer fundamentos, a sentença de procedência é medida que se justifica.

29. Reitera que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 23 de setembro de 2024.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2024 às 16:02 , sob o número WBRE24702072242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LqcwG0Wk.

FRANCO ADVOGADOS

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO HENRIQUE PEDROSO RAMOS MONFARDINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2024 às 16:02 , sob o número WBRE24702072242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código LqcwG0Wk.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, .
CEP 06414-140, Barueri - SP

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe − Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Conforme **Resolução CNJ nº314/2020**, **Provimento CSM Nº2564/2020** e **Comunicado CG nº284/2020**, certifico e dou fé que foi designada **Sessão Virtual** de Tentativa de Conciliação para o dia **28/11/2024 às 10:00h**. Certifico que são PRÉ-REQUISITOS para a participação: a) **celular smartphone** ou **computador** (câmera **E** microfone funcionantes). No caso do celular a bateria deve estar recarregada; **b) acesso à internet**; **c) e-mail ativo**; d) caixa de som ou fone de ouvido. Certifico, por fim, que as partes devem estar **munidas de documentos de identificação para a qualificação no termo de audiência**. Nada Mais. Barueri, 10 de outubro de 2024. Eu, ___, Regis Sunao Utiyama, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por REGIS SUNAO UTIYAMA, liberado nos autos em 10/10/2024 às 10:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código Ts7tB9RS.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0922/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)	D.J.E
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)	D.J.E

Teor do ato: "CERTIDÃO - Ato Ordinatório Conforme Resolução CNJ nº314/2020, Provimento CSM Nº2564/2020 e Comunicado CG nº284/2020, certifico e dou fé que foi designada Sessão Virtual de Tentativa de Conciliação para o dia 28/11/2024 às 10:00h. Certifico que são PRÉ-REQUISITOS para a participação: a) celular smartphone ou computador (câmera E microfone funcionantes). No caso do celular a bateria deve estar recarregada; b) acesso à internet; c) e-mail ativo; d) caixa de som ou fone de ouvido. Certifico, por fim, que as partes devem estar munidas de documentos de identificação para a qualificação no termo de audiência. Nada Mais. Barueri, 10 de outubro de 2024. Eu, ___, Regis Sunao Utiyama, Chefe de Seção Judiciário."

Barueri, 10 de outubro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 10/10/2024 às 12:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código H7phLVoh.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0922/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 11/10/2024. Considera-se a data de publicação em 14/10/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)

Teor do ato: "CERTIDÃO - Ato Ordinatório Conforme Resolução CNJ nº314/2020, Provimento CSM Nº2564/2020 e Comunicado CG nº284/2020, certifico e dou fé que foi designada Sessão Virtual de Tentativa de Conciliação para o dia 28/11/2024 às 10:00h. Certifico que são PRÉ-REQUISITOS para a participação: a) celular smartphone ou computador (câmera E microfone funcionantes). No caso do celular a bateria deve estar recarregada; b) acesso à internet; c) e-mail ativo; d) caixa de som ou fone de ouvido. Certifico, por fim, que as partes devem estar munidas de documentos de identificação para a qualificação no termo de audiência. Nada Mais. Barueri, 10 de outubro de 2024. Eu, ___, Regis Sunao Utiyama, Chefe de Seção Judiciário."

Barueri, 11 de outubro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 11/10/2024 às 03:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código q4MoyXkJ.

FRANCO ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARUERI – SP

Ação de Reparação de Danos c/c Tutela Provisória
Processo 1009648-74.2023.8.26.0068

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. (a "SUMMIT EUA") e **CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO** (o "CÉSAR"), ambos já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados signatários, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., em observância ao ato ordinatório da fl. 409[1], pelo qual se designou audiência de conciliação para 28 de novembro de 2023, às 10 horas, informar o desinteresse em sua realização, afinal os requeridos estão representados por Curador Especial (DRA. RAFAELA VIEIRA), o que, por conseguinte, inviabiliza a possibilidade de acordo.

Requerem, outrossim, o cancelamento da referida audiência e o prosseguimento do feito com a consequente prolação de sentença de procedência.

Reitera que todas as publicações de intimações, despachos ou decisões nos *diários oficiais* ou *diários eletrônicos dos tribunais* sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome de **PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO**, OAB/SP nº 240.457, com escritório na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 7ª andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, São Paulo - SP, sob pena de nulidade.

[1] Ato Ordinatório Conforme Resolução CNJ nº314/2020, Provimento CSMNº2564/2020 e Comunicado CG nº284/2020, certifico e dou fé que foi designada Sessão Virtual de Tentativa de Conciliação para o dia 28/11/2024 às 10:00h. Certifico que são PRÉ-REQUISITOS para a participação: a) celular smartphone ou computador (câmera E microfone funcionantes). No caso do celular a bateria deve estar recarregada; b) acesso à internet; c) e-mail ativo; d) caixa de som ou fone de ouvido. Certifico, por fim, que as partes devem estar munidas de documentos de identificação para a qualificação no termo de audiência

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com
R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/10/2024 às 11:29 , sob o número WBRE24702240242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código T18H7yru.

FRANCO ADVOGADOS

Assim requerido, aguarda deferimento.

São Paulo, 11 de outubro de 2024.

PAULO SÉRGIO DE MOURA FRANCO
OAB/SP Nº 240.457

TAARIK DE FREITAS CASTILHO
OAB/SP Nº 257.528

JOÃO HENRIQUE PEDROSO R. MONFARDINI
OAB/SP Nº 276.690

CAMILA DE MENDONÇA BANDEIRA
OAB/SP Nº 297.095

+55 11 5052 0571
contato@francoadv.com
francoadv.com

R. Joaquim Floriano, 960 - 7º andar
Itaim Bibi - São Paulo | SP
CEP 04534 004

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE MOURA FRANCO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/10/2024 às 11:29 , sob o número WBRE24702240242
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código T18H7yru.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

Providencie a serventia o cancelamento da audiência junto ao CEJUSC após tornem conclusos para sentença.

Intimem-se.

Barueri, 30 de outubro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 30/10/2024 às 12:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código oy1ztl4i.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0991/2024, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)	D.J.E
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Providencie a serventia o cancelamento da audiência junto ao CEJUSC após tornem conclusos para sentença. Intimem-se."

Barueri, 30 de outubro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/10/2024 às 13:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 9Um83Zpi.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84, ., Vila Porto Barueri - CEP 06414-140, Fone: (11) 4635-5220, Barueri-SP - E-mail: barueri6cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que ***liberei a audiência da pauta do Centro Judiciário, conforme determinação de fls. 415***. Nada Mais. Barueri, 30 de outubro de 2024. Eu, ___, Regis Sunao Utiyama, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por REGIS SUNAO UTIYAMA, liberado nos autos em 30/10/2024 às 16:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código XxmVjkhz.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0991/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 31/10/2024. Considera-se a data de publicação em 01/11/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)

Teor do ato: "Vistos. Providencie a serventia o cancelamento da audiência junto ao CEJUSC após tornem conclusos para sentença. Intimem-se."

Barueri, 31 de outubro de 2024.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 31/10/2024 às 03:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código SDkKI66D.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Barueri
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
RUA DESEMBARGADOR CELSO LUIZ LIMONGI, 84, BARUERI-SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO

Vistos.

O presente processo foi selecionado para auxílio sentença.

Registre-se no Sistema Informatizado da Justiça e remetam-se os autos em conclusão ao eminente Juiz de Direito Auxiliar **Dr. João Guilherme Ponzoni Marcondes**.

Intimem-se.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA ELIZABETH DE OLIVEIRA BORTOLOTO, liberado nos autos em 27/02/2025 às 17:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código f7hnolQz.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0193/2025, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)	D.J.E
Advogado	Forma
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)	D.J.E

Teor do ato: "O presente processo foi selecionado para auxílio sentença. Registre-se no Sistema Informatizado da Justiça e remetam-se os autos em conclusão ao eminente Juiz de Direito Auxiliar Dr. João Guilherme Ponzoni Marcondes."

Barueri, 28 de fevereiro de 2025.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/02/2025 às 00:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código CGGRTq8k.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0193/2025, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 05/03/2025. Considera-se a data de publicação em 06/03/2025, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)

Teor do ato: "O presente processo foi selecionado para auxílio sentença. Registre-se no Sistema Informatizado da Justiça e remetam-se os autos em conclusão ao eminente Juiz de Direito Auxiliar Dr. João Guilherme Ponzoni Marcondes."

Barueri, 3 de março de 2025.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 03/03/2025 às 03:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código 8E8gtaPg.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BARUERI
FORO DE BARUERI
6ª VARA CÍVEL
RUA DESEMBARGADOR CELSO LUIZ LIMONGI, 84, Barueri - SP - CEP 06414-140
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº:	**1009648-74.2023.8.26.0068**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos**
Requerente:	**Summit Nutritionals International, Inc. e outro**
Requerido:	**José Horácio Moreira Gonçalves Lourenço e outros**

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES

Vistos.

SUMMIT NUTRITIONALS INTERNATIONAL, INC. e CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO propuseram AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS contra JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO, partes qualificadas nos autos.

Alegou a parte autora, em síntese, que, para viabilizar a comercialização de seus produtos no Brasil, constituiu a empresa Summit Brasil, e que esta era administrada pelos réus. A relação comercial foi encerrada em 2021, mas os réus passaram a difamar o autor em redes sociais. Para fazer cessar tais atos, as partes firmaram um acordo, mediante pagamento de EUR 27.000,00, comprometendo-se os réus a não realizarem novas ofensas, sob pena de multa. No entanto, em setembro de 2022, retomaram as ofensas por meio de postagens em redes sociais, o que configurou descumprimento do acordo e causou danos à honra e imagem dos autores. Requereu, liminarmente, a remoção imediata das publicações e a abstenção de novos atos, sob pena de multa diária; a condenação ao pagamento de multa estabelecida na cláusula 8.1 do acordo, além de reparação por danos morais ocasionados ao segundo réu.

Foi deferida a tutela de urgência apenas para que os réus

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES, liberado nos autos em 18/03/2025 às 17:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código r1tCVqPG.

retirassem da rede social *Facebook* os conteúdos indicados pelo autor às fls. 23-24 (fls. 107-108).

Os autores se manifestaram às fls. 112-114.

Os efeitos da tutela foram estendidos para que os réus se abstivessem de promover novas postagens e/ou publicações de cunho ofensivo. Foi oficiado também ao *Facebook* para a mesma providência (fl. 122).

O autores peticionaram e informaram o reiterado descumprimento da tutela de urgência (fls. 140-156).

Após, os autores informaram que o *Facebook* cumpriu a tutela de urgência de forma parcial (fls. 157-163).

Por cautela, deferiu-se o pedido de suspensão temporária da conta do corréu JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO junto ao *Facebook* (fls. 172-173).

Os autores informaram o não cumprimento da medida pelo *Facebook* e requereram a sua inclusão no polo passivo, além de novas medidas de urgência (fls. 199-209).

Foi determinada a inclusão do FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. no polo passivo; deferiram-se novas medidas de urgência (itens II e III de fl. 202) e foi autorizada a citação dos requeridos por edital, se esgotados todos os meios para localização (fls. 212-213).

O FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. se manifestou às fls. 249-255 e informou que não houve indicação de URL específica para o devido cumprimento.

Citado (fl. 276), o requerido FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. contestou (fls. 277-303), sob os seguintes argumentos: i) pedido de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES, liberado nos autos em 18/03/2025 às 17:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código r1tCVqPG.

reconsideração, pois a decisão que determinou a remoção integral dos perfis dos corréus no serviço Facebook não indicou as URLs específicas, o que inviabilizou o cumprimento da ordem e tornou a determinação desproporcional e excessiva, tudo nos termos do art. 19, caput e § 1º, do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); ii) houve o cumprimento na máxima extensão possível; todos os conteúdos indicados pelos autores e abrangidos pela decisão liminar já foram desabilitados no serviço *Facebook*; iii) impossibilidade de remoção integral dos perfis dos corréus e necessidade de restrição da ordem a conteúdos específicos, visto que a exclusão completa dos perfis poderia afetar conteúdos lícitos e configurar violação aos direitos constitucionais de liberdade de expressão e manifestação do pensamento. Requereu a improcedência da demanda e o reconhecimento do cumprimento da obrigação e o afastamento de eventuais astreintes.

Replicou-se (fls. 307-321).

O requerido FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. se manifestou às fls. 358-359 e requereu o reconhecimento do cumprimento da obrigação, pois os dois perfis foram desativados na rede social.

Foi anotada a penhora no rosto dos autos referente ao processo nº 1001411-51.2020.5.02.0205 da 5ª Vara do Trabalho de Barueri (fl. 387).

Citados por edital (fls. 380), os réus apresentaram contestação por negativa geral através de curador especial (fl. 398).

Replicou-se (fls. 402-408).

Os autores manifestaram desinteresse na audiência de conciliação (fls. 412-413), razão pela qual ela foi cancelada, determinando-se a remessa dos autos à conclusão (fl. 414).

É o relatório. Fundamento e decido.

Trata-se de matéria de direito e de fato que prescinde de dilação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES, liberado nos autos em 18/03/2025 às 17:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código r1tCVqPG.

probatória, razão pela qual passo ao julgamento do feito no estado, conforme art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil

A controvérsia cinge-se à responsabilidade civil dos réus por publicações ofensivas em redes sociais, bem como ao descumprimento de acordo extrajudicial firmado entre as partes. Discute-se tanto a conduta dos primeiros réus, que teriam realizado postagens de natureza difamatória contra o autor CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, quanto a responsabilidade da plataforma *Facebook* por não adotar medidas eficazes para a remoção do conteúdo, mesmo após determinação judicial.

A ação é procedente.

Conforme se depreende dos autos, é incontroversa a existência de acordo extrajudicial firmado entre os autores e os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO (fls. 30-42), mediante o qual os últimos se comprometeram a não realizar ofensas em redes sociais direcionadas aos autores, sob pena de multa.

As provas colacionadas demonstram o descumprimento desse acordo pelos réus, que retomaram as publicações ofensivas contra os autores nas redes sociais (fls. 23-24 e 45-52).

A contestação por negativa geral apresentada pelo curador especial não pode afastar a procedência da ação, haja vista que a parte requerida não apresentou qualquer fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito do autor (art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil).

Em prol da parte autora, há documentos bastantes nos autos da ocorrências dos fatos, tal como mencionados na petição inicial.

Assim, ante o evidente descumprimento voluntário das obrigações pactuadas, impõe-se a aplicação da multa prevista na cláusula 8.1 do acordo firmado entre as partes, em observância ao princípio *pacta sunt servanda,* que

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES, liberado nos autos em 18/03/2025 às 17:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código r1tCVqPG.

resguarda a força vinculante dos contratos.

No que concerne ao pedido de reparação por lesão moral, também este deve ser acolhido.

Reconhece-se que a liberdade de expressão constitui direito fundamental assegurado constitucionalmente. Contudo, tal garantia não possui caráter absoluto e deve ser exercida em harmonia com outros direitos igualmente tutelados, como a honra, a imagem e a dignidade da pessoa humana, conforme preconiza o art. 5º, incisos V e X, da Constituição Federal.

Com efeito, as ofensas praticadas pelos réus configuraram evidente abalo à honra e à imagem do autor CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, pois o dano é direto e pessoal; atinge direitos da personalidade, como honra subjetiva e objetiva, uma vez que as publicações ofensivas fizeram referências expressas a sua pessoa e imputaram-lhe adjetivos depreciativos e condutas desonrosas ("falso filantropo", "falso educador", "mitômano", "arrogante", entre outros).

Nesta toada, considerando o grau de lesividade e que a reparação deve ser proporcional ao dano, sem implicar enriquecimento sem causa, entendo que o montante adequado para fixação da recompensação é de R$ 8.000,00 (oito mil reais).

Quanto ao réu FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., verifico que este alegou em sua contestação a impossibilidade técnica de cumprimento da ordem judicial de suspensão dos perfis dos corréus por ausência de indicação específica das URLs, fundamentando-se no art. 19, §1º, do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

Observo que, de fato, os autores forneceram as URLs dos perfis em sua réplica (fls. 307-321) e que, posteriormente, o FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA. noticiou nos autos (fls. 358-359) que os dois perfis foram efetivamente desativados na rede social.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES, liberado nos autos em 18/03/2025 às 17:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código r1tCVqPG.

O réu cumpriu sua obrigação tão logo obteve os dados necessários para tanto, conforme havia sustentado.

No tocante à responsabilidade por reparação por danos morais, tendo a plataforma cumprido a determinação judicial de remoção após o fornecimento das URLs necessárias, não se justifica a imposição de responsabilidade solidária pelo dano moral reconhecido.

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) adotou regime de responsabilidade subjetiva para os provedores de aplicações, que respondem por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros somente quando, notificados por ordem judicial específica, não tomarem as providências para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente (art. 19).

No caso em tela, por fim, a plataforma cumpriu a ordem judicial após o fornecimento das informações necessárias, o que afasta a caracterização de conduta omissiva capaz de gerar responsabilidade solidária.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTES os pedidos autorais e, por conseguinte:

i) CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento da multa contratual prevista na cláusula 8.1 do acordo firmado entre as partes, em razão do descumprimento da obrigação pactuada, corrigido monetariamente desde a data de cada violação e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.

Ii)CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento de reparação por danos morais em favor de CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigido monetariamente a partir desta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES, liberado nos autos em 18/03/2025 às 17:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código r1tCVqPG.

sentença e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Iii) DETERMINO que os réus se abstenham de realizar novas postagens, publicações ou manifestações ofensivas aos autores em qualquer meio de comunicação, especialmente em redes sociais, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por publicação indevida, limitada a R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

IV) DECLARO cumprida a obrigação imposta ao requerido FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., razão pela qual afasto a sua condenação ao pagamento de qualquer penalidade ou indenização.

CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil.

P.I.C.

Barueri, 14 de março de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO GUILHERME PONZONI MARCONDES, liberado nos autos em 18/03/2025 às 17:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código r1tCVqPG.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0249/2025, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)	D.J.E
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)	D.J.E
Advogado	Forma
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Anteoexposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTES os pedidos autorais e, por conseguinte: i) CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento da multa contratual prevista na cláusula 8.1 do acordo firmado entre as partes, em razão do descumprimento da obrigação pactuada, corrigido monetariamente desde a data de cada violação e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Ii)CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento de reparação por danos morais em favor de CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigido monetariamente a partir desta sentença e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Iii) DETERMINO que os réus se abstenham de realizar novas postagens, publicações ou manifestações ofensivas aos autores em qualquer meio de comunicação, especialmente em redes sociais, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por publicação indevida, limitada a R$ 20.000,00 (vinte mil reais). IV) DECLARO cumprida a obrigação imposta ao requerido FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., razão pela qual afasto a sua condenação ao pagamento de qualquer penalidade ou indenização. CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil."

Barueri, 19 de março de 2025.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/03/2025 às 00:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código xReZkIss.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0249/2025, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 20/03/2025. Considera-se a data de publicação em 21/03/2025, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Paulo Sérgio de Moura Franco (OAB 240457/SP)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
Rafaela Vieira (OAB 507003/SP)

Teor do ato: "Anteoexposto, com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTES os pedidos autorais e, por conseguinte: i) CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento da multa contratual prevista na cláusula 8.1 do acordo firmado entre as partes, em razão do descumprimento da obrigação pactuada, corrigido monetariamente desde a data de cada violação e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. Ii)CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento de reparação por danos morais em favor de CÉSAR MANUEL CARDOSO MATOS DE PAÇO, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigido monetariamente a partir desta sentença e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação. Iii) DETERMINO que os réus se abstenham de realizar novas postagens, publicações ou manifestações ofensivas aos autores em qualquer meio de comunicação, especialmente em redes sociais, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por publicação indevida, limitada a R$ 20.000,00 (vinte mil reais). IV) DECLARO cumprida a obrigação imposta ao requerido FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA., razão pela qual afasto a sua condenação ao pagamento de qualquer penalidade ou indenização. CONDENO os réus JOSÉ HORÁCIO MOREIRA GONÇALVES LOURENÇO e ÉRIKA TAMIRES COSTA LOURENÇO ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil."

Barueri, 20 de março de 2025.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 20/03/2025 às 02:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1009648-74.2023.8.26.0068 e código TIf6gtwN.